

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

V. 32 | N. 1, 2 e 3 | Dezembro 2014



ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

REITOR/DIRETOR DA REVISTA

ANÍSIO BRASILEIRO DE FREITAS DOURADO

VICE-REITOR

SÍLVIO ROMERÔ DE BARROS MARQUES

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

EDILSON FERNANDES DE SOUZA

EDITOR

LOURIVAL HOLANDA

SECRETARIA

MIRIAM VILA NOVA MAIA

COMISSÃO EDITORIAL

ALLENE CARVALHO LAGE, ANTÔNIO MOTTA, DJANYSE BARROS MENDONÇA VILLARROEL, HELOISA MARIA MENDONÇA DE MORAIS, MARCOS FERREIRA COSTA LIMA, SOLANGE GALVÃO COUTINHO

CONSELHO CIENTÍFICO

ANA MAE BARBOSA (USP), GIANE DA PAZ FERREIRA DA SILVA (UFPE), JOSÉ DIAS DOS SANTOS (UFPE), JOSÉ MAURO DOS SANTOS FILHO (UFPE), LUIZ COSTA LIMA (PUC/RJ), MARIA ELIETE SANTIAGO (UFPE), MÁRIO DE FARIA CARVALHO (UFPE), MAURÍCIO ALVES DA MOTA SOBRINHO (UFPE), MIGUEL ÂNGELO LAPORTA NICOLELIS (UNIVERSIDADE DE DUKE/EUA), ROGÉRIO LUIZ COVALESK (UFPE), SÉRGIO ALVES DE SOUZA (UFPE), SURANYIT KUMAR SAHA (WALLES UNIVERSITY), SUZANA NOVICK (UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES), TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO (UFPE), THEOTÔNIO DOS SANTOS (UFRJ)

COMISSÃO DE REDAÇÃO DO Nº 32

NORMA LACERDA

VIRGÍNIA PONTUAL

PAULA ARAGÃO DE SOUZA

Estudos Universitários
Revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco
V. 32 | N.1, 2, e 3 | p. 1-247 | Dez 2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

Estudos universitários, revista de cultura / [UFPE]. - Vol. 1, n. 1, (1962)-
- Recife : Editora UFPE, 1962-
v.

Trimestral, jul/set. 1962-out./dez. 1974; semestral, jan./jun 1975-jul./dez.
1985; irregular, 1997-2003; semestral, 2009-

Edições de jul. 1962 - ago. 1964 tem o título: Estudos universitários,
revista da Universidade do Recife.

Edições até dez./2014 tem o editor: Editora UFPE.

Inclui referências bibliográficas.

ISSN 0425-4082 (broch.).

1. Ensino superior - Periódicos. 2. Cidades e vilas. 3. Política cultural.
4. Planejamento urbano. 5. Patrimônio cultural. I. Universidade Federal de
Pernambuco.

378

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2014-183)

Projeto Gráfico: PAULA K. SANTOS / SOLANGE COUTINHO / ILDEMBERGUE LEITE

Capa: PAULA K. SANTOS

Imagens da capa: AGSANDREW / DEPOSITPHOTOS

Coordenação Geral

MARIA JOSÉ DE MATOS LUNA (DIRETORA DA EDITORA UFPE)

Impressa nas oficinas gráficas da Editora UFPE

Universidade Federal de Pernambuco

Av. Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Cidade Universitária, Recife

Em dezembro de 2014

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

EDITORIAL 5

APRESENTAÇÃO 9

ENTREVISTA 15

ANTÔNIO BEZERRA BALTAR 17

ESTUDOS 37

DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES
E ÂNGELA NASCIMENTO

AS PESSOAS FAZEM

POLÍTICA CULTURAL?

O CASO DO CAIS

JOSÉ ESTELITA

39

NORMA LACERDA LEAL

A CONVENÇÃO

CONFIANÇA-LEALDADE

FUNDAMENTO DO

MERCADO IMOBILIÁRIO

INFORMAL NO RECIFE

59

FLAVIO DE LEMOS CARVALHO
E SABRINA MARIA DE LIMA ACCIOLY

MINERAÇÃO, PAISAGEM

E CULTURA: O CASO DE

ÁGUAS CLARAS E

NORD-PAS DE CALAIS

85

VIRGINIA PONTUAL

LOUIS-JOSEPH LEBRET

E ANTÔNIO BEZERRA

BALTAR: PLANEJAMENTO

HUMANISTA NO BRASIL

115

TELMA DE BARROS CORREIA

ARQUITETURA E PAISAGEM

INDUSTRIAL: AS VILAS

OPERÁRIAS NO RECIFE

149

ALBERTO SOUSA E PATRÍCIA QUEIROGA

GRANDES EXPANSÕES

PLANEJADAS EM CIDADES

OCIDENTAIS ANTES

DE 1900

175

FERNANDO QUEIROGA

ALGUMAS LITERALIDADES

ARTÍSTICAS NA FORMAÇÃO

DA CIDADE BARROCA

201

RESENHAS 211

FLÁVIO ANTONIO MIRANDA DE SOUZA

ERMINIA MARICATO: O
IMPASSE DA POLÍTICA
URBANA NO BRASIL 213

HELENA TOURINO

FLÁVIO VILAÇA: REFLEXÕES
SOBRE AS CIDADES
BRASILEIRAS 217

CECÍLIA RIBEIRO

BERNARDO SECCHI E AS
CIDADES NO SÉCULO VINTE 223

PARA CONHECER MAIS 227

REVISTA DAS REVISTAS 233

NOTÍCIAS 239

NORMAS EDITORIAIS 243

EDITORIAL

5

Estudos Universitários

O presente número da Revista de Estudos Universitários fez de seu centro de gravidade a temática urbana: o lugar social emblemático das grandes questões contemporâneas. Portanto, encontro marcado, encontro centrado. Os elementos que constituem a organização da cidade põem o desafio de redefinir a conceito de urbanismo – e consequentemente, o desafio de pensar que *urbanidade* é possível quando, quase sempre, seu entorno é inóspito. Talvez não tanto pelo gigantismo acentuado de nossas metrópoles quanto pela desestruturação crescente que as ameaça. Há aqui impasses, mal estar e insegurança.

As cidades se expandem, mas urge dar a essa expansão a dimensão de um Projeto. Pois, se *é do sonho dos homens que uma cidade se inventa*, como quer o poeta, isso convoca o arquiteto a dar concretude às novas possibilidades urbanas.

A coordenação do número foi confiada à experiência de Norma Lacerda e Virgínia Pontual – que constelam o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

Uma entrevista com o engenheiro Antônio Bezerra Baltar, concedida a Virgínia Pontual em março de 1993 é um dos momentos fortes.

Quando as políticas públicas eram feitas *para* o público; não necessariamente *com* o público. Daí porque Virginia Pontual, em alentado artigo muito estimulante – *Louis-Joseph Lebreton e Antônio Bezerra Balthar: planejamento humanista* – traz à lembrança a figura generosa e lúcida do Pe Lebreton, que já alertava para esse distanciamento entre poderes e público. O testemunho do engenheiro encontra a exigência de memória no artigo magistral de Denis Bernardes. Aqui o historiador da cultura situa as primeiras entradas, já na Constituição de 1934, da preocupação e defesa do patrimônio histórico, cultural e artístico. Bem pouco tempo depois essa proteção se estende à preocupação ecológica; portanto, herdamos um compromisso; no entanto, o surto renovador, o reordenamento do espaço abrindo avenidas, varreu alguns lugares de memória, como os que sagravam a Revolução de 1817 em Recife: a igreja do Loreto, o Hospital e o Quartel. Algumas vezes as boas intenções de modernidade são conseguidas à custa de má memória.

Cecília Ribeiro resenhando Bernardo Secchi e *as cidades no século XX* traz um ponto fulcral para um debate sobre a pertinência de nossos modelos urbanos – e seus limites. Quando resenha o recente *O impasse da política urbana no Brasil*, de Erminia Maricato, Flávio Antônio Miranda de Souza realça a pertinência da questão: há, de fato, um distanciamento enorme entre o ideário reformador da política urbana e o conformismo do setor de produção das grandes empresas.

O artigo de Alberto Sousa e Patrícia Queiroga – *Grandes expansões em cidades ocidentais de 1900* – alarga o debate vendo em retrospecto o modelo de cidade oriundo das expansões de toda ordem – que definem o mundo moderno e, por consequência, direcionam o urbanismo contemporâneo. Quase sempre a expansão precede a necessidade de retificação da prática urbanística; e então veem os planos, os projetos, as reproposições de ocupação do espaço urbano. O artigo de Fernando Guerra – *Algumas literalidades artísticas na formação da cidade barroca* – já aponta o paradigma expansionista cultural; tempos tumultuados e modelo centralizador: *Em meio, portanto a todas essas agitações, florescia a cidade barroca, onde*

a proteção – tão frequente nas cidades medievais – daria lugar à exploração desenfreada, à expansão e à conquista.

A pesquisa de Flávio de Lemos Corsalade e Sabrina Maria de Lima Accioly – *Mineração, paisagem e cultura: o caso de Águas Claras e Nord-Pas de Calais* – toca ponto fundamental: a desfiguração ou transfiguração da paisagem já situando, no lugar, no manejo da face da terra, uma forma de cultura. Os pesquisadores veem no rastro da mineração os traços de um projeto ou uma negligência: *as intervenções na paisagem e as políticas públicas, pois que paisagem é também um bem público*. E então tomam o caso da Serra do Curral: sua importância na composição de visual de Belo Horizonte; e a relação com o processo de mineração no entorno de Águas Claras. Por outro lado, apontam a solução mais feliz em Pas de Calais, reconvertendo a área degradada em serviço público.

A pesquisa de Telma de Barros Correia – *Arquitetura e paisagem industrial: as vilas operárias no Recife* – ilustra bem como o traço arquitetônico traz a extensão de uma realidade social. O artigo de Norma Lacerda – *A convenção confiança-lealdade: fundamento do mercado imobiliário informal no Recife* – retoma e atualiza a questão da relevância do impacto imobiliário no processo de urbanização e na transformação do território, mas agora a partir da realidade mais extensiva e imediata: as áreas mais pobres; a solução encontrada já anuncia a crítica à concentração do mercado imobiliário em algumas poucas mãos; e seu modo engenhoso de convivência e resistência ao recobrar a confiança interpessoal – que o grande mercado imobiliário exclui.

Em dado momentos os arquitetos sonharam em suas pranchas projetos de uma sociedade mais fraterna e igualitária. Como, entre nós, o sonho conjunto da Constituição de 1988: por uma gestão mais democrática dos espaços, com participação mais efetiva das associações de bairro, com acompanhamento de programas e planos de desenvolvimento urbano. Houve avanço, certo, mas não na dimensão do esperado. A tricotomia *habitantes-arquitetos-poder público* ainda expõe uma equação muito desigual. No entanto,

cumpra sonhar arregaçando as mangas: a perda das ilusões não desdiz da esperança. Este número da Revista de Estudos Universitários é, portanto, um convite ao fórum de debate das questões sociais figuradas nos projetos urbanos.

Lourival Holanda

Editor da Revista Estudos Universitários

APRESENTAÇÃO

9

Estudos Universitários

A presente edição da *Revista Estudos Universitários* se organiza em torno de um tema central: a cidade, sendo ela abordada por meio de textos que discutem a política cultural, a permanência dos bens patrimoniais e da paisagem urbana, a contribuição de notáveis pensadores na prática de planejamento urbano e regional, as transações imobiliárias em áreas pobres, o planejamento da expansão urbana, a expressividade arquitetônica das vilas operárias e, ainda, as manifestações da arquitetura barroca.

Inicialmente, traz ao público um texto de Denis Antônio de Mendonça Bernardes e Ângela Nascimento — como uma homenagem *in memoriam* à inestimável contribuição dele ao progresso do pensamento acadêmico. Bernardes foi um dos mais notáveis historiadores da UFPE e ocupava o cargo de editor desta revista quando faleceu em 2012. Seus estudos dedicavam-se ao desvendamento da relação entre memória, informação e sociedade. Em *As pessoas fazem política cultural?* O caso do Cais José Estelita, ele revela o quanto foi um ativo participante da luta democrática pela cidade, vista como expressão da cultura e, portanto, da história. Nesse artigo, a questão norteadora de suas reflexões refere-se a quem deve determinar o uso do território da cidade. Após uma

síntese histórica sobre a política cultural como expressão do Estado, ele adentra no caso do *Movimento Ocupe Estelita* – organizado para defender a não privatização de um espaço singular do Recife –, mostrando que é também possível ver a aludida política como uma necessária expressão da ação de pessoas. O seu percurso reflexivo permitiu concluir que esse movimento assumiu largamente o que deveria ser o papel do Estado, ao qual caberia aplicar as legislações referentes aos espaços públicos carregados de memória.

As reflexões de Norma Lacerda – apresentadas no artigo *A convenção confiança-lealdade: fundamento do mercado imobiliário informal no Recife* – partem da evidência de que, nas áreas pobres das grandes cidades latino-americanas, o mercado de aluguel vem constituindo uma importante forma de acesso dos pobres à moradia. Diante da insuficiência de análises sobre a coordenação desse mercado, ela mostra, por meio do estudo sobre Brasília Teimosa, a pertinência de compreendê-la à luz da Teoria das Convenções. Nessa localidade, a confiança dos locadores em relação aos compromissos assumidos pelos inquilinos e a lealdade desses últimos em relação aos acordos com os primeiros asseguram o equilíbrio no mercado. Como, na maioria das vezes, não existem fundamentos reais que sustentem semelhantes sentimentos – afinal, como mostra a autora, os locadores são quase tão pobres quanto os inquilinos – é inócuo, segundo ela, procurar saber de onde veio a confiança-lealdade. Trata-se de uma escolha dentre outras. Por isso, constitui uma convenção, assumindo um caráter normativo e, assim, coordenando o mercado de locação nas áreas pobres recifenses.

Em *Mineração, Paisagem e Cultura: o caso de Águas Claras e Nord-Pas de Calais*, Flávio de Lemos Carsalade e Sabrina Maria de Lima Accioly mostram que o processo de reconversão da bacia minerária francesa – reconhecida pela Unesco como paisagem cultural de valor excepcional – ocorreu de forma concertada, envolvendo os diferentes atores envolvidos. O êxito deveu-se à forte presença do Estado. O resultado foi um adequado processo de reabilitação territorial e, em extensão, a preservação da sua paisagem e a revalorização dos seus elementos culturais. Diferentemente, no caso de Águas Claras, a própria demarcação pelo Iphan da área de

proteção não tem sido capaz de garantir a permanência da paisagem cultural. Não tem havido, como no caso francês, ações coordenadas. Os autores chamam a atenção, quando se trata de reconverter áreas degradadas, da necessidade de fortalecer as instituições brasileiras, notadamente no que concerne à gestão e ao financiamento. Mais ainda, defendem a ideia de que as ações de reabilitação devem integrar as estratégias de desenvolvimento local, o que contribuiria para se tornarem efetivas.

No que concerne à prática de planejamento urbano e regional, Virgínia Pontual resgata, no texto *Louis-Joseph Lebreton e Antônio Bezerra Baltar: planejamento humanista no Brasil*, o quanto a atuação desse pensador francês teve implicações na prática do planejamento urbano e regional. Recepcionado no País em 1947 por integrantes dos movimentos católicos progressistas – dentre eles, Antônio Bezerra Baltar –, as suas primeiras ideias foram apresentadas no curso Introdução à Economia Humana, impulsionando a criação da Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (Sagmacs). Esta sociedade transformou-se no principal centro de estudos do movimento Economia e Humanismo no Brasil. Esses foram os passos iniciais para o processo de constituição de uma das vertentes do pensamento social brasileiro. Nesse processo, muito contribuiu o engenheiro recifense Antônio Baltar. Integrante da Sagmacs, ele passou a atuar no âmbito nacional, não apenas incorporando os fundamentos da Economia Humana, mas conferindo relevância à dimensão urbanística nos estudos urbanos e regionais.

A narrativa elaborada por Telma de Barros Correia, *Arquitetura e paisagem industrial: as vilas operárias no Recife* atem-se a uma temática muito cara a essa cidade – as moradias operárias construídas por indústrias, entre a última década do século XIX e meados do século XX. Estão identificados como marcos urbanísticos as chaminés de fábricas e as vilas operárias, que, junto aos mocambos, às igrejas barrocas e às pontes conformavam uma paisagem singular. O tratamento rigoroso das fontes documentais dá relevância ao estabelecimento de novas relações entre moradia e trabalho, mostrando experiências que se caracterizaram pela

diversidade de arranjos espaciais, tipologias habitacionais e estilos arquitetônicos. Se por um lado existiu diversidade, por outro está ainda identificado um padrão de moradia que foi aquele formado de pequenas casas térreas; dispostas isoladas, geminadas ou em blocos. A narrativa rica e bem construída emociona ao afirmar que nas vilas operárias as construções eram de rara qualidade e com formas urbanas expressivas, mas principalmente, por terem gerado bairros e cidades, elas são um testemunho da ação relevante da indústria na urbanização e na transformação do território.

No artigo de Alberto Sousa e Patrícia Queiroga, *Grandes expansões planejadas em cidades ocidentais antes de 1900*, são narradas 11 expansões situadas em nove países e três continentes, focando a análise dos seus traçados urbanos. Os casos estudados europeus e americanos, cujas expansões foram projetadas entre meados do século XIV e fins do XIX, estão mostrados para as cidades de Praga, Ferrara, Berlim, Edimburgo, Montevidéu, Atenas, São Francisco, Madri e Milão, consistindo todas em casos bem ilustrativos. No Brasil, as grandes expansões planejadas estudadas situam-se nos anos de 1890, na forma de loteamentos, pelo setor privado, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Vitória. A análise comparativa dessas práticas urbanísticas mostra que foram experiências desiguais no tamanho da área selecionada e na relação com a área preexistente. Ademais, quando a expansão foi colada à cidade existente, variados modos de integrar as duas foram utilizados, como o emprego de área de transição, prolongamento de ruas e simples justaposição do novo ao antigo sem o cuidado de propiciar a integração. Enfim, o autor mostra que as expansões planejadas constituem um rico campo de aplicação de modelos urbanísticos.

Em *Algumas literalidades artísticas na formação da cidade barroca*, Fernando Guerra discorre sobre as manifestações arquitetônicas presentes no século XVII. Revisitando o tema da cidade barroca, o autor mostra os fatos político-religiosos que contribuíram para a experimentação de outra estética urbana e arquitetônica. A monumentalidade, dramaticidade e suntuosidade estão presentes nas igrejas e nos palácios simbolizando o poder absoluto, enquanto nos espaços exteriores o novo traçado urbano com praças abertas

e ruas ou avenidas dinâmicas e irradiantes revelam uma atmosfera lírica, cujo resultado é o que o autor nomeia de *cidade colossal*.

As sessões *Memória e Entrevista* constituem, neste número da revista, um só documento. Essa junção não se constituiu em perda. Ao rememorar, por meio de entrevista, o entendimento sobre o Recife dos anos de 1930, o intelectual e profissional brilhante Antônio Bezerra Baltar trouxe força rejuvenescedora, como aludia Walter Benjamin em sua obra *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, ao conjunto de contribuições presentes. O intelectual e profissional de Baltar foi polivalente: estudante de engenharia e de belas-artes, engenheiro, urbanista, economista, militante do Partido Socialista, vereador e suplente de senador. Essa trajetória não foi uma sequência linear de experiências, inflexões existiram à medida que sua significativa produção técnica e acadêmica deixou de ser apenas de âmbito local e tornou-se nacional e internacional.

A sessão *Resenha* traz outras contribuições por relatar analiticamente obras recentes de importância nos campos do urbanismo e do planejamento urbano e regional. A esta se somam, nas sessões *Para Conhecer Mais e Revista das Revistas*, as referências de livros e revistas que complementam o espectro de obras a serem consultadas e que enriquecem o conhecimento das temáticas aqui tratadas.

Os temas e as escritas dos autores constituem um panorama atual e envolvente que convida ao desfrute intelectual do leitor. Boa leitura!

ENTREVISTA

**ENTREVISTA REALIZADA
POR VIRGÍNIA PONTUAL COM O
ENGENHEIRO ANTONIO BEZERRA BALTAR,
RECIFE, MARÇO DE 1993**

17

ENTREVISTA - Estudos Urbanísticos

QUAIS AS PROPOSIÇÕES URBANÍSTICAS ELABORADAS PARA A CIDADE DO RECIFE NAS DÉCADAS DE 1930 A 1950 QUE VOCÊ CONHECE?

As proposições citadas na minha tese de concurso, escrita em 1951. Elas se referem diretamente às de Néstor de Figueiredo, Fernando Almeida, Atilio Correia Lima e de Ulhôa Cintra. As de Preste Maia e Washington de Azevedo foram pareceres escritos sobre um questionário que foi dado para eles; não foram proposições urbanísticas. As que eu conheço são essas. Pode ter havido algum engenheiro da Prefeitura que tenha elaborado alguma

proposta, mas ou não foi levada em conta ou morreu dentro do âmbito da própria instituição.

QUE EFEITOS ESSAS PROPOSIÇÕES TIVERAM SOBRE A CIDADE REAL?

Bem, partindo do fim para o princípio os efeitos sobre a cidade real foram na realidade pequeníssimos. E as principais propostas foram as de: Domingos Ferreira — que era engenheiro da Prefeitura —, que teve algum prosseguimento com a abertura da Avenida Guararapes; e Ulhôa Cintra, a parte da Avenida Dantas Barreto, principalmente a consolidação da coroa, por sinal muito

discutível. Isto é, a coroa proposta no fundo do Palácio do Governo, na junção dos rios Capibaribe e Beberibe. A partir daquela coroa, seriam construídas três pontes — uma que entraria no bairro de Santo Antônio; uma que entraria no da Boa Vista, na Rua da Aurora; e a terceira que entraria no Bairro do Recife. Isso desfiguraria completamente o Recife no seu crescimento normal, não tendo sido aceito.

Das proposições de Ulhôa Cintra, foi executada a abertura da Avenida Dantas Barreto, isso mesmo com grandes modificações em relação ao que ele propôs. Até hoje não se sabe bem para que serve a Avenida Nossa Senhora do Carmo, que é uma derivação da Dantas Barreto. E a Dantas Barreto também não se sabe bem por que termina abruptamente na antiga Praça Sérgio Loreto, não possibilitando o rendimento que ela deveria ter tido. Não se abriria uma avenida daquele porte, com aquela largura, com faixas centrais de tráfego e faixas locais, para não levar a alguma parte. Ela até hoje não leva a parte nenhuma. Sai de um ponto congestionadíssimo — o Cais de Santo Antônio —, e não leva a parte alguma. Uma observação: a de Nestor de Figueiredo não se referia somente ao bairro de Santo Antônio, ela se estendia a grande parte da cidade, mas, que me perdoe a memória de Nestor de Figueiredo, era muito inorgânica, era apenas um conjunto de alargamentos de ruas, não tinha um eixo, não tinha

uma estrutura, um esqueleto urbano compreensível.

Portanto, eu diria que, dessas proposições, de todas elas, as únicas que tiveram efeitos sobre a cidade real foram as de Domingos Ferreira — que redundou na abertura da Av. Guararapes — e a de Ulhôa Cintra, implantada com grandes modificações na proposta desenhada por ele e que se constituiu na abertura da Dantas Barreto e na abertura de uma de suas derivações, a Av. Nossa Senhora do Carmo.

COMO FORAM CONTATADOS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RECIFE ESSES URBANISTAS?

São profissionais que foram chamados, e não sei por qual tipo de contato. Eu conheci as proposições deles já depois de elaboradas. Eram profissionais que, por amizade pessoal ou por admiração, os prefeitos ou os que mandavam dentro da Prefeitura contrataram para realizar essa prestação de serviço.

COMO VOCÊ TOMOU CONHECIMENTO DOS PROBLEMAS URBANOS DA CIDADE DO RECIFE?

Eu na realidade comecei a tomar conhecimento dos problemas urbanos do Recife, em caráter oficial, quando fui designado representante do Clube de Engenharia na Comissão do Plano da Cidade. Essa comissão foi criada pelo prefeito Lauro Borba, e eu fui mantido como tal durante cerca de 18 anos. Naquele

momento, comecei a tomar conhecimento das intervenções urbanísticas feitas para a cidade do Recife. A maior parte das anteriormente citadas estavam concluídas como propostas, mas, em geral, não exerciam grande influência na estrutura da cidade real. Isso porque não foram executadas em sua completude. A de Ulhôa Cintra, por exemplo, propunha coisas que nunca foram executadas.

O INTERESSANTE É QUE GRANDE PARTE DAS PROPOSTAS FICARAM NO PAPEL, NÃO CHEGARAM A SER EXECUTADAS. PORÉM, DENTRE AS QUE VOCÊ DESTACOU, QUAL DELAS FOI A MAIS POLÊMICA?

Eu acho que todas elas foram mais ou menos polêmicas, já que toda proposição urbanística afeta interesses de grupos, e, em geral, quando elas são tornadas públicas, esses interesses vêm à tona e sugerem combates, sugerem oposições, sugerem proposições diferentes. E eu não saberia dizer qual delas foi a mais polêmica; talvez a de Ulhôa Cintra, é possível que ela tenha sido a mais polêmica. Mas era a mais objetiva, tanto que, entre as proposições, as de Ulhôa Cintra é que foram as mais executadas.

As proposições urbanísticas não chegavam a ser muito discutidas, a não ser na Comissão do Plano da Cidade. Porém, elas não tinham grande repercussão pelo fato de te-

rem sido realizadas sem considerar a evolução da cidade do Recife.

O povo, propriamente, nem tomou conhecimento delas. Ficaram no âmbito da Prefeitura, discutidas entre os engenheiros da Prefeitura, executadas em pequeníssimas partes, de modo que não chegaram a provocar muita polêmica, não. Polêmicas maiores foram despertadas, às vezes, pela construção de edifícios públicos novos. Quando esses edifícios tinham linhas modernas, por exemplo, saiam todos os críticos, tipo acadêmico da arquitetura, para ser contra, para sugerir tal ou qual estilo que para eles era a dimensão mais importante.

BALTAR, E O SEU TRABALHO. DIRETRIZES DE UM PLANO REGIONAL PARA O RECIFE, EM QUE CONSISTIU SUA TESE? QUAL A VISÃO TEÓRICA ADOTADA? COMO VOCÊ A ELABOROU? NA ÉPOCA EM QUE VOCÊ APRESENTOU, TEVE IMPACTO?

Em primeiro lugar, o que eu tenho a dizer é que o trabalho que você citou é um trabalho acadêmico, é uma tese de concurso. Tinha um objetivo claro, específico, definido, que era concorrer à cadeira de Urbanismo. Com a morte do engenheiro José Estelita, que era o professor-fundador dessa cadeira na Escola de Belas Artes, a vaga ficou aberta. Nessa escola existia, além dos cursos de Pintura e de Escultura, um curso de Arquitetura, que eu já tinha frequentado, como estudante,

num momento em que ele não era reconhecido. Eu era o estudante de Engenharia mais adiantado, então resolvi abandonar o curso de Belas Artes, tendo completado apenas o curso de Engenharia.

Em 1941, 3 anos depois de formado, eu fui convidado para substituir, temporariamente, o prof. José Estelita — que tinha ido ao Rio de Janeiro a serviço do Porto do Recife, do qual ele era engenheiro — e durante 2 anos ensinei Urbanismo. A minha escolha pelo ensino de urbanismo tinha sido motivada pelo fato de eu ter trabalhado na Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, como estudante; porque eu era membro da Comissão do Plano da Cidade, representando o Clube de Engenharia, havia pelo menos uns 10 ou 12 anos; e porque tinha publicado alguns trabalhos sobre Urbanismo em revistas como a do Porto da Cidade do Recife. Então eu fui ensinar Urbanismo, como contratado, no lugar de José Estelita, durante 2 anos. Quando José Estelita voltou, os professores e alunos insistiram que eu ficasse ensinando, e eu andei girando em várias disciplinas no curso de Arquitetura, da Escola de Belas Artes. Eu ensinei Perspectiva durante 3 anos, eu ensinei Teoria da Arquitetura, substituindo o prof. Evaldo Coutinho, que também se afastou por 2 anos. O prof. Evaldo era procurador do Ipase, foi trabalhar no Rio de Janeiro durante 2 anos e me pediu que eu o substituisse na cadeira de Teoria de Ar-

quitetura. Eu ensinei porque faltava completamente quem ensinasse, não havia nesse momento nenhum arquiteto formado em Pernambuco, e, então, eu fui ensinar Composição de Arquitetura, na cadeira Pequenas Composições de Arquitetura.

Em seguida, o prof. Estelita adoeceu gravemente, morrendo meses depois, e eu o substituí na cadeira onde 10 anos antes eu tinha começado a ensinar na Escola. Eu fiz concurso, quer dizer, escrevi a tese em 1950, o concurso foi feito em 1951, e, então, eu tomei posse como professor-titular da cadeira.

A tese tem cinco capítulos. No primeiro capítulo, eu analiso a evolução da ideia primitiva de urbanismo — que era uma ideia mais de embelezamento da cidade, soluções de problemas de trânsito, soluções de problemas de higiene da habitação e de perspectivas urbanísticas — mostrando como isso evoluiu no sentido da planificação regional. Para tanto, reconheço que a cidade existe como centro de uma região. Toda cidade impõe sobre a região circundante uma marca que faz com que ela e a região sejam duas realidades complementares, sendo, portanto, impraticável fazer o plano da cidade sem a consideração da região: onde ela se situa e da qual ela, geralmente, é o centro focal.

O primeiro capítulo, então, mostra como evoluiu, na literatura mundial, um plano de cidade concebido até pelo Barão Haussmann, em Paris, como propostas de intervenções

voltadas ao embelezamento. Dessa concepção de plano, evoluiu-se para uma coisa mais profunda em que se analisam os problemas demográficos, os problemas econômicos, os problemas técnicos de prestação de serviços coletivos e se reúne tudo isso numa tentativa de dar à cidade uma forma tal, material, que sirva de base adequada para o preenchimento das funções urbanas. Essas funções, há mais de 50 anos já tinham sido definidas no *Congresso de Atenas* e no *Congresso de Arquitetura Moderna*, como sendo: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito, circular no espaço urbano. Coisa que ainda hoje é válida, naturalmente demandando uma análise mais profunda. Então essa evolução é a que eu descrevo no primeiro capítulo da tese. Como é que a teoria e a prática do urbanismo evoluíram de um conceito puramente de embelezamento de cidade para um conceito mais profundo de cidade — como centro de uma região em todos os seus aspectos políticos, econômicos, sociais, demográficos e técnicos, que são aqueles de arquitetura e de engenharia urbana?

Esse capítulo dá uma ênfase muito grande ao papel fundamental que tiveram os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, a Bauhaus alemã, mas principalmente os ingleses e a prática do urbanismo na Inglaterra, cuja Lei de 1947, feita logo depois do encerramento da Segunda Guerra Mundial, constitui-se

no documento mais completo, mais perfeito de planejamento urbano que foi feito no mundo até hoje. A Lei de 1947 propõe que sejam analisadas a estrutura urbana; as determinantes econômicas, jurídicas, sociais e políticas da evolução das cidades; assim como as coisas que afetam cada um desses aspectos do crescimento das cidades.

Nesse capítulo em que eu estudo a evolução do plano da cidade para o plano regional, tendo a cidade como centro, eu enfatizo muito o alcance que tiveram os urbanistas ingleses não somente na formulação teórica, mas na realização prática. A política de cidades novas da Inglaterra, das cidades-satélites e tudo que foi desenvolvido amplamente na Inglaterra foi o que de mais importante se fez, talvez, até hoje, em matéria de urbanismo.

O segundo capítulo é uma história da evolução do Recife: como foi que a cidade nasceu, como ela cresceu, uma descrição sumária de sua geografia urbana e de certos atentados que foram feitos a essa geografia, sobretudo o tratamento do problema da drenagem, já que é uma cidade extremamente baixa, uma cidade alagada, uma cidade que tem a contribuição de três ou quatro rios relativamente grandes, que trazem água para a planície. Estando cercada por uma colina, mais ou menos 15 km de raio, sendo baixíssima, inundável pelas marés, essa cidade sofreu verdadeiros atentados do ponto de vista hidráulico, hidro-

lógico e de drenagem. O aterro, sem considerar os alagados dos baixios, foi um erro que até hoje tem consequências gravíssimas, como são as enchentes do Capibaribe e certos deslizamentos de morros.

O outro capítulo é uma história dos planos que o Recife teve. Eu o caracterizo como, talvez, a cidade que teve mais planos de todas as cidades do Brasil. Mas nenhum deles um plano compreensivo, um plano baseado na análise concreta dos fatos reais, e sim proposições parcelares e, como estes que você acabou de citar há pouco, que foram realizadas a não-ser em uma ínfima parte e que não tiveram grande repercussão no crescimento urbano. O que se entende por repercussão, e eu enfatizo um pouco na tese, foi a ação constante da Prefeitura do Recife procurando disciplinar em meio a todo um jogo de interesses imobiliários e de contrafações de urbanismo que havia; disciplinar um pouco o loteamento e algumas vezes conseguir dar ao Recife um aspecto melhor do que, por exemplo, o do Rio de Janeiro e de São Paulo de até 15 anos atrás, quando se podia construir os edifícios mais altos, pegados uns nos outros, formando verdadeiros paredões — no caso dos lotes de frente para a praia, era um desastre total. Como foi em Copacabana, por exemplo, pois as ruas por trás da Avenida Atlântica, a Rua Nossa Senhora de Copacabana, a Rua Barata Ribeiro e a Rua Toneleros são ruas inabitáveis, porque

o vento que vem generosamente da orla marítima encontra uma barreira de edifícios altos pegados uns nos outros e só tem as aberturas das ruas.

Então isso no Recife se conseguiu à custa de trabalho de gente da Prefeitura, da Comissão do Plano da Cidade e de dois engenheiros cujo nome gostaria de destacar nesta conversa nossa: Abdias de Carvalho, que ganhou como prêmio o nome em uma avenida, e um outro, que não recebeu nenhuma homenagem, o Edgar Amorim, velho professor e diretor da Escola durante um período delicadíssimo da vida da Faculdade de Arquitetura. Edgar Amorim foi um verdadeiro herói na defesa de leis que realmente respeitavam a forma da cidade, para que ela não assumisse uma irracionalidade completa, e sofreu todas as consequências, acusado e vilipendiado até a sua morte. A princípio com Abdias e, depois da morte deste, ele, sozinho, quase sustentou uma legislação que é o que se tem de melhor em matéria de proposição urbanística. A legislação que condiciona a altura dos edifícios a um afastamento progressivo dos limites do terreno onde serão construídos.

BALTAR, ESSA PROPOSIÇÃO A QUE VOCÊ SE REFERE É O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO? E MAIS: QUAL O PRIMEIRO CÓDIGO DE OBRAS QUE VOCÊ CONHECE PARA O RECIFE?

Olhe, eu já tenho essas coisas meio apagadas na memória, já faz muitos anos que eu não trabalho mais nisso. Passei 16 anos fora do Brasil, de maneira que eu não saberia dizer. Houve códigos anteriores, como o código Saboya, sugerido por Lucio Costa para o Rio de Janeiro. Todas essas leis representavam, realmente, algum progresso do ponto de vista urbano. E não posso negar que são proposições urbanísticas; são disciplinas da construção, sobretudo das construções mais altas, que preservam as qualidades urbanísticas da cidade.

Agora, voltando à minha tese: o capítulo final é uma série de proposições, não proposições propriamente em termos urbanísticos. Eu não podia ter a pretensão de fazer um plano para a cidade como trabalho acadêmico para concorrer à cátedra universitária, por isso ele se chama *Diretrizes*. O último capítulo, então, trata das minhas proposições para a cidade, nas quais eu defendo a ideia de progresso urbano sem a continuidade que caracterizava as cidades do século passado. O padre Lebrez, com quem trabalhei nessas coisas em São Paulo e Belo Horizonte, tinha uma imagem muito boa: "Coisas essenciais são o alvo do tiro ao alvo", isto é, a cidade crescendo por círculos concêntricos que vão aumentando seu raio com a continuidade. Quando se esgota o perímetro urbano para o qual ela foi planejada a princípio, vai se fazendo crescer por outros núcleos que

são ligados a esse núcleo primitivo, mas esses núcleos gozam de certa independência, certa autonomia do ponto de vista urbanístico. E eu sugiro claramente para o Recife esse segundo tipo de crescimento.

Quer dizer, eu acho que o Recife não tem condições de crescer continuamente por extensão periférica; se se fizesse isso, seria um desastre. A criação de uma área metropolitana, o que ocorrem legalmente 26 anos depois de minha tese, é um reconhecimento de que a melhor maneira de progredir é consolidar os núcleos e ligá-los adequadamente ao núcleo principal. Essa é que é a proposição fundamental, no mais é uma série de pequenas proposições e detalhes para certas ruas. Eu propunha, por exemplo, para a Rua da Imperatriz que se recuasse a fachada das lojas só no térreo e se fizesse arcadas, de maneira que houvesse uma galeria de um lado e do outro por onde o público deveria passar. Havia na Rua da Imperatriz, ainda, centros de quadras muito arborizados e até bonitos, se poderiam fazer as lojas abrirem para eles, e não para as ruas do bairro. São proposições assim, mais ou menos românticas, que numa tese acadêmica cabem, mas se tivesse sido um plano teriam que ser muito mais detalhadas. Essa é que é a essência da tese.

QUAL O CÓDIGO DE OBRAS PARA A CIDADE DO RECIFE QUE VOCÊ DESTACARIA?

Como eu lhe disse, nos 16 anos que eu passei fora do Brasil eu trabalhei na Cepal como economista, não como engenheiro nem urbanista. De modo que eu fiquei todo esse tempo com a cabeça completamente afastada dessas temáticas. Entretanto, do que estou lembrado, pode-se considerar que, de tudo quanto se fez em termos de legislação urbanística no Recife, o mais importante foi a lei, cujo número não me lembro mais, que determinou que todo edifício, a partir do segundo pavimento, teria que ter um afastamento dos seus limites, progressivo, à base de 50 cm por cada andar. Essa foi, sem dúvida nenhuma, a lei mais importante. Ela permitiu, por exemplo, que Boa Viagem não barre a ventilação nem a vista do mar completamente para a Rua dos Navegantes e a Rua Domingos Ferreira; todas elas recebem alguma brisa do mar pela razão de que os edifícios não são quadra por quadra pregados uns nos outros. São separados e tão mais separados quão mais altos eles forem. Essa para mim foi a lei mais importante de todas as aprovadas para o Recife.

ESSA LEI FOI APROVADA NA DÉCADA DE 1950?

Ela já existia quando eu escrevi a minha tese. Eu trabalhei nela na Comissão do Plano da Cidade. E ela contou com uma oposição tremenda. Há episódios curiosos. Eu fui vereador, fui eleito em 1955. Eu passei 8 anos na Câmara de

Vereadores, e nesses anos apareceu inclusive uma proposta de lei que suspendia durante 6 meses a vigência da legislação urbanística existente, enquanto se estudaria uma nova lei. Ora, isso significava introduzir o caos total na cidade do Recife. Eu fiz um aparte, quase que violento, nesse mesmo dia em que apareceu o projeto de lei, me comprometi a apresentar algo e no dia seguinte levei. O que eu declarei na minha primeira reação na Câmara foi que havia interesses escusos por trás desse projeto de lei. Então eu apresentei no dia seguinte, foi um escândalo geral, com televisão e repórter de jornal, tudo isso. Eu levei uma relação de dez processos que tinham sido indeferidos pela Prefeitura do Recife porque desobedeciam a lei e que seriam realizados durante esses 6 meses de suspensão da lei se esse projeto fosse aprovado. Foi um verdadeiro escândalo, então eu disse que o vereador que apresentou a proposta de suspensão ficaria sob suspeita de conivência com isso. Ele pediu a palavra e retirou o projeto de lei. Mas até isso chegaram a propor...

VOCÊ PODE DIZER O NOME DESSE VEREADOR?

Não, ele já morreu. Eu prefiro respeitar a memória dele, não vou dizer quem foi, não. Mas ele... Até hoje não sei se ele fez de boa-fé, de ignorância, ou se fez de má-fé e conivência com os interessados. Eu não sei dizer, com franqueza, eu não sei.

E como eu não sou juiz, nunca fui, nem de futebol, não me interessa o julgamento. Mas era isso simplesmente: suspender por 6 meses a vigência de todas as leis urbanísticas. Quando se retomasse alguma lei, a cidade já estaria completamente estragada, sem nenhuma dúvida.

ISSO FOI MAIS OU MENOS EM QUE ANO?

Na década de 1960. Depois eu deixei a Câmara e fui para o Senado exercer o mandato durante 1 ano, mas voltei e reassumi na Câmara. Acho que foi nesse período, mais ou menos, em torno do ano 1960, pouco antes, um pouco depois, não me lembro bem, não. Você provavelmente encontrará algo nos anais da Câmara.

QUE CONSIDERAÇÃO PODERIA FAZER SOBRE O CONTROLE LEGAL DE CRESCIMENTO DA CIDADE?

Esse tipo de controle constitui a teoria real do urbanismo. Você não pode pegar o espaço destinado à cidade, à urbanização e dividi-lo conforme o que se queira. Uma vez escolhidos certos espaços, fixados certos parâmetros de utilização destes, os outros parâmetros resultam algebricamente, não podem mais ser escolhidos ao acaso. Quer dizer, um planejador que ignore isso vai bater com a cabeça na parede, vai fazer uma besteira um dia. De modo que eu me preocupei muito com o aspecto de que o espaço da cidade não é ilimitado, que ele deve ser or-

ganizado não somente em superfície, mas também em altura, e que na organização desse espaço há leis algébricas que ligam os parâmetros, eles não são todos arbitrários.

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O INSTRUMENTO URBANÍSTICO DO SOLO CRIADO?

Isso aí é um problema jurídico que se põe. O solo criado é na verdade a realidade mais nova do urbanismo dos tempos modernos... O progresso da ciência, da construção, quer dizer, da resistência dos materiais, da estabilidade das construções e as técnicas e tecnologias da construção propriamente dita — a estrutura de concreto armado, a estrutura de aço e assim por diante — criaram uma realidade nova na cidade, que é a possibilidade de superpor pisos. Se você olha para a Idade Média, por exemplo, foram construídos edifícios muito altos, quase tão altos quanto os grandes arranha-céus de hoje, as catedrais, mas elas só têm um piso. A única coisa que tem piso múltiplo é a torre, para dar acesso aos sítios lá em cima.

A realidade nova decorrente do progresso da tecnologia da construção é a superposição de pisos, quer dizer, em outras palavras, a multiplicação do espaço utilizado pelo homem a partir do mesmo espaço de terreno — o mesmo espaço básico e geográfico. Essa novidade está provocando e vai provocar, provavelmente, ainda mais, uma profunda modificação na legislação e na jurisprudência sobre o uso do espaço

urbano. Porque, antigamente, nosso direito civil era muito baseado no direito romano, que tinha um princípio colocado nas primeiras páginas de todos os livros de Direito: a propriedade é direito justo, isto é, o direito de usar e abusar daquilo que era sua propriedade.

Ora, é evidente que isso hoje não é mais aceitável no âmbito das cidades. Por exemplo, na zona rural, onde as casas são distantes umas das outras, a ação sobre o ambiente, a ação de uma pessoa ou de uma família sobre o ambiente, com os dejetos, se limita à redondeza da casa e não afeta os vizinhos. Isso, porém, muda completamente de figura quando se chega à cidade. Ai, as casas são pegadas umas nas outras ou muito próximas, há um afastamento entre as casas que é quase o mesmo das larguras das casas ou até menor. Bom, então está claríssimo que a propriedade do solo urbano não pode ser mais gerida pelas leis antigas. Não pode haver mais o direito de usar e abusar do seu terreno porque isso afeta o direito dos outros e porque é um princípio jurídico democrático: o direito de um termina onde começa o direito do outro. Então, isso obrigou que se fizesse uma revisão da ideia de propriedade privada e se elaborasse a noção de solo criado. Porém cabe a pergunta: o proprietário do terreno tem hoje o direito de construir indefinidamente? E a resposta é não, é evidentemente não. Porque, à me-

didada que ele superpõe pisos, está criando problemas para todos os aspectos da cidade. Ele está criando problemas para o abastecimento de água, que, por uma única saída, tem que abastecer centenas ou milhares de metros quadrados.

No lugar onde houvesse uma casa, só haveria certo número de metros quadrados. O edifício com muitos pisos superpostos está criando necessidades de trânsito nas ruas circunvizinhas muito maiores. O carteiro, os homens que entregam o abastecimento têm um trabalho muitíssimo maior, decorrente da superposição de pisos e, portanto, do solo criado. Então, não se pode ter a liberdade indefinida de se criar solo, e essa disciplina do solo criado, que em São Paulo avançou bastante, não é por acaso, graças às pessoas que trabalharam comigo no trabalho do padre Lebrecht. É uma justa medida: quem tem um terreno e quer usá-lo arbitrariamente não se conforma de ficar sujeito a uma legislação que limita o uso do terreno, que limita o solo criado também.

O solo criado está considerado indiretamente nas equações algébricas que eu acabei de falar, que nós desenvolvemos com o pessoal de São Paulo e que foram publicadas em São Paulo e em Lisboa. Porque quando a gente fala em cota de conforto, que é a relação entre a área construída e o número de pessoas que vão habitar nessa área, estamos falando de solo criado. De

modo que o solo criado, embora esteja sem menção direta nessa teoria, evidentemente está caminhando no mundo inteiro para uma disciplina mais ou menos uniforme.

AS RECENTES CRÍTICAS AO PLANEJAMENTO TÊM SE REDUZIDO...

É evidente que um plano, por melhor que ele seja, se saiu da cabeça de técnicos somente, impondo à população soluções sobre as quais ela não foi consultada, não tem força nenhuma. Cedo ou tarde essas soluções vão cair e vão ser desobedecidas. Mas também, por outro lado — como dizia o velho Barbosa Lima, não o nosso atual político que está com tanto destaque, mas o tio dele que foi governador de Pernambuco: "Problemas técnicos não se resolvem por sufrágio universal", uma frase que ficou na história do Brasil —, não se pode esperar que seja o povo que diga como vão ser as coisas. Agora sim, o povo decidir entre proposições alternativas para resolver os problemas reais de urbanismo que existem, que seja ele que escolha qual é a alternativa que prefere, assim está certo. Essas proposições são que hoje em dia é o papel do técnico, não somente nesse assunto, mas, por exemplo, em toda a área do planejamento econômico, que é mais vasto ainda do que o planejamento urbano. A ideia vitoriosa hoje na maior parte do mundo é a de que o planejador e o técnico têm por função no Go-

verno a de identificar as alternativas de solução que determinado problema apresenta, identificar as consequências da adoção de cada uma dessas alternativas e apresentar esse conjunto de questões ao tomador de decisões, que é o político, é o homem que tem mandato do povo para tomar decisões. Ele, então, olha todo o leque de soluções possíveis, as consequências de cada uma dessas soluções e decide, usando critérios adequados para dizer daqueles resultados diferentes que surgiram das soluções A, B, C, D, etc., qual é o conjunto mais aceitável para a população. E, se a população achar que ele está errado então e se se tratar de um regime parlamentarista, quem tomou a decisão cai fora e entra outro que seja capaz de representar realmente o pensamento do povo. Esse é para mim o caminho da democracia; o técnico tem um papel importantíssimo, mas se limita a isto: identificar as alternativas de solução, identificar as consequências dessas alternativas, da adoção de cada uma dessas alternativas e entregá-las ao decisor político; ao tomador de decisões, que tem mandato do povo para isso, para ele escolher, usando critérios os mais transparentes possíveis, qual a solução que lhe parece a melhor, porque as consequências são as melhores de todas. Esse que acho que é o papel do planejador e do técnico, em geral, dentro do governo.

GOSTARIA DE PASSAR PARA OUTRO PONTO. COMO VOCÊ PODE DESCREVER A OCUPAÇÃO DO RECIFE NO PERÍODO DOS ANOS DE 1930 E 1940?

O que caracterizou o crescimento do Recife foi o fato de que a base geográfica é absolutamente clara e simples de descrever: é uma planície extremamente baixa, em média de 3 a 4 m acima do nível do mar, circundada e limitada por uma colina que chega a até 60 a 70 m de terra. Essa colina começa em Olinda. Na Sé de Olinda, dá a volta por Campo Grande, Peixinhos, Beberibe, Casa Amarela, Dois Irmãos, Caxangá, Curado e termina no Aeroporto dos Guararapes. Quer dizer, é um semicírculo quase perfeito, cujo centro está na entrada da barra do Porto do Recife.

Essa planície é extremamente baixa e extremamente afetada pela água. Ela tem o Rio Tejiú, que recebe o Jiquiá e deságua no braço direito do Capibaribe, e tem o Capibaribe desde o Caxangá, que dá uma porção de voltas pela cidade e, ao chegar perto do Hospital Português, se divide em dois braços. O braço direito recebe o Tejiú e termina em Santa Rita, e o braço esquerdo continua dando voltas pela cidade. Ao passar por trás do Palácio do Governo, ele recebe o Beberibe pela margem esquerda, os dois, juntos, dão ainda uma volta na antiga Ponte Giratória e formam o estirão do Porto do Recife até a foz.

Assim, é uma quantidade considerável de água que chega a essa pla-

niú vinda do interior. O Capibaribe tem uns 200 km de extensão ou um pouco mais; o Beberibe é mais curto; o Tejiú é curto também; o Jaboatão já está fora da planície. Quer dizer, o Tejiú, o Jiquiá e o Jordão deságuam juntos no braço direito do Capibaribe. Além disso, por ser muito baixa a planície, a maré que entra pela barra se espalha e vai até praticamente a Caxangá e distâncias equivalentes do Porto do Recife. Essa maré sobe e desce, às vezes, na maré alta, têm-se quase 3,5 m de diferença de nível. Então, numa planície baixa como essa, ela tem um efeito considerável. O que é que acontecia nos tempos antes de a cidade ser implantada? A cidade começou como uma vila de pescadores, a freguesia de São Frei Pedro Gonçalo do Recife, que os holandeses consolidaram e estenderam para o outro lado do rio formando o bairro de Santo Antônio e de São José, e, depois da saída dos holandeses, progrediu pela planície. Agora o que é que caracterizava a estrutura desse agrupamento urbano? Era o seu aspecto estritamente radial.

Pela razão seguinte: essa planície tinha uma série de engenhos de açúcar cujos nomes figuram na toponímia da cidade. Ainda temos o Engenho Beltrão, que é a Tacaruna; o Engenho Poeta, que é o Caxangá Golf Club; temos o Engenho do Meio, onde é hoje a Cidade Universitária. Desses engenhos, o açúcar era transportado pelos rios e cursos

de água mais ou menos precários. Então havia entradinhas, caminhos que vinham todos até o Porto do Recife e que formavam então, naturalmente, uma estrutura radial no centro, no Porto do Recife, indo a todas as direções: Olinda, Campo Grande, Peixinhos, Casa Amarela, Beberibe, Dois Irmãos e Caxangá, que forma praticamente o diâmetro central, depois Curado, Tejiú, Imbiribeira e, por último, Boa Viagem, do lado de cá. Esses engenhos hoje são bairros da cidade do Recife e daquelas componentes da área metropolitana.

Bom, essa estrutura radial foi sendo consolidada por vários meios, inclusive pela instalação dos serviços públicos. Quando se fez uma linha de ferro urbana — a maxambomba, que era um trenzinho como uma Maria Fumaca, mas que servia de transporte coletivo pra Caxangá, pra Dois Irmãos, etc. —, já havia certa consolidação de casas de um lado e de outro desses divisores de água, então a maxambomba seguiu por aí. Quando Saturnino de Brito veio a mandado de Oswaldo Cruz para sanear o Recife, ele teve de consolidar essa estrutura porque os principais coletores de esgoto e de distribuição de água tiveram que seguir por esses mesmos caminhos onde estavam as casas. Então ficou uma estrutura de raios partindo do centro da cidade com espaços vazios no meio, onde estavam muitos dos alagados e dos mangues, que tinham uma função hidráulica

importantíssima quando coincidia uma maré alta com a enchente de algum desses rios e, às vezes, com todos eles ao mesmo tempo. A água se espalhava pelos mangues e alagados e aí ficava depositada até que a maré baixasse e a corrente se invertesse, porque o rio corre para lá e para cá conforme a influência da maré. E então a água ia embora, e o que ela alagava eram terrenos vazios completamente, onde não havia proprietários, não havia gente morando, não havia nada, não acontecia coisa nenhuma.

Bem, o que aconteceu? Esses setores foram sendo ocupados por sítios, ou seja, terrenos grandes dos quais as pessoas se apropriavam quase sempre usando a célebre enfiteuse dos terrenos de marinha. Então se formaram os grandes sítios com grandes construções que eram residências de gente que tinha dinheiro.

Com a pressão demográfica, esses sítios começaram a ser loteados, e, como eram loteamentos independentes uns dos outros, não se criou a estrutura complementar dessa estrutura radial de trânsito, que são as perimetrais. Por quê? Porque um loteamento X fazia um sistema de ruas, e um loteamento Y fazia outro completamente diferente. Então, no limite entre os dois, a rua principal do loteamento X terminava aqui, e a rua principal do loteamento Y terminava num lugar diferente, não emendava.

Bom, o Agamenon Magalhães pode ser continua porque aproveitou, o

canal natural, e, com Saturnino Brito, foi prevista a consolidação dela. Quero dizer que quando se estabeleceu uma estrutura radial de trânsito, a complementação com perimetrais é absolutamente indispensável. Eu sou um cara já velho, vou fazer 80 anos, mas não sou nenhum Matusalém, e eu me lembro do tempo em que, para ir de qualquer subúrbio — eu morei na Várzea mais de uma vez — a um outro, a pessoa tinha que ir ao centro da cidade. Você percorria toda a Caxangá, João Alfredo até chegar à Praça Maciel Pinheiro e daí tocar pra Olinda, pra Beberibe ou para Campo Grande.

E A OCUPAÇÃO DE BOA VIAGEM?

O bairro de Boa Viagem... a história é diferente. Foi no Governo de Sérgio Loreto, em 1922 ou 1923, que veio uma comissão de engenheiros para tratar do melhoramento do Porto do Recife, para fazer uma obra fundamental, que era consolidar os arrecifes que separavam o porto do mar. Essa consolidação foi projetada partindo de uma pedra perto de Gurjaú, chamada de Comportas, e construíram uma estrada de ferro que percorria toda a praia de Boa Viagem, passava em Brasília Teimosa e subia nos arrecifes, e aí então ela despejava diretamente os grandes blocos de concreto que eram fabricados lá e que serviam para consolidação do que hoje é o arrecife do Porto do Recife. Então os engenheiros, De Castilho e outros que vieram trabalhar nesse negócio,

lembraram a Sérgio Loreto que a praia de Boa Viagem era belíssima, relativamente perto da cidade e que era utilizada somente por grandes proprietários de terras — seu Oscar Amorim; seu Bruno Veloso; seu Berra de Melo; o pai de Lula Cardoso Ayres, o velho Cardoso Ayres; e outros. Eles chegavam a ela da seguinte maneira: tomavam o trem na Estação das Cinco Pontas — a estrada de ferro de São Francisco que seguia por aqui passava ali perto do atual aeroporto da cidade —, passavam na Estação de Boa Viagem, que ainda hoje existe; aí desciam e tomavam seus carros de cavalo e vinham pela atual Barão de Souza Leão para a praia. Aí havia a igreja-nha como centro da vila, e a prova de que isso era assim é que as duas ruas que existiam a partir da igreja-nha, que eram a Rua do Setúbal, pro sul, e a Rua dos Navegantes, pro norte, têm a numeração a partir da igreja, têm a numeração invertida. Então esses engenheiros do Porto propuseram ao governador: "Olhe, se você conseguir uma ligação do Recife, que não seja essa atual, dependente de uma estrada de ferro precária, nós podemos desenvolver aqui uma grande avenida, que será um balneário formidável". Então foram estudar uma ponte que existia entre o Cabanga e a Ilha do Pina, que foi feita por Saturnino de Brito para passar o emissário de esgoto da cidade do Recife. Tratado no Cabanga, o emissário era um longo cano de 1,20 m de diâmetro. Ele passava

por sobre essa ponte, atravessava a Herculano Bandeira e era despejado na praia do Pina, que sempre significou mau cheiro no Recife porque muitas vezes esses efluentes iam sem tratamento nenhum. Meu pai teve o nome dele colocado numa praça no Pina. Como diretor de Saúde Pública, conseguiu, antes de morrer, em 1918, que Saturnino fizesse o cano ultrapassar os arrecifes e despejar lá dentro — Saturnino ia despejar antes dos arrecifes, aí era que ia ser um desastre total.

Bom, mas então eles estudaram essa ponte, fizeram os cálculos de carga e tudo isso e verificaram que a ponte podia ser alargada; e por cima da tabulação podia-se fazer uma ponte por onde passasse automóvel e bonde. Então foi feita uma linha de bondes atravessando por cima dessa ponte. A ponte era relativamente estreita, mas a linha era de um lado só, então o automóvel podia cruzar com o bonde. Eu fiz muito susto a muito amigo meu dirigindo automóvel e cruzando com o bonde a toda velocidade porque eu sabia que dava, e os caras tomavam um susto tão grande que pediam para descer.

Pois bem, fizeram a ponte, fizeram a Avenida Herculano Bandeira e fizeram a Avenida Beira Mar. O bonde ia por um lado, dava a volta na Igrejinha de Boa Viagem e voltava pelo outro. Levava mais de uma hora para chegar em Boa Viagem, o bondinho. Atravessava a Ponte do Cabanga e estava den-

tro da cidade, aí então começou... Isso foi em 1923 ou 1924, antes da revolução de 1930, no governo de Sérgio Loreto, que teve grandes méritos. O governo de Sérgio Loreto trouxe Amauri de Medeiros, que era genro dele, para ser diretor de Saúde Pública — um grande higienista; trouxe esses engenheiros, colocou Moraes Rego, que era um engenheiro de grande capacidade, como prefeito da cidade; e, então, a Avenida Boa Viagem foi feita. Eu me lembro que eu morei na Avenida Boa Viagem numa casinha próxima da antiga vila... De dona Clotilde de Oliveira, a fundadora do colégio... Essa casa era a primeira casa que tinha desde o Pina até Boa Viagem, era uma casinha quase de pescadores; nós moramos lá duas vezes. Então foi se consolidando casa junto de casa, depois edifício junto de edifício e é o que está lá hoje. Mas começou assim, tinha um bonde e tinha os automóveis que iam e voltavam, não tinha ônibus, o transporte era, portanto, bastante precário, mas de qualquer maneira era melhor do que seguir pela Barão de Souza e pegar o trem.

BALTAR, E AS PONTES DO RECIFE?

Quem acompanhar a cronologia de construção das pontes está acompanhando a cronologia de construção da cidade, sem dúvida nenhuma.

O relatório, por exemplo, da construção do Porto do Recife, também deve ser um elemento muito bom para o crescimento da cidade. Joa-

quim Cardozo fez um artigo mostrando que os engenheiros do porto cometeram, do ponto de vista urbanístico, um erro fatal: quem olha a forma do Bairro do Recife e às ruas principais dele na direção norte-sul vê claramente que a entrada e a saída do Bairro do Recife não deviam ter sido através do bairro de Santo Antônio, que já era congestionado, mas pelo norte e pelo sul.

Pelo norte e pelo sul, que seria pelas pontes que hoje são a Ponte do Limoeiro e a antiga Ponte Giratória. Em vez disso, o que se fez? As avenidas transversais Rio Branco e Marquês de Olinda. Derrubou-se a Igreja do Corpo Santo, derrubou-se inutilmente uma série de coisas que eram uma documentação interessantíssima da evolução da cidade, como os arcos e edifícios antigos muito bons. Colocou-se tudo isso abaixo para se abrir a Marquês de Olinda e a Rio Branco, que vieram a criar problemas para o bairro de Santo Antônio. Trazer todo o tráfego de caminhões com açúcar para dentro do bairro de Santo Antônio foi um erro crasso, quando a saída normal, que se faz hoje, é pela Ponte do Limoeiro e pela antiga Giratória. Todos esses errinhos foram se acumulando e fizeram realmente do Recife, do ponto de vista urbanístico, uma cidade difícil.

O bairro de Santo Antônio chegou a ser um núcleo de congestionamento de trânsito impressionante e com o agravamento de que o veículo coletivo era o bonde e o bonde

estava preso no trilho. Veja como se ia para a Várzea, por exemplo: o bonde saía da Praça Rio Branco, onde hoje é o Marco Zero, pela Avenida Marquês de Olinda ou pela Rio Branco, isto é, suponhamos que vai por esse que sai diretamente na Primeiro de Março, atravessava a Praça da Independência, o bonde vinha pela Rua Nova, atravessava a Ponte da Boa Vista, atravessava a Rua da Imperatriz, aí na Rua da Aurora saía um bonde chamado de Aurora, que ia até a Rua do Lima e voltava. Agora esse que chegava na Praça do Hospício, os bondes de Olinda entravam por ali para ir para Olinda, na Rua da Conceição entravam os da Casa Amarela e de Dois Irmãos e saíam por ali, pela Manoel Borba seguiam os bondes de Várzea, Prado, Madalena-Torre e ia por aí afora, passava na Praça da Caxangá, dava a volta, passava pelo Ambolê e chegava na Várzea. O trajeto entre o ponto inicial e o final levava uma hora de relógio. E eram bondes chamados "bondes grandes", que desenvolviam muito mais velocidade do que os pequenos, que eram muito vagarosos. Boa Viagem teve bondes pequenos porque a tal ponte que eu lhe falei e que foi consolidada só aguentava bonde pequeno.

NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940, JÁ ERA CONSIDERADA UM PROBLEMA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NA CIDADE DO RECIFE?

Esse problema sempre existiu, mas sempre foi oculto, sempre foi oculto deliberadamente pelos interessados. Nunca se debateu, por exemplo, este problema fundamental, no caso do Recife, que é a aplicação da Lei da Enfitese do Terreno de Marinha. No entanto, foi a razão da riqueza de algumas pessoas e famílias.

Se nossas áreas que eram terreno de Marinha tivessem sido usadas pelos poderes públicos para fazerem espaços livres, vias de trânsito, etc., a cidade do Recife seria hoje completamente diferente.

Os problemas mais badalados durante esse período de 1930 até 1950, mais ou menos, eram principalmente trânsito e os mocambos do Recife. Os mocambos eram habitações sumamente precárias da população pobre e carente, numa situação de extrema pobreza. Eles eram mais incômodos ao recifense de posses porque eram localizados no centro da cidade. Os alagados situados no centro, no entorno da Estação Central, por trás do Cais de Santa Rita, eram habitações de palafitas, sem nenhuma higiene, praticamente indecorosas, não é? E o povo grânfino ficava ofendidíssimo, dado que os mocambos, para eles, tornavam a cidade feia.

VOCÊ ACHA QUE PARA AS REFORMAS REALIZADAS NO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO A PRINCIPAL JUSTIFICATIVA ERA O TRÂNSITO?

A principal justificativa era o trânsito, desafogar o tráfego do centro da cidade. Que era realmente calamitoso, era um congestionamento permanente. Você já imaginou o tráfego, como o que existe hoje, fer que sair pela Rua Nova, Rua da Imperatriz, Praça Maciel Pinheiro, passar por aqui, e nenhuma dessas avenidas e ruas tendo possibilidades de alargamento? Abriam a Avenida Guararapes e depois a Avenida Dantas Barreto, demolindo quadras inteiras, desapropriando e demolindo quadras inteiras. A Dantas Barreto demoliu, por exemplo, toda uma sucessão de quadras para ficar uma rua e a segunda depois dela como as margens da avenida. Carlíssimo e destruindo coisa já feita, criando problemas como o da Igreja do Paraíso.

Quanto à habitação popular, uma coisa importante que Agamenon conseguiu foi o seguinte: ele tinha tido uma experiência como ministro do Trabalho e da Previdência. Ele notou que os grandes institutos de previdência — que eram os industriais, bancários, comerciais, marítimos, de transportes e cargas, que arrecadavam uma fortuna àquela época do patrão e do operário, e ainda arrecadavam do governo, da União — não empregavam uma proporção definida das suas arrecadações nos seus investimentos, nas áreas de onde provinham as arrecadações. Na realidade, nós, Ceará, Bahia, todos estávamos financiando o desenvolvimento do Rio de

Janeiro e de São Paulo, porque era nesses estados que o dinheiro era investido em edifícios urbanos, em vilas operárias e tudo o mais. Então Agamenon saiu daqui e foi falar ao Getúlio: "Nós do Nordeste não vamos consentir que isso continue. Eu já falei com os interventores todos, e o senhor tem que baixar uma lei obrigando cada instituto a aplicar uma proporção mínima da arrecadação daquela área na mesma área". E isso foi feito. Então industriários fizeram uma vila aqui, comerciantes outra, bancários outra, com o dinheiro que era arrecadado daqui e que era levado para o Rio e para São Paulo.

A IGREJA DEFENDIA O QUÊ?

A Igreja era muito atrasada, normalmente ela defendia os ricos, os proprietários de terra. Se houvesse uma invasão, ela imediatamente se colocava contra.

E OS INTELLECTUAIS DAQUELE TEMPO?

Alguns tomavam partido, mas nenhum tinha uma orientação definida do ponto de vista urbanístico. Gilberto Freyre talvez um pouco, mas com aquele romantismo de achar que nos trópicos tudo é possível, que a rua estreita está muito boa para os trópicos e essas coisas que não correspondem mais à realidade de hoje. Defendeu ainda, anacronicamente, certos tipos de ideias que são contrárias às ideias urbanísticas atuais.

PARECE QUE O PLANO QUE FOCALIZA APENAS UMA PARCELA DA CIDADE ESTÁ SENDO UMA PRÁTICA URBANÍSTICA FORTE ATUALMENTE, NÃO?

O dilema está entre você deixar que as forças da sociedade, as forças do mercado e outras atuem livremente numa cidade ou não. Se isso acontece, você chega ao desastre, fatalmente. Por uma razão muito simples, tanto na economia como na evolução urbana existe uma coisa que se chama poder. Poder econômico que se confronta com o poder político, o poder militar, o poder religioso, o poder sindical e com todos os outros poderes e que sai no nosso sistema capitalista quase sempre vencedor. Então o crescimento na cidade se fará ao sabor dos interesses daqueles que são os donos da terra, os proprietários do dinheiro, os que ganham com a inflação, os que fazem todo o domínio da economia do lugar. Então o dilema é esse: os interesses ou o planejamento.

O que é planejamento? Não é um instrumento rígido, não é um desenho, não é a aplicação seca da teoria. Planejamento é um processo dinâmico e orgânico no qual a população participa, mas que é uma previsão das várias alternativas de rumo que a cidade pode tomar, e a escolha de uma significa prejuízo das demais alternativas.

Há um assistente do padre Lebre, acho que ainda está vivo, o padre... — o alsaciano que foi um dos pio-

neiros dos padres operários da Europa. Ele foi doqueiro em Marselha, carregou saco nas costas durante 5 anos, muito antes de que houvesse outro padre operário. Esse padre dizia o seguinte: "O liberalismo econômico é a liberdade da raposa livre no galinheiro livre". E é isso mesmo, existe o poder econômico, existe a raposa na economia, e se você libertar a galinha e libertar a raposa ao mesmo tempo, não precisa perguntar quem é que sai ganhando. O dilema é este: ou se planeja — isto é, se forma uma ideia prévia do que pode acontecer, não linear, mas uma ideia das alternativas que podem ocorrer e se colocam os critérios para escolher a alternativa que é a melhor — ou então vira um caos. Essa discussão da necessidade e das vantagens de um plano, seja de um plano econômico de uma região ou de uma cidade mesmo ou de um país inteiro, suporta uma carga de sofisma tremendo. Como é que você pode assegurar unir uma área do tamanho do Recife se você trata os problemas isoladamente, um por um? Como você garante que esse conjunto forme um tecido orgânico, um tecido que resolva os problemas da população? Não pode garantir de jeito nenhum. Vai acreditar nas leis do mercado? Espere aí!

BALTAR, TODAS AS MINHAS PERGUNTAS FORAM RESPONDIDAS, MUITO OBRIGADA. Não foram respondidas, mas foram todas formuladas.

ESTUDOS

AS PESSOAS FAZEM POLÍTICA CULTURAL? O CASO DO CAIS JOSÉ ESTELITA.*

Denis Antônio de Mendonça Bernardes¹

Ângela Nascimento²

RESUMO

Depois de uma breve síntese histórica sobre a política cultural como expressão do Estado, este texto busca vê-la também como uma possível e necessária expressão da ação de pessoas, tomando como exemplo o caso da disputa entre interesses privados e interesses públicos relativa ao antigo Parque Ferroviário da extinta Rede Ferroviária Federal, situado no Recife. Vendida para a iniciativa privada, essa área fazia parte do antigo complexo portuário do Recife, situado em uma posição privilegiada, frente à Baía do Pina. Diante da ameaça de construção de grandes e privados edifícios para

¹ Doutor em História. Professor do curso de Serviço Social da UFPE e dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e de Ciência da Informação da mesma universidade. E-mail: denisbernardes@uol.com.br.

² Historiadora. Mestra em Ciência da Informação. Professora da Secretaria de Educação de Pernambuco. E-mail: angela.cmn@gmail.com.

* Trabalho apresentado no III Seminário Internacional de Políticas Culturais, na mesa de Comunicações, Cultura e Direito, no dia 20/09/2012.

poucos, muitas pessoas têm se mobilizado para impedir a perda de um importante espaço público.

Palavras-chave: Patrimônio público; Cais José Estelita; Recife; luta público/privatização.

RÉSUMÉ

Après une brève synthèse historique à propos de la politique culturelle en tant qu'une expression de l'État cette communication cherche à la voir, aussi, comme une possible et nécessaire expression de l'action des personnes, en prenant par exemple le cas de la dispute entre les intérêts privés et les intérêts publics pour l'ancien complexe ferroviaire de l'ancien Rede Ferroviaria Federal, situé à Recife. Vendue à l'initiative privée cet espace faisait partie de l'ancien complexe portuaire de Recife, une localisation privilégiée, en face du bassin de Pina. Devant le menace de la construction de grands bâtiments privés, beaucoup de gens se mobilisent pour empêcher la perte d'un important espace public de tous, pour le profit d'une petite parcelle de la population.

Mots clés: patrimoine public, Quai José Estelita, Recife, lutte publique/privatisation.

Construir a Cidade,
Estimulando novos encontros,
Feita no compasso, exato e lúcido, do urbanismo,
Convergente na tropicalidade afetiva da urbanidade.
Construir a cidade?
Casa da liberdade?
Prática da cidadania:
Construir
Preservando a Cidade³.

³ Luis Otavio Cavalcanti, Secretário de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Recife (1979-1982), Recife, Cais do Apolo, 23 de dezembro de 1980. Apresentação: Construir a Cidade. In: Prefeitura da Cidade do Recife, *Preservação de Sítios Históricos*, 1981.

POLÍTICA CULTURAL: UM RESUMO HISTÓRICO

A política cultural⁴ possui uma longa história. É possível pensar que teve início com o surgimento do Estado, como uma forma de marcar os seus feitos e os dos seus dirigentes. Em geral, manifestava-se com a construção de luxuosos palácios, de templos, de elementos comemorativos, tais como obeliscos ou estátuas. Podia também manifestar-se em grandes túmulos, dos quais as pirâmides egípcias são a grande expressão. A política cultural estava também incluída na cunhagem de moedas quando mostravam a figura dos dirigentes ou algo que as vinculassem aos mesmos. Festas e cortejos, sob as mais diversas formas, podem ser vistos como expressões de política cultural.

Uma grande mudança ocorreu com o final do Império Romano e com a vitoriosa difusão do cristianismo. Sua implantação exigia uma ampla luta no plano cultural contra as crenças dominantes, logo chamadas de pagãs, e a elaboração de um corpo doutrinal que envolvia a moral, os costumes, a teologia, a mística, uma visão da natureza, uma filosofia, para tudo dizer em poucas palavras. A criação das ordens religiosas — masculinas e femininas — foi uma grande inovação e, como se sabe, estão na base da formação do Ocidente. Conventos, mosteiros e igrejas precisaram ser decorados e foram importantes clientes para pintores, entalhadores, estátuários, joalheiros e, naturalmente, para escribas, até quando a invenção da imprensa os foi, pouco a pouco, substituindo.

O surgimento e a consolidação das monarquias nacionais, a partir do século XIV, trouxeram novos elementos ao papel da política cultural, tal como a que estamos aqui considerando de uma forma bem ampla⁵. Alguns dos elementos que já foram mencionados e vindos de épocas mais anteriores continuaram sendo usados e mesmo reforçados: a cunhagem das moedas, as edificações, os

⁴ Embora tenhamos usado a expressão no singular, não desconhecemos que pode ser usada no plural, dada sua abrangência cada vez maior.

⁵ O termo *política cultural* data do século XX, mas sua existência, como prática do poder, vem de longa data, como indicado acima. A bibliografia sobre o tema é muito vasta e sempre enriquecida por novos estudos.

mônumentos comemorativos. Um dado novo logo apareceria com a invenção da imprensa. Igreja e Estado logo perceberam seu grande potencial e seu perigo. Daí o surgimento da censura e o controle sobre as publicações. Mas, felizmente, sempre houve a possibilidade de escapar a tais controles, bastando lembrar o grande papel que teve a imprensa na difusão das ideias da Reforma Protestante⁶.

Uma importante forma de política cultural foi o mecenato. Seja o mecenato do Estado, da Igreja ou dos nobres e burgueses mais ricos. Estamos ainda aqui na vigência do Antigo Regime, com todas as características que marcavam os modos de funcionamento dos poderes e os valores que os legitimavam.

Outra mudança da qual somos herdeiros veio com as duas revoluções do século XVIII: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Assinalemos algumas das suas consequências mais importantes. Para a Revolução Industrial, além dos aspectos das inovações tecnológicas e da produção em massa de muitos produtos, foi fundamental a formação da burguesia e dos trabalhadores assalariados. Para a Revolução Francesa, a grande mudança foi fazer da política um assunto potencialmente de todos, dando-lhe publicidade e possibilidades de controle pela população. Essa mudança expressou-se com o novo personagem político — o cidadão — com a transformação de muitos dos bens das monarquias em bens nacionais e com a ideia da nação substituindo a do reino. Assim foram criados as Bibliotecas Nacionais, os Arquivos Nacionais⁷ e os Museus Nacionais. Junto a isso, houve uma intensificação na criação de parques e praças para uso de todos. Essa mudança foi essencial. Primeiro porque trouxe para o conjunto da população um bem que era privilégio de poucos: o acesso a grandes áreas de parques ou florestas, regalia dos reis e dos aristocratas ou grandes burgueses. E segundo porque pôs a criação de tais espaços para uso de todos como obrigação do Estado, como uma demanda à qual ele devia

6 FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean. *L'Apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1999 (1ª edição 1958).

7 FAVIER, Jean. *Les archives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965 e FAVIER, Lucie. *Mémoire de l'État. Histoire des Archives Nationales*. Préface de René Rémond. Paris: Fayard, 2004. Este último sobre o Arquivo Nacional da França.

responder. De uma maneira inteiramente nova, o Estado passava a ter como uma de suas mais importantes obrigações a prerrogativas a gerência do território, dos seus usos e mesmo a obrigação de ser o criador de espaços para o uso coletivo⁸.

O Brasil não esteve ausente desse movimento, e a criação do Estado Nacional foi acompanhada por diversas iniciativas de política cultural: criação do Arquivo Nacional, transformação da Biblioteca Real em Biblioteca Nacional, criação da Escola Nacional de Belas Artes⁹.

Mas a consolidação da política cultural de origem estatal foi realizada no século XX com o acirramento das lutas políticas contra o Estado liberal, das quais resultaram duas experiências autoritárias, embora com objetivos bem diferentes: o Estado Socialista ou Comunista na União Soviética e o Estado Nazista e Fascista, na Alemanha e na Itália, respectivamente. Desde então, o Estado criou órgãos para a ação cultural, como ministérios e repartições; e a política cultural passou a ser parte essencial da ação estatal. No Brasil, a ação do Estado no plano cultural ganhou uma nova dimensão a partir da Revolução de 1930. É significativo que a Constituição de 1934 consagrou, pela primeira vez, a política cultural como obrigação do Estado e estabeleceu a defesa do patrimônio histórico, cultural e artístico. Em 1937, essa proteção foi estendida à natureza e à paisagem¹⁰.

8 A criação dos parques públicos com acesso para todos foi uma importante transformação na política estatal em todo o mundo. Podemos dizer que, sempre que a decisão foi por sua criação, a qualidade de vida ganhou bastante. E, toda vez em que o interesse privado triunfou, todos perderam, muitas vezes de forma irreversível. Um bom exemplo de como os parques públicos foram importantes na luta entre interesses privados e interesses públicos está no caso da pretensão da rainha Caroline de Anspach, esposa do rei George II, da Inglaterra, de tornar privado o Parque de Saint James. Ela "perguntou ao primeiro-ministro, Robert Walpole, quanto isso custaria. 'Apenas a coroa, senhora', respondeu ele com um sorriso sutil". BRYSON, Bill. *Em casa: uma breve história da vida doméstica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 279.

9 Vale lembrar a iniciativa de D. Pedro I de mandar editar, em Paris, por um alto custo, a *Flora Fluminense*, de frei Velloso. Ver: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional. *Flora Fluminensis* de frei José Mariano da Conceição Vellozo. Documentos. Rio de Janeiro, 1961.

10 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Art. 148: Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral; proteger os objetos de interesse histórico; e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de novembro de 1937, "[...] as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza" passaram a ser protegidos pela Nação, Estados e

Tudo isso tem uma longa e complexa história, apenas aqui esboçada de maneira muito resumida, para termos o mínimo da indispensável perspectiva temporal no exame de nosso tema. Tratamos até aqui da política cultural de um ponto de vista estatal. No entanto, queremos propor outra possível e necessária abordagem da política cultural: aquela que se faz pela ação de pessoas fora do Estado e mesmo contra o Estado. Há uma longa história também sobre isso, nem sempre registrada ou conhecida. Na verdade podemos pensar que todos os gestos humanos possuem uma expressão cultural, podem ser a manifestação de uma política cultural, seja de forma consciente ou não. Interessa-nos, contudo, aqui, trazer uma manifestação de política cultural que questiona o Estado sobre o destino de uma extensa área, antes de propriedade pública e, depois, vendida para um complexo de empresas imobiliárias. Antes de entrar mais diretamente em nosso assunto, devemos registrar alguns momentos da política cultural que envolveu o espaço público do Recife nos últimos 48 anos, ou seja, desde o golpe civil-militar de 1964.

POLÍTICA CULTURAL NA CIDADE DO RECIFE: 1940-2012

A ação do Estado sobre o espaço urbano do Recife, especialmente no tocante à manutenção ou derrubada de alguns dos seus bens culturais, já possui uma longa história, impossível de traçar inteiramente aqui. Deixando de lado épocas mais recuadas, podemos dizer que a primeira grande intervenção ocorreu com o projeto de modernização do Porto do Recife, que deu origem ao que hoje se chama, erradamente, de *Recife Antigo*¹¹. A realização desse projeto significou a destruição, no Bairro do Recife, de uma forma de ocupação que datava do século XVI e se consolidara a partir do século

Municípios: "Art: 134: Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional".

11 ORLANDO, Arthur. *Porto e Cidade do Recife*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1908. LUBAMBO, Cátia Wanderley. *Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: Cepe/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991. A reforma do Porto do Recife foi iniciada em 1909.

XVII e XVIII¹². Na década de 1940, em pleno Estado Novo (1937-1945), outra grande intervenção urbana, também com destruição de alguns bens culturais, foi realizada nas atuais avenidas Dantas Barreto e Guararapes¹³. Ali, também o antigo casario foi derrubado, assim como a Igreja do Paraíso e o Quartel do Paraíso¹⁴. Nos anos 1970, um novo plano de ampliação da Avenida Dantas Barreto foi realizado pelo então prefeito Augusto Lucena¹⁵. Dessa vez foram também demolidos prédios residenciais e a Igreja dos Martírios, que datava do século XVIII. Apesar de alguns protestos, a Prefeitura conseguiu impor seu plano de demolição, embora o resultado ainda hoje seja a construção de uma inútil avenida¹⁶.

12 Isto significou a destruição do que ainda podia restar de construções holandesas e de outros bens posteriores, tais como a Igreja do Corpo Santo e todo o casario que estava na área de implantação do novo projeto. Uma nova onda destruidora do Bairro do Recife aconteceu nos anos 1970 e foi depois abandonada, deixando apenas ruínas das antigas casas. Essas intervenções significaram uma profunda modificação na ocupação do espaço e um deslocamento importante da população residente. Ver Lêda Bernadi Della Giustina: *O Pilar que ficou. Um estudo sobre a conservação de bens patrimoniais a partir do conceito de valor: o caso da Igreja do Pilar do Recife*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/UFPE, 2010. Memórias de antigos habitantes do Bairro do Recife foram recolhidas por Antônio Torres Montenegro, Ivandro da Costa Sales e Sílvia Rodrigues Coimbra. *Bairro do Recife: porto de muitas histórias*. Recife: Gráfica Recife, 1989.

13 Concomitantemente às transformações urbanas patrocinadas pela Prefeitura da Cidade do Recife, houve uma grande ação cultural através da criação da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (Decreto nº 144, de 1º de março de 1939), depois denominada de Diretoria de Documentação e Cultura, cujo regulamento data de 20 de outubro de 1943, publicado na *Revista Arquivos*, nº 1 e 2, Recife, 1943, p. 359-365. A Prefeitura também editou a *Revista Arquivos*, a partir de 1942, e teve ampla repercussão nacional.

14 A Igreja, o Hospital e o Quartel do Paraíso tinham sido importantes lugares vinculados à Revolução de 1817. Na igreja, atuava o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, no hospital, o padre Muniz Tavares e, no quartel, teve início o movimento. As duas fases da atuação da Prefeitura da Cidade do Recife, com apoio do Governo do Estado e da União, na Avenida Dantas Barreto, em 1940 e em 1970, foram objeto de um importante trabalho: LORETTO, Rosane Piccolo. *Paraíso e Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

15 BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. As gestões municipais da cidade do Recife - 1964-1985. In: BERNARDES, Denis. *Recife - o caranguejo e o viaduto*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1996.

16 Apesar das dificuldades de manifestação de discordâncias quanto ao projeto de demolição da Igreja dos Martírios, pessoas e entidades a fizeram. O prefeito mobilizou importantes apoios intelectuais, entre os quais o de Gilberto Freyre, então membro do Conselho Federal de Cultura. Para recompensar alguns dos apoios recebidos por alguns intelectuais, o prefeito decidiu criar a Comissão de Cultura da Cidade do Recife, cuja presidência foi dada ao historiador Flávio Guerra, que, junto com Gilberto Freyre, havia assegurado que a Igreja dos Martírios não tinha nenhum valor histórico ou cultural. O que é mais significativo em todo esse processo é que a Igreja dos Martírios havia sido inscrita no Livro do Tombo dos bens patrimoniais do Iphan, mas, por pressão do prefeito, esse registro foi retirado, possibilitando, assim, sua demolição. Além de Denis Antônio de Mendonça Bernardes e, sobretudo, Rosane Piccolo Loretto, já citados, ver: CAVALCANTI, Betânia Uchôa. *O mágico retorno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Para justificar e legitimar essa intervenção tão brutal no patrimônio urbano da cidade, foi criado o Conselho Municipal de Cultura¹⁷. A partir daí a Prefeitura da Cidade do Recife passou a intensificar sua política cultural como parte efetiva de sua atuação. Naturalmente que nos anos da ditadura o tom geral era de apoio e de legitimação ao governo, com a comemoração das grandes datas nacionais¹⁸.

Na transição da ditadura para o Estado Democrático, diante do ressurgimento dos diversos movimentos sociais, a Prefeitura da Cidade do Recife iniciou outra fase em sua atuação cultural. Não apenas foi abandonado o projeto de ocupação de Brasília Teimosa e de outras áreas, mas foi feito o primeiro plano mais sistemático de levantamento do patrimônio arquitetônico da cidade e a aprovação de leis capazes de protegê-lo¹⁹.

A partir desse momento, ou seja, a partir dos anos 1974, houve uma crescente importância das ações culturais da Prefeitura da Cidade do Recife, não apenas no apoio às tradicionais manifestações como o Carnaval e o São João, mas também na edição de livros, na realização de concursos literários, na divulgação dos eventos culturais²⁰. Hoje,

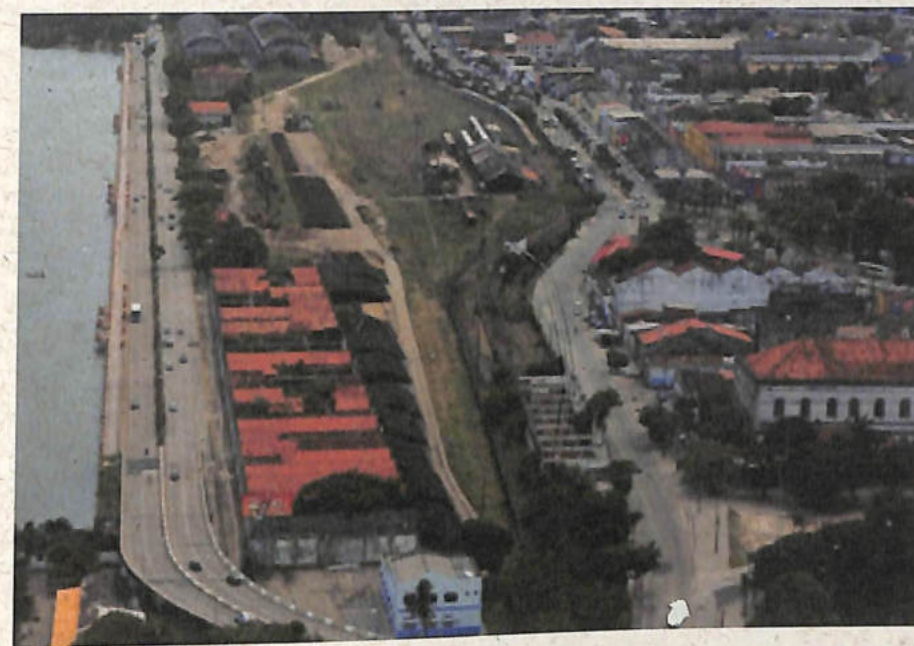
17 Criado pela Lei nº 10.384/71. Para sua composição inicial foram chamados vários intelectuais, alguns com atuação nos jornais locais, que haviam apoiado a ação da Prefeitura.

18 "Em 15/06/1973, o *Diário Oficial do Município* do Recife, na administração de Augusto Lucena (segunda gestão: 1971-1975), publicou a seguinte manchete: '71 casais irregulares são legalizados pela Fundação Guararapes (FG) e LBA; em 14/09/1972: 'Crianças são conclamadas à obediência e prática do bem'; em 28/03/1972: 'Governador, prefeito e chefes militares abrem a Semana da Árvore'; em 14/12/1971: 'Presidente faz elogio a Prefeito pelo sucesso da Semana da Pátria'." In: BERNARDES, Denis. *Recife - o caranguejo e o viaduto*, cit., p. 132, nota 23.

19 Essa transição foi marcada especialmente pela gestão do prefeito Gustavo Krause (1979-1982), quando foi dada prioridade "aos problemas sociais da cidade e à preocupação em explicitar um projeto cultural para o município, afirmando buscar valorizar, promover e proteger sua identidade cultural própria" (Denis Bernardes op. cit., p. 99). Ver também: Prefeitura da Cidade do Recife. *Preservação de Sítios Históricos*, Recife, 1981. Na gestão de Gustavo Krause, foi criada a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, pela Lei nº 13.535, publicada no *Diário Oficial do Município* do Recife, de 1º de maio de 1979. O artigo 2º define suas finalidades como "[...] a indução das atividades culturais com ênfase na cultura popular, consubstanciada no desempenho das seguintes atividades: preservar o universo cultural e a memória nacional nos limites da cidade do Recife; despertar na comunidade o gosto e o amor por sua própria cultura, através de eventos culturais e programas de participação comunitária; incentivar a produção artística e literária de modo a desenvolver o gosto e a preservação da cultura em suas diversas formas e manifestações; executar programas de recuperação e preservação de documentos, sítios e monumentos históricos da cidade do Recife, e realizar programas de criação, recuperação e manutenção das casas de espetáculo da cidade".

20 Um exemplo é a edição da série *Coleção Recife*, que editou importantes obras, especialmente sobre o Recife, inéditas ou esgotadas, sob a direção de Leonardo Dantas Silva.

Figura 01: Vista dos antigos galpões da RFFSA localizados em terreno no Cais José Estelita.



Fonte: Blenda Souto Maior/DP/D.A Press

com as características que acompanham cada gestão, já não é mais possível ignorar todo o complexo cultural gerido pela Prefeitura da Cidade do Recife, que atinge não apenas os chamados agentes culturais, mas uma parte considerável da população, como ocorreu com a construção do Parque Dona Lindu.

UM ESPAÇO EM DISPUTA: O TERRENO DO ANTIGO PARQUE FERROVIÁRIO DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL

O que hoje é o Cais José Estelita está situado nas áreas iniciais da ocupação do povoado do Recife nas margens da Bacia do Pina²¹,

21 Essa situação do chamado Cais José Estelita valoriza bastante toda a sua área. Uma matéria publicada no *Diário de Pernambuco*, no caderno dedicado aos negócios imobiliários, intitulada *Vista é tudo* traz as seguintes chamadas: "Morar de frente para o mar ou rio com as janelas voltadas para uma área verde custa até 40% mais"; "Jardins de Aurora, da construtora Moura Dubeux, teve 76 dos 84 apartamentos vendidos no primeiro mês"; "Vista contribui para a qualidade de vida, que as pessoas estão buscando hoje". Esta última é uma declaração de Alberto Ferreira, diretor comercial da Rio Ave. *Vista é tudo*. PIMENTEL, Thatiana. *Diário de Pernambuco*, 19 de abril de 2012, p. 1. Classilider. Lugar certo. www.lugarcerto.com.br.

estuário formado pelos rios Capibaribe, Jordão, Pina e Tejió. Em uma visão territorial mais ampla, sua área inclui Brasília Teimosa²². No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi utilizado como local de pouso de hidroaviões, tendo sido utilizado por companhias como Latecoère, Aéropostale (atual Air France), Condor-Lufhansa e Panair-Panamerican.

Na área do Cais José Estelita, estão os terrenos antes dedicados²³ ao sistema ferroviário e também ocupados por armazéns²⁴ do Instituto do Açúcar e do Alcool²⁵, que serviam para abrigar mercadorias que transitavam pelo sistema ferroviário e portuário. Esses armazéns já começaram a ser derrubados, embora tenha surgido uma questão

22 Brasília Teimosa foi, em um passado recente, objeto de projetos imobiliários maquinados pela Prefeitura do Recife e por empresários para a construção de marinas, hotéis, centros comerciais, apartamentos para a classe média bem aquinhoados e para os mais ricos. Esse projeto significava que a população preexistente seria sumariamente expulsa. Isso se passou em plena ditadura, mas a resistência popular conseguiu vencer tais projetos. Brasília Teimosa passou então a fazer parte das áreas de Prezeis, mas não deixou de continuar nos planos das empreiteiras. Hoje a área está ameaçada pelo capital, sendo objeto de uma grande valorização imobiliária. Bem próxima à área de preservação e mesmo avançando em parte sobre a mesma, foi construída a sede dos empreendimentos empresariais de João Carlos Paes Mendonça. Essa construção e, mais recentemente, a do Shopping RioMar, onde antes estava situada a fábrica da Bacardi, tornou toda essa área muito valorizada e objeto de inúmeros projetos imobiliários, inclusive da Moura Dubeux. A população ribeirinha, habitante das palafitas, foi deslocada para conjuntos habitacionais financiados pelo PAC; e intervenções viárias, a exemplo da Via Mangue, estão em construção. Sobre Brasília Teimosa e a luta dos seus moradores pelo direito ao espaço, ver: *Conflitos ambientais urbanos: uma análise da intervenção do poder público e do setor imobiliário formal na comunidade de Brasília Teimosa, Recife/Pernambuco*. Denis Antônio de Mendonça Bernardes, op. cit. e Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos. Recife, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais da UFPE, 2011.

23 O atual nome do Cais José Estelita é uma homenagem ao engenheiro pernambucano José Estelita (1890-1951). Engenheiro da Inspetoria de Obras Contra as Secas (1922), engenheiro das Obras Complementares do Porto do Recife (1923), diretor das Obras Públicas Municipais de Olinda (1929-1930), diretor das Obras Públicas Municipais do Recife (1931), professor da Escola de Engenharia (1937-1938), professor de Urbanismo na Escola de Belas Artes do Recife (1940-1951), diretor da Diretoria de Docas e Obras do Porto do Recife (1939-1945), foi um dos fundadores do Boletim da Secretaria de Viação e Obras e Públicas. Por sua gestão do Porto do Recife durante a Segunda Guerra Mundial, recebeu a Medalha de Honra ao Mérito. <http://www.urbanismobr.org/bd/autores.php?id=486>

24 "Lembro-me, quando criança, indo da casa de minha avó, no Pina, de ônibus, para o centro do Recife, passando por esse local singular. Os armazéns dali, então fervilhando de estivadores e caminhões carregados de sacos de açúcar, compunham um cenário que agradava, emoldurando o bairro de São José. Depois veio o absurdo do Viaduto das Cinco Pontas, monumento à burrice arquitetônica, esmagando o forte de tanto significado histórico. Felizmente, urbanizou-se o cais e deixou-se passagem livre para a contemplação. Diante disso, o destino que as autoridades querem dar ao Cais José Estelita, vendendo-o a especuladores imobiliários, é uma ofensa de enormes proporções à memória da capital pernambucana." *Ocupe Estelita, já*. Clóvis Cavalcanti. *Diário de Pernambuco*, 22 de abril de 2012, B15.

25 Criado em 1933 (Decreto nº 22.789) e extinto em 1990 (Lei nº 8.029).

judiciária sobre a posse de um ou de alguns deles²⁶. Em 2000, já se anunciava o uso futuro desta área:

"O casario do cais é constituído por vários armazéns que serviam às atividades do porto; por trás deles, passam os trilhos da rede ferroviária. Tanto os armazéns quanto a malha ferroviária estão em processo de desativação, o que vai propiciar a utilização desse espaço urbano para um novo polo turístico e residencial" (BRAGA, 2000, p. 16. Grifo nosso).

Com a implantação do sistema de transporte ferroviário²⁷, ligado ao Porto do Recife, ali foi implantado o chamado Parque Ferroviário, com a edificação de vários armazéns. Esteve em atividade até 1996. Embora desativado, permaneceu como propriedade da Rede Ferroviária Federal, até que foi vendido para um complexo de empresas privadas do setor imobiliário, formado pela Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos²⁸.

Nas atuais circunstâncias do mercado imobiliário da cidade do Recife, é uma das áreas mais valorizadas para novos empreendimentos, oferecendo, como já indicado, o acréscimo da vista para uma das áreas mais belas da cidade e em um local de situação privilegiada²⁹.

26 "A briga pelos galpões do cais. Uma pendência judicial deve atrasar a transformação da paisagem do Cais José Estelita - que será transformado em um complexo de edifícios. Uma empresa que ocupava um dos armazéns cobra esclarecimentos sobre um galpão que teria sido indevidamente incluído na área alichiada." *Diário de Pernambuco*, 10 de março de 2012. Primeira página e Vida Urbana, C1.

27 A Estrada de Ferro Recife ao São Francisco foi inaugurada em fevereiro de 1858 - a segunda aberta no Brasil. E foi absorvida pela Great Western (1901-1950), depois pela Rede Ferroviária do Nordeste (1950-1975) e por último pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) (1975-1996), extinta em 2007 (Lei nº 11.483 de 31/05/2007).

28 A investida do capital imobiliário nessa área do Porto do Recife, do qual o Cais José Estelita faz parte, começou com a implantação de duas torres para habitação construídas em um terreno que pertencera ao grupo Mesbla. Esse projeto suscitou protestos por quebrar os padrões de altura de toda a área, chegou a ser suspenso por decisão judicial várias vezes, até que foi finalmente liberado e terminado de ser construído. O que se passou entre sua interdição e sua liberação ainda não foi investigado, mas consolidou o poder do grupo Moura Dubeux sobre o espaço do Recife, já antes bastante forte. Importantes políticos e magistrados possuem apartamentos nessas torres. A área mais próxima do Porto do Recife faz parte de um projeto denominado de Porto Novo. Antigos armazéns estão sendo demolidos, a exemplo do da Conab, em cujo lugar será construído um hotel de luxo. *Diário de Pernambuco. Hotel de luxo próximo ao cais*. Recife, 18 de março de 2012, Vida Urbana, C1.

29 A valorização dessa área, antes de menor valor imobiliário, já constitui um importante elemento da dinâmica urbana, no caso, comandada pelo capital.

Essa venda, realizada em 2008, através de leilão, mesmo sendo legal, e supondo que tenha se passado sem algum tipo de acordo ilícito, foi evidentemente um grave erro de política urbana e de defesa do patrimônio público³⁰. Como, depois de toda a legislação nacional de defesa do patrimônio e de ordenamento urbano, pode o Estado desfazer-se de uma área de tal importância, entregando a empresas privadas a decisão sobre o seu uso³¹?

De posse dessa área, um verdadeiro presente dado pelo poder público, o consórcio imobiliário elaborou um plano de intervenção denominado de *Novo Recife*. Nele está prevista a “[...] edificação de um restrito complexo empresarial e habitacional de luxo, com a construção de 13 torres de até 42 pavimentos”³².

Tudo parecia andar no melhor dos mundos para todos os envolvidos nesse projeto: União, Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura

30 Pernambuco – Sede da RFFSA – Leilão contraria interesses do Estado. O governo de Pernambuco tinha planos de utilizar o terreno da extinta Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), no Cais de Santa Rita (sic), para implantar na área a sede administrativa do Executivo estadual. A informação de que a área será leiloada na próxima sexta-feira ao preço mínimo de R\$ 55,27 milhões contraria os interesses do governo, que tinha explicitado à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e à Prefeitura do Recife (PCR) o interesse pela área. Uma das justificativas para leiloar a área ao invés de ceder ao Governo do Estado é a necessidade de usar os recursos para saldar o passivo da RFFSA. Na avaliação do coordenador do complexo turístico Recife-Olinda, César Barros, a decisão de leiloar a área é positiva. “Independente de quem vai adquirir, seja o setor público ou o privado, o importante é que sejam respeitadas as diretrizes de ocupação do solo na região, que terá destinação turística, atendendo a um uso pré-determinado”, observa. Ontem, foi o último dia para envio de documentos para aprovação do cadastro e participação no leilão. O aviso foi publicado no *Diário Oficial da União*. O leilão ocorrerá às 11h do dia 3 de outubro, na Rodovia Raposo Tavares, km 20, em São Paulo capital, e também poderá ser feito online, com informações em <http://www.milanleiloes.com.br/>. O leiloeiro escolhido foi Ronaldo Milan, que receberá uma comissão de 0,95%. O terreno tem 101.754,27 m², e o sinal mínimo terá que ser de 20%. *Jornal do Commercio* http://jc.uol.com.br/jornal/2008/10/01/not_301612.php.

31 Para a Fundarpe: “Os galpões de açúcar do antigo IAA não têm referências na arquitetura. Já os armazéns com características de casario estão na lista do patrimônio cultural ferroviário segundo a portaria 441 de 13 de dezembro de 2011 do Iphan”. A diretora lembrou que o consórcio tem a posse de apenas metade dos armazéns de interesse histórico. Para o Iphan “esse conjunto foi considerado como remanescente histórico da antiga rede ferroviária. Ele não é tombado, mas tem que ser preservado e não será liberado para nenhuma ação. O mesmo vale para a linha férrea que passa por trás desses armazéns, que é a segunda mais antiga do País”. *Diário de Pernambuco*. Sinal verde para o novo cais. 22 de março de 2012. Vida Urbana, C5.

32 Carta Explicativa e Convitativa Ocupe Estelita. www.direitosurbanos.wordpress.com. Acessado em: 09/05/2012. Não é por acaso que o termo *Novo Recife* seja utilizado para um projeto que não tem nada de novo, mas apenas a reiteração dos projetos imobiliários que ganharam força, no Brasil, a partir dos anos 1970, quando o Estado ditatorial praticamente renunciou a ter uma política urbana com sentido coletivo e a entregou aos interesses do capital imobiliário. Sobre urbanização moderna, ver: Tomás de Albuquerque Lapa. *Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

da Cidade do Recife e Câmara de Vereadores³³, quando a realização de uma audiência pública sobre o mesmo permitiu que muitas vozes discordantes surgissem. A audiência pública foi realizada no Plenarinho da Câmara Municipal do Recife, no dia 22 de março de 2012. No dia seguinte, a imprensa escrita publicou a notícia. Algumas das matérias publicadas na imprensa do Recife registraram tais discordâncias, e, a partir daí, o projeto do *Novo Recife* ganhou uma dimensão pública certamente não esperada:

Um grande tumulto marcou, ontem pela manhã [22 de março], a audiência pública realizada no Plenarinho da Câmara Municipal do Recife para debater o projeto do Novo Recife, que pretende mudar a cara do Cais José Estelita. A apresentação do projeto do consórcio Moura Dubeux/Queiroz Galvão³⁴ foi vaiada pela plateia, que lotou o auditório. Em seguida, o professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Tomaz Lapa, posicionou-se contra o projeto, alegando que ele utiliza a lógica do capital ao verticalizar para vender várias vezes seguidas o mesmo terreno. Ele acrescentou que o projeto é segregador porque enche as ruas de carro e é um atentado à mobilidade. Ele foi aplaudido de pé. Representando a Prefeitura do Recife, a secretária de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obra, Maria de Biase, disse que a administração municipal ainda está analisando o projeto. Última a falar, a promotora Belize Câmara, representante do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), pronunciou-se contra o projeto e foi taxativa: “De antemão, atesto que o Ministério Público se posiciona contra o projeto”, disse³⁵.

(...) Diversas pessoas presentes à reunião atualizavam as informações pelas redes sociais, utilizando a hashtag #novorecife. Grupos em redes sociais como o Facebook foram criados para repercutir o tema, e até um abaixo-assinado está circulando na internet³⁶.

33 Uma importante instância governamental em todo este processo é o Conselho de Desenvolvimento Urbano. No mesmo, apesar da presença de setores dos movimentos sociais e de representações de classe, o poder da representação dos interesses imobiliários tem sempre prevalecido.

34 Fazem parte, também, do consórcio que adquiriu a área do antigo Parque Ferroviário a GL Empreendimentos e a Ara Empreendimentos.

35 Um editorial do *Jornal do Commercio*, intitulado *Preservação do atraso*, datado do dia 11 de março de 2012, fazia a crítica da posição do Ministério Público de Pernambuco contra o projeto *Novo Recife*. Essa posição do *Jornal do Commercio* não surpreende e expressa os interesses privatistas de uma empresa pertencente a um grande conglomerado empresarial pernambucano, o grupo JCPM, proprietária do jornal e construtora do Shopping RioMar, situado no bairro do Pina.

36 *Projeto do Cais leva ré. Ministério Público se posicionou contra a ideia de mudar a cara do José Estelita. AquiPE*. Recife, 23 de março de 2012. Cidades, 8. O *Diário de Pernambuco*, na mesma data, 23 de março de 2012, caderno Vida Urbana, C3, publicou matéria de meia página intitulada *Primeiro round de uma grande polêmica. Esquenta o debate em torno do projeto que pretende*

Num período de 27 dias, três manifestações foram realizadas no Cais José Estelita, em 2012: nos dias 15³⁷ e 27 de abril³⁸ e no dia 12 de maio³⁹.

Esse não é o primeiro movimento urbano do Recife em defesa de direito coletivo ao uso do solo ou em defesa de algum bem patrimonial ameaçado pelos interesses imobiliários, mas apresenta algumas características novas que merecem ser destacadas⁴⁰. Em primeiro lugar, o processo de mobilização tem sido feito em grande parte pela internet, em blogs e sites. O uso de imagens tem um lugar especial, sendo que é impossível saber quantas pessoas tem fotografado e filmado os eventos, divulgando-os. E, como outros movimentos recentes ao redor do mundo, há um momento no qual as manifestações deixam as telas dos computadores e se tornam realidade no espaço público das ruas⁴¹. Além do mais, repercussões

mudar a cara do Cais José Estelita. O Jornal do Commercio, da mesma data, caderno Cidades, 4, também deu destaque à audiência pública: Novo bairro acende polêmica. Urbanismo. Clima esquentou, ontem, na Câmara de Vereadores do Recife, na audiência sobre o projeto para área do Cais José Estelita.

37 Ocupe Estelita discute direitos urbanos. *Diário de Pernambuco*, 08 de abril de 2012, Viver, E5.

38 Ocupe Estelita discute direitos urbanos. *Diário de Pernambuco*, 08 de abril de 2012, Viver, E5.

39 Espaços públicos. Ocupe Estelita na mobilização 12 m. *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 2012, A2 e A3.

40 Como todas as cidades brasileiras, o Recife tem sido um local de lutas constantes pelo espaço. Dessas lutas surgiram algumas conquistas, uma delas a da chamada Lei do Prezeis, pela qual certas áreas são garantidas aos seus ocupantes contra os interesses imobiliários mais voltados para o mercado. Brasília Teimosa é o mais significativo exemplo dessas lutas, mas não está fora de novas investidas, algumas mais explícitas, outras que vão pouco a pouco comprando as casas dos atuais moradores sem alardes. Brasília Teimosa valorizou-se bastante quando as chamadas *palafitas* frente ao mar foram retiradas e revelou-se um belo panorama, especialmente para as casas da beira-mar. Outro exemplo de luta pela defesa do espaço público e de um importante serviço público foi a defesa do Hospício Ulysses Pernambucano, a chamada Tamarineira. A mobilização da população conseguiu derrotar o projeto de construção de um shopping center, acabando de ser aprovada a lei municipal nº 17.802/2012, que cria a Unidade de Conservação da Paisagem (UCP) Parque da Tamarineira, projeto de autoria da vereadora Priscila Krause. Sobre mobilizações urbanas no Recife, ver: D. Bernardes, E. F. Oliveira, P. Grunpeter, M. R. Conceição, A. P. Carvalho. *Social movement and the conquests in the urban space: The experience of the city of Recife*. In: 14th International Symposium of the Inter-University Consortium for International Social Development, 2005, Recife, 2005. Brasília Teimosa, agora chamada de Brasília Formosa ainda continua nos planos das imobiliárias. Ver: O velho e o novo Pina. Coluna *Diário Econômico*, do jornalista Aldo Paes Barreto. *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 2012. Caderno Economia, B2. O mesmo articulista vem defendendo o projeto *Novo Recife* e atacando a posição já anunciada do Ministério Público de Pernambuco: *Nada de novo*. Coluna *Diário Econômico. Diário de Pernambuco*, 24 de março de 2012. Caderno Economia, B2.

41 Para o movimento *Occupy London*, que aconteceu no dia 12 de maio, 1 ano depois do que aconteceu na Espanha, ver: <http://www.guardian.co.uk/world/2012/may/11/occupy-movement-global-weekend-action>. Para ações em vários países: <http://map.squaresdatabase.org/>.

do movimento têm aparecido na imprensa local, tanto em jornais quanto na televisão⁴², a exemplo da matéria publicada no blog de Luis Nassif e reproduzida no apêndice.

O QUE ESTÁ EM JOGO NESTA LUTA?

No centro dessa luta que envolve o Estado – sob suas diversas formas –, interesses do capital imobiliário e pessoas que se mobilizam por uma determinada visão da cidade, está uma luta cultural, mais precisamente uma disputa de política cultural que tem como eixo o controle sobre o território, mas que o ultrapassa largamente. A pergunta que se coloca é: Quem deve determinar o uso desse território urbano: os interesses do capital urbano em associação com o Estado, para seu uso privado, modificando totalmente toda a paisagem do Recife, e não apenas a das áreas mais próximas, ou aquela parte da população que se mobiliza para que a área seja mantida como um espaço de uso público, mas sob uma nova forma?

Os que defendem a intervenção privada sobre a área do Cais José Estelita falam do uso de um espaço sem qualquer utilização, de sua valorização e, especialmente da construção de um novo Recife. Esquecem que esse espaço tornou-se aparentemente sem uso pelas transformações ocorridas na economia e na ação do Estado, quando este foi marcado pelas ideias do neoliberalismo. Daí a decisão de alienação de um espaço público para transformá-lo em um espaço privado. Por outro lado, não apenas se apaga toda a carga histórica que impregnou tal espaço, ignorando-se também diversas possibilidades de sua utilização pública. Além do mais, no projeto *Novo Recife*, existe uma decisão de radical transformação da paisagem de toda a área e sua apropriação de maneira privada. Privatiza-se, assim, o direito à paisagem, hoje um dos direitos postos como de todos. Nesse sentido, o novo é apenas a reiteração do velho.

42 Um levantamento, bastante incompleto, das matérias publicadas nos jornais do Recife com referências ao Cais José Estelita, ao projeto *Novo Recife* e posições de apoio ou recusa ao mesmo, incluindo as sessões de cartas dos leitores, entre os dias 10 de março e 28 de maio de 2012, identificou um número de dezoito matérias.

Outro aspecto a ser lembrado é que a luta pelo espaço como um espaço público, contra sua utilização privada, tem o sentido também de tornar efetivo um vasto conjunto da legislação brasileira que passa pela defesa do patrimônio histórico-cultural e pela cidade como um bem público. Vale lembrar que a mobilização dos partidários do Cais José Estelita como um espaço público busca — consciente ou inconscientemente — aplicar toda uma série de princípios presentes na citada legislação. Esse conjunto de legislação inclui desde a legislação de defesa do patrimônio histórico-cultural à Constituição de 1988 e ao Estatuto das Cidades⁴³. É importante lembrar esse conjunto de regulação jurídica do tratamento do patrimônio e do espaço porque o mesmo não tem sido devidamente levado em conta pelos poderes públicos, os primeiros responsáveis por sua aplicação. Nesse sentido, o movimento *Ocupe Estelita* assumiu, em grande medida, o que deveria ser o papel do Estado no sentido de aplicar a legislação que regulamenta o uso dos espaços públicos carregados de memória e o ordenamento do espaço. De fato, todos os argumentos dos defensores do projeto *Novo Recife* evitam enfrentar que estamos diante não da valorização de um espaço, mas de uma disputa sobre um problema de interesse público.

Como coloca Ana Paula Portela, participante do *Ocupe Estelita* “O maior equívoco urbanístico cometido até então foi a falta de preocupação da população e dos movimentos sociais com a cidade, deixando que o poder público tomasse as decisões sozinho. Acho que nos faltou a percepção do todo, mas agora estamos retomando. Todo mundo que mora no Recife tem interesse em morar bem e ter qualidade de vida. Dizer como queremos viver aqui é um direito que estamos exercendo”⁴⁴.

43 A Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada *Estatuto das Cidades*, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal vigente e reza em seu art. 2º: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante as seguintes diretrizes gerais” das quais destacamos os itens: I) garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II) gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; e XII) proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

44 Ana Cláudia Dolores. *Erros que custaram caro ao Recife. Diário de Pernambuco*, 08 de abril de 2012, Vida Urbana, C4.

O movimento *Ocupe Estelita* realiza, em plenitude, uma política cultural cujo significado ultrapassa largamente os limites da cidade do Recife e se insere em um complexo internacional de luta pelo direito à cidade que hoje atravessa diversos países.

Fica a pergunta: Qual será o destino dessa luta, conseguirá impor que a cidade seja uma construção também de seus moradores, e não apenas o espaço dos atuais projetos do capital imobiliário e, no caso, do projeto *Novo Recife*?

APÊNDICE

RECIFENSES SE MOBILIZAM POR SUA CIDADE

Enviado por Luis Nassif, sábado, 24/03/2012 - 09:47

Por Silvio B. Campello

Postei aqui, na quarta-feira, sobre a perspectiva de uma mobilização inusitada no Recife a respeito de um grande projeto imobiliário. A audiência pública marcada para quinta-feira ocorreu com a presença maciça da população, mobilizada a partir do Facebook. É um movimento que vem crescendo e se organizando, notícia alvissareira diante do caos do planejamento urbano brasileiro, a partir de pequenas lutas como a realizada para tomar um espécime único da arquitetura praieira pernambucana, o edifício Caiçara. Os mesmos que se mobilizaram naquela época e outros que se preocupam com ciclovias e transporte coletivo se encontraram em torno da resistência a um projeto maravilhoso para as empreiteiras e lastimável para o resto da população. Acho que merece a atenção daqui do blog. É algo novo surgindo, de auto-organização. Seguem mais alguns links:

Trechos da audiência: <http://vimeo.com/39050957>

Grupos no Facebook:

<https://www.facebook.com/groups/348480681859986/>

<https://www.facebook.com/groups/233491833415070>

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, Denis. *Recife* – o caranguejo e o viaduto. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1996.
- BRYSON, Bill. *Em casa*. Uma breve história da vida doméstica. Tradução Isa Maria Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BRAGA, João. *Trilhas do Recife*. Recife: Inojosa, 2000.
- CAVALCANTI, Betânia Uchoa. *O mágico retorno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FAVIER, Jean. *Les archives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.
- FAVIER, Lucie. *La mémoire de l'État*. Histoire des Archives Nationales. Paris: Fayard, 2004.
- FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Posfácio de Frédéric Barbier. Paris: Albin Michel, 1999.
- LAPA, Tomás de Albuquerque. *Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?* Recife: Editora Universitária/UFPE, 2011.
- LORETTO, Rosane Piccolo. *Paraíso e martírios*: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2008. (Coleção Teses e Dissertações, 13).
- LUBAMBO, Cátia Wanderley. *Bairro do Recife*. Entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife: Cepe/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.
- Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional. *Flora Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo*. Documentos. Rio de Janeiro, 1961.
- MONTENEGRO, Antônio Torres; SALES, Ivandro C.; COIMBRA, Sílvia R. *Bairro do Recife*: porto de muitas histórias. Recife: Gráfica Recife, 1989.
- ORLANDO, ARTHUR. *Porto e cidade do Recife*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1908.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *Preservação de sítios históricos*. Recife, 1981.
- VASCONCELOS, Rosiglay Cavalcante de. *Conflitos ambientais urbanos*: uma análise da intervenção do poder público e do setor imobiliários formal na comunidade de Brasília Teimosa, Recife/Pernambuco. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais/UFPE. Recife, 2011.

SITES

- www.direitosurbanos.wordpress.com
- <http://www.guardian.co.uk/world/2012/may/11/occupy-movement-global-weekend-action>.
- <http://vimeo.com/39050957>
- <https://www.facebook.com/groups/348480681859986/>
- <https://www.facebook.com/groups/233491833415070>
- <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/recifenses-se-mobilizam-por-sua-cidade>
- <http://www.urbanismobr.org/bd/autores.php?id=486>

A CONVENÇÃO CONFIANÇA-LEALDADE: FUNDAMENTO DO MERCADO IMOBILIÁRIO INFORMAL NO RECIFE¹

Norma Lacerda²

59

Estudos Universitários

RESUMO

Pesquisas recentes têm assinalado que o mercado imobiliário de aluguel, em áreas pobres das grandes cidades latino-americanas vem constituindo uma importante forma de acesso das populações de baixa renda à habitação. Em muitas dessas cidades, o mercado de locação é mais significativo do que o de compra e venda. No entanto, a coordenação dos seus agentes – assegurando-lhe uma dada ordem funcional – não tem sido suficientemente estudada. Frente a essa realidade, o presente ensaio indaga sobre a pertinência de estudar-se o mercado imobiliário de locação em áreas pobres à luz da *Teoria das convenções*.

Palavras-chave: Mercado imobiliário, coordenação, convenções, instituição.

¹ O presente texto constitui um resumo do ensaio apresentado por ocasião do Concurso Público para Professor Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (2010). Todos os dados apresentados resultam da pesquisa *Mercado Imobiliário de Habitação em Áreas Pobres da Região Metropolitana do Recife*, financiada pelo CNPq.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.
E-mail: norma_lac@yahoo.com.br

ABSTRACT

Recent research studies have indicated that the rental housing market, in poor areas of large cities in Latin America has been forming an important form of access to housing for low-income groups. In many of these cities, the rental market is more significant than that of buying and selling. However, the coordination of its agents? a means of assuring the market of a given functional order - has not been sufficiently studied. In view of this reality, this article examines the relevance of studying the rental housing market located in poor areas in the light of the Theory of Conventions.

Keywords: Real estate market, coordination, conventions, institutions.

INTRODUÇÃO

A *convenção*, como objeto de estudo, não é uma novidade nas ciências sociais. Ela, primeiramente chamou a atenção dos sociólogos e, mais tarde, dos economistas. Todavia, só após os editorialistas da *Revue Économique* publicarem um número especial (1989) sobre esse tipo de regra de comportamento, é que se começou a delinear a *Teoria das Convenções* (doravante denominada TC). A *convenção* não tem sentido, senão no interior de um coletivo. Quando surge, assume um caráter arbitrário, no sentido de que existem outras possibilidades, além dela, para que ações coordenadas aconteçam. Ademais, não precisa de aparelhos de coerção, visto que é socialmente aceita. Essas características sugerem que a TC oferece subsídios para a compreensão da coordenação do mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres (doravante nomeado MIAP), pelo fato de não estar submetido a regras formalmente instituídas. Nesse mercado - observado, por exemplo, na Região Metropolitana do Recife (RMR) -, dois indivíduos entram em relação: o locador e o inquilino. Com quais mecanismos eles selam um acordo? No caso de descumprimento desse acordo, por que os locadores não recorrem à violência? Seriam as *convenções*, presentes nesse mercado, as responsáveis pela ordem coletiva que garante o seu funcionamento? Foram essas indagações que induziram à definição do objetivo deste artigo: avaliar a

pertinência de *estudar-se a coordenação do mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres, sob a ótica da Teoria das convenções*.

Para realizar tal objetivo, o trabalho foi estruturado em quatro partes. Na primeira, analisa-se a importância do MIAP, evidenciando sua relevância, na RMR, no Brasil e na América Latina. Realça-se que, em geral, as análises empreendidas mobilizam a noção de *instituição* e não a de *convenção* e anunciam-se alguns elementos inerentes ao MIAP, que permitem supor que seria mais apropriado recorrer-se ao conceito de *convenção*. Na segunda parte, discute-se o significado de *convenção*, assinalando a pertinência da adoção desse conceito - ao invés do de *instituição* - como suporte analítico e metodológico, para apreender-se a coordenação do MIAP. Conclui-se, expondo as razões de os *convencionalistas* (estudiosos da TC) considerarem que, para a formação da TC, muito contribuem a sociologia e a economia. Na terceira, traça-se uma breve trajetória dessas disciplinas, evidenciando como convergiram para a construção da TC. Na quarta parte - considerando-se que a *convenção* apresenta possibilidades de *interpretação* e tendo-se o MIAP como objeto empírico de análise -, realça-se que o *julgamento* implica uma avaliação da *situação*, tendo por fundamentos: (i) a situação particular de cada um dos agentes e (ii) as representações do coletivo. Isso quer dizer que o *julgamento*, em última instância, emerge como a síntese das situações individual e coletiva. Conclui-se que a TC oferece indícios da pertinência da mobilização dos seus aportes para a apreensão da coordenação do MIAP e expõem-se preocupações a respeito das implicações, na coordenação desse mercado, de políticas de regularização fundiária.

IMPORTÂNCIA DO MIAP E PROBLEMÁTICA DA COORDENAÇÃO

As grandes cidades brasileiras foram marcadas, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, por processos de ocupação de terras públicas e privadas, capitaneados por populações de baixa renda. Com a redução expressiva desses processos, na década de 1990, a importância do mercado imobiliário informal impôs a urgência de tornar-se objeto de estudo, na medida em que passou a ser a

forma predominante de parte significativa da população ter acesso à moradia. Nesse contexto, iniciou-se, em 2005, o *Projeto mercados informais de solo urbano nas cidades brasileiras e acesso dos pobres ao solo*, cujo objetivo principal é caracterizar o mercado informal do solo, em algumas regiões metropolitanas brasileiras (Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Recife e Belém).³ As análises sobre cada uma dessas metrópoles tiveram por fundamento os resultados da aplicação de três tipos de questionário: *aluguel* (direcionado aos inquilinos), *compra* (aplicado aos adquirentes) e *venda* (dirigido aos ocupantes das unidades residenciais colocadas à venda).

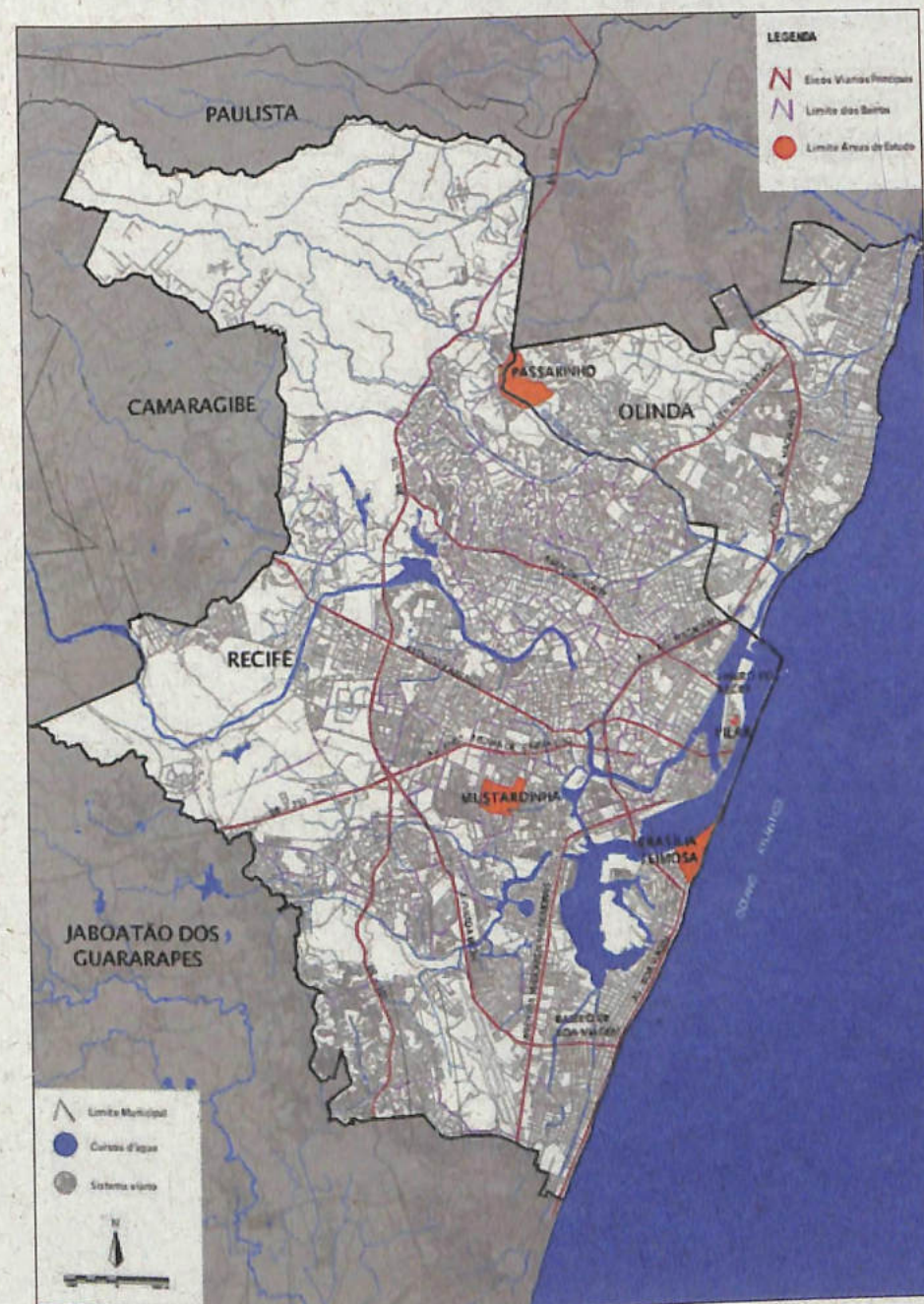
No que concerne à RMR, a pesquisa de campo, realizada em 2005, contemplou quatro áreas pobres (Mapa 1): Brasília Teimosa, Mustardinha e Pilar (Recife) e Passarinho (Olinda). Tais áreas foram selecionadas por apresentarem situações distintas quanto à topografia, à localização (face ao centro do Recife), ao provimento de infraestruturas e à situação institucional (Zonas Especiais de Interesse Social – Zeis, ou não). Nessa metrópole, o MIAP tem uma participação importante, quando se considera a totalidade das transações imobiliárias, identificadas nas áreas pobres. Do total dos imóveis pesquisados (385), 57,9% haviam sido alugadas. Em Brasília Teimosa, 72,0% das transações imobiliárias referem-se a aluguel; na Mustardinha, 66,1%; em Passarinho, 36,0% e, no Pilar, 27,3%.

Cabe realçar que, em outras cidades latino-americanas, o MIAP também se revela o mais importante, quando comparado ao de compra e venda. Abramo (1997, p.10) ressalta que, na Colômbia, Venezuela e Argentina, 80,24%, 67,62% e 61,93%, respectivamente, do total das transações imobiliárias identificadas correspondiam à locação de imóveis. No Brasil, ou melhor, no Rio de Janeiro, a participação desse mercado atingia 29,73%, em 2006.

Acontece que, como nas outras metrópoles, objeto da referida pesquisa nacional, na RMR, os locadores não foram identificados.

³ Esse projeto é coordenado nacionalmente pelo Prof. Pedro Abramo, do Ippur/UFRJ. Em Brasília Teimosa, na primeira pesquisa (2005), identificaram-se 139 residências alugadas. Na segunda (2008), revisitaram-se 67 dessas 139.

Mapa 1: RMR – Localização dos bairros pesquisados.



Segundo Abramo (2007, p. 7), “no caso dos aluguéis informais é muito difícil a quantificação da oferta”. De modo que, os dados sobre o mercado de locação se referem às famílias dos locatários e não aos locadores. Ora, é impossível analisar-se qualquer mercado, sem a quantificação e qualificação da oferta e da demanda. Foi essa situação que instigou a desvendar os universos dos locadores. Para tanto, foi necessário voltar ao campo (2008). Escolheu-se, então, como objeto empírico, Brasília Teimosa, onde esse mercado se mostrara mais expressivo, comparativamente ao de compra e venda e, também, às demais áreas pesquisadas. Na volta a Brasília Teimosa, para a revisitação das casas alugadas, identificadas na pesquisa anterior (2005), inquiriram-se os inquilinos sobre como contatar os locadores.⁴

Esse bairro localiza-se entre o centro do Recife e o valorizado bairro de Boa Viagem. Tais condições colocam-no como alvo dos interesses do mercado imobiliário formal. Sua ocupação teve início em 1947 e os moradores resistiram às tentativas de expulsão, numa luta que culminou com sua institucionalização como Zeis (1983). Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, Brasília Teimosa, abrigava 5.464 domicílios permanentes, sendo que 20,6% deles eram alugados. Ao longo do tempo, recebeu melhorias, em termos de infraestrutura e serviços urbanos. O mais importante é esse bairro constituir um território. Os habitantes vêm, histórica e cotidianamente, gerando condições de sobrevivência e resistência.

Sobre a coordenação do mercado informal de moradia, Abramo afirma que é necessário:

um conjunto de instituições informais, produzidas historicamente nos assentamentos populares pela via das práticas sociais que, de fato, configurem um sistema de regulação informal das transações mercantis informais.” [...] Em outras palavras, sem as instituições formais, o mercado informal de solo deve estabelecer as suas próprias práticas reguladoras, incluindo mecanismos coercitivos, no caso de rompimentos contratuais de uma das partes (ABRAMO, 2009, p. 56-57).

⁴ Em Brasília Teimosa, no primeiro trabalho de campo (2005), foram pesquisadas 139 residências alugadas. Na segunda (2008), revisitaram-se 67 dessas 139.

Para esse autor, uma base importante da garantia do funcionamento desse mercado são as relações de *confiança-lealdade*, significando a eliminação da impessoalidade nas relações, tão marcante no mercado imobiliário formal. Não obstante contribuir para a compreensão de algumas manifestações do MIAP, em certas cidades brasileiras, as proposições de Abramo suscitam indagações. Afinal, como chegar-se a semelhante conclusão sobre o mercado de locação, analisando-se essa base institucional apenas sob a ótica dos inquilinos? A quem cabe *confiar* e a quem cabe ser *leal*? A *confiança* deve referir-se ao locador que, no ato de fechar a negociação, mesmo verbal, confia (ou tem por moralmente certo) que o inquilino cumprirá o estabelecido, em relação ao pagamento mensal do aluguel, à manutenção do imóvel, etc.? *Lealdade* cabe ao inquilino, diante dos compromissos assumidos?

No caso de Brasília Teimosa, a pesquisa, realizada em 2008, comprovou, empiricamente, a hipótese de Abramo, no que se refere à *confiança-lealdade*. O mesmo não ocorreu quanto à presença de instituições informais. Do próprio binômio *confiança-lealdade* ficaram questões não respondidas. Por que a *confiança* por parte dos locadores? Por que a *lealdade* por parte dos locatários? Tais questões não podem ser respondidas, sem que se considere o contexto de ação e o próprio objeto motivador das negociações: a *habitação*.

Quanto à necessidade de instituições, Abramo (2009) fundamentou-se na pesquisa empírica realizada no Rio de Janeiro e em algumas outras metrópoles. Aí, a mediação assume a função de um terceiro ator, cuja figura é reconhecida como “*autoridade local*,” que serve de mediadora nos conflitos incidentes nas comunidades. Essa “*autoridade*”, segundo ele, resulta de processos históricos locais, podendo ser de natureza religiosa, étnica, cultural, política e decorrente do controle pela força. Ora, se os comportamentos dos indivíduos se fundamentam em relações de *confiança-lealdade*, por que é preciso haver uma “*autoridade local*”?

No caso da RMR, em nenhuma das localidades pesquisadas se constatou a figura de um mediador, com função de “*fãdor*”. Ademais,

não se pode esquecer que, no mercado de locação, diversamente do de compra e venda, as relações diretas entre locadores e locatários persistem por certo tempo. Frente à ausência de um "fiador" e às particularidades das relações, pelo menos nas áreas pobres da metrópole recifense, impõe-se indagar: como é coordenado esse mercado?

A NOÇÃO DE *CONVENÇÃO* AO INVÉS DO CONCEITO DE *INSTITUIÇÃO*

Dentre várias acepções (ajuste, pacto, contrato, acordo, combinação, trato, convênio, etc), o significado corriqueiro da palavra *convenção* é revelado pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, como: "qualquer dos usos ou costumes sociais estabelecidos, geralmente de tácita aceitação pelos indivíduos de uma comunidade que incluem regras de boa educação, de boa conduta etc. (...)". Dessa compreensão, deve-se reter que a *convenção* permite aos indivíduos tomarem decisões sem razões aparentes, tais como: fazer um minuto de silêncio, durante uma cerimônia, em homenagem a alguém que faleceu; ceder o assento a uma pessoa idosa etc. Desses exemplos, podem-se deduzir duas características essenciais da *convenção*.

A primeira é que ela não tem sentido, senão no interior de um coletivo. Envolve, no mínimo, duas pessoas, que se comportam de uma dada maneira, sem justificativa: não é necessário explicar o minuto de silêncio, apresentar razões para ceder o lugar a uma pessoa idosa. Mas, por que essa regra e não outra? Daí, a segunda característica da *convenção*: o seu caráter arbitrário, no sentido de existirem outras possibilidades de coordenação. Segundo Batifoulier e Larquier (2001, p. 66), "a convenção é arbitrária, mas é racional seguí-la, se cada um faz o mesmo, pois o objetivo é de se coordenar, adotando o mesmo comportamento dos outros". Para esses autores, a *convenção* tem duas outras características.

Uma concerne a *la vague de la définition*, isto é, "caso se possa, por vezes, oferecer um enunciado explícito, não existe uma formalização oficial, ou consagrada, da *convenção*. O conhecimento eventual da

sua história é sem efeito sobre a sua explicação" (Ibid., p. 13). Raros seriam aqueles que se questionariam sobre a veracidade da regra que determina os comportamentos *convencionados*. A outra diz respeito "a ausência de ameaças explícitas de sanções" (Ibid., p. 14), no caso de não-respeito à norma, ao contrário das regras de direito. A ausência de sanções não a enfraquece, muito embora seja portadora de ameaças. Essas características inerentes à *convenção* induzem a pensá-la como mais apropriada, do que o conceito de *instituição*, ao estudo do MIAP, mesmo adotando-se, para *instituição*, a definição mais consensual, que – segundo Bessy e Favereau (2003, p. 8) – é a de North (1990).

As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou mais formalmente os constrangimentos de origem humana que envolvem a interação humana, quer seja política, social ou econômica. Ela apresenta a vantagem múltipla de poder cobrir também as instituições não-econômicas, de permitir tanto análises ortodoxas quanto críticas, de não romper com a etimologia do termo (a instituição é aquilo que institui – e que, por sua vez, é instituído) e de remeter discretamente à poderosa noção de "regra constitutiva" (Apud BESSY e FAVEREAU, 2003, p. 8).

Embora os autores mencionados comunguem com a noção de *instituição* formulada por North, eles esclarecem que, antes de preocupar-se com as *instituições*, a TC tem a pretensão de analisar a ação individual na sua relação com os diferentes contextos comuns de ação. A hipótese fundadora da TC, em torno da qual se encontram pesquisadores de diversas disciplinas, é que:

Esses contextos de ação são exteriores às pessoas (e percebidos como tais), se bem que essas últimas participem mediante suas ações (individuais e/ou coletivas) da sua criação, sua atualização ou seu questionamento. Esta hipótese supõe um individualismo metodológico mais complexo (e, sem dúvida, mais coerente) do que aquele da corrente dominante. Dito de outra forma, o objetivo é conciliar certa autonomia do social, indo até reconhecer as suas leis próprias, com a ideia que são sempre os indivíduos e não entidades supra-individuais, que agem e colocam as suas intenções (individuais e/ou coletivas). (BESSY e FAVEREAU, 2003, p. 2, grifo da autora.)

Ademais, Bessy e Favereau (2003) lembram que a análise de Searle (1995) sobre os fatos institucionais evidencia que as suas *regras constitutivas* (cujo significado será exposto adiante) não são arbitrárias, como as *convenções*. Não se trata, portanto, de um problema semântico, mas conceitual. A *convenção* guia os comportamentos econômicos dos seres humanos, na medida em que ela é inseparável do contexto da ação. O Esquema 1 sintetiza as principais características dos conceitos de *convenção* e *instituição*, quando aplicados aos estudos dos mercados imobiliários de locação.

Cabe ressaltar que, para os *convencionalistas*, a noção de *instituição* é muito carregada de um modo de pensar *holístico*, que a apresenta como uma entidade coletiva estruturada. Ademais, eles consideram que o *individualismo metodológico* não é apropriado para refletir sobre *convenções*, na medida em que elas são arbitrárias. Por isso, eles advogam um *individualismo metodológico mais complexo*, como ressaltado no trecho transcrito de Bessy e Favereau.

O *individualismo metodológico* é, na essência, um paradigma, no sentido de constituir um modo generalizado e compartilhado de questionar a realidade social e de conceber respostas para as questões suscitadas. Como tal, esse paradigma sempre obteve consenso na

Esquema1: Características dos conceitos de *convenção* e *instituição* aplicáveis a estudos dos mercados imobiliários de locação.

CONVENÇÃO	INSTITUIÇÃO
Sentido interpessoal	Sentido impessoal
Caráter arbitrário	Caráter constitutivo
Informalidade / ilegalidade	Formalidade / legalidade
Sanção implícita	Sanção explícita
Coordenação intrínseca (agentes envolvidos)	Coordenação extrínseca (autoridade local)

Fonte: Esquema elaborado pela autora.

economia neoclássica, cujo esquema de interpretação está centrado na racionalidade. Esse tipo de explicação supõe que o indivíduo é racional (*homo oeconomicus*). Do lado oposto ao *individualismo metodológico*, encontra-se o paradigma *holístico*, cujos adeptos evidenciam os aspectos estruturais e culturais das normas, supondo-os elementos ativos e, assim, ignorando a análise das motivações e dos comportamentos individuais. Boudon (1982) afirma que a ação individual é submetida a constrangimentos sociais e raramente se dá de acordo com a fantasia. Mas, isso não implica que tais constrangimentos determinem a ação do indivíduo em sociedade. Eles delimitam o campo do possível, não o campo do real. Em síntese, o indivíduo não é nem um *homo oeconomicus* nem um *homo sociologicus*.

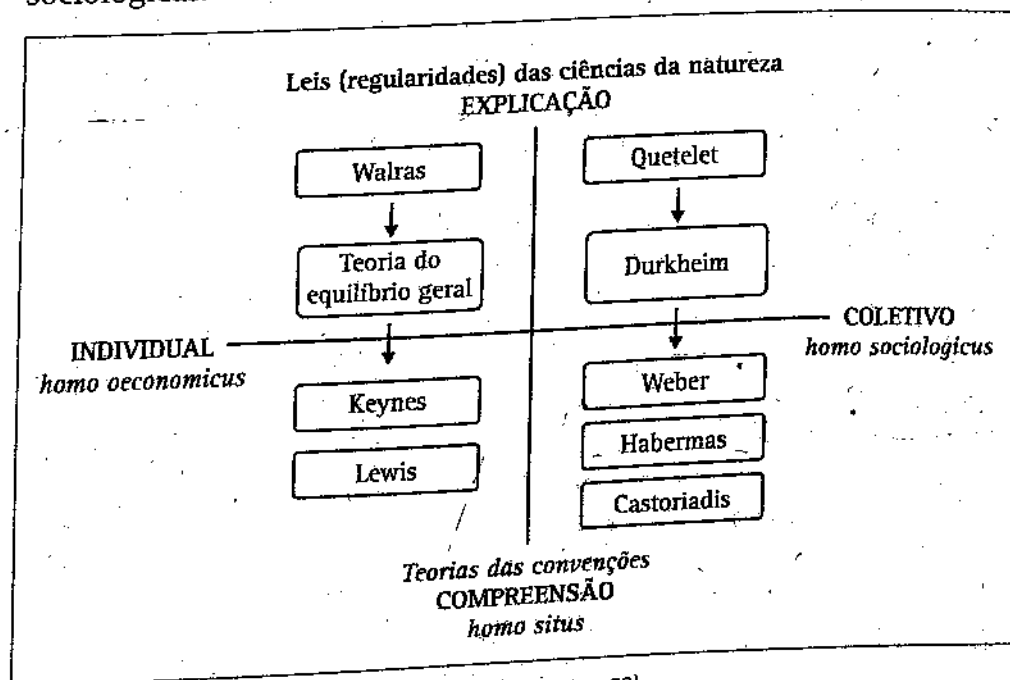
No MIAP, poder-se-ia pensar que locadores e inquilinos se relacionam com vista a maximizar os seus respectivos interesses, o que remeteria ao *individualismo metodológico*, sem que, nesse caso, normas legais fundamentem seus acordos. No entanto, como se verá adiante, isso é parcialmente verdadeiro. Não se pode deixar de considerar que eles se inserem em um determinado coletivo. Isso, porém, não autorizaria incluí-los no tipo *homo sociologicus*, que adere às cegas às *convenções* desse coletivo. Tais agentes operam em um contexto comum de ação, com base em uma *racionalidade situada*, termo utilizado por Zaoual (2006), que modela seus comportamentos. Provavelmente, Zaoual inspirou-se na palavra *situação*, tão cara aos *convencionalistas*, para propor o termo *homo situs*. Não seria esse o terceiro paradigma, correspondente ao do *individualismo metodológico mais complexo*, reivindicado pelos *convencionalistas*, embora não por eles enunciado? De fato, é exatamente o conjunto das dimensões individuais e coletivas que pauta as condutas econômicas, remetendo às *convenções*, que sempre assumem um caráter normativo, agregando as duas dimensões. Admitindo-se que o conceito de *convenção* é mais apropriado – inclusive por abraçar o *individualismo metodológico mais complexo* – para desvendar-se a forma de coordenação do MIAP, importa situar a TC no debate travado no seio da sociologia e da economia, a respeito do comportamento humano.

MOVIMENTOS DA SOCIOLOGIA E DA ECONOMIA

Thévenot (2006) procura integrar as duplas *norma-ordem* (*holismo*) e *racionalidade-equilíbrio* (*individualismo metodológico*). Primeiro, ele mostra como a sociologia passou de um entendimento das condutas dos indivíduos, a partir da imposição de uma ordem social, à compreensão da interação deles. Segundo, revela como a economia evoluiu da ideia de equilíbrio geral, segundo a qual o homem é um ser egoísta, para uma concepção da necessidade de interação com outros indivíduos, a partir de uma visão estratégica e, daí, para uma abordagem *interpretativa* da ação. O Esquema 2 ajuda a entender a convergência dos dois aludidos movimentos para a formulação da TC.

O eixo horizontal do referido Esquema indica as duas posições diferenciadas: *individualismo metodológico*, à esquerda, e *holismo*, à direita. Essas posições têm em comum o fato de suas origens representarem um prolongamento das *ciências da natureza* (trecho superior do eixo vertical), segundo as quais o comportamento

Esquema 2: Movimentos convergentes das correntes econômicas e sociológicas.



Fonte: Esquema inspirado no concebido por Thévenot (2006, p. 63).

humano deve ser desvendado a partir dos princípios ou leis da física e da química, entre outras, a despeito das inquietações das pessoas, das suas interações, interpretações mútuas, expectativas e apreensões. Daí a representação do *homo situs* (trecho inferior do eixo vertical), que, em última instância, resulta da relação dialética entre o *homo oeconomicus* e o *homo sociologicus*.

Um dos maiores inspiradores dos sociólogos e economistas foi Stuart Mill (1806-1873). Esse pensador compara as ciências da natureza humana às das climas e das marés, permitindo-lhe conceber as condutas humanas, a partir de dois níveis: um, relativo à "massa previsível" das ações, e o outro, atinente à diversidade de "outras menores", não controladas. O problema da sua análise é que o pesquisador não deve ter a pretensão de ter acesso a "causas menores," ou seja, não se deve preocupar em acessar as particularidades individuais. Dos ensinamentos de Mill, emergiram, em grande parte, os campos disciplinares da sociologia e da economia (THÉVENOT, 2006).

ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA COORDENAÇÃO

Cabe a Quetelet (1796-1874) a concepção de *homem médio*, que confere consistência ao coletivo. Ele busca formatar esse *homem*, visando a estabelecer o laço entre as regularidades em média e a representação do interesse geral (THÉVENOT, 2006). Significa isso o reconhecimento de um tipo ideal, que ultrapassa as vontades individuais e consolida a ideia de sociedade. Décadas após os escritos de Mill, Durkheim (1858-1917) passa da ideia de *lei da natureza* (de *homem médio*) para a noção de *normalidade*, considerada o único princípio diretor do julgamento, capaz de governar a ação dos indivíduos. A noção de *norma social* é a chave dessa passagem, a forma mais simples para dar-se conta das regularidades e abstrair-se das particularidades. Os fatos sociais são dotados de um poder de coerção, em virtude do qual se impõem aos homens (DURKHEIM, 1968). Ao evocar o poder da coletividade, afasta qualquer possibilidade de considerar os indivíduos com as suas singularidades.

Weber (1864-1920) distancia-se de Durkheim. Para ele, a *compreensão* deve desvendar o sentido de uma relação social. Ele considera o indivíduo e a sua atividade como uma unidade de base e sustenta que, do ponto de vista da sociologia, toda referência a uma *significação* supõe uma consciência individual. Para passar de uma compreensão individual à generalização, ele admite tipos de ações sociais, que se diferenciam segundo os pesos relativos dos valores e a exigência de racionalidade (racional em finalidade, em valor, em tradição, em afetividade). Não obstante, a submissão a esses tipos pode deixar margem a generalizações, obscurecendo as particularidades inerentes a cada um dos seres humanos. Ressalte-se que Weber (1999, p. 22) se refere à noção de *convenção*, como um “costume”, capaz de garantir uma ordem. A vigência da *convenção* é assegurada de tal forma que, dentro de um determinado círculo de pessoas, um comportamento discordante tropeçará em “*reprovação*”. Ela assume, portanto, um caráter determinista, o que afasta qualquer possibilidade de *juízo* e, por extensão, de *ajustamento* das ações.

Segundo Thévenot (2006), uma grande evolução do pensamento sociológico é marcada por Habermas (1929). Para ele, existem esferas de decisão, onde deve prevalecer uma *racionalidade comunicativa*. Habermas (1987) distingue, como um dos âmbitos do agir humano, a *interação social*. Por *interação*, ele concebe a esfera da sociedade em que normas sociais se constituem, a partir da convivência entre sujeitos, capazes de comunicação e ação (HABERMAS, 1987). A ideia é substituir a tipologia de racionalidade weberiana por uma concepção de racionalidade que emerge da necessidade de *comunicação*, ordenadora dos diversos tipos de ação. A ideia de *comunicação* fez eclodir o *interacionismo*, reunindo estudiosos, cuja atenção se volta para as operações de *interpretação*, efetuadas pelos atores em situação e sob a dinâmica do *juízo*. No entanto, como bem admite Thévenot (2006), a força de imposição das regras ou normas é colocada em dúvida, em proveito dos interesses das pessoas, que são levadas a mudar as situações com táticas e técnicas adequadas.

Embora, na proposta originária de Thévenot (Esquema 1), não conste o nome de Castoriadis, esse filósofo oferece pistas importantes para elucidar assunto tão complexo. Sua análise aplica-se ao mundo histórico-social e, de modo particular, às dimensões com que as sociedades operam: (i) a *conjunto-identitária*, segundo a qual cada sociedade opera em função de normas, valores, procedimentos distintos e definidos, e (ii) a *propriamente imaginária*, a partir da qual “a existência é significação. As significações podem ser um ponto de referência, mas não são determinadas. Elas se reportam indefinidamente umas às outras sobre um modo fundamental de reenvio” (CASTORIADIS, 1986, p. 225). Nas condições de uma certa sociedade ou comunidade, os indivíduos criam imagens carregadas de significações e valores, que modificam os pesos dos fatores objetivos ou sua hierarquia, na ordem das decisões e ações. Dessas reflexões, pode-se depreender que Castoriadis insere-se no paradigma do *homo situs*, ao apresentar um homem que, ao mesmo tempo, opera a partir de regras, normas, valores e crenças compartilhadas, mas também de suas singularidades, permeadas de imagens plenas de significações. É segundo as dimensões mencionadas que o homem *interpreta*, decide, age e vai ajustando-se às circunstâncias. Significa isso que as pessoas lançam mão de uma *racionalidade situada*, nos termos utilizados por Zaoual (2006).

No que concerne ao MIAP, os agentes compartilham convicções não apenas dos seus respectivos mundos (familiar e profissional, entre outros), mas também daqueles dos demais membros da comunidade em que se inserem. Eles decidem, agem, reorientam suas ações, a partir dos seus múltiplos pontos de referência. A *convenção*, sem ser totalmente determinística sobre os comportamentos dos indivíduos, desempenha um papel coercitivo, voltado para a coesão do *sítio*.

ABORDAGEM ECONÔMICA DA COORDENAÇÃO

Também a economia evoluiu de uma visão em que a coordenação das condutas dos homens – considerados a-históricos e egoístas – seria determinada por um mercado concorrencial perfeito, onde os

indivíduos agiriam isoladamente, para outro tipo de abordagem, que considera as relações entre eles. É importante lembrar que, à semelhança da sociologia, o berço da economia encontra-se nas *ciências da natureza*, particularmente no que se refere à concorrência vital entre as espécies, e dentro de cada uma delas. A questão da concorrência esteve sempre presente na economia. Depreendem-se, na trajetória dessa disciplina, três momentos: (i) o da teoria econômica *standard*, (ii) o da teoria econômica *estratégica*, e (iii) o da teoria econômica *interpretativa*, que abre caminho para a formulação da TC.

a) Da teoria econômica *standard* à teoria econômica *estratégica*. A teoria econômica *standard* estuda os comportamentos dos indivíduos racionais frente aos bens. O modo de conceber a coordenação entre eles é a troca, por meio do mercado, onde cada indivíduo busca permanentemente otimizar seus recursos. Assim, a racionalidade dos indivíduos e o mercado são dois pilares interdependentes, como bem mostra a *teoria do equilíbrio geral*, concebida por Léon Walras (1834-1910) e referência dos economistas neoclássicos. Segundo essa teoria, os indivíduos não têm contatos senão mediante o mercado, afastando qualquer possibilidade direta de interações deles. No centro dessa teoria, encontra-se o *homo oeconomicus*, “ser desenraizado por excelência, pois sem pertencimento social, nem crença moral, unicamente preocupado com o seu interesse pessoal” (THÉVENOT 1989, p. 182). Ela preconiza o *laissez-faire*, quer dizer: o mercado deve funcionar sem regras. À primeira vista, seria essa a realidade do MIAP, cujo funcionamento ocorre sem nenhuma regra pré-estabelecida. Acontece que ele é marcado pela interação dos seus agentes (locadores e locatários). Não existe a menor chance de impessoalidade nas transações realizadas no seu âmbito, o que afasta, de antemão, qualquer possibilidade de estudá-lo à luz dessa teoria.

Conquanto essa teoria parta da hipótese de que o mercado é regido por um modelo de *concorrência perfeita* e que os preços coordenam as atividades dos indivíduos no mercado, é imperativo desconfiar de semelhante hipótese. Para Chasernant e Thévenon (2001), a coordenação, via preços, esconde regras bem definidas, como: (i) a

difusão de informação entre todos os agentes; (ii) a lei da oferta e da demanda, determinando que, se a oferta de um bem é superior à demanda, seu preço baixa, e vice-versa; e (iii) a interdição de trocas, antes da realização do equilíbrio geral. Conforme esses autores, Searle (1995) deu, a tais *regras*, a designação de *constitutivas*. Pelo visto, a *teoria do equilíbrio geral* supõe um mundo onde a informação e o conhecimento são perfeitos. Ora, na realidade empírica, o conhecimento é limitado, o que dificulta a escolha da ação otimizadora e faz emergir incertezas.

No MIAP, as incertezas decorrem, sobretudo, das condições de existência dos locadores e dos inquilinos. Em Brasília Teimosa, por exemplo, praticamente a metade dos locatários tem rendimento familiar na faixa de até um salário mínimo (49,60%), seguida do intervalo de um a dois salários mínimos (29,50%). Portanto, 79,10% das famílias dos inquilinos recebem, no máximo, dois salários mínimos. Em contrapartida, os rendimentos das famílias dos locadores concentram-se nas faixas de dois a três (35,30%) e de mais de três salários mínimos (26,50%). Frente aos rendimentos dos inquilinos, como podem os locadores – com base unicamente nos seus interesses individuais – ter *confiança* em que os alugueis serão pagos?

Qualquer que seja o mercado, os preços não podem ser perfeitamente calculados. Se os indivíduos continuam a selar acordos econômicos, é porque lançam mão de outras normas, de outros meios de regulação das suas práticas, e não das regras *constitutivas*. Chasernant e Thévenon (2001), acompanhando Searle, mais uma vez, designaram essas outras normas *regras reguladoras*.⁵ Para esses autores, os preços são meios de coordenação eficazes, se todas as hipóteses estão asseguradas, mas não asseguram a coordenação, quando surgem incertezas. Nesse caso, os agentes estabelecem regras de comportamento que não podem ser apreendidas no âmbito do mercado. Ciente dessa dificuldade, a teoria econômica é instada a repensar a *racionalidade individual*, de maneira a considerar as interações dos agentes. A análise econômica passa a enfatizar

⁵ Regra reguladora é, sem dúvida, tautologia, mas, como explicam os autores mencionados, os dois termos foram utilizados para distinguir esse tipo de regra de outro, no caso, a *regra constitutiva*.

o espaço de interação dos indivíduos, considerando, inclusive, problemas de coordenação, como desequilíbrios e erros de previsão. É nesse sentido que o comportamento racional se torna *estratégico*, tendo como fundamento o que os outros poderão fazer. A *abordagem estratégica* evidencia as regras dos contratos, aquelas previamente negociadas e juridicamente respaldadas.

No caso de Brasília Teimosa, constata-se que dos 139 imóveis alugados, 69,10% foram negociados mediante acordos verbais. Os restantes (30,90%) efetivaram-se por meio de documento desprovido de validade jurídica. Em síntese, as próprias condições de funcionamento do MIAP afastam qualquer possibilidade de aplicação de uma *abordagem estratégica*, em cujo cerne estão as regras juridicamente respaldadas.

Essa abordagem mobiliza a noção de *convenção*, a partir de uma linguagem própria da *Teoria dos Jogos*, largamente influenciada por David Lewis (1941-2001). Para ele, a *convenção* é o resultado de uma visão, em que a estratégia é agir como os outros agem, opondo-se ao fenômeno convencional estudado por outros economistas, que defendem a necessidade de uma abordagem *interpretativa* das interações.

b) Da economia das interações à economia interpretativa. Os *convencionalistas* rejeitam a análise de Lewis, para quem cada indivíduo racional escolhe o seu comportamento, tendo por fundamento as intenções dos outros. Ele evidencia que é racional fazer o que todo mundo faz, de modo que, se cada um sabe o que o outro sabe que ele sabe que o outro sabe etc. (até o infinito), é racional escolher conformar-se. A TC opõe-se a essa hipótese, pois "não é plausível cognitivamente: numerosas experiências ensinam que não se pode raciocinar além de algumas interações" (BIENCOURT et al., 2001, p. 200). Assim, a TC afasta-se das análises das *convenções* denominadas *estratégicas* e aproxima-se da análise *keynesiana*.

Keynes (1883-1946) mobiliza esse conceito. Ele evidencia o caráter *convencional* das taxas de juro, cujo nível não tem explicação, senão

na inquietude dos investidores, em relação ao futuro. Ele constatou a existência de uma incerteza, diante da qual a escolha de cada indivíduo interessado em vender ou comprar ações, no mercado financeiro, não se pode realizar, sem a coordenação das suas *interpretações* sobre determinada *situação*. Deve-se reconhecer que Keynes ofereceu contribuições valiosas para o desenvolvimento das ciências econômicas, contrapondo-se, inclusive, aos pressupostos neoclássicos do funcionamento do mercado, além de introduzir, na análise econômica, a noção de *convenção*. No entanto, sua análise trata exclusivamente dos mercados financeiros. Segundo Favereau (2001), a TC tem o mérito de generalizar a noção de *convenção*, de modo a poder aplicá-la à todos os contextos de interação, em situação de incerteza.

Ora, em um ambiente incerto, o comportamento dos indivíduos não pode resultar de contratos completos. Assim, as pessoas "fazem" regras de um tipo particular: as *convenções*. Tais regras, resultantes dos processos de interação dos agentes, são elaboradas, evidentemente, considerando-se o contexto da ação. E passam a ser adotadas, de forma não determinista. Uma vez estabelecidas, as *convenções* aparecem exteriores aos agentes e se perpetuam, sem que ninguém se interrogue sobre o porquê da sua adoção, como se verá a seguir.

MIAP E TEORIA DAS CONVENÇÕES

Qualquer estudo sobre a coordenação de um mercado exige a qualificação dos seus agentes. Já se ressaltou, no presente texto, que, na metrópole recifense, os agentes conformadores do MIAP são apenas dois: locadores e inquilinos. Deles se analisaram alguns aspectos, (rendimentos familiares e modalidades de acordo). É necessário destacar outras características que, provavelmente, influenciam seus respectivos comportamentos.

Em Brasília Teimosa (RMR), aproximadamente 60% dos locadores e locatários são mulheres. Dos inquilinos, 34,53% situavam-se na

faixa de 21 a 30 anos e 25,18%, na de 31 a 40 anos. Trata-se, portanto, de pessoas relativamente jovens. Quanto aos locadores, a situação se inverte: parte significativa correspondia às faixas etárias entre 51 e 60 anos (26,20%) e de mais de 60 anos (41,00%).

Quanto ao grau de instrução, 17,50% dos locadores não estudaram e 57,50% cursaram apenas da primeira à quarta série. Os inquilinos detêm um grau mais elevado, uma vez que 43,90% cursaram da quinta à oitava série e 26,60% chegaram a cursar o segundo grau. Tal situação decorre, provavelmente, do fato de os locadores, mais velhos, não terem tido as mesmas oportunidades de educação das gerações posteriores.

Parte expressiva dos inquilinos tem um emprego (43,20%). Boa parcela, porém, trabalha por conta própria (25,80%), o que implica instabilidade, no que diz respeito aos rendimentos mensais e, pelo nível de comprometimento da renda familiar com o aluguel, ao risco de não cumprimento dos compromissos assumidos em relação a ele. O percentual de locadores aposentados é bem mais significativo: 43,20% do total, o que condiz com a faixa etária predominante. Ademais, 38,00% destes últimos trabalham por conta própria. Nesse caso, aos rendimentos da aposentadoria e do trabalho por conta própria devem-se acrescentar os aluguéis das habitações.

Em termos gerais, pode-se afirmar que, no mercado de aluguel, em Brasília Teimosa, inquilinas, jovens e empregadas, relacionam-se com locadores, predominantemente mulheres, aposentadas, com idade mais avançada, nível de instrução inferior e rendimentos superiores.

No que concerne à conduta dos locadores, constatou-se que, quando acontece inadimplência, 20,90% *entram em acordo*, enquanto 26,87% *esperam que o locatário saia*. Essas atitudes assinalam que uma parte dos locadores *confia* em que receberá os aluguéis. Uma outra *confia* em que os inquilinos serão tão *leais* que, frente à dificuldade de fazer jus ao pagamento, desocuparão o imóvel alugado. A situação de atraso no pagamento é, na maioria das vezes, decorrente da perda

do emprego dos locatários e, por isso, muitos locadores entram em acordo, aguardando *melhores tempos* da parte dos inquilinos. Sugere isso que os locadores têm consciência de que se trata de uma questão conjuntural. Ademais, para 25,37% deles, *nunca ocorreu inadimplência*. O número expressivo de transações bem sucedidas fortalece, com certeza, os vínculos criados entre locadores e inquilinos. A dupla *confiança e lealdade* retroalimenta-se. Apenas alguns (10,45%) "*botariam para fora*" o inquilino inadimplente. Isso revela que não somente as transações, mas também as punições adquirem um caráter pessoal. Evidencia-se, pois, quanto esse mercado é efetivamente pleno de incertezas, por parte tanto dos inquilinos, quanto dos locadores. Embora prevaleçam relações de *confiança e lealdade*, existe o risco de desacordo e, portanto, de conflito.

Para entender a elevada participação dos inquilinos que não conseguem cumprir o acordo (47,77%), estabelecido no ato do aluguel, importa verificar o grau de comprometimento da renda familiar com a mensalidade do aluguel. A situação é dramática. De fato, 55,1% das famílias com rendimentos de até um salário mínimo (49,60% do total das famílias de inquilinos) comprometem mais de 50,72% dos seus rendimentos com o aluguel. Isso revela suas péssimas condições de sobrevivência. Em relação à inadimplência dessas famílias empobrecidas, alguns locadores assim se pronunciaram: "não posso exigir dela, é uma coitada"; "às vezes não cobro porque a pessoa é tão pobre"; ou, ainda, "não paga o aluguel todo, mas, quando entra um dinheirinho, passa alguma coisa para mim".

Os laços de *confiança-lealdade* são fortalecidos pela proximidade física. Muitos locadores são vizinhos, chegam a habitar o mesmo imóvel, onde moram seus inquilinos. Assim, presenciam o cotidiano dessas pessoas *tão pobres*. Ademais, muitos outros locadores moram no mesmo bairro (82,2%), onde é comum o encontro com os inquilinos, nos espaços públicos. Se as pessoas sabem que precisam viver umas com as outras por um longo período, elas se preocupam com a própria reputação. Significa isso que locadores e inquilinos lançam mão de suas capacidades *interpretativas*, considerando o próprio mundo (familiar) e o mundo social e cultural onde vivem.

No processo de *interpretação*, esses agentes não se abstraem, provavelmente, do que está sendo transacionado. Porque não se trata de uma mercadoria qualquer. A *habitação*, além do seu relativo alto custo, no cotejo com as demais mercadorias, *é um bem do qual não se pode prescindir*. É essa mercadoria que conecta locadores e locatários, definindo as relações entre eles, mediante dispositivos de um mercado, cujas características devem ser levadas em conta, quando das suas respectivas *interpretações*.

Sobre a coordenação das ações dos indivíduos, Boltanski e Thévenot (1991) chamam a atenção para os problemas que pesam sobre ela, insistindo na pluralidade de *interpretações*, a qual, por sua vez, supõe uma pluralidade de modelos de avaliação, ou seja, de *mundos comuns* possíveis. A forma de *juízo* variará e, com ela, a forma de ajustamento da ação. Para esses autores, quando um indivíduo se coordena com outro, ele se engaja, sob a condição de que as reações do outro sejam previsíveis. Tais reações repousam sobre princípios compartilhados de *juízo*, por eles denominados *princípios superiores comuns*. Um princípio diz respeito a um *mundo comum*, a partir do qual os indivíduos apreciam o curso da ação, considerando o coletivo, a qualidade das pessoas e das coisas, para que possam selar um acordo. Nesse sentido, os princípios constituem registros de *argumentação* e de *justificação*, mobilizados pelos agentes, durante a ação. Fundamentalmente, esses dois sociólogos se ocupam de "casos onde a busca de um acordo conduz as pessoas a se elevarem acima das contingências, levando em conta as circunstâncias (...). A questão do justo, da justiça ou da justeza da situação pode, então, ser colocada" (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, p. 163).

É o caso do MIAP, um mercado em que as circunstâncias são marcadas pela pobreza e as contingências o caracterizam (atrasos no pagamento, inadimplência etc.). Quaisquer que sejam os compromissos assumidos (verbais ou formalizados) entre locadores e inquilinos, as obrigações não os dispensam de *interpretação*, pois os acordos não podem ser aplicados mecanicamente. Afinal, a *interpretação* não tem sentido, senão quando os acordos são incompletos, sendo necessário completá-los conforme a *situação*. Ora, os locadores, diante do perfil socioeconômico dos inquilinos,

não teriam motivos, em princípio, para *confiar* em que eles cumprirão os acordos firmados. Os locatários, por sua vez, ante suas próprias limitações de existência, também não teriam condições reais, em princípio, de assumir *lealdade* face ao acordado. Ai está o cerne da questão. De antemão, eles estão conscientes de que têm de ajustar-se à situação, ou seja, ao desenrolar dos acontecimentos (perda do emprego, trocas não-realizadas etc.).

Mesmo levando-se em conta que o MIAP tem por base de funcionamento a *convenção* de *confiança-lealdade*, não se observam, nos comportamentos, as regularidades fundadoras das *normas sociais*, termos tão caros aos sociólogos. As reações são diversas: "*boto para fora*", "*espero que saiam*" e "*entro em acordo*"... Trata-se de uma pluralidade de reações, denunciadoras da heterogeneidade dos agentes, frente à negociação de bens que – dizendo respeito a todos, como objetos carregados de significação e plenos de intersubjetividade – constituem *bens comuns*. Não residiria aí a razão da passagem, na ausência de regras legalmente estabelecidas, da violência à *confiança-lealdade*? Nesse cenário, uma atitude objetiva e calculada dos agentes perde qualquer sentido. A atenção dos locadores desloca-se dos preços de mercado, das datas de pagamento, enfim das obrigações pré-estabelecidas para as necessidades e intenções dos locatários, como a de "*pagar quando puder*". A atenção destes últimos é, quase sempre, deslocada dos compromissos assumidos à conta das dificuldades de sobrevivência. Honrá-los, porém, é uma questão de tempo. É assim que o equilíbrio do mercado se estabelece, fundamentado na *convenção confiança-lealdade*.

Acresce ser inócuo procurar saber o fundamento da *confiança-lealdade*. Não há condições reais, na maioria das vezes, da sua efetivação. Por isso mesmo, essa base é totalmente arbitrária, apesar de racional segui-la, com o objetivo de coordenar-se. Não se sabe de onde veio esse fundamento. Trata-se de uma escolha dentre outras. Por isso, constitui uma *convenção* e, como tal, tem um caráter normativo, coordenando o mercado de locação em áreas pobres. Ademais, garante a existência e o funcionamento desse mercado. Diante das incertezas inerentes ao MIAP, a *convenção confiança-*

lealdade faculta uma sensação de certeza (ou segurança), que facilita as transações econômicas.

Enfim, ressalte-se que o conhecimento da forma de coordenação do MIAP é essencial, quando se trata de formular políticas de regularização fundiária. No Brasil, essas políticas lançam mão de variados instrumentos, a exemplo da Concessão do Direito Real de Uso. Obviamente, no ensejo da regularização fundiária, os beneficiados são os inquilinos. Surge daí um desafio, pelo menos no caso de Brasília Teimosa: os dados socioeconômicos revelaram que os locadores, na sua grande maioria, são pessoas pobres, embora não tanto, quanto os inquilinos. Com efeito, 81,13% dos locadores desse bairro detêm a posse de apenas um domicílio destinado à locação, 13,20% de dois e o restante (5,67%), de três a cinco unidades. Assim, uma coordenação, que introduza um novo agente (ou uma *instituição* formal), deve ser pensada de forma tal, que os mecanismos favoreçam aos inquilinos, sem desproteger totalmente os locadores.

CONCLUSÕES

O MIAP tem-se apresentado, na atualidade, tanto no Brasil, quanto na América Latina, em geral, como a principal forma de acesso das populações de baixa renda à moradia, compreendendo compra e venda e locação. Todavia, as abordagens feitas até o presente tenderam a considerá-lo como se fosse uma única *instituição*. Acontece que o mercado de compra e venda e o de aluguel são detentores de peculiaridades. Enquanto no de compra e venda, as relações tendem a não mais existir, após a finalização do pagamento, as relações perduram, no de aluguel, durante toda a vigência da locação, gerando uma aproximação maior entre locadores e inquilinos.

Os resultados dos estudos, realizados sobre o mercado informal em áreas pobres da RMR e, mais particularmente, sobre o mercado de locação em Brasília Teimosa, levam a inferir-se que estudar o mercado de locação em áreas pobres – e por que não o de compra e

venda, também? – à luz da *Teoria das Convenções* é uma possibilidade aberta à investigação. Com efeito, ela permite, com grande precisão, desnudar-se o modo de coordenação do MIAP, algo fundamental, para subsidiar a formulação de políticas de regularização fundiária. Estas não devem minimizar o fato de a introdução de outro agente – como instância do poder público, no caso, o município –, alterar a coordenação desse mercado, podendo correr o risco de redundar em favorecimento aos inquilinos, o que é justo e devido, e em desamparo completo dos locadores.

Ademais, é oportuno realçar que, abraçando o *individualismo metodológico renovado*, para apreender as ações dos agentes, que conformam o MIAP, não se está, em absoluto, priorizando os meios, serão apenas colocando, lado a lado, os meios e os fins. Afinal, no caso desse mercado, os agentes são conectados por um objeto particular imprescindível – a *habitação* –, o que confere à *convenção* de *confiança-lealdade* uma dimensão, que extrapola os aspectos individuais dos agentes, na medida em que estes põem de lado suas particularidades e passam a levar em conta o *bem comum*.

Por enquanto, estudou-se apenas a coordenação do mercado informal de locação, em Brasília Teimosa. A continuidade da pesquisa, implicando a extensão dos estudos em outras áreas pobres da RMR, poderá confirmar empiricamente as reflexões constantes deste artigo, aqui apresentadas em primeira aproximação.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. Características estruturais dos mercados informais de solo na América Latina: formas de funcionamento. *Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém, 2007.

_____. A cidade informal COM-FUSA – mercado informal em favelas e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. In: ABRAMO, P. (Org). *Mercado imobiliário informal, a porta de entrada nas favelas brasileiras*. Porto Alegre: Antac, 2009.

BATIFOULIER, P.; LARQUIER, G. de. De la convention e de ses usages. In: BATIFOULIER (Orgs). *Théorie des conventions*. Paris: Economica, p. 7-31, 2001.

BESSY, C.; FAVEREAU, O. Institutions et économie des conventions. *Cahiers d'économie politique*, v. 1, n° 44, p. 119-164, 2003. Disponível em: <http://www.cairn.info/article>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BIENCOURT, O. et al. L'économie des conventions: l'affirmation d'un programme de recherche. In: BATIFOULIER (Org). *Théorie des conventions*. Paris: Economica, p. 193-118, 2001.

BOLTANSKI, L.; THEVENOT, L. *De la justification - les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BOUDON, R. *Dictionnaire critique de la sociologie*. Paris: PUF, 1982. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/collection_methodologie/boudon_raymond.htm>. Acesso em: 19 mar. 2010.

CASTORIADES, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CHASERNANT, C.; THEVENON, O. Aux origines de la théorie économique des conventions: *prix, règles et représentations*. In: BATIFOULIER (Org). *Théorie des conventions*. Paris: Economica, p. 35-61, 2001.

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

FAVEREAU, O. *Préface*. In: BATIFOULIER, P. (Org). De la convention et de ses usages. *Théorie*

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1987.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1964.

LACERDA, N.; MORIM, J. Mercado imobiliário informal de habitação na Região Metropolitana do Recife. In: ABRAMO, P. (Org.). *Mercado imobiliário informal, a porta de entrada nas favelas brasileiras*. Porto Alegre: Antac, p.112-139, 2009.

THEVENOT, L. *L'action au pluriel - sociologia des regimes d'engagement*. Paris: Éditions la Découverte, 2006.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Ed. Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

MINERAÇÃO, PAISAGEM E CULTURA: O CASO DE ÁGUAS CLARAS E NORD-PAS DE CALAIS

Flávio de Lemos Carsalade¹
Sabrina Maria de Lima Accioly²

RESUMO

Este artigo analisa as interfaces existentes entre a atividade de mineração, a paisagem e a cultura, buscando compreender a dinâmica e a importância desse encontro para o momento atual, quando a atividade de mineração vem aumentando seus impactos. A análise dessa interface, no âmbito deste artigo, é realizada por meio da apresentação e comparação de dois estudos de caso: a Mina de Águas Claras, empreendimento muito representativo para a atividade minerária situada no município de Nova Lima, pertencente ao vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e o da região francesa de Nord-Pas de Calais, recentemente reconhecida como Paisagem Cultural da Humanidade pela Unesco.

¹ Doutor em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia (Ufba) (2007) e Mestre pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1997), tem atuado na área como professor e pesquisador da Escola de Arquitetura da UFMG, além de ser autor de livros como *Arquitetura: interfaces e Pampulha*. Atualmente é diretor da Escola de Arquitetura da UFMG.

² Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Escola de Arquitetura da UFMG (2012) e especialista em Tecnologia Ambiental pela Escola de Engenharia da UFMG (2009), atua como arquiteta urbanista na Fundação Estadual do Meio Ambiente (2006). Trabalhou na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e na Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Mineração; paisagem cultural.

ABSTRACT

This article analyses the relationship between the mining activities, landscape and culture in order to understand the dynamic and the importance between the meeting of these concepts for the present moment, when the mining increases their impacts. In this article, the analyses is made through the comparison between two study cases: the first one, the Aguas Claras Mine, located at the City of Nova Lima, Belo Horizonte's Metropolitan Region and the French Region of Nord-Pas de Calais, recently recognized as Humanity's Cultural Landscape by UNESCO.

Key words: Mining; cultural landscape.

INTRODUÇÃO

A atividade mineradora não causa impactos apenas ao meio ambiente, como é de mais usual reconhecimento. Na realidade, ela apresenta grande potencial de alteração das relações existentes no espaço, quer na sua paisagem, quer nos eixos socioeconômicos e culturais. Da pesquisa de avaliação dos potenciais da mina ao pós-fechamento, a atividade apresenta resultados muito diferenciados, acarretando em diferentes formas de impacto nessas relações.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 já reconhece que a mineração é uma atividade de alto impacto ambiental, que pode atingir tanto o bioma quanto a qualidade do solo e do ar, os recursos hídricos e a segurança e saúde de seus trabalhadores, além das relações territoriais e de identidade local. Esse reconhecimento pode ser percebido no art. 225, § 2º, onde se exige a recuperação do meio ambiente degradado pela atividade de mineração, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente. Apesar dessa obrigatoriedade, as questões socioculturais não são explicitamente indicadas na legislação, o que faz com que o meio ambiente seja o único alvo das compensações legais. Acresce-se a essa lacuna a

dificuldade de se lidar com o setor face à importância econômica que a atividade possui atualmente.

Essas características ressaltam ainda mais em Minas Gerais, onde a mineração, pelo seu potencial para o setor e para a história do estado, faz confrontar variadas expressões e relações culturais decorrentes da atividade minerária, comunidades tradicionais, uso do solo, construção de identidades e valores, importância paisagística – remanescentes ambientais de alta relevância para a preservação, bem como áreas de recarga hídrica e aquíferos. Ressalta-se que a relação do estado com a atividade está tão emaranhada na história, cultura, urbanidade e identidade de Minas Gerais que a própria formação de suas cidades foi fortemente influenciada pela atividade.

Tudo isso faz com que, no caso de Minas Gerais, a própria identidade do estado tenha uma de suas bases mais fortes na atividade de extração mineral. A mineração conformou a paisagem mineira, pois foi ela que atraiu os movimentos bandeiristas de exploração de seu território e foi por meio dela que se formaram seus primeiros núcleos urbanos.

Assim, se por um lado os impactos no espaço natural no ciclo do ouro foram sua transformação em núcleos urbanos, por outro – e também pela escala maior da natureza da exploração minerária (o chamado *ciclo do ferro*) – trazem outros tipos de impacto nas cidades e no meio ambiente. Sob a ótica da influência gerada por grandes empreendimentos e o uso do solo, a paisagem se submete a grandes alterações, mais visíveis e impactantes e que efetivamente alteram as relações territoriais.

Esse quadro demanda incisivamente a reflexão da interface que a atividade exerce na paisagem, com as relações culturais, os valores e a identidade, em um momento de aceleração da extração mineral e de maior consciência social sobre o território e os valores culturais. Assim, a requalificação de espaços degradados, a melhoria do impacto visual, paisagístico e ambiental sobre as cidades mineradoras e o desenvolvimento e a proposição de novos usos para essas áreas são

reflexões que merecem ser mais bem estabelecidas. Tais questões devem necessariamente considerar as características endógenas do lugar e as aspirações das comunidades envolvidas, vislumbrando a melhoria da qualidade ambiental e urbana. Aqui, a paisagem também contribui para a formação de valores e cultura locais, para a consolidação da identidade e para o bem-estar do homem, sendo, portanto, portadora de uma herança natural e cultural, constituindo um recurso para atividades econômicas, de gestão e planejamento (LANG et BLASCHKE, 2009).

PAISAGEM CULTURAL E SUAS RELAÇÕES COM AS ATIVIDADES MINERÁRIAS

O entendimento sobre o conceito de *paisagem* é muito amplo e tem assumido uma série de diferentes apropriações. Desde sua compreensão inicial, ligada aos estímulos sensoriais como cena pitoresca, ele vem ganhando maior abrangência, não sendo caracterizado simplesmente como paisagem visual, mas incorporando uma série de significados que indicariam seu caráter como sendo, por exemplo, natural, cultural, urbano ou rural.

O conceito com que trabalhamos neste artigo, entretanto, ultrapassa essas classificações de cenário ou de caracterização geográfica e compreende qualquer paisagem que ganhe significado para o homem e seu grupo cultural, seja ela natural ou construída, visto que é o grau de relação que se estabelece entre ela e sua apreensão subjetiva ou, melhor, intersubjetiva, que conta, fazendo com que mesmo uma paisagem natural também possa ser considerada paisagem cultural. Este é um entendimento que encontra suporte em vários autores contemporâneos que, como Pereira Leite (2006) e D. W. Meining, interpretam a paisagem como já sendo uma projeção da relação entre homem e natureza, aproximando-se, portanto, ao conceito de paisagem cultural aqui adotada. Nas palavras de Pereira Leite (2006, p. 15), "falar em paisagem é fazer referência, simultaneamente, ao urbano e ao não urbano; ao social e ao natural, a todas as feições do território construído e apropriado". No entendimento de D. W.

Meining *apud* Castriota (2009, p. 129), "toda paisagem é composta não somente daquilo que está à nossa vista, mas também daquilo que se encontra em nossas mentes".³ Tudo isso nos indica que a abordagem plena desse conceito demanda uma definição no espaço e no tempo e que tal conexão sujeito-objeto leva à necessidade de contextualização da análise da paisagem cultural, uma vez que é resultado da sobreposição de memórias, histórias, acontecimentos, narrativas, identidades e valores (cultural).

Tal constatação nos conduz a um segundo aspecto importante ligado ao conceito de *paisagem cultural*, o qual também trabalhamos neste artigo: o de que ela não é algo estático, congelado no tempo, como um cartão-postal, mas, antes, é o resultado de uma interação constante entre os grupos humanos e o território, em produção dialética e constante de significados, com a particularidade de que esses significados não são novos, produzidos a partir de uma tábula rasa, mas se encontram profundamente dependentes de sua condição contextual anterior.

A apreensão da paisagem cultural, portanto, deve ser considerada a partir da especificidade dos valores que lhe são atribuídos, considerando os diversos elementos que a compõem e a constante evolução dos padrões e valores que refletem. É assim que, amalgamados ao conceito, encontram-se inúmeros atores e agentes sociais que exercem influência na configuração da paisagem e que refletem o imaginário social e os padrões vigentes. Ainda, para Pereira Leite (2006),

[...] não são apenas as empresas, o capital internacional ou o Estado que produzem a paisagem por meio de uma organização espacial que atenda a seus interesses diretos, mas também a população a produz, pelo uso que faz, ou deixa de fazer, dos objetos urbanos contidos no lugar (PEREIRA LEITE, 2006, p. 12).

A relação que se constrói com a paisagem é, portanto, a expressão de valores e da evolução histórica e territorial de uma sociedade,

³ "[...] any landscape is composed of not only what lies before our eyes but what lies within our heads." Traduzido por Castriota (2009).

fazendo com que ela se configure como a própria imagem da sociedade que a formou. Pereira Leite (2006) destaca que as formas que constituem a paisagem são internas às práticas da sociedade e representam modalidades intrínsecas do comportamento social. Essas formas, quando se tornam obsoletas, geram a perda daqueles valores ou do seu sentido para a sociedade, distanciando-se das novas práticas estabelecidas. Isso nos instiga a ficar atentos à percepção dessa movimentação e ressalta a importância do recorte e da compreensão temporal no processo de apropriação da paisagem.

Segundo Lang e Blaschke (2009), a paisagem incorpora aspectos que designam o cotidiano e as características que são valoradas por critérios predefinidos de forma subjetiva e perceptiva, jurídica ou científica, entre eles a multiplicidade, a particularidade e a beleza. Esses autores destacam que tais estruturas da paisagem se exprimem em conjunto, em uma imagem, sob a ótica da percepção, mas não se reduzem a ela. Essa experiência, além das nuances subjetivas e individuais, é constituída por uma sociedade em constante transformação. É notório, portanto, que a paisagem exerce influência sobre a qualidade de vida e sobre a construção cultural.

Se as transformações do tempo se fazem exercer sobre a percepção intersubjetiva do território, este por sua vez também não responde homogeneamente à dinâmica temporal. Certas regiões são mais ou menos utilizadas, dependendo do momento histórico em que se encontram, e respondem diferentemente às modernizações, nem sempre cristalizando usos antigos e nem sempre abrigando novas racionalidades. (SANTOS et SILVEIRA, 2011, p. 13).

Se assim for, o conceito com que trabalhamos aqui pode ser entendido como um elemento transversal que, se bem utilizado, coloca-se como um importante instrumento para a busca de valores que sirvam de base para a efetivação de políticas públicas. Entender a paisagem como processo é reconhecer as possibilidades que ela oferece de pensar essas relações no tempo

e no espaço, de entender o mundo, seu sistema de referências e seu processo de representação (SANTOS, 1994, *apud* PEREIRA LEITE, 2006). Nesse sentido, a paisagem se referencia ao social, ao natural e à historicidade do lugar, quer dizer, a todas as feições do território construído e apropriado, urbano e não urbano. O entendimento das relações existentes no espaço – isto é, a conformação do território com a mescla de inúmeros interesses, apropriações e conflitos associados à sobreposição de diversos momentos históricos – pode facilitar a proposição de políticas públicas mais sensíveis – consequentemente mais adequadas –, as quais, por sua vez, vão influenciar na estruturação da nova paisagem. Tal processo se apresenta, portanto, como elemento ativo na evolução dos valores e da identidade locais baseado nas apropriações socioculturais do espaço, o qual, na sua dinâmica integrada e integradora, combina harmonicamente causas e consequências.

A questão que se enfrenta hoje em dia envolvendo paisagem cultural e mineração resulta, conforme esboçado na introdução deste artigo, nas características da exploração minerária como ela vem se exercendo. Vale examiná-la sob três de suas principais características: sua escala de impactos, sua única preocupação em apenas recompor o meio ambiente físico na estrita acepção da lei e sua “exclusão” territorial.

Quanto à escala de seus impactos, pelas tecnologias hoje aplicadas, o resultado com relação às paisagens é a devastação, isso para não falarmos dos aspectos de contaminação e degradação do meio ambiente durante a operação das minas e até mesmo na etapa de pós-fechamento. A recuperação ambiental e recomposição da paisagem, claro, nunca são completas, visto ser impossível o retorno ao que se tinha antes da atividade; portanto, seria muito mais honesto trabalhar na perspectiva de criação de novas paisagens em bases consensuadas e socialmente construídas. É nesse sentido que se nota que a estrita observância legal não é suficiente para contemplar plenamente o problema da recomposição da paisagem, ainda mais se entendemos, pelo exposto, que ao falarmos de paisagem não estamos nos referindo

apenas ao objeto natural, mas também às relações socioculturais nela inseridas e dela decorrentes.

A exploração mineral e sua atitude de “recuperação” são bastante coerentes com um posicionamento de deliberada exclusão do meio físico e social onde se instalam as minas. Não que as mineradoras não interajam com as cidades onde se instalam – o que, de resto, seria impossível, pois necessitam da mão de obra local e da boa vontade de seus governantes –, porém, a relação não se baseia em uma atitude biunívoca de diálogo e de construção conjunta, mas antes a direção das atitudes é sempre das mineradoras para as sociedades, naquilo que elas pensam ser adequadas; dificilmente a direção contrária, das sociedades para as mineradoras, é considerada. Exemplos desse fechamento são a resistência a debates amplos sobre as minas, o fechamento das atividades de visitação – quase uma ocultação – e a despreocupação quanto à inclusão dos territórios minerários em planos físico-territoriais locais e regionais – objetivando-se apenas a maximização dos lucros nas atividades pós-fechamento de minas, na busca de uma “segunda safra”, muitas vezes ligadas a empreendimentos imobiliários desconectados com planos diretores municipais (os quais, por sua vez, apenas identificam as áreas como “manchas de áreas em mineração”, sem outra classificação estratégica ou destinação objetiva). Essa realidade foi muito marcada no vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), onde era muito comum, na década de 1990, o predomínio de projetos de loteamento residencial como proposta de uso futuro. Costa (2003) critica esse padrão, já saturado, considerando que há um “[...] grande estoque de lotes existentes no mercado, o que provocou a substituição dessas tipologias por uma nova indústria do consumo da natureza e da cultura”, tão característica de grandes intervenções e propostas de revitalização urbana no mundo.

Especificamente no caso de paisagens com valor de patrimônio cultural, as estratégias de maximização de lucros muitas vezes resultam em reduções até “caricatas”, depreciadoras dos bens, como se pode verificar na mineração em torno do Pico do Itabirito, tombado pelo Patrimônio Estadual de Minas Gerais,

onde a montanha que delicadamente fazia surgir a pedra de cume se transformou em uma paisagem devastada com uma pequena ponta natural.

Figura 1: Pico do Itabirito antes e depois da implantação do complexo minerário



Fonte: PARANHOS, 2012.

A MINA DE ÁGUAS CLARAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PAISAGEM CULTURAL DE BELO HORIZONTE

A Mina de Águas Claras pode ser considerada um exemplo emblemático da complexa relação que a atividade minerária pode construir com o território, nas mais diversas escalas. Localizada na RMBH, no vetor sul, a mina encontra-se na porção sul da Serra do Curral, unidade geológica que, além de fazer parte do Quadrilátero Ferrífero, formação muito rica em minério de ferro e um dos polos de mineração mais importantes do Brasil, é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)⁴ e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) como conjunto paisagístico. Em 1995, foi eleita símbolo de Belo Horizonte. Além disso, está ao lado de bairros nobres na cidade e em condomínios de Nova Lima. Para se ter uma real dimensão, sua cava a céu aberto (Figura 02) dista somente 500 m do Parque das Mangabeiras e 14 km do centro da

⁴ A sua inscrição foi feita no Livro do Tombo Número Um (Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), em 21 de setembro de 1960.

capital mineira. Além destas, outras referências são vitais para a compreensão das relações territoriais que se estruturam com Águas Claras: além da existência da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Mata do Jambreiro, a mina encontra-se no Quadrilátero Ferrífero e no vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Essas confluências demandaram grande cuidado durante a operação da mina e também nas etapas de fechamento, de monitoramento e no pós-fechamento, conforme colocado no Plano de Fechamento da Mina de Águas Claras (MBR; BRANDT, 2001).

Figura 2: Cava de Águas Claras, em processo de enchimento. Ao fundo, Belo Horizonte.



Fonte: BRASIL; MINAS GERAIS, 2005.

A Mina de Águas Claras foi a principal operação da antiga empresa Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), que a explorou entre as décadas de 1970 e 1990 e chegou a produzir 14 milhões de t de minério de ferro por ano, considerando os granulados e os finos (BRASIL; MINAS GERAIS, 2005).

Desde a década de 1940, a atividade de mineração se faz presente na região, o que provocou inclusive a alteração topográfica e

altimétrica da Serra do Curral. Ferreira (2003) elenca as primeiras áreas mineradas nas proximidades da Serra do Curral, a saber: Acaba Mundo (dolomitos, na década de 1940), Taquaril (minério de ferro, na década de 1950), Barreiro e Cercadinho (minério de ferro, na década de 1960) e Mangabeiras (minério de ferro, em 1970).

Águas Claras foi considerada a primeira grande operação mineral do País, representando um marco para a indústria mineral brasileira graças ao seu porte industrial para a época e suas características, como a excelente qualidade dos produtos e a aplicação de tecnologias inéditas para a mineração de ferro no Brasil. Como exemplos, podemos citar a aplicação de computador para fins de desenhos geológicos, além da otimização computadorizada de cavas, no sequenciamento de lavra pela via estacionária e geoestatística, o que garantiu estabilidade na produção e extensão da vida da mina (BRASIL; MINAS GERAIS, 2005).

Em 2001, foi protocolado um Plano de Fechamento da Mina de Águas Claras (PFMAC) pela mineradora Vale. O planejamento do seu fechamento foi dividido em três fases (MBR; BRANDT, 2001, *apud* ACCIOLY, 2012):

- Fase 1: Descomissionamento e Obras - Encerramento da atividade mineral, fechamento de mina, descomissionamento industrial e aplicações de engenharia para reabilitação da área.
- Fase 2: Estabilização Ambiental - Pós-fechamento, monitoramento e verificação da estabilidade física, biológica e socioeconômica.
- Fase 3: Monitoramento e Manutenção - Transferência de custódia, manutenção continuada.

O PFMAC contempla, portanto, etapas de manutenção e monitoramento no pós-fechamento, além de prever várias atividades e programas de gestão. Para cada fase do seu fechamento, estão previstos programas e procedimentos definidos especificamente para cada estrutura da gleba, ou seja, para cava, pilha de estéril, encostas, barragens, áreas industriais e entorno.

O Zoneamento do Uso Futuro da gleba foi um dos principais produtos do PFMAC e foi elaborado com base nos seguintes elementos:

- Divisão da área da mina em setores e subsetores.
- Estabelecimento de critérios técnicos abordando aspectos do meio físico, biológico e antrópico que indicam restrições e aptidões aos usos.
- Definição das zonas de uso, com base nos critérios técnicos e ambientais de aptidão.

De acordo com o PFMAC, os usos potenciais consideram a tipologia da ocupação do entorno e estão voltados principalmente para segui-la e/ou complementá-la, entendendo que a vocação da gleba são usos no segmento de serviços e comércios, residencial e de lazer. Foi delimitado um macrozoneamento da gleba, classificando-a como área de uso intensivo, área de uso extensivo e uso de conservação e preservação. O Quadro 1 apresenta uma visão geral do parcelamento da gleba considerando as áreas da mina.

Quadro 1: Síntese dos usos propostos por áreas da mina de Águas Claras

Espaço da Gleba	Área (ha)	Porcentagem (%)	Usos
RPPN	912,00	44,1	RPPN
Lago	67,00	3,2	Integrado à paisagem
Área a ser parcelada	193,81	9,38	Uso misto urbano
Área remanescente	893,19	39,62	Propriedade da Vale
Total	2.066,00	100,00	

Fonte: ACCIOLY, 2012.

Podemos perceber que a proposição da mineradora visa ao parcelamento de 9,38% da gleba, abrigando diversos usos urbanos, tais como hotelaria, comércio e serviços, ensino e pesquisa, residencial, entre outros.

O PFMAC sugere, pela importância que a mina possuiu durante sua operação, em termos de inovação tecnológica e marco na indústria mineral, o destaque histórico das suas atividades, a preservação da sua memória, do seu patrimônio industrial e geológico. Isso seria feito por meio da implantação de um museu mineiro-industrial na área, além de promover atividades de cunho didático, visto que a área possui formações e dados geológicos locais que podem ser visualizados *in situ* em taludes e mapas diversos, sendo aberto ao público em geral e a instituições de ensino. Certamente, isso destacaria a importância do Quadrilátero Ferrífero, conhecido e estudado mundialmente por ser um marco histórico e econômico do Estado.

No entanto, a área apresenta um alto grau de complexidade em termos de interfaces com o território e com a paisagem. Como foi dito, a região possui uma série de elementos, imbuídos de grande carga simbólica e importância ambiental e econômica, representados pela Serra do Curral, RPPN da Mata do Jambeiro, e a ocupação urbana do vetor sul. Esses aspectos, como serão brevemente apresentados, constroem uma relação conflituosa e de grande tensão, uma vez que se voltam para interesses antagônicos por vezes.

No entanto, a Serra do Curral é um elemento natural que exerce grande impacto visual em Belo Horizonte, compondo a própria paisagem da cidade e participando do imaginário da capital e do próprio Estado. Trata-se de um elemento paisagístico que se estende desde a divisa dos municípios de Raposos, Sabará e Nova Lima, a leste, até a divisa dos municípios de Ibirité e Brumadinho, a oeste. Constitui-se no principal elemento do patrimônio natural e cultural da região e sofre influência direta do empreendimento. Ampliando a compreensão do seu valor cultural e paisagístico, podemos considerá-la como o

marco geográfico mais representativo da RMBH. O reconhecimento da Serra do Curral não somente como símbolo de Belo Horizonte, mas também como patrimônio paisagístico, demonstra a sua valorização como marco simbólico, urbano e paisagístico, como a expressão do imaginário coletivo para os habitantes de Belo Horizonte. Ferreira (2003) destaca que

[...] sua proteção busca assegurar o continuum da história da cidade, ou seja, a continuidade das relações, constantemente reinterpretadas entre o ser humano e seu meio, processo no qual se dá o enraizamento e a consolidação da territorialidade naquele lugar – fundamental para que [ele] se reconheça e ali se oriente (FERREIRA, 2003, p. 54).

Entretanto, em 21 de maio de 1973, o Conselho Consultivo do Iphan reexaminou seu processo de inscrição e alterou seu perímetro de tombamento, abrangendo uma faixa de largura de 1.800 m, sendo a cota 1.250 m, compreendendo uma área de 1.257.115 m². Segundo Ferreira (2003), a configuração final da área tombada pela União excluiu a porção da escarpa da Serra do Curral situada ao fundo do Parque das Mangabeiras, possibilitando, assim, a realização de atividade de extração mineral em sua face sul, no município de Nova Lima. Por causa disso, a implantação de empreendimentos minerários nessa porção da Serra promoveu o rebaixamento de forma irregular da sua crista original, atingindo 110 m de alteração altimétrica.

As duas vertentes da Serra desenvolveram, desde então, conotações, valores e usos opostos. Apesar de a vertente norte também ter abrigado empreendimentos minerários, a Serra abriga uma ligação simbólica forte com a cidade, a qual se relaciona inclusive com o traçado urbano, exercendo forte influência na organização espacial proposta por Aarão Reis⁵. Essa relação e diferenciação são observadas claramente no perímetro de tombamento, que não incluiu a vertente

⁵ Ferreira (2003) descreve inúmeras funções da Serra do Curral no processo de planejamento de Belo Horizonte. A Serra não se limitara ao aspecto bucólico de contemplação e embelezamento paisagístico da cidade, mas também exercia o papel de barreira física contra os ventos frios do sul e quentes do norte, de proteção dos mananciais e referência paisagística. A representação cartográfica da cidade é direcionada para a Serra, sendo referência espacial para toda a cidade. A Avenida Afonso Pena, que corta a porção central da cidade no sentido norte-sul, contrapõe-se à serra, que se posiciona no sentido leste-oeste.

sul. Essa atitude ambivalente com relação à Serra pode ainda causar outros sérios impactos territoriais, visto que a porção voltada para Nova Lima, como já apresentada, é área de expansão urbana e abriga a construção de grandes empreendimentos imobiliários, que poderão causar impacto a essa paisagem e também a aspectos ligados à mobilidade, à gestão urbana e ao uso do solo com relação à cidade de Belo Horizonte (ACCIOLY, 2012).

A RPPN da Mata do Jambreiro representa um importante remanescente da Mata Atlântica, cuja área é de 912 ha e que, curiosamente, é resultado da proposição da antiga MBR. A área é muito rica em termos de biodiversidade, com mais de 400 espécies de grande importância para a flora, como o jacarandá, a peroba, o jequitibá, o pau-de-óleo, o cedro, o ipê, a braúna e as canelas. A área também exerce importante papel na recarga de mananciais, possibilitando a manutenção de nascentes que abastecem alguns córregos locais (MBR; BRANT, 2001).

Sobre a questão do uso do solo, o entorno de Aguas Claras se segmenta pela marcante presença de loteamentos urbanos e atividade de mineração. Se por um lado a região é muito valorizada em termos da expansão urbana, por outro o município de Nova Lima é muito caracterizado pela intensa presença de minas de ferro e ouro. O curioso é que ambas as tipologias de empreendimento demandam grandes áreas para sua realização, o que claramente resulta em conflito quanto ao uso do solo. Agravando a questão, a região é de grande importância ecológica e é caracterizada como altamente prioritária para a conservação da flora e fauna e para a recuperação ambiental. Esse embate quanto ao uso do solo gera, também, elevada vulnerabilidade natural ao município de Nova Lima.⁶ Para Costa (2003), o uso do solo da região representa uma

[...] conflituosa coexistência entre áreas de preservação e mineração; entre a propriedade fundiária altamente concentrada nas companhias mineradoras e a proliferação de lançamentos imobiliários residenciais de acesso controlado; entre as necessidades de planejamento de

⁶ Segundo informações do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais.

longo prazo dos zoneamentos ecológico-econômicos das áreas de proteção ambiental e o imediatismo do marketing urbano (COSTA, 2003, p. 159).

De certa forma, a atividade mineradora exerce pressão contrária à expansão urbana e ocupação generalizadas, mas, concomitantemente, contribui para manter elevado o valor da terra nos espaços urbanizáveis (COSTA, 2003). Entretanto, lembramos que boa parte das áreas de condomínio pertence a mineradoras e essa concentração de terra pode significar, futuramente, um fator indutor quanto à elaboração das proposições de uso futuro dos empreendimentos atualmente em operação. A baixa diversidade quanto ao uso do solo enfraquece as relações territoriais e a vitalidade urbana.

Fica claro, portanto, que o entorno do empreendimento apresenta elementos diversificados, mas também muito conflitantes em termos de uso. Há importantes elementos paisagísticos, culturais e ambientais em contraposição à pressão da urbanização intensa e à verticalização do solo, bem como à forte presença da atividade mineradora. O contexto territorial de Águas Claras é extremamente atrativo para os mais diversos tipos de empreendimentos, em especial no aspecto econômico, uma vez que o valor da terra na região é elevado. Essa amplitude com relação às possibilidades de uso futuro inevitavelmente pode assumir caráter altamente transformador da paisagem e das relações territoriais com os elementos apresentados do entorno, o que destaca a importância do planejamento territorial e regional.

A compatibilização das diversas escalas de influência é fundamental, uma vez que Águas Claras possui grande potencial para a contribuição do desenvolvimento local e regional, principalmente pela sua localização, devendo ultrapassar meros interesses e usos especulativos e de pequenos grupos. A questão da definição do uso futuro para áreas como Águas Claras é muito complexa justamente pelo grau de interação que permite e, ao mesmo tempo, pelo confronto de interesses e possibilidades. Importante lembrar que, por mais que uma área seja propriedade privada, o uso do solo em áreas urbanas

não deve se limitar ao cumprimento legal, buscando, efetivamente, os preceitos da política urbana do direito à cidade e da real gestão participativa. Os elementos que se colocam no entorno possuem grande carga cultural, histórica, ecológica e socioeconômica, que devem ser compreendidas e compatibilizadas ao máximo. A relação entre a mineração e o território deve ser avaliada, e a compreensão da sua dinâmica, aprofundada, assim como o reconhecimento da herança minerária que o Estado de Minas Gerais possui.

A BACIA MINERÁRIA (*BASSIN MINIER*) DE NORD-PAS DE CALAIS (NPDC) COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

No mês de julho de 2012, ao mesmo tempo que a cidade do Rio de Janeiro recebia o reconhecimento da Unesco como Paisagem Cultural da Humanidade, a região da Bacia Minerária de Nord-Pas de Calais também recebia a mesma honraria. Trata-se de uma vitória significativa da região francesa, que apostou na cultura como forma de reabilitação territorial. Face às questões que examinamos neste artigo, o caso serve perfeitamente para esclarecer algumas indagações sobre as várias facetas de valoração da paisagem e a relação construída com atividades de alto impacto, como a mineração.

Se até o começo do século XIII na França a extração do carvão vegetal era utilizada em complementação ou substituição à da madeira, é verdadeiramente no século XVIII que a exploração transforma sua escala e se torna uma atividade industrial nas regiões do Nord e depois Pas de Calais, com profundas e significativas alterações na paisagem a partir especialmente do século XIX, quando a bacia dessa região fornecia a metade da produção francesa. Mais precisamente a partir de 1842, data da descoberta do filão de carvão em Oignies, considerado marco inicial da extração monoindustrial intensiva na região, desenvolveu-se uma nova organização territorial caracterizada por um espaço fortemente urbanizado, densamente povoado, polarizado por diferentes minas, mas desprovido de uma centralidade real.

As empresas minerárias privadas se multiplicaram com as concessões, o que acabou por causar uma explosão demográfica localizada, com mais de 4 milhões de habitantes concentrados em somente 12.400 km², conforme censo de 2006. A característica principal dessa densa urbanização em todo o Arco Minerário foi o estabelecimento de duas áreas urbanas, uma metrópole regional e inúmeras ligações, geradas pelas necessidades das produções industriais na ex-bacia minerária, espaço esse hoje caracterizado por uma continuidade espacial de zonas urbanizadas.

Em 1946, nas reestruturações do pós-guerra, as concessões de mineração foram nacionalizadas, o que acabou por resultar na criação de uma empresa nacional, a Charbonnage de France⁷, provocando uma mudança de rumo fundamental da atividade, com consequências importantes sobre a bacia minerária e sua reconversão. Nos anos 1960, com o aumento da consciência do planejamento territorial na França e também com a redução da produção mineral local, começam a surgir reflexões sobre a evolução do tecido industrial e a reconversão, inicialmente dentro de grupos de trabalho informais e posteriormente sistematizadas na DATAR⁸, os quais se dirigem para os assentamentos urbanos a serem desenvolvidos e os espaços industriais a serem reabilitados. Em 1967, é então criada a SOFIREM, uma sociedade financeira de reconversão, a qual tinha como uma de suas missões o estudo dos projetos de desenvolvimento industriais de Nord-Pas de Calais. Ao longo dos anos 1980, com o crescimento da energia elétrica de origem nuclear e com o término dos últimos contratos exploratórios junto à Charbonnage de France, chegam ao fim os últimos poços de NPDC então em atividade: era o fim de uma história minerária intensiva de um século e meio que havia deixado profundas cicatrizes na paisagem; uma depreciação territorial, além de núcleos urbanos desestruturados e desintegrados.

A exploração, com efeito, resultou em sequelas físicas importantes, não apenas com relação à poluição dos solos, mas especialmente com relação ao tema que tratamos aqui, com a criação de uma

7 A Charbonnage de France foi dissolvida em 1º de janeiro de 2008 depois de 60 anos de atividades.

8-DATAR: Délégation à l'Aménagement du territoire et à l'Action Régionale (Delegação para o Arranjo do Território e Ação Regional, criada em 1963).

trama urbana inteiramente voltada para a atividade minerária e pela presença de edifícios industriais nas suas franjas, os quais, pela sua desativação, tornaram-se verdadeiros fosséis sem uso. Além disso, a interrupção da atividade mineradora ensejou o aparecimento de um desemprego em massa, a degradação do hábitat tradicional dos mineiros (as cidades minerárias) e um problema geral de atratividade territorial. A realidade resultante aponta para uma continuidade urbana particularmente densa da Região Metropolitana de Lille em direção à antiga bacia minerária, com uma grande dificuldade de aparecimento de novas centralidades urbanas. Apesar dos esforços de reconversão (notadamente econômicos) e de recuperação ambiental, as graves deficiências até hoje subsistem, na forma de um desenvolvimento social insuficiente, uma segregação social agravada, uma reconversão cultural excessivamente lenta e uma periurbanização notável, as quais impulsionam os problemas de coesão territorial e de articulação da bacia minerária com a metrópole de Lille.

A solução francesa para o problema se fundamentou sobre dois pilares: uma forte presença estatal no planejamento e na gestão da reconversão do território e a incorporação do passado industrial minerário à história e ao imaginário local, valorizando-o em vez de lamentá-lo.

A reconversão na bacia minerária foi facilitada pela importante participação do poder público na questão da propriedade: a titularidade fundiária se deslocou para o setor público diretamente após a nacionalização das minas e, em seguida às grandes leis de descentralização de 1982-1983, a região de NPDC e o Estado francês induziram fortemente as coletividades locais, com significativos investimentos a reabilitar seus ociosos imóveis industriais. Alguns deles facilmente revalorizáveis, especialmente aqueles em meios urbanos, foram rapidamente reciclados, mas este não foi o caso de vazios minerários que apresentavam problemas ambientais maiores. Para remediar a situação, foi criado, em 1990, o Établissement Public Foncier du NPDC (Instituto Fundiário Público de NPDC), empresa pública responsável pela estratégia e operação fundiária cuja

primeira missão seria a requalificação de grandes sítios industriais e minerários abandonados em função do término de suas atividades.

A valorização do passado minerário culminou com a construção da candidatura da bacia minerária de NPDC como paisagem cultural evolutiva de valor excepcional e universal para a Unesco. A estratégia abrigava várias ações coordenadas de revalorização local em substituição à imagem deprimente de um espaço econômico e socialmente degradado e, embora parecesse incongruente atribuir um valor patrimonial a essas paisagens industriais em processo de formação, baseava-se em antecedentes ocorridos na própria Europa – recentes, é verdade, e só possíveis em função do alargamento da noção de patrimônio, antes restrito a construções monumentais pré-industriais. Na Europa Ocidental, a preservação do patrimônio industrial foi um dos elementos-chave das estratégias de desenvolvimento e de reabilitação dos territórios do norte da Inglaterra nos anos 1980 que conduziram, em 1986, os sítios do Vale de Ironbridge, em Shropshire, à classificação de patrimônio mundial (BAILONI, 2008, p. 6). Além da região inglesa e simultaneamente da região de Nord-Pas de Calais, a região belga de Wallonie se apresenta ao título de patrimônio cultural mundial por meio de um dossiê para a classificação de quatro sítios emblemáticos de sua história minerária e industrial, em que, por exemplo, se localiza o sítio de Grand Hornu près de Mons, onde se abriu em 2002 o Musée des Arts Contemporains (MACs), que associa, de maneira muito parecida àquela que veríamos ocorrer no caso de NPDC, valorização patrimonial e atividade cultural.

Como já se sabe muito bem, o setor cultural se presta muito bem a certas estratégias de desenvolvimento local, muito úteis para a sua renovação física, econômica e social (BAILONI, 2008, p. 2), especialmente quando combinam patrimônio e indústria cultural. No caso da bacia minerária de NPDC, foi após o fechamento da última mina em Oignies que se multiplicaram as iniciativas sólidas de conservação e de valorização do patrimônio mineiro, ao mesmo tempo que ocorria a mobilização para medidas jurídicas de proteção de sítios, notadamente os classificados como Monumentos Históricos (KOURCHID et MELIN, 2002, p. 42).

O valor patrimonial da herança mineral de NPDC se define segundo os critérios da paisagem cultural evolutiva. A candidatura da Bacia Minerária de Nord-Pas de Calais leva em consideração essa bacia como uma estrutura orgânica global que se distingue por sua continuidade e sua homogeneidade, e não como uma coleção de sítios ou de monumentos individuais. Fruto de uma combinação de fatores – geográficos, históricos, técnicos e políticos –, a Bacia Minerária de Nord-Pas de Calais é representativa de uma bacia industrial minerária em sua história e em seu desenvolvimento: presença de um jazigo mineral, inovações técnicas, evolução de modos de transporte, legislações nacionais, determinação de empresários e poder do capital, gestão de mão de obra. Associada ao conjunto desses fatores, a constante organização da exploração – poços-escórias-cidades operárias –, a qual verdadeiramente revela no espaço a atividade industrial de carvão sobre uma grande extensão: 120.000 ha (texto extraído do dossiê de candidatura realizado pela Mission Bassin Minier).

O bem cultural proposto para inscrição representa uma superfície de 3.943 ha sobre 87 *communes* (Figura 3), circundados por uma zona-tampão de 18.804 ha que se instala sobre 124 *communes*. Dentro desse perímetro, encontramos elementos patrimoniais de várias naturezas, como cidades minerárias, edifícios religiosos,

Figura 3: Perímetro proposto à Unesco.



Fonte: Atlas interactif du patrimoine, Mission Bassin Minier.

vestígios de construções das atividades preexistentes (notadamente aqueles ligados à extração), montes de entulhos ou as "cavaleiras" (caminhos de ferro destinados ao transporte de minério). A primeira zona se apresenta como área de preservação, e a zona tampão tem a função, sobretudo, de garantir a coerência da paisagem mineira, preservando sua qualidade.

O dossiê de candidatura da bacia minerária apresenta, ainda, um plano de gestão em que o incremento do turismo surge como importante eixo de desenvolvimento e onde o Museu do Louvre-Lens é importante pilar não apenas para o movimento turístico, mas também para a coesão do dossiê. A iniciativa de instalação desse equipamento cultural segue a tendência mundial de utilização de grandes equipamentos museológicos com projetos audaciosos como instrumento de renovação urbana, revitalização econômica e de desenvolvimento social, unindo a atividade a mudança de imagem. Cita-se, nessa vertente, o caso do Museu Guggenheim, na cidade de Bilbao, o Museu do Design de Essen e o Baltic, o museu de arte contemporânea instalado em uma antiga fábrica de moagem no cais de Tyne, entre Newcastle e Gateshead. O caso de Newcastle é particularmente interessante por se tratar também de uma área de forte presença de equipamentos industriais e que, como se pretende em Lens, criou um polo cultural, patrimonial e turístico muito atrativo e uma nova centralidade urbana. No caso de Lens, no entanto, a relação de escala entre a nova centralidade e a extensão da área é muito maior que a de Newcastle, o que dificulta a garantia de mesmo sucesso. Entende-se que a força polarizadora do Louvre deve ser complementada com uma ênfase à criação de uma estrutura espacial que permita uma tessitura territorial em rede desses sítios e equipamentos. Estudos de 2007 apontam que o sucesso do projeto passa por duas condições prévias: seu caráter coletivo (a sinergia de todos os atores do território da bacia) e sua apropriação pelos habitantes de modo a estimulá-los a uma coconstrução do projeto, apesar da taxa elevada de desemprego, dos salários baixos e da formação insuficiente que a caracteriza.

O sítio escolhido para a implantação do Louvre em Lens não poderia ser melhor: bem no coração do perímetro proposto para

a classificação da Unesco, em uma área minerária desativada de 20 ha, parcialmente reconvertido em zona urbana nos anos 1980. Os novos braços do Louvre, por sua vez, respondem a uma decisão do governo francês de democratização cultural por meio da descentralização dos grandes equipamentos culturais parisienses e seu uso para projetos de reabilitação. A chamada de 2003, realizada pelo ministro da Cultura e da Comunicação, apresentou a cidade de Lens como vencedora entre seis cidades candidatas, como uma forma de reconhecimento pelo Estado francês de um território que muito contribuiu para seu desenvolvimento industrial, além, é claro, de seu potencial estratégico de desenvolvimento regional e reforço à candidatura junto à Unesco.

O que torna o projeto Bassin Minier de NPDC bastante interessante é mesmo sua estratégia de gestão. Trata-se de uma concertação muito bem urdida entre objetivos claros e envolvimento de atores adequados, com uma forte presença do Estado. Do setor público, apresentam-se o Estado, a cidade de Lens e o Museu do Louvre. A Communauté d'Agglomération de Lens-Liévin (CALL) se viu encarregada pela Région NPDC, cofinanciadora com participação de 60% do custo total e líder do processo de construção, além de possuir a missão de assegurar a regularização fundiária dos terrenos destinados a acolher o futuro museu, a qual foi levada a termo em 2007, dispendendo um total de 7,2 M€ para indenizar e reassentar os desapropriados. Em 4 de dezembro de 2010, data da colocação da pedra inaugural, foi criada a Établissement Public de Coopération Culturelle (EPCC) de Louvre-Lens, uma instituição pública constituída pela associação do Conseil Régional de NPDC, do Conseil Général du Département de Pas de Calais, da CALL, da cidade de Lens, do Museu do Louvre e do Estado francês, dentro da organização e do financiamento do equipamento cultural do qual se constitui o projeto Louvre-Lens.

O projeto do edifício que vai abrigar o Louvre em Lens foi escolhido em concurso público internacional – que selecionou o escritório Sanaa como vencedor – e responde a uma deliberada vontade de se afastar do estilo arquitetural clássico e monumental da sua sede

parisiense, no sentido de criar um edifício menos imponente e mais integrado ao sítio.

Figura 4: Museu do Louvre-Lens.



Fonte: (Maquete: © Sanaa / Imrey-Culbert / Catherine Mosbach, vista: © Iosis-References-Batiments).

Complementa a concertação de atores, a associação Euralens, que agrupa as *communes*, as duas aglomerações de Lens-Liévin e de Hénin-Carvin, suas *communautés* de respectivas aglomerações, bem como o Département du Pas de Calais e a Région NPDC, que ocupa a presidência. A Euralens congrega também os atores do mundo econômico, por meio de seus representantes da Câmara de Comércio e Indústria de Lens e a Câmara Regional de Comércio e Indústria, bem como os atores culturais e turísticos, de transporte e das universidades. Na busca de um “efeito Bilbao”, o projeto da Euralens possui três fundamentos principais. Em primeiro lugar, a transformação física do lugar, cuja renovação urbana tem a missão de inverter a imagem da terra minerada associada ao carvão e à poluição, substituindo-a pela imagem de cidade-jardim que valoriza o patrimônio natural e paisagístico. Em segundo lugar, fomentar a renovação econômica por meio de uma economia turística em Lens. E, em terceiro lugar, desenvolver os setores econômicos considerados chave, escolhidos em função das oportunidades econômicas da bacia minerária: cinco *clusters*, ou polos de atividades, estão sendo programados dentro dos setores de logística, de ecomateriais, da economia do esporte e, claro, da produção cultural e de centros de arte.

Em complementação, associam-se ao projeto Louvre-Lens outros projetos culturais e de mobilização social, como a associação Culture

Commune, formada, em 1990, por membros com mandatos eletivos e pessoas da sociedade civil para a criação de uma estrutura de desenvolvimento da cultura dentro da bacia minerária e, mais genericamente, do Departamento de Pas de Calais. Sua primeira ambição é a de estimular uma população pouco habituada aos espetáculos, às exposições e que não se reconhece no mundo da arte e da cultura. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que se apresenta com uma intenção de democracia cultural que consiste em coconstruir, localmente, dentro de cada *commune*, um desenvolvimento artístico e cultural concebido como auxiliar na transformação do território e que contesta a supremacia de uma cultura douda reservada às elites. Em 1999, com a instalação de sua sede em um lugar fortemente simbólico do passado minerário e industrial (a Base 11/19 de Loos-en-Gohelle, formada por 110 ha de escórias de antigos edifícios de exploração minerária e de caminhos de minas), ela ganhou evidência especialmente porque contribuiu para evitar sua destruição, antes que a base fosse finalmente inventariada (1992) e depois classificado como monumento histórico (2009).

ÁGUAS CLARAS E NORD-PAS DE CALAIS: PERSPECTIVAS DE UMA INTERFACE

A comparação entre os casos de Águas Claras e de Nord-Pas de Calais torna-se interessante para que dela se retirem algumas lições que podem ser aplicadas ao futuro das áreas mineradas brasileiras, especialmente àquelas cuja paisagem tem valor cultural ou que se avizinham de núcleos urbanos. Ambas possuem relação com a mineração, ainda que a primeira possua uma imagem destrutiva e a segunda, transformadora e construtiva.

As relações entre paisagem e mineração e suas interfaces com a questão cultural são muito evidentes no caso da Bassin Minier de NPDC. Ao contrário do que ocorrer quando se discutem os impactos negativos da mineração sobre as paisagens, o caso de NPDC utilizou a paisagem degradada como referência cultural, valorizando um passado minerário e utilizando-o como elemento de identidade e

orgulho nacional. Utilizou a paisagem associada a outras ações culturais estratégicas — como a criação do projeto *Mineiros do Mundo*, um amplo inventário das memórias dos mineiros em todo o mundo, mas iniciada na região —, apresentando-a como uma nova paisagem culturalmente referenciada e que era, ao contrário do que se fazia anteriormente, impossível de ser negada, porque se apresentava real aos olhos de todos. Ao valorizar pilhas de estereis e antigas fábricas sem valor arquitetônico evidente, processou uma curiosa mudança de atitude, de aceitação das alterações que a atividade gerou e de transformação positiva dos passivos herdados. Não é uma estratégia a ser universalmente repetida nem se trata de uma prévia credencial à destruição da paisagem pela mineração, mas não deixa de apontar para uma situação conceitual estimulante: a de que a paisagem ganha valor cultural mesmo que transformada. Cabe a nós, em nossos casos específicos, discutir os limites dessas transformações e cuidar para que a relação cultural local-mineração ganhe os contornos apropriados a cada caso. Afinal, não podemos esquecer que o ciclo do ouro em Minas Gerais, apesar dos grandes contingentes populacionais que trouxe, das grandes transformações na paisagem e da expropriação de nossas riquezas, nos deixou uma herança de criação de novas cidades, belos aglomerados urbanos, renovação cultural e grandes obras de arte, cujos exemplos mais notáveis são nossas igrejas barrocas. A pergunta que podemos nos fazer, hoje, seria sobre qual o legado que nos deixa o ciclo do ferro ou, até mesmo antes de inquirir sobre o futuro, quais são as relações culturais — para não falar das socioeconômicas — que hoje se estabelecem entre comunidades e mineração. Será que a atividade constrói uma relação positiva com o urbano atualmente? Até que ponto são incorporados benefícios aos municípios que a recebem e que preço são obrigados a pagar ao aceitar atividades tão intensivas e que retêm tanto lucro ao empreendedor? Até que ponto as relações territoriais devem ser transformadas em prol da instalação dessa atividade? Ou, então, como que a mineração pode deixar um legado realmente positivo em termos de transformação territorial e urbana, incorporando valores positivos em todas as suas etapas e propondo interações que, de fato, interajam e criem vínculo com o entorno, alavancando a região? Se no ciclo do ouro elas

serviram para abrir as Minas Gerais a outras várias culturas pela forte presença de gente de toda parte por aqui, se elas serviram para criar novas experiências artísticas e manifestações culturais originais, se elas serviram para fomentar ideias de liberdade, quais são as contribuições que hoje nos deixa a mineração?

Grande parte de nossas minas não está, como no caso francês, exaurida e já fechada. Ao contrário, a quantidade de minas em operação sugere ações preventivas e estratégias de interface com as realidades locais para que não se tornem passivos a serem resolvidos, quando então eles se apresentariam mais impactantes e com soluções ainda mais complicadas. A literatura especializada na questão de fechamento de minas já aponta para a necessidade de que essa questão seja abordada o mais precocemente possível e que se vislumbrem cenários futuros desde sua abertura, ainda que, é claro, esses cenários sofram ações corretivas por meio de monitoramento constante ao longo de sua vida útil.

Essa comparação demonstra, ainda, a necessidade do fortalecimento das instituições brasileiras frente à problemática de reconversão de áreas degradadas, da necessidade quanto à existência de instrumentos financeiros que possibilitem a reconversão desses territórios, da gestão democrática e participativa para a proposição de novos usos, com a aceitação e apropriação da população diretamente e, principalmente, do conhecimento aprofundado do território e o seu planejamento integrado. O planejamento dos territórios minerários deve ser construído como um instrumento de base para a busca do aprofundamento das diversas relações existentes, bem como dos conflitos, das tendências e dos interesses quanto ao uso do solo.

Sob qualquer forma — e esta é a grande lição que nos deixa o exemplo francês —, essas ações devem incorporar um acompanhamento muito próximo do Estado e se integrar às estratégias de desenvolvimento territorial para que se tornem efetivas e, mais que tudo, representem um necessário retorno social à exploração de suas riquezas e ao forte impacto que as atividades minerárias trazem consigo.

O adequado ordenamento territorial e planejamento sensibilizado do uso do solo talvez seja o principal fator para a garantia de qualidade de vida, segurança e qualidade ambiental, uma vez que são instrumentos que cruzam, analisam e espacializam as características físicas, ambientais, socioeconômicas e culturais de uma região.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, S. M. L. Uso Futuro de Áreas Mineradas e o Meio Urbano: O Caso de Águas Claras. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- BAILONI, Mark, 2008, Quelle place pour le patrimoine dans le renouveau d'une région postindustrielle? Le cas du Nord-Est anglais, *Revue Géographique de l'Est*, vol. 48, pp. 2-20.
- BODÉRE, Audrey. Louvre-Lens: le Louvre autrement, *CeROArt* [En ligne], 5 | 2010, mis en ligne le 14 avril 2010. Disponível em: <<http://ceroart.revues.org/1491>>. Acesso em: 02 mar. 2012.
- BOSREDON, Pauline ; CARSALADE, Flavio L. Culture, patrimoine et développement métropolitain : les exemples du bassin minier du Nord-Pas de Calais (France) et du quadrilatère ferreux du Minas Gerais (Brésil). « Construire la métropole contemporaine » Dialogues Brésil – France (São Paulo, 28-30/03/2012)
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro gráfico, 2003. 407 p.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia; MINAS GERAIS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Projeto APA Sul: estudos do meio físico: mineração. Belo Horizonte: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, 2005. v.2.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHAUTRAD, Guy ; ZUINDEAU, Bertrand. L'enjeu d'une reconversion durable des territoires de tradition industrielle: l'exemple du bassin minier du Nord - Pas-de-Calais, Les populations des bassins d'industries lourdes. Espace, populations, sociétés, cidade, número, mês, 2001, p. 325-339.

COSTA, H. S. de M. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte. In: MENDONÇA, J. G. de ; GODINHO, M. H. de L. (orgs.). População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: Pucminas/Pronex/Observatório das Metrópoles, 2003.

FERREIRA, Maura Bartolozzi. A proteção ao patrimônio natural urbano: estudo de caso sobre a Serra do Curral, Belo Horizonte/MG. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

Francis Meilliez, 1998, Un exemple fructueux de développement non durable: le bassin minier Nord-Pas de Calais. *Annales des mines, cidade, número, mês*, 1998, p. 53-60.

KOURCHID, Olivier; MELIN, Hélène. Mobilisations et mémoire du travail dans une grande région: le Nord-Pas de Calais et son patrimoine industriel. *Le Mouvement Social*, cidade, n° 199, mês, 2002, p. 37-59.

INSEE, 2011. Les espaces du Nord-Pas-de-Calais : Trajectoires, enjeux et devenir. *Dynamiques démographiques* (fascicule 1), Les Dossiers de Profil, cidade, n°104, mês, 2011.

LANG, Stefan; BLASCHKE, Thomas. Análise da paisagem com SIG. Tradução de Hermann Kux. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

LADOUCETTE, Philippe de. Charbonnages de France et la société française. *Annales des mines, cidade, número, mês*, 2004, pp. 7-19.

LAURENT, Bazin. Patrimoine, mémoire, généalogie. Quelques considérations critiques. *Revue Espaces Marx*, cidade, n° 16-17, mês, 2001, p. 44-53.

LUSSO, Bruno, 2010. Culture et régénération urbaine: les exemples du Grand Manchester et de la vallée de l'Emscher, *Métropoles* [En ligne], 8 | 2010, mis en ligne le 30 nov. 2010. Disponível em: <<http://metropoles.revues.org/4357>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

LUSSO, Bruno. Les musées, un outil efficace de régénération urbaine? Les exemples de Mons (Belgique), Essen (Allemagne) et Manchester (Royaume-Uni), *Cybergeographie : European Journal of Geography* [En ligne], Espace, Société, Territoire, article 436, mis en ligne le 05 janvier 2009. Disponível em: <<http://cybergeographie.revues.org/21253>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

MALPOT, Jean-Jacques (coord.). *Pauvretés et Territoires en Nord-pas-de-Calais*. Cidade: INSEE, 2006.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais. Polo de Excelência Mineral e Metalúrgico. Dossiê de candidatura à Rede Mundial de Geoparks – Unesco: Proposta de criação do geopark Quadrilátero Ferrífero. Belo Horizonte, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Zoneamento ecológico-econômico do Estado de Minas Gerais. Disponível em: < <http://geosisemanet.meioambiente.mg.gov.br/zee/> > Acesso em: 25 jul. 2012.

MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS; BRANDT MEIO AMBIENTE. Plano de fechamento: Mina de Águas Claras. Nova Lima: Minerações Brasileiras Reunidas; BRANDT Meio Ambiente; dez. 2001. Relatório. v. 1.

PARANHOS, Renata Ribeiro Abreu. Recuperação de áreas degradadas pela mineração em regiões de interesse patrimonial. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PEREIRA LEITE, Maria Angela Faggin. Uso do território e investimento público. 2006. GeoTextos, [Salvador], v.2, n. 2, 2006. p. 13-30. Disponível em: < www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/3037/2144 >. Acesso em: 28 jun. 2011.

PSC – Le Louvre-Lens. Le-Projet Scientifique et Culturel du Louvre-Lens. Cidade : Editora, 2008.

SANTOS, Milton; SIEVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 15ª. 2d. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SOLINIS, Germán. O que é o território ante o espaço? In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez. (org.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: Edufba, 2009, p. 264-289.

LOUIS-JOSEPH LEBRET E ANTÔNIO BEZERRA BALTAR: PLANEJAMENTO HUMANISTA NO BRASIL

Virgínia Pontual¹

RESUMO

Este artigo narra a atuação de Lebrete no Brasil, mostrando que ela foi marcada pelo estabelecimento de ações múltiplas e diversas, embora estejam destacadas aquelas que foram os pilares da prática de planejamento urbano e regional. A primeira estadia de Lebrete no Brasil foi em 1947; a partir de então, efetivam-se as primeiras ações que marcaram a sua atuação no País: o curso *Introdução à Economia Humana*, a fundação da Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (Sagmacs) e os estudos voltados à habitação e ao planejamento urbano e regional. Dentre aqueles que, ligados aos movimentos católicos, receberam as ideias de Lebrete, cabe referência a Antônio Bezerra Baltar. Entre esse engenheiro e Lebrete foram estabelecidas relações de amizade e de trabalho, que estão narradas; assim como a contribuição de Baltar para os estudos realizados pela Sagmacs. A narrativa está ordenada

¹ Doutora em História Urbana, professora da Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Com especialidade nos seguintes temas: Práticas Urbanísticas, Teorias de Urbanismo, Representações e Patrimônio Cultural. Orientações concluídas de doutorado e mestrado. Artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos de livros.

segundo eventos e instituições, mostrando atuações, cruzamentos, contribuições, práticas e relações sociais.

Palavras-chave: Lebrete; Baltar; planejamento; Brasil.

RÉSUMÉ

Cet article raconte le rôle de Lebrete au Brésil, en montrant qu'il a été marquée par la mise en place d'actions multiples et diverses, mais sont souligné ceux qui ont été les pierres angulaires de la pratique de la planification urbaine et régionale. Le premier séjour de Lebrete au Brésil était en 1947, en ce moment il a effectué les premières actions qui ont marquées sa performance au Brésil: le cours Introduction à l'économie humaine, la fondation de la Société de l'analyse graphique et Mecnográfica appliquée au complexe sociaux (SAGMACS) et les études liées au logement et à la planification. Parmi ceux liés aux mouvements de catholiques qui ont reçu les idées de Lebrete on fait référence à Antonio Bezerra Baltar. Entre cet ingénieur et Lebrete ont établi des relations amicales et de travail, qui sont racontées, ainsi que la contribution de Baltar pour la élaboration des études réalisées par SAGMACS. Le récit est ordonné par des événements et des institutions qui montre des performances, des croix, des contributions, des pratiques et des relations sociales.

Mots-Clés: Lebrete, Baltar, Aménagement du territoire, Brésil

INTRODUÇÃO

O movimento Economia e Humanismo (EH) foi fundado em 1941 como uma associação, sediada no convento dominicano de Marseille, na França, pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebrete² junto a outros religiosos e intelectuais laicos, tendo sido seu estatuto

2 Louis-Joseph Lebrete nasceu na Bretanha, em 26 de junho de 1897. Quando jovem, alistou-se voluntariamente no exército, mas depois passou para a Marinha Nacional, tendo chegado à patente de Oficial de Navio; deixou a carreira militar em 1923 para entrar na ordem dos dominicanos. Entre 1923 e 1939, implantou o Movimento de Saint-Malo, a partir do qual foram fundados os comitês dos pescadores. Em 1941, fundou o Movimento Economia e Humanismo (EH) e, em 1942, foi lançada a revista desse movimento.

depositado na Préfecture des Bouches-du-Rhône em setembro desse mesmo ano. Em 1942, é criada a *Revue Economie et Humanisme*, para tornar possível a efetivação do projeto pedagógico e científico dos seus integrantes.

Embora inicialmente Lebrete tenha tomado como referência as ideias do catolicismo conservador de Jacques Maritain, com os anos da ocupação na França, acomodações ocorreram passando esse movimento a estar referendado na vertente do catolicismo francês ligado à doutrina social da Igreja, que então perseguia a renovação dos movimentos de ação católica. Um dos princípios do EH foi o do bem comum, fundamentado no ideal cristão do engajamento e no primado dos valores espirituais sobre os da vida material segundo São Tomás de Aquino. Pelletier (1996: p. 124) sintetiza as matrizes religiosa e sociológica de Lebrete como um pensamento aristotélico-tomista, conformado no esquema metodológico postulado-investigação-ação. Essa doutrina e esse princípio estavam associados a um método de análise da economia e da sociedade inspirado em Le Play, em Chombart de Lauwe e em Karl Marx, principais referências da matriz sociológica do pensamento de Lebrete.

Com a Liberação da França, ocorrem mudanças na conjuntura política e no movimento católico francês que conduziram o EH a fazer uma revisão da concepção de engajamento voltada a uma vida comunitária e a adotar, como prioritário, um projeto científico e a formação técnica. A internacionalização do EH vem ao encontro dessas mudanças após reuniões da direção central, em 1946, momento em que foi decidido criar uma estrutura de articulação com os movimentos democratas cristãos da Europa. Posteriormente, essa estrutura foi estendida para fora desse continente com a criação de grupos locais na América Latina, na África, na Ásia e no Oriente Médio. A perspectiva era a de elaborar uma prática de desenvolvimento harmonioso apoiada sobre uma rede internacional de especialistas. Na América Latina, Lebrete atuou no Brasil, no Chile, na Colômbia, no Uruguai, no Peru e na Venezuela, buscando instituir grupos e instituições que disseminassem o ideário do Economia e Humanismo e o método analítico.

Este texto recupera a atuação de Lebrete no Brasil. Ressalta que ela foi marcada por múltiplas ações que fundamentaram a prática de planejamento urbano e regional. É mostrada a relação de Lebrete com o engenheiro Antônio Bezerra Baltar,³ assim como a contribuição desse engenheiro para os estudos realizados pela Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (Sagmacs).

No dia 5 de abril de 1947, Lebrete chega ao Rio de Janeiro, recebido pelos padres Dupuy e Jophly. Dois dias depois, efetiva-se um encontro com Alceu Amoroso Lima, personagem central para introduzir e assegurar a circulação de Lebrete na América Latina. Amoroso Lima apresentou Lebrete às elites políticas católicas, entre as quais cabe destacar os dirigentes da Democracia Cristã. Ainda no Rio de Janeiro, Lebrete proferiu algumas palestras na Ação Social da Arquidiocese do Rio de Janeiro e estabeleceu contatos com sindicalistas, sociólogos, geógrafos e clérigos, entre os quais José Arthur Rios, Josué de Castro e Dom Helder Camara³, que foram personagens importantes para a sua trajetória no Brasil.

Mas qual o contexto econômico e político quando da chegada de Lebrete no Brasil? Nos anos de 1930, inicia-se a Era Vargas (1930-1945) e com ela um ciclo modernizador que modifica estruturas econômicas e arranjos geopolíticos, caracterizando a passagem do modelo agroexportador para o urbano-industrial. Após a queda do Estado Novo e a elaboração da Constituinte, sob um contexto democrático, esse ciclo não muda radicalmente, permanece perseguindo os objetivos econômicos alicerçados na industrialização, com o apoio de empréstimos norte-americanos.

Modernização, urbanização, industrialização e crescimento econômico não tinham minimizado a pobreza, o desemprego, o subemprego e as disparidades regionais. Apesar do efusivo ambiente

³ Nesse momento, Dom Helder Camara era bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, tendo se tornado posteriormente bispo. Em 1954, ele é designado arcebispo do Recife e de Olinda. Integra a Ação Católica, tendo organizado a primeira *Semana Nacional de Ação Católica Brasileira*.

cultural — com a reanimação de partidos políticos, a ampliação de cursos universitários e o surgimento de movimentos artísticos —, os debates em torno desses temas ainda eram diminutos e muitas vezes impulsionados por intelectuais simpatizantes ou ligados ao Partido Comunista. A Igreja católica, forte aliada do governo no Estado Novo e marcadamente conservadora e anticomunista, no pós-guerra passou a instituir universidades e a conter vozes que aderiram ao pensamento de católicos humanistas, como Emmanuel Mounier e Jacques Maritain, inclusive por meio da Ação Católica, porém sem descuidar do combate à disseminação do pensamento marxista. Era, portanto, um contexto de fragilidades, tensões e divisões políticas, no qual se debatiam aqueles que buscavam outras saídas aos modelos presentes no cenário internacional e aqueles que se apegavam às velhas fórmulas de manutenção do poder. Lebrete veio ao encontro daqueles que buscavam um outro modelo, daí que suas ideias tiveram significativa receptividade.

No dia 9 de abril, Lebrete deslocou-se para São Paulo, onde foi recebido pelo padre Romeu Dale. O contato entre ambos remonta ao ano de 1941, momento em que Dale realizava estudos no Convento de Saint Maximin, na França, e em que foi gestada a ideia de uma viagem de Lebrete à América Latina. Dias após, realizou-se o encontro com o então diretor da Escola Livre de Sociologia Política (ELSP), Cyro Berlinck, responsável pelo convite feito a Lebrete para ele vir proferir um curso nesse estabelecimento de Ensino Superior.

A partir de então, efetivaram-se as primeiras ações de Lebrete que marcaram a sua atuação no Brasil: o curso *Introdução à Economia Humana*, a fundação da Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (Sagmacs) e os estudos voltados à habitação e ao planejamento urbano e regional realizados em diversos estados brasileiros. Ao lado dessas ações, foram realizadas articulações com a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), ambas integrantes da Ação Católica Brasileira (ACB), assim como com movimentos de cunho eminentemente religioso, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Entre aqueles que, ligados aos movimentos católicos, recepcionaram a concepção humanista de superação do subdesenvolvimento e de planejamento urbano e regional, cabe referência ao engenheiro Antônio Bezerra Baltar⁴.

A prática profissional de Baltar foi polivalente: estudante de engenharia e de belas artes, engenheiro, urbanista, economista, professor, militante do partido socialista, vereador e suplente de senador. Esta prática não foi uma sequência linear de experiências, muitas foram vivenciadas simultaneamente e outras representaram inflexões de percurso.

A narrativa está ordenada segundo eventos e instituições, mostrando atuações, cruzamentos, contribuições, práticas e relações sociais.

O CURSO *INTRODUÇÃO À ECONOMIA HUMANA*, NA ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA POLÍTICA, 1947

A Escola Livre de Sociologia Política teve por patronos, para a sua fundação em 1933, empresários, professores e jornalistas que perseguiam a formação de quadros técnicos para as instituições da administração pública no Brasil. Dentre os que fizeram a ELSP, pode ser verificada uma clara perspectiva empirista inspirada em Le Play; porém, com a passagem de Donald Pierson na ELSP, passou a existir uma visão ligada à Escola de Chicago. Essas duas vertentes de pensamento sociológico estão presentes no modelo de pesquisa praticado por Lebrete. Cabe registrar ainda a cooperação universitária francesa com o Brasil, por meio das estadias de Pierre Monbeig (1935-1938), Claude Lévi-Strauss (1935-1938) e Roger Bastide (1938-1958). Assim, o convite a Lebrete pela ELSP não se constituiu algo estranho a esse ambiente universitário.

4 O engenheiro Antônio Bezerra Baltar nasceu na cidade do Recife, no ano de 1915, integrante de família de classe média católica. Os seus primeiros estudos foram realizados em colégios católicos de prestígio local, como o Instituto Nossa Senhora do Carmo e o Colégio Nóbrega (pertencente à ordem dos jesuítas) (Montenegro, Siqueira e Aguiar: 1995, pp. 29 e 30).

O curso *Introdução à Economia Humana*⁵, dado por Lebrete na ELSP, num período de 3 meses, abordou os fundamentos e as exigências da economia humana⁶, indicando que o caminho de "passagem da economia atual à economia humana" seria possível mediante a associação da dimensão científica com a religiosa. Na bibliografia do curso, encontram-se obras de François Perroux, Paul Deschamps, Adolf Hitler, Charles Bettelheim, Vidal de La Blanche, Gaston Bardet, Maurice Halbwachs, além daqueles que integravam o EH como Henry Desroches, Marie-Réginald Loew e Alexandre Dubois, mostrando a amplitude e atualização dos conhecimentos de Lebrete.

Os participantes do curso e das conferências eram intelectuais, clérigos — em especial os da ordem dominicana —, políticos, militantes da Ação Católica — em particular os integrantes da Juventude Universitária Católica e líderes sindicais.

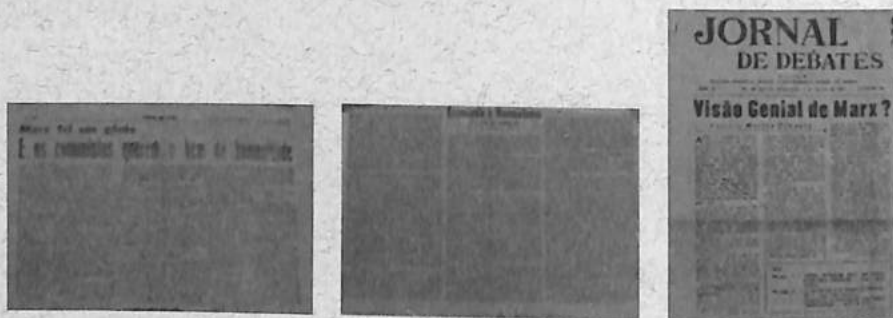
O impacto das ideias de Lebrete pode ser aquilatado por meio das matérias da imprensa⁷ (Figura 1), umas mais enfáticas, outras menos eufóricas, todas trazendo à tona um pensamento cristão, referenciado em Marx e em experiências socialistas, nazistas e americanas para apontar os limites das mesmas e fundamentar o entendimento da economia humana. O conteúdo e as referências ao marxismo e ao socialismo provocaram reações da Igreja católica no Brasil e envio de comunicados ao Vaticano que renderam a Lebrete dificuldades em retornar ao Brasil. A sua segunda viagem só foi possível em 1952, após iniciativas efetivadas de clérigos junto ao Vaticano.

5 Ver carta do diretor da ELSP, professor Cyro Berlioz, para o padre Romeu Dale, encaminhando o convite ao padre Lebrete, em 12/04/1946; carta do padre Romeu Dale para Lebrete convidando Lebrete a proferir o curso na ELSP, de 28/04/1946, e carta de Lebrete para o padre Romeu Dale, com seu aceite e agradecimento ao convite. Fond Lebrete, AN 45 AS 104.

6 A versão datilografada e publicada foi organizada em quatro partes: *Appel à une Economie Humaine* (1 e 2); *Lignes d'orientation d'une Economie Humaine et perspectives d'une Economie Humaine*. Cabe notar que acompanhava cada tema uma bibliografia de referência, na qual se pode verificar a diversidade de leitura e o conhecimento que pautava os ensinamentos de Lebrete. Fond Lebrete, AN 45 AS 155.

7 Ver *Renovação da Sociologia e Economia e Humanismo*, escritas por Tristão de Athaide (codinome utilizado por Amoroso Lima), no jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, nos dias 20/07/1947 e 10/08/1947, respectivamente. *Visão genial de Marx*, escrita por Mattos Pimenta, *Jornal de Debates*, em 08/08/1947. "Marx foi um gênio, e os comunistas querem o bem da humanidade", *Jornal do Povo*, em 15/08/1947. É provável que alguns desses jornais tivessem uma linha editorial de esquerda, porém não deixa de colocar como as ideias de Lebrete significavam um novo pensamento no País. Fond Lebrete, AN 45 AS 157.

Figura 1: Jornais com matérias sobre o curso e a recepção das ideias de Lebrete.



Fonte: Fond Lebrete, AN 45 AS 157.

A SOCIEDADE GRÁFICA E MECANOGRÁFICA APLICADA AOS COMPLEXOS SOCIAIS (SAGMACS) E OS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

A organização do Economia e Humanismo na França vai assumindo maior complexidade à medida que expande suas atividades. Desse modo, em 1944, o EH constituía-se num centro de estudos, de formação e de edições, além de livraria e convento; cuja experiência deveria ser replicada na América Latina.

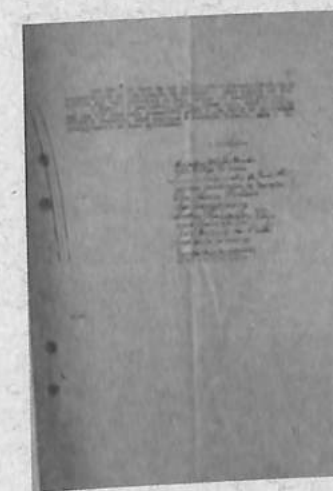
Estudos historiográficos no campo do urbanismo mostram que, nas três primeiras décadas do século XX no Brasil, a cidade estava sendo pensada segundo matrizes higienistas, sanitaristas e modernistas, por meio da elaboração de planos de embelezamento, melhoramentos e reformas, leis urbanísticas e de zoneamento, aberturas de avenidas, projetos de saneamentos, cidades-jardins, loteamentos, praças, além de criação de instituições de planejamento no interior e fora da administração pública. Portanto, quando Lebrete chegou ao Brasil, existia uma bagagem técnica e administrativa que permaneceu vigorando. Assim, indaga-se: teria Lebrete inovado no campo do urbanismo e do planejamento urbano e regional?

A Sagmacs foi fundada em julho de 1947 seguindo o modelo da Société pour l'Application du Graphisme et de la Mécanographie à

l'Analyse (Sagma), fundada em janeiro de 1946, em Saint-Étienne, graças ao apoio financeiro do empresário Jean Queneau, integrante do EH⁸. Nos estatutos da Sagmacs, constam seus fins, entre os quais cabe citar o de “estudar, por meio de pesquisas e outros meios de investigação apropriados, as realidades humanas, sociais e econômicas do meio brasileiro”.

A primeira diretoria⁹ foi composta por seis laicos (Figura 2), que em sua maioria eram ligados à esquerda católica e viram nas ideias de Lebrete uma possibilidade de articular desenvolvimento e nacional-desenvolvimentismo, concepção muito disseminada então, em especial por meio da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Essa diretoria foi acompanhada inicialmente pelo francês integrante do EH Le Duigou e, em 1949, assumiu a direção o dominicano frei Benevenuto de Santa Cruz. A Sagmacs atuou até o ano de 1964, momento em que interrompe suas atividades em decorrência do Golpe Militar.

Figura 2: Signatários da Sagmacs.



Fonte: Fond Lebrete, AN 45 AS 187.

⁸ A Sagma tinha por finalidade principal a elaboração de “l'études des réalités économiques, sociales et humaines, à l'aide d'une méthode particulière, ainsi que l'exploitation et la présentation graphique des résultats (...)”. In: Fond Lebrete, AN 45 AS 187.

⁹ A primeira diretoria da Sagmacs foi composta por: Luiz Cintra do Prado, Luciano Vasconcelos de Carvalho, Olga Soares Pinheiro, André Franco Montoro, José Maria de Freitas e Lucas Nogueira Gracez. In: Fond Lebrete, AN 45 AS 187.

Durante esse tempo, Lebret realizou estudos que se constituem em marcos do planejamento urbano e regional no Brasil. No relatório técnico escrito por Le Duigou, em seu retorno à França, estão citados os primeiros trabalhos técnicos realizados pela Sagmacs: "l'enquête sur le problème social des minors; l'enquête sur les conditions de vie ouvrière à São Paulo (dans le cadre de la Campagne Sociale du Cardinal); le problème social des *empregadas domésticas* (Confédération des Femmes Catholiques); l'enquête sur la 'pensée sociale des étudiants' et l'enquête sur la situation du personnel du Jockey-Club".¹⁰ Esses estudos foram solicitados por instituições, provavelmente sem remuneração, ocasiões em que foram aplicados os ensinamentos de Lebret.

Como esse relatório refere-se ao período de 1948-1949, Le Duigou não cita o primeiro estudo realizado por Lebret no Brasil, *Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo*¹¹ (1947), desenvolvido sob o impulso do curso da ELSP e antes mesmo da criação da Sagmacs.

Antes desse estudo em São Paulo, já tinham sido por ele elaboradas 12 pesquisas similares em diversas cidades e regiões da França¹². Porém a referência maior foram aquelas realizadas sob o contrato do Ministério de Reconstrução e Urbanismo para as cidades de Marseilles, Nantes, Lyon e Saint-Étienne¹³. Os resultados da pesquisa em São Paulo mostram a desigualdade entre os tipos de habitação existentes, ficando ainda mais evidente essa constatação ao serem comparados com os das cidades francesas, mesmo considerando que as mesmas estavam sendo reconstruídas com o fim da Segunda Guerra Mundial.

10 A pesquisa sobre os empregados do Jockey Clube foi uma retribuição ao apoio concedido a Lebret, ao ceder um espaço para os primeiros tempos do EH no Brasil. In: Fond Lebret, AN 45 AS 187.

11 Esse estudo foi publicado como separata da *Revista Arquivos*, n. CXXXIX, Departamento de Cultura, São Paulo, 1951. Acervo Sagmacs da Biblioteca FAU-USP, Maranhão.

12 Segundo a *Liste des principales analyses effectuées personnellement par R.P. Lebret ou en liaison avec, de 1929 à 1941, et par le Centre Economie et Humanisme ou en liaison avec lui* (1943-1953). Fond Lebret, AN 45 AS 87.

13 Conforme está citado na lista: *Sondage pour analyse de l'habitat à Lyon*, par R. Delprat et A. Chaerond; Marseille, par R. Levy et R. Loew; Saint-Étienne, par A. Coron et D. Riboud; Nantes, par J. User et M. Michoud, effectué pour le compte du M.R.U. Fond Lebret, AN 45 AS 87.

Lebret chegou ao Brasil em abril e logo depois, no mês de maio, participou de uma discussão com os dirigentes da UDN — José Américo de Almeida, Eduardo Gomez e Juarez Távora — sobre a interdição do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao condenar Lebret à interdição, ele é acusado de ser "simpatizante do comunismo", o que lhe rendeu dissabores com a ala conservadora da Igreja católica no Brasil, largamente dominada pela corrente integralista. Essas notícias chegaram a Roma, e Lebret ficou impedido de retornar ao Brasil. Só após gestões empreendidas por vários clérigos, no interior e fora da ordem dominicana, inclusive Dom Helder Camara, além de Alceu Amoroso Lima e Josué de Castro, Roma permite que ele retorne à América Latina, isso em 1952.

Cabe dizer que nesse momento estava-se sob o contexto político da Guerra Fria — sendo constante o combate ao comunismo, aliado à hegemonia dos Estados Unidos no jogo geopolítico mundial, ao peronismo presente na Argentina — e o recém-desfecho da ditadura Vargas no Brasil, além do retorno do PCB à ilegalidade, após a pequena pausa de outubro de 1945 a abril de 1947.

Ao longo desses anos, Lebret se correspondeu assiduamente com os dirigentes da Sagmacs e demais militantes do movimento EH no Brasil. Dentre os contatos, cabe referência ao governador de São Paulo Lucas Nogueira Garcez, por ter feito o convite para Lebret vir elaborar um estudo sobre as possibilidades de desenvolvimento do Estado de São Paulo, tendo sido o mesmo decisivo para que a ordem dos dominicanos concedesse a permissão para sua volta ao Brasil¹⁴.

Ao lado das concepções sobre economia humana propaladas por Lebret, cabe referência àquela procedente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), por se constituir em outra vertente do pensamento sociológico voltada à superação do subdesenvolvimento presente na América Latina e orientada pela defesa da industrialização, do intervencionismo estatal e do protecionismo alfandegário.

14 Correspondências entre Lebret e Lucas Garcez, em 1951. Fond Lebret, AN 45 AS 65.

Os contatos do movimento Economia e Humanismo com a Cepal devem ter sido promovidos por aqueles que passaram a integrá-lo após a primeira passagem de Lebrez no Chile, em 1947. Entre outros, cabe citar o engenheiro agrônomo Jacques Chonchol, ao qual Lebrez, em carta de 1951, confere-lhe atribuições como a de ser mediador do EH junto à Cepal¹⁵.

Quando da segunda estadia de Lebrez no Brasil, Vargas tinha voltado ao poder através de eleições democráticas, permanecendo sua atuação pautada numa política nacionalista. Período populista, ou democracia desenvolvimentista, são denominações que marcaram o contexto político brasileiro dos anos de 1950, o qual contava ainda com as orientações econômicas de integração do mercado nacional e de industrialização. Os pleitos eleitorais de 1950, 1952 e 1954 mostraram que a estrutura política montada no Estado Novo e mantida através do Partido Social Democrático (PSD) ainda permanecia forte. Vale notar que o contexto político do início dos anos 1950 é de desconfianças, incertezas e temores entre os detentores do poder político ainda não adaptados à democracia, ao pluripartidarismo e aos movimentos populares.

O debate intelectual então presente estava referenciado nas contribuições produzidas por Raul Prebisch¹⁶, Celso Furtado e outros; ao lado da de Caio Prado Júnior, que adotava uma perspectiva marxista¹⁷. Outros intelectuais brasileiros adeptos da teoria do desenvolvimento cepalino estiveram nucleados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)¹⁸ e optaram pelo planejamento como

15 As duas cartas constam do Fond Delprat, AN 87 AS 51.

16 O economista Raul Prebisch foi secretário-executivo da Cepal, de 1949 a 1963. Essa instituição foi criada, em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas de modo a incentivar a cooperação econômica entre os seus membros e disseminar o entendimento de que a industrialização era o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina.

17 Há uma imensa produção acadêmica e historiográfica sobre a Cepal e a contribuição de Prebisch para o entendimento do subdesenvolvimento e a formulação da teoria do desenvolvimento, como por exemplo: Bielschowsky (2000 e 2010), Fonseca (2000), Colistete (2001), Duarte e Gracioli (2007) e Oliveira (1977).

18 O Iseb foi criado pelo governo brasileiro com a função de "assessorar, apoiar e sustentar a política econômica definida no Plano de Metas do governo de JK". O nacionalismo era a ideia-chave dos pensadores isebianos; "contudo, errôneo seria pensar que houvera uma unanimidade entre os isebianos quanto ao conteúdo, limites e possibilidades da ideologia nacionalista" (Toledo,

campo técnico básico de orientação e coordenação da ação do Estado.

Lebrez, atendendo ao convite do governador Lucas Garcez¹⁹, iniciou um estudo no âmbito da Sagmacs, contratado pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai (CIBPU)²⁰. Esse estudo de planejamento regional está apresentado no plano denominado *Problemas de desenvolvimento: necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo*, no qual constam os levantamentos territoriais, econômicos e dos níveis de vida do estado, assim como a indicação de diretrizes para o desenvolvimento industrial e regional. A referência conceitual foram as noções de *mise en valeur*, significando valorização do território, e de *aménagement du territoire*, ou seja, organização e aproveitamento do território, ambas já aplicadas em estudos elaborados pelo EH e a Sagma na França. Esse estudo foi realizado entre 1952 e 1954, sob a coordenação-geral de Lebrez, tendo integrado a equipe técnica o frei dominicano Benevenuto de Santa Cruz, o sociólogo Eduardo Bastos, o advogado Darcy Passos, o economista Raymond Delprat, o urbanista Antônio Bezerra Baltar, o sociólogo Antônio Delorenzo Neto, a economista Chiara de Ambrosis e o economista Gilles Lapouge.

Em seguida, outro estudo de planejamento regional foi elaborado, com a mesma finalidade e escopo metodológico, para os estados do Sul do País, denominado *Problemas de desenvolvimento: necessidades e possibilidades dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná*. Esse estudo foi realizado no período de 1955 a 1957, sob a coordenação-geral de Lebrez e contou com a participação de 42 especialistas, pesquisadores, além de equipe de apoio.

1978, pp. 33 e 129). Entre os intelectuais que fizeram parte do Iseb, cabe ressaltar: Vieira Pinto, Roland Corbisier e Hélio Jaguaribe.

19 Em São Paulo, Lucas Nogueira Garcez (PSP/PTB) ganha as eleições para o Governo do Estado de Hugo Borghi (PRT) e Francisco Preste Maia (UDN/PR/PSD/PSB), assumindo o cargo para uma gestão de 1951 a 1955.

20 A CIBPU foi instituída por meio de convênio, assinado em 8 de setembro de 1951, em São Paulo, pelos governadores dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, com a finalidade de estudar os problemas comuns e elaborar o planejamento regional dessa bacia. O primeiro presidente foi o governador de São Paulo Lucas Nogueira Garcez. In: *Problemas de desenvolvimento: necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo*. In: Sagmacs/CIBPU (1954).

É notável aquilatar o número de jovens estudantes, profissionais, técnicos e especialistas que integraram os estudos, tomando conhecimento não só da dimensão técnica, mas também dos fundamentos doutrinários que suportaram essa vertente do pensamento social no Brasil e que direta ou indiretamente formaram a rede de contatos e trabalhos do EH no País.

A direção da Sagsmacs de então era composta por: Antônio Delorenzo Neto – diretor-presidente; José Gomes de Moraes Neto – diretor-gerente; Benevenuto de Santa Cruz – diretor-técnico; e J. B. de Arruda Sampaio, Domingos Theodoro de Azevedo Netto, Antônio Bezerra Baltar e José Arthur Rios – diretores-adjuntos. Essa equipe contém nomes que são muito caros à afirmação da Sagsmacs nos anos de 1950 e que criaram as condições de sua permanência até o início dos anos de 1960.²¹

Por meio dos estudos, trabalhos técnicos e cursos, foram capacitados centenas de técnicos e profissionais em diversas áreas, como Sociologia, Economia, Administração, Engenharia e Urbanismo, que em maior ou menor grau tornaram-se integrantes e difusores dos princípios filosóficos, religiosos e técnicos do EH no Brasil.

BALTAR E A SUA CONTRIBUIÇÃO À SAGMACS

O padre Louis-Joseph Lebreton veio à cidade do Recife em dois momentos. Um, em 1953, quando pronunciou uma conferência no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife. E noutro, para elaborar o estudo sobre a localização de indústrias em Pernambuco.

A conferência *Problemas de civilização* foi realizada a convite do reitor da Universidade do Recife, prof. Joaquim Inácio de Almeida Amazonas. A conferência foi presidida pelo arcebispo de Olinda e do Recife, dom Antônio de Almeida Moraes Jr.²², que proferiu

21 Na apresentação do estudo *Estrutura urbana da aglomeração paulistana* (1958), consta essa composição da direção da Sagsmacs.

22 D. Antônio de Almeida Moraes Jr. foi professor e exerceu várias atividades sacerdotais em São Paulo; foi bispo de Montes Claros (MG); arcebispo de Olinda e do Recife (1952-1960); e

palavras de elogios à obra de Lebreton. Esse fato significou o respeito e a aceitação das ideias do EH pelas elites intelectuais, eclesásticas e políticas, em uma cidade de traços conservadores advindos da formação social conformada pela aristocracia açucareira. É provável ainda que essa conferência tenha conferido a Lebreton o necessário reconhecimento profissional, daí ter sido convidado, em 1954, para realizar um estudo sobre a economia pernambucana.

Pelletier (1996, p. 307 e 308), ao discorrer sobre os estudos elaborados pela Sagsmacs entre os anos de 1952 e 1954, faz referência à existência de um grupo do EH no Recife a partir de articulações de frei Benevenuto de Santa Cruz e Baltar. Benevenuto nasceu no Recife e em uma de suas estadias teria feito uma palestra sobre Economia e Humanismo. Em carta²³, cuja autoria não está identificada, encontra-se registrado que teria sido um sucesso a vinda de Benevenuto ao Recife, mas que teria sido como “fogo de palha” o entusiasmo inicial da plateia, pois nenhuma equipe foi formada. É provável que, nesse momento, Baltar tenha tomado conhecimento do EH. No discurso de paraninfo que ele proferiu aos formandos da Escola de Engenharia da Universidade do Recife, em 1949, intitulado *Por uma Economia Humana*, consta: a crítica ao liberalismo econômico e ao marxismo e apresenta como alternativa a doutrina do EH. Entretanto, apenas em 1952, na cidade de São Paulo, é que se dá o encontro de Lebreton com Baltar, momento no qual esse engenheiro teria feito uma exposição sobre a miséria do Nordeste²⁴.

Benevenuto retornou a Pernambuco para negociar o contrato do Governo do Estado com a Sagsmacs com vista à elaboração do estudo sobre a economia de Pernambuco. O outro retorno foi quando da

arcebispo de Niterói (RJ) até 1979. Participou, no Nordeste, dos grupos de discussão, constituídos por integrantes da administração pública federal e do episcopado brasileiro, que propunham uma solução conjunta para os problemas da região. Publicou vários livros.

23 Essa carta foi endereçada ao padre Nicolas e escrita de São Paulo, em 07/06/1949. Pelo confronto com outros documentos que permitissem identificar quais membros do EH estiveram presentes em São Paulo nesse momento, pode-se supor que tal carta tenha sido de autoria de Le Duigou, Fond Lebreton, AN 45 AS 104.

24 Esse encontro está registrado no *Journal du père Lebreton*, em 09/06/1952. A leitura do *journal* das viagens de Lebreton ao Brasil constam do *Fond Lebreton*, Bobine 1, classeur 6 et Bobine 2, classeur 3.

elaboração do estudo sobre padrões de vida no Brasil²⁵, a fim de proceder à efetivação do mesmo na capital pernambucana²⁶.

É provável que, nessas duas ocasiões, Benevenuto e Baltar tenham tentado implantar um escritório da Sagmacs no Recife; se ações tiveram vez, elas não obtiveram sucesso. Em palestra pronunciada por Baltar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, no Recife, em 1989, consta que ele, ao participar de trabalhos da Sagmacs, deslocava-se para a cidade de São Paulo, consistindo em mais um indício de que não existiu um grupo local do EH.

Entretanto, a disseminação do EH pode ser identificada não só por meio dos estudos, mas também pelas listas de participantes das sessões de estudos e jornadas de trabalhos na França, nas quais se podem verificar nomes de pernambucanos, como: Galdino Loreto (1949), Telmo do Rego Maciel (1955) e Paulo do Rego Maciel (1955).

Quando, em 1954, Lebret passa 15 dias no Recife elaborando o *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste* (1954)²⁷, ocorre uma reunião provavelmente para apresentar os resultados desse estudo na qual estão presentes intelectuais, governantes e empresários, como: Murilo Humberto de Barros Guimarães, Bartolomeu Nery da Fonseca, Manoel de Souza Barros, Lael Sampaio, Paulo Maciel, Gilberto Freyre, Telmo Maciel, Fernando Mota (Figura 3).

O estudo foi realizado por Lebret a partir de contrato realizado entre a Sagmacs e o Governo do Estado de Pernambuco por meio da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Codepe)²⁸,

25 Estudo realizado pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social, cujo presidente era Josué de Castro, ligada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nas 34 maiores cidades do Brasil. Lebret participa dessa pesquisa cujos resultados foram posteriormente publicados sob o título *A pesquisa brasileira de padrões de vida*, pelo Serviço Social, em 1954.

26 Ver carta de Benevenuto para Lebret, escrita no Recife em 30/03/1950. Fond Lebret, AN 45 AS 67.

27 Análise detalhada sobre esse estudo é encontrada em Pontual (1998 e 2001).

28 Segundo o Decreto nº 180, de 11/08/1952, do governador Agamenon Magalhães, foi criada a Codepe como órgão consultivo do governo e de assistência às iniciativas de desenvolvimento econômico.

Figura 3: Reunião da Codepe, 1954.



Fonte: Bernardes e Costa, 2011, p. 8.

da qual Baltar era integrante. O objetivo era identificar os entraves ao desenvolvimento e apresentar sugestões quanto à localização de indústrias no Estado. A ideia central presente nesse documento era a factibilidade do desenvolvimento via industrialização e, em decorrência, a redução do seu estado de subdesenvolvimento, tendo como referencial a noção de *mise en valeur* humanizada dos espaços regionais. Em agosto de 1954, Lebret permaneceu 15 dias no Estado, teve como assessores diretos o urbanista Antônio Bezerra Baltar e o economista e secretário-geral da Codepe, Souza Barros. Precedeu essa estadia a preparação de um dossiê por esses assessores, no qual foram ordenados os dados preliminares necessários à elaboração do estudo solicitado²⁹. O dossiê continha as informações e os dados econômicos, geográficos, populacionais e de infraestrutura não só para o Recife e o Estado de Pernambuco, como para toda a região nordestina.

29 O convite dirigido pela Codepe a Lebret foi sugerido pelo secretário-geral, Souza Barros, in Baltar (1974, p. 11) e, ainda, na palestra ministrada por Baltar, no Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE, no Recife, em 11/09/1989.

Em que pese a participação incontestável de Baltar, na parte em que constam as diretrizes para o Recife, tem-se os elementos urbanísticos presentes em sua obra *Diretrizes de um plano regional para o Recife* como o de definição de um perímetro de aglomeração dentro do qual a cidade deveria crescer, o de reservar terrenos periféricos apropriados para a implantação de indústrias e o de promover melhoramentos e a expansão do porto, além do zoneamento baseado em quatro mecanismos funcionais: controle das densidades, fluidez da circulação, reserva de espaços verdes e redução dos deslocamentos casa-trabalho. Enfim, para Lebre e Baltar, o Recife ordenado era a cidade regional, industrial e portuária, atividades que resgatariam os males do subdesenvolvimento, proporcionando à população recifense melhores níveis de vida.

Outra possibilidade da existência de um escritório da Sagsmacs no Recife poderia ter sido o Centro de Estudos de Planejamento Urbano e Regional (Cepur). Esse centro foi fundado por Baltar provavelmente em 1960³⁰, como uma unidade técnica da Universidade do Recife. Esse centro tinha por missão disseminar o planejamento urbano e regional como uma atividade de ordenamento do espaço, prioritariamente para as cidades pequenas e médias do Nordeste. Foi composto por arquitetos e urbanistas, que em grande maioria eram também professores dessa universidade. Além de Baltar, reconhecidamente diretor da Sagsmacs, os demais membros do Cepur não se identificavam como tal, mas como quadros docentes dessa instituição universitária. O Cepur pode ser considerado como uma objetivação de sugestões de Lebre, deslocada no tempo e transformada pelas possibilidades existentes em Pernambuco. Porém, não há evidências documentais que confirmem o Cepur como um grupo local ou um escritório da Sagsmacs.

30 Na publicação do Plano Diretor da Cidade de Juriipiranga, de 1967, consta a informação de que "a ideia da criação [do Cepur] nasceu há 7 anos", daí ser possível que a sua efetivação tenha sido em 1960. Em portaria de 08/08/1961, publicada no *Diário dos Municípios*, consta que o Cepur integraria a equipe responsável pela elaboração do *Plano de Desenvolvimento do Recife Metropolitano* (posteriormente intitulado *Política de Desenvolvimento do Recife Metropolitano*). Portanto, nesse momento, esse centro já estava em funcionamento, o que reforça a possibilidade de ele ter sido instituído em 1960.

Além do estudo sobre a implantação de indústrias em Pernambuco, Baltar³¹ participa como urbanista e integrante de equipe central da Sagsmacs nos seguintes estudos: *Problemas de desenvolvimento: necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* (1952-1954); *Estrutura urbana da aglomeração paulistana* (1957-1958); *Plano de urbanização da cidade de Ourinhos* (1954); *Estrutura urbana de Belo Horizonte* (1958-1959); e *Plano diretor de Belo Horizonte* (1961).

No primeiro, é provável que Baltar tenha participado da elaboração, aplicação e processamento dos questionários que possibilitaram identificar as necessidades e potencialidades do Estado de São Paulo. Entretanto, no capítulo dos objetivos sociais, seção cinco, intitulada *Problema urbanístico: a urbanização das aglomerações pequenas e médias, o caso da capital e a reestruturação da capital*, a sua contribuição é inegável. Nas poucas páginas em que a dimensão urbana é tratada, tem-se uma análise geral das aglomerações do Estado, a indicação de sugestões de etapas de crescimento de cidade segundo o "critério de unidades orgânicas" e, em especial, a explicitação do modelo urbano de uma cidade regional, do esquema de expansão de cidade e das diretrizes mais significativas, todos esses elementos constantes de sua obra *Diretrizes de um plano regional para o Recife*, apresentada em 1950 e publicada em 1951.

O estudo *Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana* (1957-1958)³², contratado pela Prefeitura do Município de São Paulo com a Sagsmacs, contou com uma equipe central, junto à qual trabalharam assessores, pesquisadores, desenhistas, auxiliares e secretárias totalizando mais de 90 integrantes³³. Esse estudo marca

31 A produção literária de Baltar compreende um conjunto de artigos, livros, capítulos de livros, folhetos, encartes e separatas. Do conjunto dessa produção, três se destacam por serem obras que sintetizam as suas concepções urbanísticas: *Diretrizes de um plano regional para o Recife*; *Índices característicos do desenvolvimento urbano: tentativa de sistematização de uma teoria da urbanização das unidades residenciais*; e *Seis conferências de introdução ao planejamento urbano*.

32 Segundo consta no texto *Notas prévias do relatório*, publicado em 1958, o estudo foi iniciado em setembro, um mês antes da assinatura do contrato com a Prefeitura, datado de 12/10/1956. Embora as negociações para a contratação do estudo tenham sido realizadas entre a Sagsmacs e o prefeito Wladimir Piza (gestão 1956-1957), a conclusão e entrega do relatório se deu na gestão do prefeito Adhemar de Barros (1957-1961).

33 A equipe central consistiu de: engenheiro Antônio Bezerra Baltar, Antônio Delorenzo Neto, economista Raymond Delprat, sociólogo Frank Goldman, padre Louis-Joseph Lebre (direção-geral), engenheiro Mário Larangeiras de Mendonça, economista Chiara de Ambrosio Pinheiro

uma inflexão nos estudos urbanos elaborados no Brasil por estar fundamentado num método analítico de pesquisa social³⁴, que se propunha a conhecer o todo dos problemas e das necessidades da população e do território e por ser um estudo interdisciplinar, por contemplar as dimensões geográficas, econômicas, sociais, demográficas, urbanísticas e administrativas. Ao analisar a cidade de São Paulo, esse estudo apontou a sua função de aglomeração regional e a existência de áreas periféricas.

Baltar integra a equipe central e elabora a análise de índices urbanísticos da aglomeração urbana. Da leitura do texto, pode-se perceber que os fundamentos teóricos e os procedimentos analíticos relativos à concepção de crescimento urbano adotados foram aqueles presentes na obra dos índices urbanísticos de Baltar.

O *Plano de urbanização da cidade de Ourinhos*, situada no Estado de São Paulo, foi realizado mediante contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e a Sagma, em 1953. O que se conhece sobre esse estudo está apresentado em três artigos publicados na *Revista do Serviço Público*, sendo um de autoria do frei Benevenuto de Santa Cruz, outro de Antônio Delorenzo Neto, e o terceiro é de autoria de Baltar, intitulado *Ourinhos - plano da cidade*³⁵.

Nesse artigo, Baltar apresenta as justificativas técnicas e os instrumentos de análise utilizados que informavam sobre os elementos de urbanização de Ourinhos, sendo constatado que os problemas eram os mesmos da "maioria das pequenas e médias aglomerações urbanas". Não sem razão, esse estudo em seus fundamentos não se diferencia de outros realizados pela Sagma e por Baltar. Mantém a

Machado e frei Benevenuto Santa Cruz (coordenador e revisor final do relatório). O diretor da equipe A - Análise básica foi Mário Laranjeiras; o diretor da equipe B - Análise sociológica foi Franck Goldman; o diretor da equipe C1 - Análise demográfica e econômica foi o economista Delprat; o diretor da equipe C2 - Análise de índices urbanísticos de aglomeração foi Baltar; e os Estudos Administrativos ficaram sob a responsabilidade de Delorenzo Neto.

34 Os preceitos desse método está explicitado na *Revue Économie et Humanisme* números 12 e 13 de 1944 e no guia de *L'enquête urbaine* de 1955.

35 Os artigos publicados constam nos seguintes exemplares da *Revista do Serviço Público*: o de Delorenzo Neto - ano XVII, jun/1955, vol. 67, n. 1, pp. 472-481; o de Santa Cruz O.P. - ano XVII, dez/1955, vol. 69, n. 3, pp. 162-185; e o de Baltar - XVIII, set/1956, vol. 72, n. 3, pp. 311-352.

observância do método em seu todo, tal como: o contexto global e as abordagens demográfica, social e urbanística.

O estudo *Estrutura urbana de Belo Horizonte* foi realizado mediante contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Sagma, em agosto de 1958, quando foi iniciado. O relatório está dividido em seis partes, acompanhando a mesma ordem expositiva e analítica presente no estudo da aglomeração paulista. A contribuição de Baltar, além daquela já identificada no estudo da aglomeração paulista, está presente ainda no capítulo sétimo da parte terceira, *Roteiro para a organização do plano diretor*.

A elaboração do plano diretor de Belo Horizonte se efetivou mediante contrato assinado entre o prefeito do município, Amintas de Barros e a Sagma em 29 de julho de 1961, cumprindo uma das diretrizes constantes no estudo sobre a estrutura urbana dessa cidade. A responsabilidade de Baltar foi a de orientação geral do trabalho e revisão do relatório final, em conjunto com frei Benevenuto. Tal orientação segue a ordenação e os temas tratados de modo similar aos estudos elaborados anteriormente para as cidades de São Paulo e Ourinhos.

Lebret incentivou Baltar para que fosse criado um grupo de Economia e Humanismo no Recife; que, porém, não chegou a se constituir. Ao Cepur - embora tenha vindo, um pouco mais tarde, ao encontro do desejo de Lebret - não se pode conferir a designação de grupo local, evidências institucionais e urbanísticas não são suficientes para que o definam enquanto tal.

Baltar ao integrar-se à Sagma adotou o caminho proposto por Lebret para chegar às deduções acerca da realidade observada e contribuiu significativamente para dar relevância à dimensão urbanística nos estudos realizados pela Sagma. Para tanto, ele incorporou a esses estudos a diretriz de definir limite ao crescimento urbano, o modelo urbano de cidade regional, o esquema de expansão de cidades e o instrumento do sistema de equações de índices urbanísticos. Enfim, a contribuição de Baltar aos estudos realizados pela Sagma foi

ímpar, podendo ser considerado como um dos que mais contribuíram à prática do urbanismo no Brasil.

ESCRITÓRIO SAGMACS – RIO DE JANEIRO

O padre Paul Ramlot³⁶, ao relatar sobre a *Présence d'EH en Amérique Latine*, em 1963, diz que no Brasil existiam contatos nos seguintes locais: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Paraná, Porto Alegre e Belo Horizonte. Embora para esses quatro últimos lugares a existência de grupos do EH fossem núcleos de amigos, o mesmo não se pode afirmar para as duas primeiras cidades. Em São Paulo, cidade na qual estava sediada a Sagmacs, a referência tecida por Ramlot é elogiosa, remarcando ainda os estudos realizados e a opção de alguns dos seus integrantes por cargos na administração estadual, em especial ao participarem do Plano de Ação do governador Carvalho Pinto. Segundo Lamparelli,³⁷ com a elaboração desse plano e a integração de membros da equipe da Sagmacs no governo estadual, a mesma torna-se reduzida, ficando aos cuidados do frei Benevenuto. Assim, são mantidos o escritório, a biblioteca e a livreria Duas Cidades. Essa livreria foi sempre um apoio à divulgação dos livros, das obras e das revistas do Lebre e do EH, provenientes da França e de outros países.

É de assinalar que Ramlot, ao se referir à cidade do Rio de Janeiro, deixa o entendimento da presença de um grupo nessa cidade distinto da Sagmacs em São Paulo, conferindo ao sociólogo José Arthur Rios o papel de *l'animateur*³⁸.

36 *Bulletin de Liaison*, janvier 1963, p. 16. Fond Lebre, AN 45 AS 118.

37 Celso Lamparelli concedeu duas entrevistas à Profa. Maria Cristina da Silva Leme, realizadas nos dias 5 de maio e 2 de junho de 2000. Nessas entrevistas, ele divide o funcionamento da Sagmacs em quatro fases: o período inicial (ano de 1947); o período de hibernação, provavelmente em decorrência da ausência de Lebre (1948-1951); o período de expansão e realização de estudos dos planos (1952-1959); e o período de expansão de risco (dado à diversidade de atividades: agenda técnica, participação em órgãos públicos, ação em partidos e movimentos políticos, ação parlamentar), que dura até o Golpe Militar, em 1964, quando a ação da Sagmacs é bruscamente interrompida. In: www.urbanismobr.org.

38 Rios conheceu Lebre no ano de 1952 e participou de alguns estudos Sagmacs. Sociólogo formado na primeira turma do curso de Ciências Sociais pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no curso teve como professor o sociólogo francês Jacques Lambert, que lhe forneceu as primeiras noções de sociologia empírica. Entrevista concedida por

O escritório que existiu no Rio de Janeiro era ligado à Sagmacs e funcionava como um ponto de ligação com as unidades administrativas e políticas do governo federal, dado que nesse momento essa cidade era a capital do Brasil. Essa extensão da Sagmacs operou por meio da figura de um administrador que deveria atuar a partir das decisões tomadas em São Paulo, assim como deveria prestar contas das ações técnicas e financeiras. Rios passou a ser o administrador desse escritório com sua inserção no EH e o início do estudo *Aspectos humanos da favela carioca: estudo socioeconômico*, em 1957³⁹. Entretanto, diferenças entre esse sociólogo e o frei Benevenuto logo afloraram, e as desavenças ocorridas resultaram no encerramento das atividades do escritório⁴⁰.

A Economia e Humanismo na cidade do Rio de Janeiro contou com outro personagem que atuou distintamente de Rios: foi o padre Romeu Dale. Ao retornar do seu estágio na França, ele ficou sediado na ordem dominicana em São Paulo e logo após foi transferido. Em 1949, estava morando, exercendo sua missão de apostolado junto à juventude católica na cidade do Rio de Janeiro e, assim, com dificuldades de desenvolver um trabalho mais voltado para a difusão do projeto científico do EH⁴¹. Segundo depoimento de Lamparelli, antes citado, o trabalho desenvolvido por Dale se constituiu na busca dos integrantes da ordem dos dominicanos de se firmarem entre os intelectuais no Rio de Janeiro. Afinal era a ordem beneditina que tinha grande penetração nos meios intelectuais e artísticos dessa cidade⁴².

José Arthur Rios e publicada em Freire e Oliveira (2002).

39 O escritório do Rio de Janeiro, sob a coordenação de José Arthur Rios, elaborou estudos; entretanto, o mais significativo foi o *Aspectos humanos da favela carioca: estudo socioeconômico*. Sobre esse estudo ver Valladares (2006).

40 Em carta de Lebre para Baltar, Paris, em 09/09/1959, já está registrada as discordâncias: "Je suis extrêmement ennuyé du différend qui s'est élevé entre Frey Benevenuto et Rios; Il est dommage que je puisse aller au Brésil pour essayer d'arranger cette affaire". Fond Lebre, AN 45 AS 120.

41 Carta de Romeu Dale para Lebre, do Rio de Janeiro, em 02/05/1949 e em 04/04/1950. Fond Lebre, AN 45 AS 67.

42 Depoimento dado em 05/03/2012, na cidade de São Paulo.

O I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA HUMANA NAS COMEMORAÇÕES DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Sob o entusiasmo da sessão sobre *Aménagement du Territoire* (1952), dos trabalhos realizados para o Ministério Francês de Reconstrução e Urbanismo (MUR) pela SAGMA e pelos comitês regionais de *mise en valeur*; das experiências levadas para outros países da Europa, Montevideu e Brasil e, mais especificamente, do contrato efetivado entre a Sagma e a CIBPU, Lebre, a direção francesa e a brasileira do EH organizaram e realizaram o *I Congresso Internacional de Economia Humana*⁴³.

No programa constam os nomes dos organizadores, os títulos de cada uma das dez sessões efetivadas, com os respectivos nomes dos presidentes e expositores (Figura 4)⁴⁴. Os presidentes das sessões eram intelectuais ligados ao EH ou ao movimento da democracia cristã, tais como: Alceu Amoroso Lima, Josué de Castro, Francisco A. Pinto (EH no Chile), Herman Vergara (integrante da revista *Testimonio*, na Colômbia). Entre os expositores cabe notar o professor americano Robert W. Faulhauber (da DePaul University de Chicago) e os integrantes do EH na França: Alfred Sauvy, J. M. Gatheron e George Celestin.

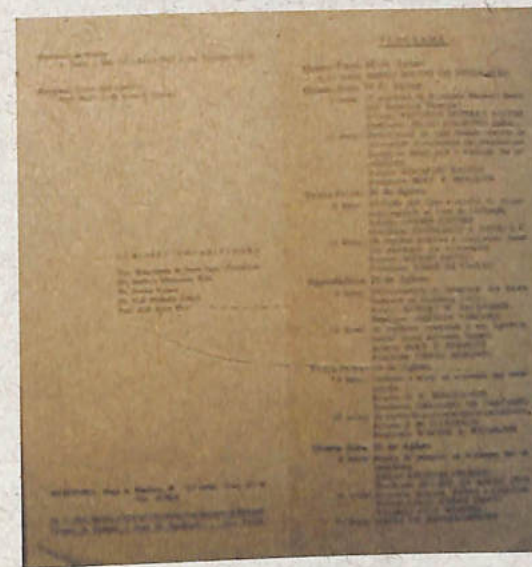
A exposição de Lebre, intitulada *Economia humana, política e civilização*, fecharia as sessões do Congresso, entretanto não se sabe se esta ocorreu efetivamente. Segundo depoimento de Celso Lamparelli⁴⁵, o Congresso teria sido suspenso no último dia devido ao suicídio do presidente Vargas, que, provocando uma ebulição política sem precedentes no País, ensejou a suspensão de qualquer evento público.

43 Esse congresso foi realizado como parte das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, entre 18 e 25/08/1954. Sobre os fatos do contexto que levaram a EH a participar dessas comemorações, ver em *Cahiers Les Amis Du Père Lebre*, n. 1, maio/1981 e *Programme du Congrès*. Fond Lebre, AN 45 AS 54.

44 A Comissão Organizadora do Congresso foi composta por: frei Benevenuto de Santa Cruz (presidente), Antônio Delorenzo Neto, Severo Gomes, José Pinheiro Cortez e José Arthur Rios, tendo sido financiado pelo Governo do Estado de São Paulo, daí o governador Lucas Garcez ter sido o presidente de honra.

45 Depoimento dado em 05/03/2012, na cidade de São Paulo,

Figura 4: Programa do I Congresso Internacional de Economia Humana.



Fonte: Fond Lebre, AN 45 AS 54.

O Congresso significou um momento privilegiado de disseminação da teoria de Economia Humana, de consolidação das relações da Sagma com o governo de São Paulo e com as elites católicas brasileiras. Foi ainda um momento ímpar de articulação entre os grupos ou integrantes do EH da América Latina com os membros da direção na França, em especial no encontro efetivado após o Congresso, momento no qual foi elaborado um esboço de uma estratégia de ação a ser empreendida na América Latina⁴⁶.

Dentre as diretrizes da estratégia desenhada, constam: formar quadros engajados e criar uma revista latino-americana. Para tanto, foram apontados como ações gerais: elaborar uma doutrina do EH para os países subdesenvolvidos e atualizar os conhecimentos

46 O documento no qual constam as conclusões desse encontro, realizado nos dias 28 e 29/08/1954, em São Paulo, confirmam a participação dos brasileiros – frei Benevenuto de Santa Cruz, Antônio Bezerra Baltar, Eduardo Bastos e frei Oliveira; dos uruguaios – Juan Pablo Terra e Carlo Tosar; dos chilenos – Jacques Chonchol e Francisco Pinto; dos franceses Alexandre Dubois, J. M. Gatheron, Georges Celestin e Lebre; além do italiano Georges Sebergondi. Cabe observar ainda que a Colômbia, representada no Congresso por Hernan Herrera, não participa desse encontro da rede latino-americana de EH. In: *Compte rendu de la rencontre des 28-29 août 1954*. In: Fond Lebre, AN 45 AS 54.

sobre a América Latina. O documento afirma ainda que a formação técnica poderia ser efetivada mediante uma estadia na França ou em Santiago por meio da participação nos cursos da Cepal. Essas conclusões indicam o quanto existia de expectativa e de potencial doutrinário e técnico assim como apontam para a importância da experiência da América Latina entre os países em que o EH vinha atuando. Mas há ainda outra inferência possível quanto à relação do EH com a Cepal: a de um reconhecimento técnico e convivência respeitosa, mesmo encobrendo a impossibilidade de confrontar as diferenças.

CONCLUSÕES

A atuação de Lebrez no Brasil foi, desde sua primeira estadia, entre os meses de abril a agosto de 1947, densa no estabelecimento de relações sociais que deram suporte à disseminação de ideias, à efetivação de cursos, palestras e estudos, possibilitando a constituição do campo do planejamento urbano e regional no Brasil.

O curso *Introdução à Economia Humana* foi o momento de apresentação e fundamentação da doutrina de economia humana às elites intelectuais, políticas e religiosas da cidade de São Paulo, cuja receptividade possibilitou a ancoragem da atuação de Lebrez, principalmente com a criação da Sagmacs.

Essa sociedade funcionou como o principal centro de estudos do EH no Brasil, sendo formada por intelectuais ligados à esquerda católica. Constituiu-se numa das vertentes do pensamento social brasileiro, apesar das resistências advindas das elites conservadoras, em especial da Igreja católica.

Dentre aqueles que formaram a Sagmacs cabe destaque àqueles que foram seus signatários e membros da primeira diretoria: Luiz Cintra do Prado, Luciano Vasconcelos de Carvalho, Olga Soares Pinheiro, André Franco Montoro, José Maria de Freitas e Lucas Nogueira

Garcez. Acrescente-se o frei Benevenuto de Santa Cruz, que assumiu a direção dessa sociedade em 1949 e se manteve nessa posição até o encerramento das atividades em 1964.

Aos primeiros trabalhos técnicos realizados pela Sagmacs, que operaram como apropriações dos ensinamentos da doutrina economia humana e do método analítico de pesquisa social e urbanística de Lebrez, seguiram-se os principais estudos de planejamento urbano e regional, quais sejam: *Problemas de desenvolvimento: necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo* (1952-1954), *Estudo sobre o desenvolvimento e implantação de indústrias interessando a Pernambuco e ao Nordeste* (1954), *Problemas de desenvolvimento: necessidades e possibilidades dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná* (1955-1957), *Aspectos humanos da favela carioca: estudo sócioeconômico* (1957), *Estrutura urbana da aglomeração paulistana* (1957-1958), *Plano de urbanização da cidade de Ourinhos* (1954), *Estrutura urbana de Belo Horizonte* (1958-1959) e *Plano diretor de Belo Horizonte* (1961). Todos os estudos de planejamento foram orientados pelas noções de *mise en valeur* e *aménagement du territoire*. Ademais, contaram, como um dos primeiros passos metodológicos, com o treinamento e a formação técnica de jovens estudantes e profissionais.

Por meio dos estudos, trabalhos técnicos e cursos, foram capacitados centenas de técnicos e profissionais em diversas áreas, como Sociologia, Economia, Administração, Engenharia e Urbanismo, que em maior ou menor grau tornaram-se integrantes e difusores dos princípios filosóficos, religiosos e técnicos do EH no Brasil. Ou seja, essas atividades possibilitaram o estabelecimento de uma rede de contatos e trabalhos, marcando o caráter inovador da atuação de Lebrez no campo do planejamento urbano e regional.

A Economia e Humanismo na cidade do Rio de Janeiro contou com um escritório da Sagmacs e, dentre os intelectuais, técnicos, jovens militantes da JUC, JOC e sindicalistas que mantiveram alguma adesão à doutrina, cabe destaque aos nomes do sociólogo José Arthur Rios e do padre Romeu Dale.

O I Congresso Internacional de Economia Humana foi um momento privilegiado de disseminação da teoria da Economia Humana, de consolidação das relações da Sagsmacs com o governo de São Paulo e com as elites católicas brasileiras. Foi ainda um momento ímpar de articulação entre os grupos ou integrantes do EH da América Latina com os membros da direção na França, principalmente ao definir diretrizes de atuação nesse continente e de conferir relevância aos estudos e contatos com a Cepal.

A atuação de Lebrete contou, ainda, com a contribuição do engenheiro Antônio Bezerra Baltar e do frei Benevenuto de Santa Cruz. Estes efetivaram as articulações necessárias às suas estadias na cidade do Recife. Enquanto Santa Cruz provavelmente foi o que promoveu o primeiro contato de Lebrete com as elites intelectuais, religiosas e políticas nessa cidade, Baltar conferiu uma maior envergadura à dimensão urbanística nos estudos elaborados pela Sagsmacs.

Lebrete conheceu Baltar na cidade de São Paulo, em 1952, embora esse engenheiro já nesse momento tivesse tido contato com a doutrina de Economia Humana. Lebrete incentivou Baltar para que fosse criado um grupo de Economia e Humanismo no Recife; este, porém, não chegou a se constituir.

Sabe-se que, além de Baltar, outros técnicos da cidade do Recife também tiveram contato com essa doutrina, seja por meio da *Revue Économie et Humanisme*, cuja coleção encontra-se na biblioteca da Faculdade de Direito, seja participando de jornadas de trabalhos na França, entre os anos de 1949 e 1955 e mesmo posteriormente, a partir de 1958, realizando cursos no *Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développement* (IRFED). Cabe dizer que os nomes conhecidos, de modo similar ao verificado na cidade de São Paulo, eram procedentes dos meios católicos.

Ao Cepur – embora tenha vindo, um pouco mais tarde, ao encontro do desejo de Lebrete – não pode ser conferida a designação de grupo local. Evidências institucionais e urbanísticas não são suficientes para que o definam enquanto tal.

A integração de Baltar à Sagsmacs representou para a sua trajetória profissional a passagem de atuação do âmbito regional para o âmbito nacional. O seu encontro com Lebrete significou a inflexão de sua prática, isto é: Baltar adotou o caminho proposto por Lebrete para chegar às deduções acerca da realidade observada e contribuiu significativamente para dar relevância à dimensão urbanística nos estudos realizados pela Sagsmacs. Para tanto, ele incorporou a esses estudos a diretriz de definir limite ao crescimento urbano, o modelo urbano de cidade regional, o esquema de expansão de cidades e o instrumento do sistema de equações de índices urbanísticos. Enfim, a contribuição de Baltar aos estudos realizados pela Sagsmacs foi ímpar, podendo ser considerado como um dos que mais contribuíram à prática do planejamento urbano no Brasil.

FONTES DOCUMENTAIS

Fond Lebrete – AN 45 et Fond Delprat AN-87 – Archives Nationales de Fontainebleau, França.

Collection Sagsmacs, Louis-Joseph Lebrete, *Revue Économie et Humanisme et Cuadernos Latino-americanos de Economía Humana* – Bibliothèque de l'École d'Études Supérieures et de Premier Cycle de l'Architecture et l'Urbanisme de l'Université de São Paulo, Brésil.

REFERÊNCIAS

ANGELO, M. R. *Les développeurs: Louis-Joseph Lebrete e a Sagsmacs na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. São Carlos/SP: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, 2010.

BALTAR, A. B. "Introdução". In: Lebrete, L. J. *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*. Recife. rev. Condepe, 2ª ed., 1974.

_____. "Ourinhos – Plano da Cidade". *Revista do Serviço Público/Dasp*. Rio de Janeiro, ano XVIII, set./1956, vol. 72, n. 3, pp. 311-352.

BERNARDES, D. e COSTA, K. "Economia e Humanismo: pensamento e ação em Pernambuco, 1946-1964". In: *Anais do XXVIII Congresso Internacional da Alas*. Recife: UFPE, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. "Cinquenta anos de pensamento na Cepal - uma resenha". In: *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Record: Rio de Janeiro/São Paulo, 2000.

_____. "Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo". In: *Revista da Cepal*, número especial em português, maio - 2010. Disponibilizado em www.eclac.org.

BIROU, A. Un texte précédé d'une note introductive et suivi d'une annexe sur le centre latino-américain d'Économie humaine (Clahh). In: *Cahier Les Amis du Père Lebrez*. Paris, n. 9, mars - 1990.

BREUIL, M. T. *Le père Lebrez et la construction d'une pensée chrétienne sur le développement: dans le sillage de médèles politiques et intellectuels émergents au Brésil, 1947-1966*. École des Hautes Études en Sciences Sociales, mémoire de máster II, 2006.

CELESTIN, G. « L-J Lebrez et l'Aménagement du territoire ». In: *Cahier Les Amis du Père Lebrez*. Paris, n. 1, mai - 1981.

CEPAL. "La situación económica de América Latina". In: *Cuadernos Latino-americanos de Economía Humana*. Montevideo/Uruguay: CLAEH, n. 8, 1960.

CESTARO, L. *Urbanismo e Humanismo: a Ságmacs e o Estudo da Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana*. São Carlos/SP: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP, dissertação mestrado, 2009.

COLISTETE, R. P. "O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil". *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 15, n. 14, jan./abr.-2001, www.scielo.br/scielo.

CHOMEL, A. « La période 1930-1942. Des débuts du Mouvement de Saint-Malo à la fondation d'Économie et Humanisme ». In: *Cahier Les Amis du Père Lebrez*. Paris, n. 1, mai - 1981.

CLAEH. *Cuadernos Latino-americanos de Economía Humana*. Montevideo/Uruguay: CLAEH, n. 1, 1958.

_____. *Cuadernos Latino-americanos de Economía Humana*. Montevideo/Uruguay: CLAEH, n. 3, 1958a.

_____. *Cuadernos Latino-americanos de Economía Humana*. Montevideo/Uruguay: CLAEH, n. 4, 1959.

_____. *Cuadernos Latino-americanos de Economía Humana*. Montevideo/Uruguay: CLAEH, n. 7, 1960.

_____. *Cuadernos Latino-americanos de Economía Humana*. Montevideo/Uruguay: CLAEH, n. 9, 1961.

_____. *Cuadernos Latino-americanos de Economía Humana*. Montevideo/Uruguay: CLAEH, n. 10, 1961a.

_____. *Cuadernos Latino-americanos de Economía Humana*. Montevideo/Uruguay: CLAEH, n. 12, 1961b.

_____. *Cuadernos Latino-americanos de Economía Humana*. Montevideo/Uruguay: CLAEH, n. 15, 1964.

DUARTE, P. H. e GRACIOLLI, E. J. "A Teoria da Dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina". In: *V Colóquio Internacional Marx e Engels*, Campinas, Unicamp, 2007. Disponibilizado em www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio.../Pedro_Duarte.pdf.

FREIRE, A e OLIVEIRA, L. L. (orgs.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002. Disponibilizado em <http://www.cpdoc.fgv.br>.

FONSECA, P. C. D. "As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino". In: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 54(3), jul./set. - 2000, p. 333-358.

GARREAU, L. *Louis-Joseph Lebrez, un homme traqué (1897-1966)*. Bruxelles: Editions Golias, 1997.

HOUÉE, P. *Un éveilleur d'humanité: Louis-Joseph Lebrez*. Paris: Les éditions de l'Atelier/éditions Ouvrières, 1997.

LAMPARELLI, C. "Louis-Joseph Lebrez e a pesquisa urbano-regional no Brasil: crônicas tardias ou história prematura". In: *Revue Espaço & Debates*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, ano XIV, n.º 37, 1994.

_____. "O ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX. O Pe. Lebrez: continuidades, rupturas e sobreposições". In: Conferência proferida no 3º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, São Carlos/SP, 1994a.

_____. Interview donné en Mai-Juin et publié sur le site: www.urbanismobr.com, 2000.

LEBRET, L-J. « Letre aux américains ». In: *Revue Economie et Humanisme*, Marseille, n. 34, nov./dez. - 1947, pp. 561-580.

_____. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo". In: *Revista Arquivo*. São Paulo: Departamento de Cultura, n. CXXXIX, 1951.

LEBRET, L-J. & BRIDE, R. *Guide Pratique de l'Enquête Sociale: L'Enquête Urbaine*. Paris: Press Universitaires de France, tomo III, 1955.

LEBRET, L-J & Desroches, H. « La méthode d'Économie et Humanisme ». In: *Revue Economie et Humanisme*, n. 12 et 13, Écully, 1944.

LEME, M.C.S. e LAMPARELLI, C. "A politização do Urbanismo no Brasil: a vertente católica". In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro: Anpur, 2001.

LEME, M.C.S. "A circulação de ideias e modelos na formação do urbanismo em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX". In: *Anais do VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Niterói, 2004.

MONTENEGRO, A., SIQUEIRA, A. J., AGUIAR, A. C. M. de (orgs.). *Engenheiros do Tempo: História da Vida dos Professores*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

NETO, A. D. "Problemas do município de Ourinhos (Estado de São Paulo e a reforma administrativa)". *Revista do Serviço Público/Dasp*. Rio de Janeiro, ano XVII, vol. 67, n. 1, jun./1955.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1977.

PELLETIER, D. *Economie et Humanisme: de l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde, 1941-1966*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1996.

PONTUAL, V. "Urbanism in Recife and the circulation of knowledge: the study of the French Dominican priest Louis-Joseph Lebre". In: *13th Biennial Conference of the International Planning History Society (IPHS)*. Chicago, Illinois: University of Florida and University of Illinois, July, 2008.

_____. *O Saber Urbanístico no Governo da Cidade: uma Narrativa do Recife das Décadas de 1930 a 1950*. São Paulo: FAUUSP, 1998.

_____. *Uma Cidade e Dois Prefeitos: Narrativas do Recife das Décadas de 1930 e 1950*. Recife: Editora Universitária, 2001.

QUENEAU, J. « Un itinéraire avec Économie et Humanisme ». In: *Cahier Les Amis du père Lebre*. Paris, n. 9, mars-1990.

RIOS, J.A. "Depoimentos". In: FREIRE, A. e OLIVEIRA, L. L. (orgs.). *Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

Sagmacs-CIBPU. *Problemas de Desenvolvimento, Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo*. São Paulo: Sagmacs-CIBPU, vol. I, 1954.

_____. *Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana: Estruturas Atuais e Estruturas Racionais*. São Paulo: Sagmacs, 1958.

SANTA CRUZ O.P., Frei B. "Problemas do município de Ourinhos". *Revista do Serviço Público/Dasp*. Rio de Janeiro, ano XVII, vol. 69, n. 3, dez./1955.

TERRA, J-P. « Militance sociale, économie et développement humain ». In: *Cahier Les Amis du Père Lebre*. Paris, n. 9, mars-1990.

TOLEDO, C. N. *Iseb: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Editora Ática, 2ª Ed, 1978.

TRUZZI, O. "Redes em processos migratórios". In: LANNA, Ana Lúcia Duarte... [et al.] (orgs.). *São Paulo, os Estrangeiros e a Construção das Cidades*. São Paulo: Alameda, 2011.

VALLADARES, L. *La favela d'un Siècle à l'Autre*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2006.

ARQUITETURA E PAISAGEM INDUSTRIAL: AS VILAS OPERÁRIAS NO RECIFE¹

Telma de Barros Correia²

149

Estudos Universitários

RESUMO

O trabalho trata das moradias operárias construídas por indústrias no Estado de Pernambuco, no período entre a última década do século XIX e meados do século XX, centrando-se, sobretudo, em nove vilas operárias erguidas no Recife. Assinala a relevância numérica dessas habitações no Estado, assim como as marcas profundas por elas impressas na paisagem pernambucana. Em termos de moradia, novos modelos de casas econômicas e higiênicas foram propagados. Do ponto de vista da arquitetura, esses conjuntos difundiram tipologias como os bangalôs e estilos como o *Art Déco*, o estilo Missões, a arquitetura moderna e, sobretudo, um padrão de casa econômica, higiênica e desprovida de ornatos. Geraram construções de rara qualidade como o conjunto de moradias duplex da Fábrica Tacaruna e de inusitadas características como a Casa do Industrial

¹ Parte substancial da pesquisa em campo e em arquivos que deu origem a este artigo foi realizada com o Professor Philip Gunn, a quem dedico este artigo. Nos levantamentos de campo na Vila Santa Luzia, contei com a companhia de Zuleide Brayner e Nadja Brayner, moradoras do bairro, às quais agradeço pelo auxílio essencial na identificação dos prédios remanescentes.

² Arquiteta pela UFPE, Mestra pelo MDU/UFPE, Doutora pela FAU-USP, livre-docente pela EESC-USP e docente e pesquisadora no IAU-USP, Avenida Trabalhador Saneamentense, 400, Centro São Carlos, SP. CEP: 13566-590. E-mail: tcorreia@sc.usp.br.

em Goiana. Produziram formas urbanas expressivas como a vila operária do Contonifício Othon Bezerra de Mello, enquanto Paulista, Moreno e Camaragibe converteram-se em cidades, testemunhando a ação relevante da indústria na urbanização e na transformação do território.

Palavras-chave: Vilas operárias; núcleos fabris; arquitetura; Recife.

ABSTRACT

The article deals with workers' houses built by industry in the state of Pernambuco, in the period between the last decade of the nineteenth and mid twentieth century, focusing mainly in nine workers' villages built in Recife. It deals with the numerical importance of these houses in Pernambuco, as well as with the deep marks printed by them in the landscape. In terms of housing, new models of economic and hygienic houses were propagated. In terms of architecture, they spread the bungalows and styles such as Art Deco, Mission Style, Modern Architecture and, above all, a pattern of economic and hygienic house, devoid of ornament. They led to buildings of rare quality as the Factory Tacarunas' duplex dwellings and unusual features as the house of the industrial at Goiana. Produced significant urban forms such as the Contonifício Othon workers' village, while Paulista, Moreno and Camaragibe turned into cities, witnessing the relevant action of the industry in urbanization and transformation of the territory.

Key words: workers' villages; company towns; architecture; Recife.

INDÚSTRIA E MORADIA

Em meados do século XX, as chaminés de fábricas e as vilas operárias eram — como os mocambos, as igrejas barrocas e as pontes — uma das marcas da paisagem recifense. Em diversos bairros da cidade estendiam-se, ao lado de fábricas, os conjuntos de pequenas casas semelhantes, alguns compondo longos blocos de habitações em renque, outros reunindo moradias geminadas duas a duas e eventuais

bangalôs com seus jardins. São vilas de diferentes tamanhos, cujas moradias na maioria dos casos expressam uma arquitetura despojada de referências estilísticas, vinculada ao universo fabril.

O Recife polarizou um dos principais centros industriais do Brasil no período entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX, que reuniu, sobretudo, fábricas têxteis e usinas de açúcar, a maioria das quais criou vilas operárias e núcleos fabris. Nessas vilas e núcleos, alguns milhares de moradias foram erguidos para serem alugados ou cedidos a empregados das empresas. Além de moradias, esses locais — especialmente os núcleos fabris no campo e as vilas operárias em bairros periféricos — costumavam ser dotados de equipamentos de uso coletivo como igreja, escola, posto de saúde, armazém de consumo e clube. Tratava-se de um procedimento que tinha como objetivo atrair e fixar o operário e impor-lhe um cotidiano favorável à produtividade do trabalho.

Esses grupos de moradias foram um momento importante da história da moradia operária, da arquitetura e da urbanização. No Recife, essas vilas se localizaram nas bordas de bairros centrais — São José e Boa Vista —, em bairros próximos ao centro — Santo Amaro, Capunga e Torre — e em bairros periféricos — Apipucos, Campo Grande e Jiquiá. A presença de grupos de moradias construídas por fábricas para seus operários foi ainda mais significativa em localidades vizinhas ao Recife, como Paulista, Camaragibe e Moreno, onde cidades se originaram de grandes núcleos fabris criados por indústrias têxteis. Núcleos fabris e vilas operárias também foram erguidos no interior do Estado, nas cidades de Igarassu, Cabo, Goiana, Pesqueira, Timbaúba, Escada e Belo Jardim.

Este artigo trata das moradias operárias construídas por indústrias no Estado de Pernambuco, no período entre a última década do século XIX e meados do século XX, centrando-se, sobretudo, em nove vilas operárias erguidas no Recife. Assinala a relevância numérica das habitações e investiga a configuração espacial desses assentamentos habitacionais mostrando como adotaram várias formas, diferentes arranjos espaciais, tipologias habitacionais e estilos arquitetônicos.

O RECIFE E SUAS VILAS OPERÁRIAS

As primeiras vilas operárias construídas no Recife surgiram na década de 1890, estabelecendo novas relações entre moradia e trabalho, difundindo novos modelos de habitação e alterando a paisagem urbana.

As margens do Rio Capibaribe, no bairro da Capunga, a Fundação Vesúvio – empresa fundada no final do século XIX – criou um pequeno conjunto de construções de linhas ecléticas, formado por fábrica, vila operária e moradia do proprietário da empresa. A vila compunha-se de 14 casas, agrupadas em uma via ao lado da fábrica. São moradias semelhantes (com uma janela e uma porta na frente), fachada ornada com elementos da linguagem clássica, implantação seguindo o padrão colonial (construções dispostas em blocos, destituídas de recuo frontal e ocupando lotes estreitos e profundos) e dimensões relativamente amplas considerando-se o padrão médio das moradias desse tipo (têm duas salas, quatro quartos, cozinha, sanitário e quintal).

A maior vila operária do Recife foi a Vila Santa Luzia, edificada no bairro da Torre pela Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco S.A., fundada em 1887. Essa vila começou a ser erguida em 1890, segundo noticiou o *Diário de Pernambuco* em outubro daquele ano. Em fins da década de 1930 reunia 127 casas, além de creche, escola, cooperativa de alimentos, clínica médica e dentária, sendo mostrada pela revista *Roccas* como testemunho do interesse dos dirigentes da indústria pelo “bem-estar de seus operários” (*Roccas*, 1938, p. 16). Sua creche se originou de uma iniciativa conjunta entre a fábrica e a Liga Pernambucana Contra a Mortalidade Infantil³. A construção de moradias pela Fábrica da Torre se estendeu até a década de 1950. Em 1941 anunciava-se que a previsão era atingir 300 moradias. Em 1951, entretanto, essa previsão já havia sido superada, reunindo a vila 368 moradias. Posteriormente foram edificadas prédios de três pavimentos, casas duplex e 12 casas destinadas a gerentes. Nesse

3 A indústria construiu o prédio, enquanto a Liga forneceu o mobiliário e assumiu sua gestão, mantendo pediatra e enfermeiras (Verde, 1932).

momento, o número de habitações fornecidas pela fábrica superou 400 unidades⁴. As moradias da Vila Santa Luzia seguiam diferentes padrões – solidários com a posição do morador na empresa – e formas – de acordo com os estilos em voga à época da construção. Havia pequenas moradias de porta e janela em renque, casas geminadas duas a duas, bangalôs e amplas casas para gerentes.

Nas duas primeiras décadas do século XX, outras vilas operárias surgiram na cidade. No bairro de São José, no centro, a Companhia Têxtil de Aninhagem – fundada em 1891 – criou a partir de 1923 uma vila com cerca de 60 casas⁵, que ocupavam parte da quadra onde se localizava a fábrica e uma quadra vizinha. Sua implantação remetia ao padrão urbano colonial: eram casas de tamanhos variados, destituídas de recuos frontal e laterais e construídas em lotes estreitos e compridos⁶.

Outra vila operária surgida nesse momento foi a da Fábrica de Tecidos Tacaruna, cujo caso é singular por haver criado conjuntos de moradias com características bastante diferenciadas, edificadas ao longo de um período de mais de 50 anos nas cidades do Recife e de Olinda. Construída no limite desses municípios, a fábrica foi fundada em 1924, ocupando as instalações da Usina Beltrão, um engenho central que funcionou por alguns anos na passagem do século XIX para o XX. Entre as construções adquiridas da Usina Beltrão, constam, além dos prédios fabris, um chalé, uma residência e um grupo de 14 pequenas casas. Em fins da década de 1930, a vila operária havia sido ampliada, contando com clube, posto médico, escola e cerca de 20 casas, onde residiam o diretor, os mestres e os contramestres da seção de fiação e tecelagem. Junto a essas moradias a fábrica ergueu posteriormente mais oito casas, destinadas provavelmente a trabalhadores que ocupavam postos estratégicos

4 As moradias da fábrica se destinavam a operários de várias categorias, especialmente aqueles envolvidos em serviços que exigiam prontidão (pessoal de manutenção, guardas e motoristas). A empresa encarregava-se de fazer a manutenção das habitações pelas quais cobrava aluguel.

5 As casas eram alugadas para operários que fossem de interesse da empresa manter em constante prontidão (gerente-geral, mecânico-chefe, eletricitista, chefe de vigilância). Dentro das instalações fabris, havia refeitório e posto médico.

6 Algumas tinham sala, três quartos, cozinha e sanitário; outras tinham duas salas, três quartos, cozinha, despensa, sanitário, dependência de empregada e área de serviço.

na empresa. O conjunto formado pelo chalé e pelas nove casas apresenta variedade de estilos — que vão do eclético ao moderno — denunciando suas construções em momentos diferenciados. Para os operários, a fábrica ergueu — provavelmente por volta de 1950 — um grupo de casas na extremidade norte de seus terrenos. São moradias geminadas duas a duas⁷, enquanto as esquinas são ocupadas por casas maiores em forma de chalé. Nos anos 1950, a fábrica criou ainda no bairro de Campo Grande um conjunto de casas projetado pelo arquiteto português Delfim Amorim, que reunia um bloco de casas duplex e um grupo de residências isoladas.

As décadas de 1930 e 1940 foram o período de mais intensa construção de vilas operárias no Recife, no qual vilas fundadas anteriormente — como a Santa Luzia e a da Fábrica Taçaruna — se expandiram, enquanto cinco outras foram criadas.

A segunda maior vila operária construída na cidade foi a chamada Vila Tecelagem ou Vila do Pombal, da Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, fábrica fundada em 1926. A indústria instalou-se no bairro da Boa Vista, em terreno que incluía a antiga residência do Visconde de Suassuna, na qual instalou seus escritórios. Construiu um grande conjunto de moradias que na realidade configura duas vilas distintas somando cerca de 350 casas: uma situada nas suas imediações e outra em área próxima localizada no bairro de Santo Amaro⁸. A empresa criou ainda serviço médico, creche e escola — localizados junto à fábrica — e um clube de futebol — o Íbis — com sede na vila operária de Santo Amaro. As casas maiores situavam-se na Avenida Visconde de Suassuna, junto às instalações fabris, ao lado das quais havia ainda moradias térreas — bangalôs ou dispostas em blocos — dotadas de jardins, destinadas a operários qualificados⁹. As demais moradias dispunham-se numa grande quadra no bairro de

7 São dotadas de jardim, quintal, sala, dois quartos, cozinha e sanitário.

8 Essas vilas foram construídas durante as décadas de 1930 e 1940: em 1937 havia 8 casas habitadas e 56 em construção; em 1939 havia 100 casas construídas; em 1941 eram 126 casas; e, em 1943, 154 casas. Nos anos seguintes, a vila se ampliava, atingindo 347 casas em 1951. O aluguel era descontado no salário do operário, enquanto as despesas com luz, água e IPTU eram arcadas pela fábrica.

9 As casas isoladas eram dotadas de sala, terraço, três quartos, sanitário, cozinha, área de serviços e dependências para empregados.

Santo Amaro, onde as casas maiores eram bangalôs geminados dois a dois ou dispostos em blocos de quatro e as demais dispostas em blocos mais longos¹⁰. No seu conjunto, as moradias erguidas por essa fábrica apresentavam grande diversidade em termos de tamanho, padrão de construção e forma. Havia casas cercadas de jardins, geminadas duas a duas, dispostas em blocos e casas amplas de dois andares. O tratamento formal das casas se simplificava à medida que o tamanho diminuía e elas se afastavam geograficamente da fábrica.

Provavelmente a mais notável vila operária do Recife em termos urbanísticos e arquitetônicos foi a construída no bairro de Apipucos pelo Contonificio Othon Bezerra de Mello, fundado em 1895. A intenção de erguer essa vila operária foi anunciada em 1928, em matéria na *Revista da Cidade*:

O nosso presidente não se tem descurado dos que aqui trabalham. Por intermédio da Associação Beneficente dos Operários, de que ele cuida com carinho máximo, mantém a Fábrica uma escola primária com frequência diária de 50 alunos e serviços de assistência médica e dentária, nada faltando assim ao nosso operariado. E em estudos, para objetivação breve, temos um amplo cinema, um barracão para venda de gêneros de primeira necessidade aos preços de custo, uma creche, a construção de 100 casas para operários, dedicando o nosso presidente, assim, ao bem-estar e ao conforto dos nossos companheiros de trabalho, a máxima solicitude. (*Revista da Cidade*, 1928).

A construção da vila se estendeu pelas décadas de 1930 e 1940¹¹. Em levantamentos de campo realizados no local em 1996, foram localizadas cerca de 300 casas, além de duas escolas, igreja, clube, cinema, armazém de consumo e posto médico. Em 1939, as casas dessa vila eram definidas pela revista *Cidade Maurícia* como "novas e modernas e higienicamente instaladas". Essas moradias foram dispostas em blocos de duas, três, quatro, cinco, seis ou oito casas.

10 Uma rua reunia 28 casas geminadas duas a duas, dotadas de sala, terraço, três quartos, cozinha e sanitário. As demais casas tinham apenas dois quartos e se dispunham em blocos de duas, cinco, sete e até 19 casas.

11 Em 1941 noticiava-se a existência de 321 moradias e anunciava-se que a previsão era atingir 521 casas. Em 1951, publicação do Serviço Social Contra o Mucambo indicava um total de 666 moradias construídas nessa vila.

Algumas tinham cobertas de duas águas com cumeeira paralela à rua, outras tinham cobertas em quatro águas e eram geminadas duas a duas¹².

A Fábrica Iolanda, instalada no bairro do Jiquiá em 1925, iniciou em 1941 a construção da Vila Iolanda. Nesse ano foram construídas 24 casas e se previa a construção de mais 30. A vila, entretanto, superou em muito essa previsão inicial. Em 1951, publicação do Serviço Social Contra o Mocambo indicava um total de 120 moradias construídas nessa vila. Posteriormente, novas moradias foram erguidas, totalizando cerca de 145 casas, além de um clube. Essas residências se dispunham em quadras com traçado mais ou menos ortogonal, em terreno situado ao lado da fábrica. Havia dez bangalôs iguais geminados dois a dois, com seus telhados de quatro águas com telha francesa e jardins. As demais moradias compunham blocos, cujo número de casas variava de três a nove¹³. Eram moradias com fachadas de porta e janela, com eventual terraço, que incluíam pequenos vãos gradeados.

Outras vilas operárias de dimensões menores foram criadas na cidade na década de 1940. A empresa Grandes Moinhos do Brasil S.A. construiu, em 1941, um conjunto de 66 bangalôs para residência de seus funcionários. Outra pequena vila operária com oito casas dispostas em bloco foi criada em 1949, no bairro da Torre, pelo Cotonifício Capibaribe¹⁴.

ARQUITETURA E URBANISMO DAS VILAS RECIFENSES

Nas vilas operárias recifenses são encontrados prédios que podem ser associados a diversas tendências da arquitetura — neoclássica,

¹² Essas casas incluíam terraço, sala, dois quartos, cozinha, sanitário (externo) e quintal.

¹³ As habitações maiores eram dotadas de terraço, sala, dois quartos, cozinha e sanitário; as de tamanho intermediário tinham sala, dois quartos, cozinha e sanitário; as casas menores incluíam sala, quarto, cozinha e sanitário. Todas tinham quintal e quase todas — exceto as menores — tinham jardins.

¹⁴ As casas eram destinadas a operários que se pretendia manter à disposição em tempo integral, como motoristas. Eram moradias com uma mesma disposição de planta baixa que incluía jardim, terraço, sala, três quartos, cozinha, sanitário e quintal.

eclética, missões, Art Déco e moderna. Na grande maioria dos casos, entretanto, as construções presentes nessas vilas expressam uma arquitetura despojada de referências estilísticas e de ornatos, cuja forma reduzida aos elementos construtivos essenciais pode ser vinculada aos requisitos de utilidade e economia que regem o universo industrial.

Nas primeiras vilas operárias erguidas na cidade surgem exemplares inspirados em modelos tradicionais brasileiros de moradia urbana. São casas térreas de porta e janela, dispostas em renque, desprovidas de recuos frontais ou laterais. Os telhados em duas águas têm a cumeeira perpendicular à rua e são cobertos com telhas cerâmicas do tipo canal ou francesa. Geralmente eram dotadas de platibandas — como nas casas da Fundação Vesúvio e da Fábrica de Aninhagem —, mas podiam surgir com beirais — como na vila operária do Cotonifício Othon Bezerra de Mello.

As construções da Fundação Vesúvio — fábrica, casa do industrial e vila operária —, erguidas no final do século XIX, incorporam elementos da linguagem clássica: as casas semelhantes para operários têm entablamento, cercaduras e platibanda; enquanto o sobrado do industrial tem uma composição de fachada simétrica, dotada de pilastras, cornija, cercaduras, frontão dotado de óculo e platibanda (Figura 1). Exemplos de arquitetura de viés eclético são algumas das casas e a escola da Vila Santa Luzia, erguida provavelmente na década de 1920, cuja fachada era profusamente decorada por cornija, frontão, ornatos em alto relevo e pináculos (Figura 2).

Os chalés que povoaram a paisagem dos subúrbios brasileiros na virada do século XX, com seus apelos ao pitoresco e ao bucólico, encontraram expressão na casa do gerente da Fábrica Tacaruna, onde surge como símbolo de conforto e bem-estar, demarcando, em meio às pequenas casas para operários, um padrão de moradia diferenciado, com seu jardim e ampla varanda (Figura 3). O bangalô, outra tipologia solidária com a estética do pitoresco e que se difundiu no Brasil, sobretudo, durante as décadas de 1930 e de 1940, sinalizando para o aumento da influência norte-americana

Figura 1: Vila operária da Fundação Vesúvio.



Foto: Telma de B. Correia, 2008.

Figura 2: Escola e moradias na Vila Santa Luzia.



Fonte: Cidade Mauricéa, 1939.

Figura 3: Chalé do diretor da Fábrica Tacaruna.



Fonte: Cidade Mauricéa, 1939.

sobre o País e sua arquitetura, foi uma tipologia usual nessas vilas, seja em versões despojadas ou fazendo menções ao estilo Missões, como ocorreu nos bangalôs de dois pavimentos erguidos pela Tecelagem de Seda na Avenida Suassuna e no destinado ao gerente do Contonifício Othon Bezerra de Mello, em cuja vila operária referências ao Missões também podem ser assinaladas nos prédios da escola, do posto médico e do lactário (Figura 4).

Figura 4: Escola na vila do Cotonifício Othon Bezerra de Mello.



Foto: Philip Gunn, 2000.

Para abrigar o clube da vila operária do Contonificio Othon Bezerra de Mello, foi erguida uma extravagante construção de viés *Art Déco*, cuja fachada ostenta frontão escalonado e vãos com forma hexagonal (Figura 5). Em termos arquitetônicos, a igreja dessa vila operária – construída na década de 1940 – mostra-se notável, sobretudo pelo uso de ornatos cujos temas remetem ao mundo das máquinas (Figura 6). Trata-se de uma igreja ampla, cuja fachada de linhas vagamente inspiradas no estilo românico é quase destituída

Figura 5: Clube da vila do Cotonificio Othon Bezerra de Mello.



Fonte: Cidade Mauricéa, 1939.

Figura 6: Igreja da vila do Cotonificio Othon Bezerra de Mello.

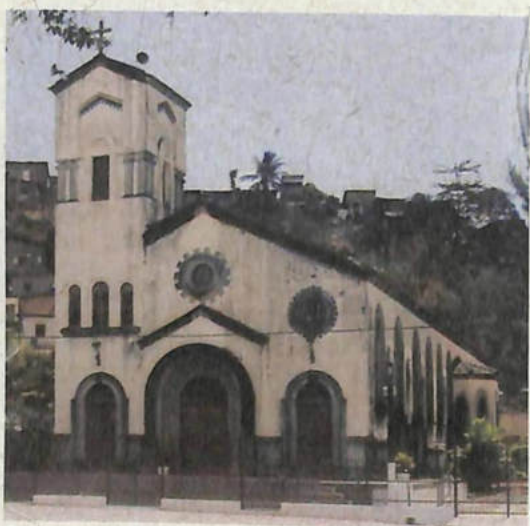


Foto: Philip Gunn, 2000.

de ornatos. O que surpreende nela são os dois óculos, cujos desenhos inspiram-se na forma de engrenagens industriais (CORREIA, 2011).

A arquitetura moderna revela-se em grupos de moradias destinadas a funcionários graduados, como as 12 casas destinadas a gerentes na Vila Santa Luzia (Figura 7) e o conjunto de casas projetado pelo arquiteto Delfim Amorim para a Fábrica Tacaruna (Figura 8). O último é um exemplo notável de arquitetura moderna, com qualidades excepcionais do ponto de vista plástico, construtivo e

Figura 7: Casas para gerentes na Vila Santa Luzia.



Foto: Telma de B. Correia, 2003.

Figura 8: Casas da Fábrica de Tecidos Tacaruna.



Foto: Telma de B. Correia, 2003.

funcional¹⁵. Trata-se de um exemplar de vila operária excepcional pelas qualidades arquitetônicas e pelo alto padrão de construção¹⁶.

Entretanto, nas vilas operárias recifenses o padrão de moradia que se generalizou é o de pequenas casas térreas; dispostas isoladas, geminadas ou em blocos; destituídas de ornatos; construídas em alvenaria de tijolos; cobertas com telhas cerâmicas do tipo francesa; dotadas de portas e janelas com vidros e venezianas; e com programa composto de uma ou duas salas, dois ou três quartos, cozinha, sanitário, quintal e eventual terraço. No seu absoluto despojamento de ornatos ou de qualquer pretensão de ordem formal, essa tipologia habitacional não é identificada com qualquer estilo ou movimento arquitetônico. É um padrão básico que se fixou em escala nacional como decorrência de demandas de higiene, conforto e economia. Embora simples, esse modelo de habitação trouxe para a casa do trabalhador brasileiro inovações importantes em termos de materiais e de agenciamento dos espaços. Rompeu com os modelos de habitação operária anteriores ao prover ambientes claros e dotados de instalações sanitárias modernas. Nos modelos mais “sofisticados” esse padrão adota a forma de pequenos bangalôs, com seus terraços e jardins (Figuras 9 e 10).

Em um padrão intermediário, o bangalô surge geminado ou em blocos, tendo, nos modelos mais simplificados, o terraço reduzido a um pórtico (Figuras 11, 12, 13 e 14).

Nos modelos mais simples, esse padrão surge na forma de blocos de moradias de porta e janela (Figuras 15, 16, 17 e 18).

¹⁵ São casas amplas com sala espaçosa, garagem, três quartos, alpendre, depósito, cozinha, sanitários, lavanderia e dependência para empregada. Algumas incluem ainda escritório e copa. A fachada voltada para o poente – pela qual se tem acesso da rua ao interior da casa – apresenta algumas superfícies contínuas de cobogós, interrompidas apenas por elementos estruturais e esquadrias. Os ambientes de maior permanência – quartos, sala e escritório – foram dispostos junto à fachada nascente que se abre para um jardim no fundo do lote. Essa fachada é demarcada por amplos vãos envidraçados e por abóbadas de berço formando alpendres.

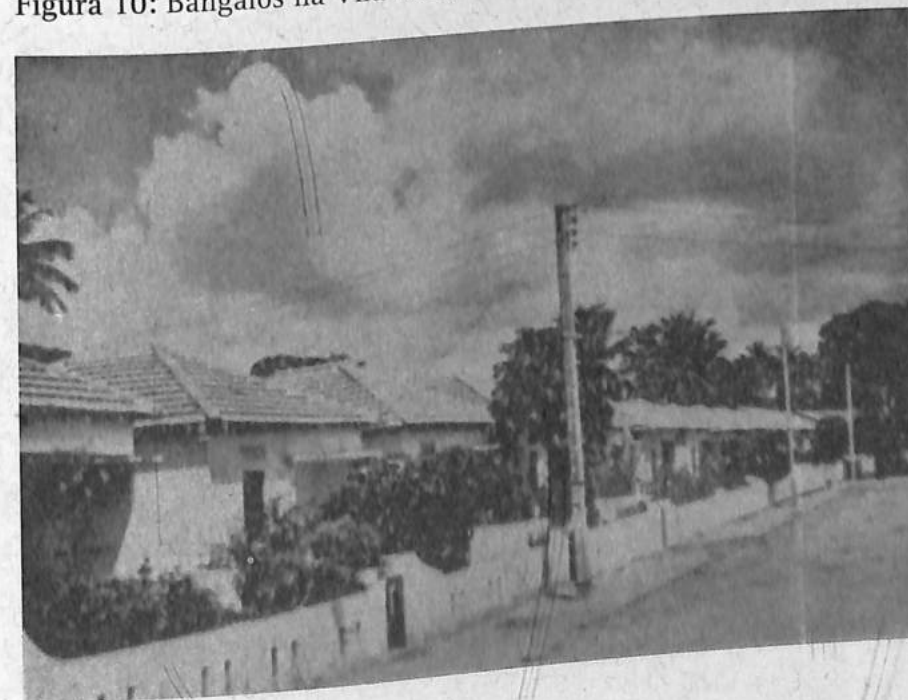
¹⁶ Há informações – que não conseguimos confirmar – de que o conjunto de moradias de propriedade da Fábrica Tacaruna teria sido muito superior às cerca de 65 casas remanescentes, tendo atingido aproximadamente 300 moradias.

Figura 9: Bangalôs na Vila do Pombal.



Fonte: Guia Social do Recife, 1943.

Figura 10: Bangalôs na Vila do Moinho Recife.



Fonte: Guia Social do Recife, 1943.

Figura 11: Bangalôs na Vila Iolanda.



Fonte: Guia Social do Recife, 1943.

Figura 12: Bangalô na Vila do Pombal.

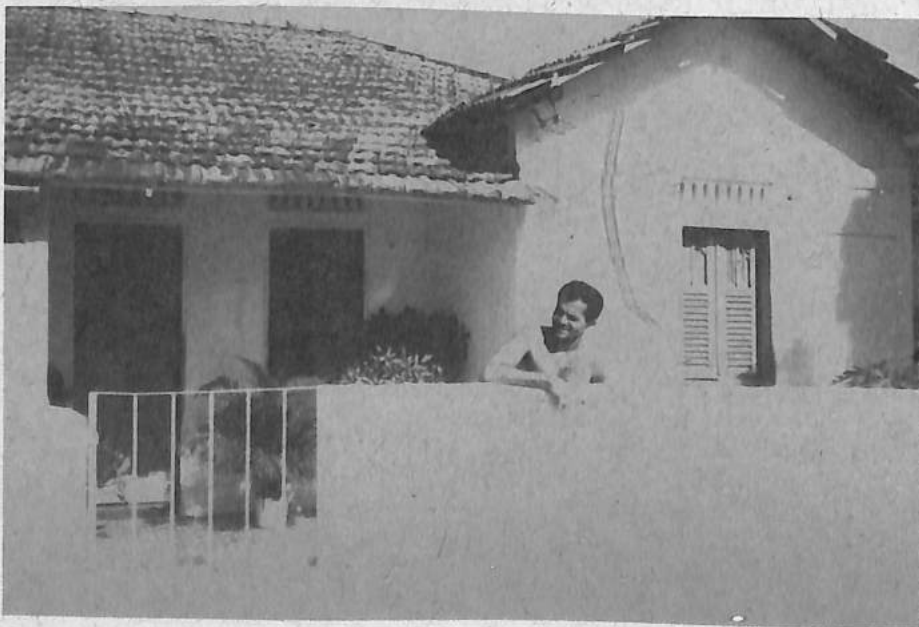


Foto: Telma de B. Correia, 1996.

Figura 13: Bangalôs na Vila Santa Luzia.



Fonte: Guia Social do Recife, 1943.

Figura 14: Bangalôs na vila do Cotonificio Othon Bezerra de Mello.



Fonte: Guia Social do Recife, 1943.

Figura 15: Bloco de casas na Vila Iolanda.



Foto: Philip Gunn, 1996.

Figura 16: Blocos de casas na Vila do Pombal.



Fonte: Cidade Mauricéa, 1939.

Figura 17: Blocos de casas na Vila Santa Luzia.



Fonte: Guia Social do Recife, 1943.

Figura 18: Blocos de casas na vila do Cottonificio Othon Bezerra de Mello.



Fonte: Guia Social do Recife, 1943.

O prédio do lactário da Vila Santa Luzia, inaugurado em 1932, era uma construção cercada de jardins, com telhado de quatro águas, sem ornatos, nem platibanda, e assinalava a emergência dessa nova racionalidade na forma de construir.

Do ponto de vista urbanístico, a vila do Contonificio Othon Bezerra de Mello revela um plano com qualidades. Ao longo de uma das margens de uma via sinuosa foram construídas as casas do gerente e do proprietário, algumas casas para operários, a fábrica, o armazém de consumo e o clube. Deslocando-se um pouco dessa via, a vila operária foi edificada de forma claramente planejada, constituindo uma malha ortogonal de ruas, estruturada por uma via mais larga com canal, que converge para uma praça circular implantada no centro da vila. O espaço ocupado pela praça amolda-se ao sítio, assumindo forma circular e ocupando um local excepcional: no centro geográfico da vila; no eixo do canal junto ao qual se estende uma rua larga e arborizada que, com a praça, origina um conjunto integrado; e em um local que contrasta com a área plana ocupada pelas casas pela existência de pequena elevação, a qual, situada em uma das extremidades da praça, foi apropriada para a localização de uma escola, ampliando a monumentalidade da construção. Essa malha composta por ruas retas – paralelas e perpendiculares – atende a requisitos de economia, enquanto a praça é norteada pela busca de um espaço representativo, cuja ênfase deriva de uma articulação entre arquitetura e paisagismo que se aproxima dos procedimentos projetuais difundidos no âmbito do movimento City Beautiful. Os prédios concentrados na praça – igreja e escola – são significativos pelo uso coletivo, pelo tamanho e tratamento formal mais apurado que os demais existentes na vila. Não se pretende aqui equiparar o urbanismo modesto dessa vila operária com os espaços grandiosos em termos de escala e monumentalidade gerados no âmbito do movimento City Beautiful. Entretanto, é possível estabelecer uma aproximação em termos de objetivos – criar um espaço representativo – e de ferramentas de projeto – concentrar os exemplares mais expressivos de arquitetura e promover uma junção entre eles e o paisagismo em um espaço de uso prioritariamente coletivo (CORREIA, 2011).

IMPACTOS E DECLÍNIO DO MODELO DE MORADIA

As cerca de 1.650 moradias das nove vilas operárias tratadas neste artigo indicam que essa modalidade de habitação operária pode ser considerada significativa no Recife de meados do século XX. Foi, entretanto, no interior do Estado que o fenômeno mostrou-se mais relevante, ocorrendo em áreas rurais e cidades situadas na Zona da Mata e no Agreste. Entre esses grupos de moradias, há pequenas vilas operárias e grandes núcleos fabris. No total, foram localizados 16 grupos de casas no interior do Estado, somando cerca de 9.500 habitações criadas por fábricas. Vale assinalar que, além de fábricas, as usinas de açúcar também construíram uma ampla quantidade de moradias para os seus empregados em Pernambuco. Todas as usinas construíram grupos de casas, tanto para os trabalhadores empregados nas atividades industriais como para os envolvidos no trabalho agrícola. Além de casas em número bastante significativo, ergueram escolas, capelas, armazéns de consumo e outros equipamentos coletivos em seus núcleos residenciais. A edificação de casas nas usinas começou ainda no século XIX e se prolongou pelo século XX, inclusive estimulada pelo poder público durante a década de 1940. O Relatório da Liga Social Contra o Mocambo de 1942 informava que em 30 meses – entre 1939 e 1942 – as usinas de açúcar de Pernambuco haviam construído 2.662 casas para os seus trabalhadores (1942, p. 15).

Em localidades rurais nas imediações do Recife, vários núcleos fabris foram criados. Paulista foi o mais importante deles pelo seu tamanho e relevância política e econômica. Expandiu-se paulatinamente de fins do século XIX ao início da década de 1950, quando atingiu seu limite de crescimento. Com suas mais de 6.000 casas – além de igreja, parque, cinema, clínica, teatro, escolas e clube –, foi um núcleo fabril excepcionalmente grande em termos nacionais e internacionais. Um núcleo fabril extremamente importante para a história do trabalho, da indústria e do pensamento social católico no Brasil foi Camaragibe, fundado em 1891. Reuniu armazém, padaria, escolas, consultório médico e, em fins da década de 1930, cerca de 500 casas e dois alojamentos para solteiros. Outro grande núcleo

fabril foi Moreno, criado pela Société Cotonnière Belge-Brésilienne, empresa de origem belga instalada em Pernambuco a partir de 1908. Em 1939, Moreno reunia cerca de 1.300 casas, igreja, consultório médico, creche, clube e várias escolas. Sua organização urbana traz elementos de grande interesse, sobretudo pela ação de profissionais belgas que conceberam e implantaram planos e projetos de arquitetura e urbanismo. O núcleo fabril de Pontezinha, criado ainda no século XIX, pela Pernambuco Power Factory é relevante por ser o primeiro criado no Estado, por manter-se bem preservado e pelos vínculos formais entre suas moradias e formas que remontam ao período colonial. Entre suas 180 casas, as construídas no século XIX são moradias de porta e janela, dispostas em blocos, cujo elemento de maior interesse é o alpendre que percorre as fachadas, remetendo às antigas senzalas de engenhos.

Nas décadas de 1940 e 1950, outros núcleos (de menores dimensões) surgiram. No município de Paulista, um núcleo fabril – Vila Poty – foi erguido na década de 1940 pela Companhia de Cimento Portland Poty, do Grupo Votorantim, reunindo cerca de 150 casas, clube, cinema, igreja, escola, praça, refeitório e posto de saúde.

Na década de 1950, o Grupo Votorantim criou outro núcleo fabril – a chamada Vila Araripe – no município de Igarassu, vinculado à Companhia Agro Industrial de Igarassu, que contou com cerca de 100 casas, clube, igreja católica, ambulatório, escola, praça e supermercado.

Outro núcleo fabril erguido em meados do século XX em Pernambuco foi Itapessoca, criado pela Fábrica de Cimentos Nassau, situado em uma ilha – explicitando o desejo de isolamento que rege essas formas urbanas –, reunindo dezenas de casas, ambulatório, igreja, quadra de esportes, mercadinho e clube.

Vilas operárias foram criadas em cidades do interior do Estado. Em Igarassu, a fábrica Fibras Nordeste Ltda. construiu uma pequena vila operária com 18 casas e um clube/refeitório. Na cidade de Pesqueira, as indústrias Tigre, Rosa e Peixe –fabricantes de

alimentos – ergueram vilas operárias. A fábrica da Tigre construiu na década de 1910 um grupo de 21 moradias situadas ao lado de suas instalações. A Fábrica Peixe ergueu no município algumas vilas operárias e uma escola. A Fábrica Rosa construiu um grupo de 12 casas, às quais somou outras que adquiriu da fábrica da Tigre. O Cotonificio José Rufino, na cidade do Cabo, contava em 1941 com uma vila com 20 casas, escola e posto médico. A Fiação e Tecelagem de Timbaúba ergueu nessa cidade 60 casas para alojar seus operários. A Companhia Industrial Pirapama criou na cidade de Escada uma vila com 152 casas, escola e clube. Um exemplo raro de vila construída por indústria, posteriormente, foram as 12 casas destinadas a engenheiros e chefes, construídas na cidade de Belo Jardim pela Fábrica de Acumuladores Moura, a partir de 1988.

Em termos arquitetônicos, uma vila operária excepcional erguida em Pernambuco foi a da Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goyanna, em Goiana. Trata-se de um dos mais notáveis conjuntos arquitetônicos *Art Déco* entre os erguidos por fábricas no Brasil. Foi construído na segunda metade da década de 1930 e durante a década seguinte. Era um conjunto arquitetônico de amplas dimensões, forte unidade e raras qualidades arquitetônicas. Reunia instalações fabris, uma extensa vila operária que atingiu 472 moradias, casas para funcionários especializados, sorveteria e a casa do proprietário com cinema. Nele, o vocabulário *Art Déco* surge simplificado, solidarizando-se com o utilitarismo fabril e com a busca de um efeito de unidade no conjunto. Os temas *Art Déco* se expressam nas linhas geométricas das fachadas, em frontões escalonados e na eventual adoção de superfícies curvas. A vila estende-se ao longo dos dois lados de uma rua e espalha-se por ruas contíguas, mantendo sempre suas características arquitetônicas básicas. A residência do industrial é, sem dúvida, o aspecto surpreendente e inusitado do lugar, adotando forma e programa com características inovadoras. Trata-se de uma edificação que subverte as relações entre público e privado e entre exterior e interior, além de avançar no sentido de construção de uma arquitetura solidária com o clima tropical. Reúne em um único espaço a moradia do industrial, um amplo cinema e um parque. Tem cerca de 4 mil m² de área não construída e 1.650 m² de área construída. Sua construção adota múltiplos

recursos no sentido de adequá-la ao clima tropical: grandes painéis de elementos vazados, galeria protegendo a fachada frontal, salões desprovidos de janelas e permanentemente abertos para os jardins internos, bandeiras gradeadas sobre as portas, paredes revestidas com azulejos (inclusive nas áreas sociais), piso de mosaico e janelas com venezianas (CORREIA, 2008).

A construção de vilas e núcleos fabris praticamente foi suspensa no interior do Estado de Pernambuco – segundo nossos registros – depois da década de 1950. Identificou-se apenas uma vila construída na década de 1960 e outra na década de 1980. A partir da década de 1960, não temos registro da construção ou ampliação de vilas operárias no Recife. Trata-se, portanto, de um fenômeno específico a uma fase do processo de industrialização e de urbanização, caracterizado pela mobilização e formação de mão de obra pela indústria e pela difusão de um novo modelo de habitat operário. Embora restrito a um arco temporal bem delimitado, o fenômeno teve profundos impactos, tanto pela relevância numérica das cerca de 11 mil moradias criadas por fábricas em Pernambuco quanto pelo seu impacto na urbanização e difusão de formas de morar, tipologias residenciais e estilos arquitetônicos.

Durante os cerca de 50 anos nos quais a ação da indústria na construção de vilas e núcleos fabris teve lugar, marcas profundas foram impressas na paisagem pernambucana. Em termos de moradia, novos modelos de casas econômicas e higiênicas foram propagados. Do ponto de vista da Arquitetura, esses conjuntos difundiram tipologias como os bangalôs e estilos como o *Art Déco*, o *Missions*, a arquitetura moderna e, sobretudo, um padrão de casa econômica, higiênica e desprovida de ornatos. Geraram construções de rara qualidade como o conjunto de moradias duplex da Fábrica Tacaruna e de inusitadas características como a casa do industrial em Goiana. Produziram formas urbanas expressivas como a vila operária do Contonifício Othon Bezerra de Mello, enquanto Paulista, Moreno e Camaragibe converteram-se em cidades, testemunhando a ação relevante da indústria na urbanização e na transformação do território.

REFERÊNCIAS

- A Fábrica Tacaruna agasalha todo o Nordeste. *Cidade Mauricéa*. Anno II, N.15. Recife, julho de 1939.
- A marca symbolica da maior industria do norte do Brasil em tecidos de sêda. *Cidade Mauricéa*. Anno II, N.6, Recife, junho de 1937.
- Album de Pernambuco – Obra de Propaganda Geral*. Editor Proprietário: José Coelho. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello & Comp., 1919.
- Companhia Fiação e Tecidos de Pernambuco S.A. *Cidade Mauricéa*. Anno II, N.15. Recife, julho de 1939.
- Companhia Fiação e Tecidos. *Verde, Revista de Atualidades*, Ano I, N.3. Recife, 1932.
- CORREIA, Telma de Barros. *Art déco e Indústria, Brasil décadas de 1930 e 1940*. *Anais do Museu Paulista*, V. 16, N. 2, jul-dez 2008, pp. 47-104.
- CORREIA, Telma de Barros. Ornato e Despojamento no Mundo Fabril. *Anais do Museu Paulista*, V. 19, N. 1, jun 2011, pp. 11-80.
- CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão*. Campinas, Ed. Papyrus, 1998. 320 p.
- Cotonifício Othon Bezerra de Mello, S.A. *Cidade Mauricéa*. Anno II, N.15. Recife, julho de 1939.
- Exposição Industrial: Fábricas de Tecidos. *Gazeta de Notícias*, 23 nov. 1895.
- Guia Social do Recife*. Recife, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943.
- Recife Industrial, *Roccos*, Anno 1, N. 1, Recife, dez. 1938.
- Relatório da Liga Social Contra o Mocambo*, julho de 1939 a julho de 1942. Recife, Imprensa Oficial, 1942.
- Relatório da Liga Social Contra o Mocambo*, julho de 1939 a julho de 1941. Recife, Imprensa Oficial, 1941.
- Revista da Cidade*. Anno 3, N.115, Recife, 1928.
- ROCHA, Limério Moreira da. *Usina Beltrão/Fábrica Tacaruna. Um século de existência*. Recife, Liber Gráfica Ed., 1991.
- Serviço Social Contra o Mocambo – Vilas Populares pelos bairros*. Recife, SSCM, 1951.
- Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, S.A. *Cidade Mauricéa*. Anno II, N.15. Recife, julho de 1939.

GRANDES EXPANSÕES PLANEJADAS EM CIDADES OCIDENTAIS ANTES DE 1900

Alberto Sousa¹
Patrícia Queiroga²

175

Estudos Urbanizados

RESUMO

Este artigo estuda grandes expansões urbanas planejadas no Ocidente entre meados do século XIV e o final do século XIX, com o propósito de: a) possibilitar comparações entre elas; b) mostrar que, embora popularizadas no século XIX, elas datam da Idade Média; c) evidenciar sua importante contribuição para o desenvolvimento das cidades onde elas se situam e para a definição das suas identidades; e d) demonstrar que elas constituem um dos principais capítulos da história do urbanismo. O trabalho examina onze expansões situadas em nove países e três continentes, priorizando a análise dos seus traçados. Elas incluem dois projetos brasileiros, sendo a maioria delas expansões estrangeiras que não foram ainda analisadas satisfatoriamente em publicações de larga difusão. As informações e reflexões que o artigo apresenta são fortes evidências em favor das teses implícitas nos objetivos que ele persegue.

¹ Doutor, professor associado, UFPB, PPGEUA. E-mail: sousalb@hotmail.com.

² Mestranda, UFPB, PPGEUA. E-mail: pgqueiroga3@hotmail.com.

Palavras-chave: Expansões urbanas planejadas; história urbana; traçados urbanos.

ABSTRACT

This article examines large urban extensions planned in the Western world between the mid-14th century and the end of the 19th century, in order to: a) make possible comparisons between then; b) show that although popularized in the 19th century they date from the Middle Ages; c) highlight their significant contribution to the development of the cities where they lie and to the formation of their identity; d) argue that they constitute one of the main chapters of the history of urbanism. The paper focus on eleven extensions located in nine countries and three continents, and gives special attention to the analysis of their layouts. These additions include two Brazilian schemes and most of them are foreign projects which have not been adequately analysed in widespread publications. The information and reflections the paper presents are strong evidences in favour of the theses associated with the aims it pursues.

Keywords: planned urban extensions; urban history; urban layouts.

INTRODUÇÃO

Dentre os modos como as cidades têm se expandido no Ocidente, um dos mais marcantes tem sido a grande expansão planejada – entendida aqui como um tecido urbano novo, de traçado definido por um projeto e cuja área seja substancial, em relação ao tamanho do núcleo existente ou que tenha mais de 100 ha ou em torno disso.

Como Benevolo (1993) e Kostof (2006) mostraram, a expansão planejada era concebida para ser um meio urbano mais racional e eficiente do que a cidade à qual ela era agregada – e sem a maioria dos seus defeitos.

Comumente, grandes expansões projetadas há muito tempo rivalizam em importância com as áreas mais antigas das cidades onde elas se inserem, quando não as superam.

Por vezes, a imagem e a identidade de uma cidade estão associadas mais a uma dessas expansões do que aos tecidos anteriores a ela. Assim é que, quando se pensa em Nova York, se pensa sobretudo em áreas situadas na vasta quadricula gerada pela ampliação de 1811. Ipanema, um dos bairros mais emblemáticos do Rio de Janeiro, resultou de uma expansão criada em fins do Oitocentos. Outros exemplos poderiam ser evocados, mas basta que só mais um seja mencionado: o *ensanche* de Barcelona dos anos 1850.

Sob certos aspectos, no passado, tais expansões constituíram um capítulo da história do urbanismo mais interessante que os planos de criação de cidades, o que não impediu que estes tenham recebido uma maior atenção dos estudiosos. São nelas, segundo Teran (1969, p. 21), que aparecem “[...] en plenitud ciertos aspectos característicos de la ciudad decimonónica”.

Até o início do século XX, muitas das grandes expansões planejadas eram mais extensas do que a maioria das cidades projetadas até então implantadas no Ocidente – isto devendo-se ao fato de que geralmente se ampliavam urbes com forte potencial de crescimento, enquanto muitos núcleos urbanos criados do nada tendiam a ter porte moderado, devido às incertezas relativas às suas possibilidades de desenvolvimento. Para respaldar essa observação, basta dizer que uma das maiores cidades novas até então criadas, Washington, D.C., tinha uma superfície inferior à da expansão de Nova York em 1811 e que Belo Horizonte foi projetada com uma área urbana menor que a metade da área de expansão da Milão de 1884.

Por outro lado, os projetos de grandes expansões precisavam lidar com uma dificuldade, ausente na fundação de cidades, que lhes agregava interesse: a necessidade de integrá-las ao tecido urbano existente ou pelo menos fazê-las coexistir com este sem conflitos. Os vários modos como se enfrentou essa necessidade foram vistos por Kostof (2006) e Teran (1969) como um dos mais importantes aspectos dessas intervenções urbanísticas.

Apesar disso, até onde vai nosso conhecimento, as grandes expansões planejadas não foram ainda o objeto exclusivo de livros

ou artigos de grande difusão referentes à história do urbanismo, os quais geralmente as têm estudado individualmente ou em conjunto com outros temas, como a criação e a reforma de cidades.

Em razão dessas considerações, os autores deste artigo acreditam que tais expansões merecem ser o objeto exclusivo de trabalhos que as identifiquem, analisem, classifiquem e comparem, além de formular reflexões sobre elas. Essa convicção foi a razão de ser deste artigo, que se propõe a examinar uma série de exemplos marcantes de grandes expansões europeias e americanas, projetadas entre meados do século XIV e fins do XIX. Duas razões motivaram a delimitação desse recorte temporal: a) fazer coincidir seu princípio com a época em que teve início a primeira dessas expansões da era medieval, realizada numa cidade que se tornaria importante; b) encerrar o período nos anos em que começou a difundir-se no Brasil esse tipo de operação urbanística, adotado então em São Paulo, Santos, Vitória e no Rio de Janeiro.

A adoção desse recorte permitirá mostrar que, quando as expansões em foco começaram a se popularizar no Brasil, elas já tinham sido bastante utilizadas na Europa e nas Américas nas décadas precedentes e tinham uma longa história de mais de 500 anos.

Sob certos aspectos, referenciais teóricos e metodológicos para a feitura deste artigo foram os livros *História da Cidade*, de Benevolo, *The City Shaped*, de Kostof, e *Morfologia urbana e desenho da cidade*, de Lamas. Mas, ao contrário destes, este artigo – cuja abordagem tem características próprias – examina apenas as grandes expansões planejadas e tem por foco o traçado delas, ignorando sua morfologia tridimensional.

O que se fará aqui será: (a) analisar projetos de expansão que não tenham sido suficientemente discutidos em livros de larga difusão e (b) apresentar as reflexões que, do exame desses projetos, concluíram os autores deste artigo.

Na análise das expansões, evidenciarão-se seus seguintes aspectos: seu mentor e/ou seu projetista; seu tamanho, absoluto e/ou relativo;

as características do seu traçado; seu nível de integração com a cidade existente; a importância que a expansão, ou algum segmento dela, tem hoje na cidade; e/ou sua contribuição para a definição da identidade desta. A análise alicerçou-se principalmente em informações iconográficas e escritas disponíveis e num exame cuidadoso das plantas das expansões.

AS EXPANSÕES SELECIONADAS

PRAGA

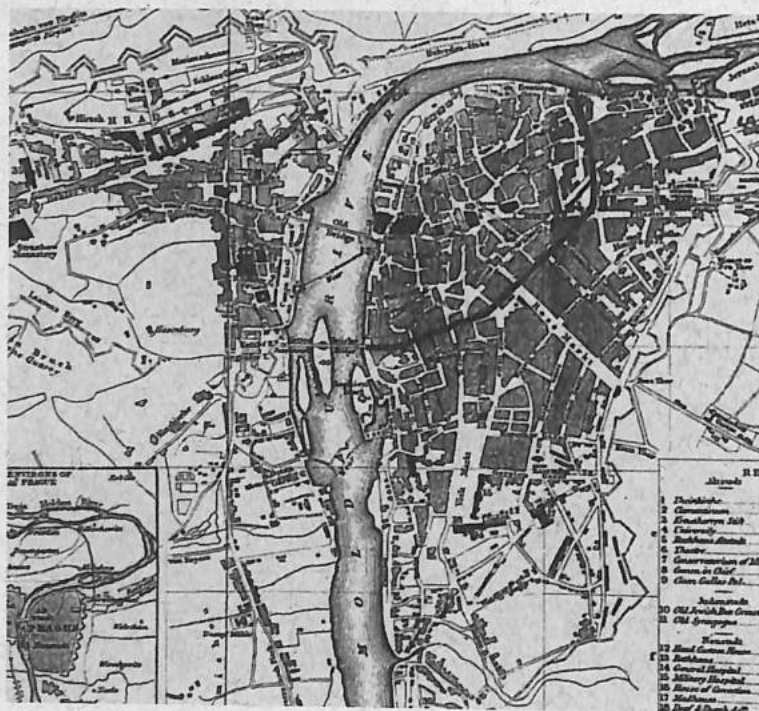
Em 1340, Praga era uma urbe composta de dois setores, separados por um rio. A leste deste, ficava o principal deles, denominado Staré Mesto.

Em 1348, Carlos IV da Boêmia resolveu ampliar tal setor – de traçado espontâneo e muito irregular – justapondo-lhe uma expansão bem maior que ele (Figura 1), com 200 ha (Benevolo, 2011). Projetada pelo francês Mathieu d'Arras, esta foi batizada Nové Mesto (Cidade Nova) e, devido à sua amplidão, chegou ao meado do Oitocentos sem estar inteiramente ocupada (Sedláková, 1997, p. 39).

Os princípios seguintes nortearam o plano: a) a preservação das construções e ruas existentes na área; b) a criação de duas grandes praças em locais estratégicos; e c) o uso de uma quadricula não ortogonal onde tal era possível (esse tipo de traçado vinha sendo utilizado em *bastides* nos dois séculos precedentes). Dessas diretrizes, resultou um tecido híbrido composto por dois setores de traçado bastante irregular – as porções norte e sul da expansão – e, entre estes, um terceiro, de desenho relativamente regular.

A Nové Mesto destacava-se não apenas pela sua amplidão, mas também pela dimensão das suas praças, pelo traçado retilíneo e pela largura de muitas de suas ruas, variando entre 18 e 25 m (Sedláková, 1997, p. 13).

Figura 1: Planta de Praga, em 1857, com acréscimo nosso (linha grossa preta). A expansão é a área situada abaixo e à direita dessa linha.



Fonte: John Murray, 1857.

Com 8 ha, a praça do mercado, no sul, tinha formato quase retangular. A nordeste dela e disposta na direção noroeste-sudeste, a praça, hoje chamada *Wenceslas*, estendia-se por quase 700 m e, por ter apenas uns 60 m de largura, mais parecia um bulevar, sendo hoje um dos ícones de Praga e a sua principal avenida.

Como algumas ruas da expansão deram continuidade a vias da cidade velha, uma certa integração entre os dois assentamentos foi obtida.

FERRARA

Nos anos 1480, essa cidade italiana foi ampliada através de uma expansão batizada *Erculea*, a primeira da Renascença. Iniciativa do duque Ercole I, ela foi traçada pelo arquiteto Biagio Rossetti.

Em 1480, Ferrara exibiu um traçado irregular semelhante ao de cidades medievais não planejadas. Seu limite norte compunha-se de um muro reto e um canal, que formavam uma barreira contínua.

A expansão de Rossetti foi justaposta a esse limite e continha 230 ha, excedendo em 30 ha a área do assentamento existente (Benevolo, 1993, p. 439).

Seu traçado (Figura 2) tinha por base duas vias retas com 2 e 1,3 km de extensão (Benevolo, 2011, p. 130) que se cortavam num ângulo de 85°, dividindo a expansão em quatro quadrantes desiguais. As demais ruas eram mais ou menos perpendiculares ou paralelas a essas vias ou ao muro anteriormente referido, que foi derrubado e substituído por uma rua. Esse arruamento gerou quadras que tinham, geralmente, forma trapezoidal.

Tal traçado da Renascença se assemelhava aos de *bastides* medievais, não apresentando a ortogonalidade e uniformidade de cidades ideais renascentistas.

Figura 2: Planta de Ferrara em 1605, de Aleotti, com acréscimo nosso (linha cinza ligando dois pontos pretos). A *Addizione Erculea* está acima dessa linha.



Fonte: Biblioteca Ariostea di Ferrara.

Rossetti dotou a *addizione* de uma praça com cerca de 2 ha (hoje denominada *Ariosteia*), mas colocou-a não no encontro dos dois eixos estruturadores, e sim na margem de um desses, a uns 300 m da junção deles. Para integrar a expansão com a cidade antiga, várias ruas desta foram prolongadas através daquela. Essa medida e a forma trapezoidal das quadras novas, semelhante ao formato de muitos quarteirões do assentamento existente, permitiram que este e a ampliação formassem um tecido de desenho harmonioso.

O declínio de Ferrara, após fins do Quinhentos, retardaria muito a ocupação da *addizione* (Benevolo, 1993, p. 440), seus dois quadrantes setentrionais mantendo-se pouco ocupados ainda em princípios do século XX.

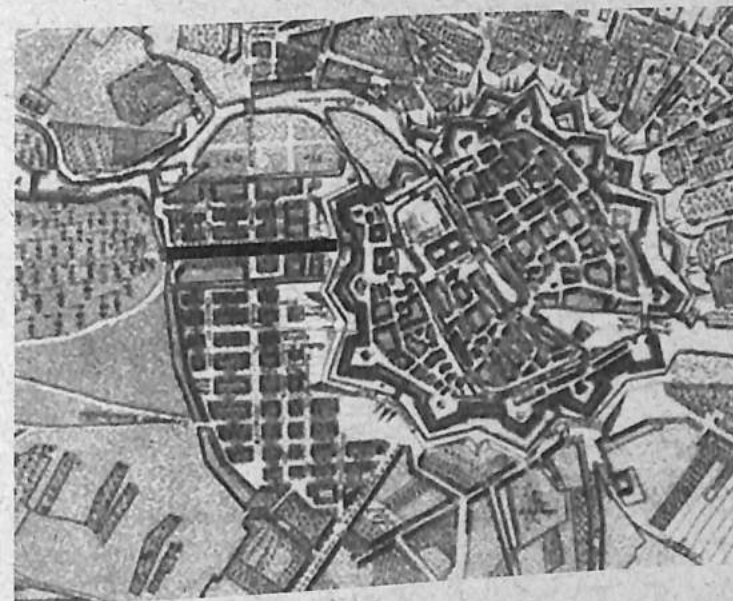
BERLIM

Nos anos 1660, Berlim era uma cidade de traçado bastante irregular – herdado do medievo –, circundada por uma muralha e um fosso e atravessada pelo Rio Spree.

Na década seguinte, resolveu-se ampliar a cidade criando-se extramuros, uma pequena expansão, a Dorotheenstadt (Hall, 1997), assente entre o rio e uma avenida que saía de Berlim (Figura 3). Seu traçado regular, contrastante com o tecido orgânico existente, era formado por uma quadrícula ortogonal com quadras de diferentes tamanhos.

Em 1691, Friedrich III, governante de Brandenburg, agregou a ela outra expansão, bem maior, com cerca de 70 ha: a Friedrichstadt. As duas tinham em comum o tipo de traçado – inspirado, segundo Hall (1997), em planos urbanos suecos – e a direção de suas quadrículas. Deixaram-se na Friedrichstadt amplas áreas vazias entre suas quadras mais orientais e o fosso da cidade antiga para evitar o surgimento de quarteirões não retangulares. Mesmo assim, quadras trapezoidais surgiram nos limites oeste e sudeste da ampliação, devido a vias existentes que eram oblíquas à quadrícula.

Figura 3: Planta de Berlim em 1723, de Dusableau, mostrando a cidade murada e as expansões, separadas pela Unter den Linden (linha grossa preta por nós acrescentada).



Fonte: Wikimedia Commons.

Juntas, as duas expansões tinham uma área quase igual à da velha Berlim. A ligação delas com esta limitava-se à referida avenida, denominada *Unter den Linden*. Só após a derrubada das muralhas é que outras ligações foram criadas (Kostof, 2006, p. 136).

Até a Segunda Guerra, a Friedrichstadt constituía o coração de Berlim, e a *Unter den Linden* era a mais famosa avenida da cidade.

EDIMBURGO

Em 1760, Edimburgo possuía um traçado espontâneo de origem medieval que tinha por eixo uma longa rua quase paralela a um lago situado ao norte.

Decidido a ampliar a cidade, o governo local realizou, em 1766, um concurso de projetos para uma expansão – a *New Town* – a ser

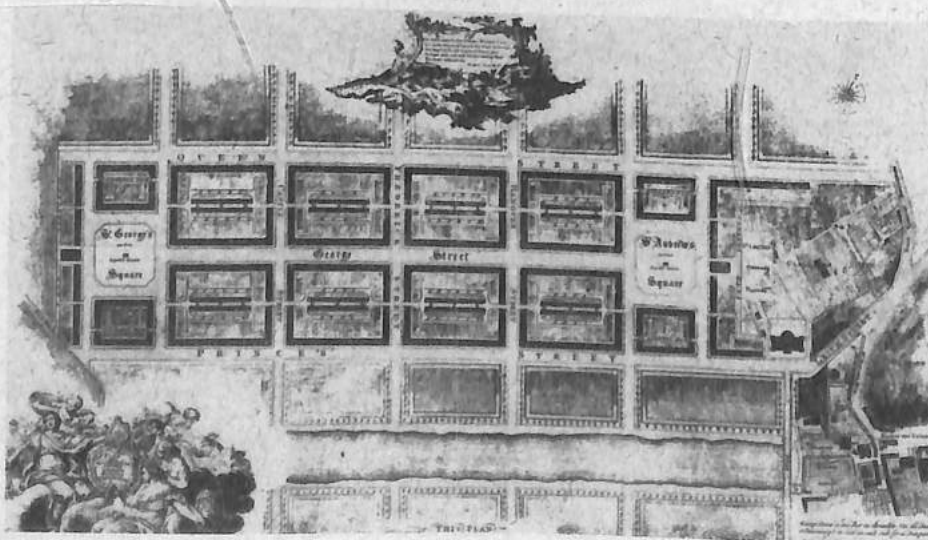
implantada além do lago. Seu vencedor foi o arquiteto James Craig (McKean, 1983).

Aprovado em 1768, o projeto final de Craig teve talvez por modelo o traçado da cidade de Richelieu (França), idealizado em 1628 por Lemerrier – que se inspirou num esquema de cidade ideal formulado por Francesco di Giorgio em fins do *Quatrocentos*. Os traços principais do desenho de Richelieu eram uma rua central ligando duas praças quadradas localizadas nos extremos dela e as demais vias perpendiculares ou paralelas a ela (Toulier, 1997). Ambos estavam presentes no plano de Craig.

O arruamento da expansão compreendia dez vias largas (três longitudinais e sete transversais). As quadras, todas retangulares, eram em número de doze, oito delas idênticas e atravessadas por uma ruela de serviço (Figura 4).

Com uns 40 ha, a New Town era pouco menor que a velha Edimburgo. A existência de um lago e de jardins entre os dois núcleos tornou desnecessário integrar seus traçados contrastantes, permitindo uma boa convivência entre estes.

Figura 4: Projeto de Craig para a New Town de Edimburgo.



Fonte: McKean, 1983.

Atualmente a expansão constitui o centro comercial de Edimburgo, e sua rua principal, a Princes Street, é a mais importante da cidade.

MONTEVIDÉU

Após sua independência, o Uruguai resolveu ampliar sua capital, urbe com um século de vida e com traçado nos moldes do *damero* hispano-americano. Foi encarregado de traçar a expansão o engenheiro argentino José María Reyes, que apresentou seu plano em 1836 (Carmona; Gómez, 2002, p. 18).

Desprezando a sugestão – proposta num jornal local – de que se desse à expansão uma forma radiocêntrica renascentista, Reyes optou por um novo *damero*, disposto numa direção diferente (20° de desvio), para acomodá-lo aos contornos da península onde ele seria implantado. O modelo das quadras existentes (um quadrado com 86 m de lado) foi repetido, mas ruas mais largas – geralmente com 17 m de largura – foram adotadas (Carmona; Gómez, 2002, p. 18).

Com uns 170 ha, a nova quadrícula era muito maior que a antiga e foi posicionada bem perto desta, o espaço entre elas tendo sido destinado a quadras trapezoidais que fariam a transição e articulação entre o tecido velho e o novo (Figura 5).

Uma avenida com extensão e largura um pouco superiores respectivamente a 1.200 e 25 m passava quase pelo meio da expansão. Ela dava continuidade à rua principal da cidade existente e cortava duas praças de inspiração renascentista presentes no *damero*.

Por seguir o mesmo modelo de traçado da Montevideu antiga e por conter uma faixa periférica que fazia a transição com esta, o tecido novo se integrou bem com o velho.

A expansão de Reyes constitui hoje o coração da capital uruguaia.

Figura 5: Planta de Montevideu em 1836, mostrando a expansão de Reyes (quadrícula maior).



Fonte: Gorelik, 2004.

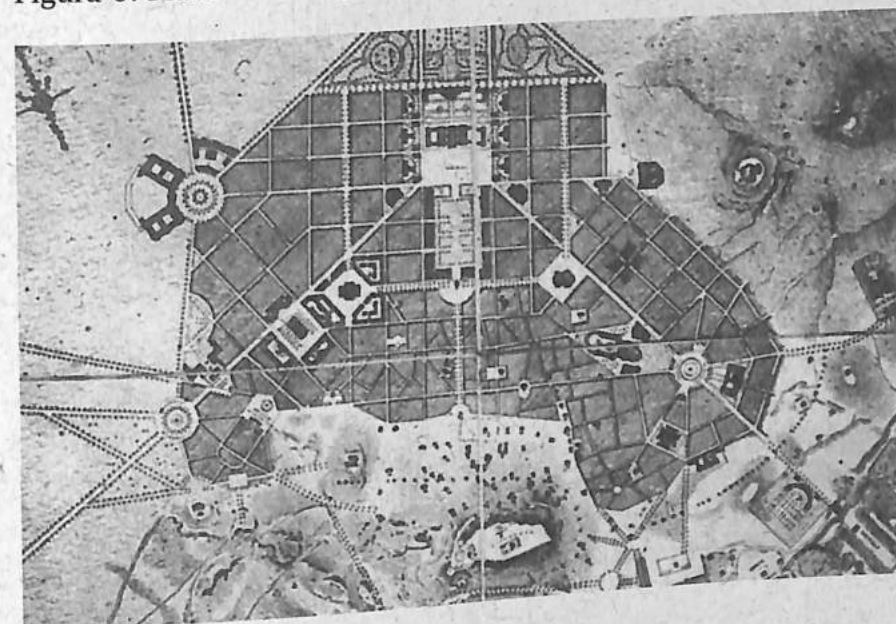
ATENAS

Em 1820, Atenas era uma modesta cidade turca, de cerca de 10 mil habitantes, situada ao pé da Acrópole e formada por um emaranhado de ruas estreitas e tortuosas.

Liberta do domínio otomano, a Grécia estabeleceu sua capital em Atenas e decidiu agregar-lhe uma expansão. Os arquitetos Kleanthis e Schaubert traçaram o plano desta (Figura 6), que foi aprovado em 1833 (Hall, 1997). Ele propunha uma ampliação com cerca de 150 ha, justaposta à cidade existente e um pouco maior que ela, e previa sua reforma para integrá-la à expansão. Seu desenho afiliava-o ao urbanismo barroco, que a partir daí inspiraria outros projetos de ampliação de urbes europeias.

Os eixos principais do traçado eram duas avenidas que, tangenciando a cidade turca, convergiam em diagonal para uma

Figura 6: Plano de 1833 para a expansão de Atenas.



Fonte: Kallivretakis.

grande praça retangular. Os lados desta definiam as duas outras direções estruturadoras do traçado. A grande maioria das quadras foram dispostas paralelamente a eles ou às avenidas. Muitas eram retangulares, mas havia quadras triangulares, trapezoidais e pentagonais, geradas pelos ângulos agudos formados pelas avenidas. O tecido era aerado por outras praças e alguns *ronds-points*.

Não obstante a originalidade e qualidade do plano, ele não foi implantado devido aos protestos dos proprietários por ele afetados. Para alterá-lo, convidou-se o arquiteto Von Klenze, que o simplificou em 1834, diminuindo o tamanho das áreas públicas e as larguras das vias. No mesmo ano, outro alemão, Gaertner, modificou novamente a expansão (Kallivretakis) ampliando-a no lado oeste e reduzindo-a no lado leste. Contudo, nos dois projetos modificados, manteve-se o partido básico da proposta inicial.

Na expansão, localiza-se hoje o coração de Atenas.

SÃO FRANCISCO

No meado de 1849, a população de São Francisco limitava-se a 5 mil habitantes (Langley, 1862). Mas como ela crescera muito nos 2 anos anteriores, ao fim dos quais se multiplicara por dez (devido à descoberta de ouro na região), a cidade fora dotada de um tecido capaz de acomodar uma população bem maior. Prevendo a continuação de tal crescimento, o poder municipal resolveu fazer um plano de expansão (quadricula inferior na Figura 7) que quase dobrava a área da cidade.

O tecido existente lembrava um *damero* hispano-americano, modelo que ele seguiu. Retilíneas, as ruas se cruzavam em ângulo reto e estavam dispostas em direções próximas da norte-sul e da leste-oeste.

Figura 7: Planta de São Francisco, 1849.



Fonte: Library of Congress.

As quadras eram geralmente retangulares, idênticas e tinham cerca de 1 ha. Algumas quadras periféricas apresentavam-se incompletas, não sendo retangulares. Havia duas praças na quadricula.

Traçada pelo topógrafo O'Farrell, a expansão também seguiu o esquema do *damero*, mas diferenciou-se do tecido existente porque suas ruas seguiam outras direções e a maior parte de suas quadras eram bem maiores, com pouco mais de 4 ha.

Com cerca de 270 ha, a ampliação foi colada ao limite sul da cidade sem o cuidado de que houvesse continuidade entre as ruas das duas quadriculas (Reps, 1998, p. 102). Resultou daí que a via que separava as tramas ficou interceptada por um número exagerado de ruas – com prejuízo para o tráfego –, algumas a ela perpendiculares e outras formando com ela um ângulo agudo. Outro defeito do plano foi o fato de não ter levado em conta a topografia colinosa do sítio onde ele seria implantado.

A expansão transformou a cidade num tecido formado por duas partes mal articuladas e contrastantes, apesar de contíguas e afiliadas a um mesmo modelo urbanístico.

A natureza desse tecido e a extensa avenida que o rasga, separando suas duas partes, tornaram-se uma das imagens que têm simbolizado São Francisco.

MADRI

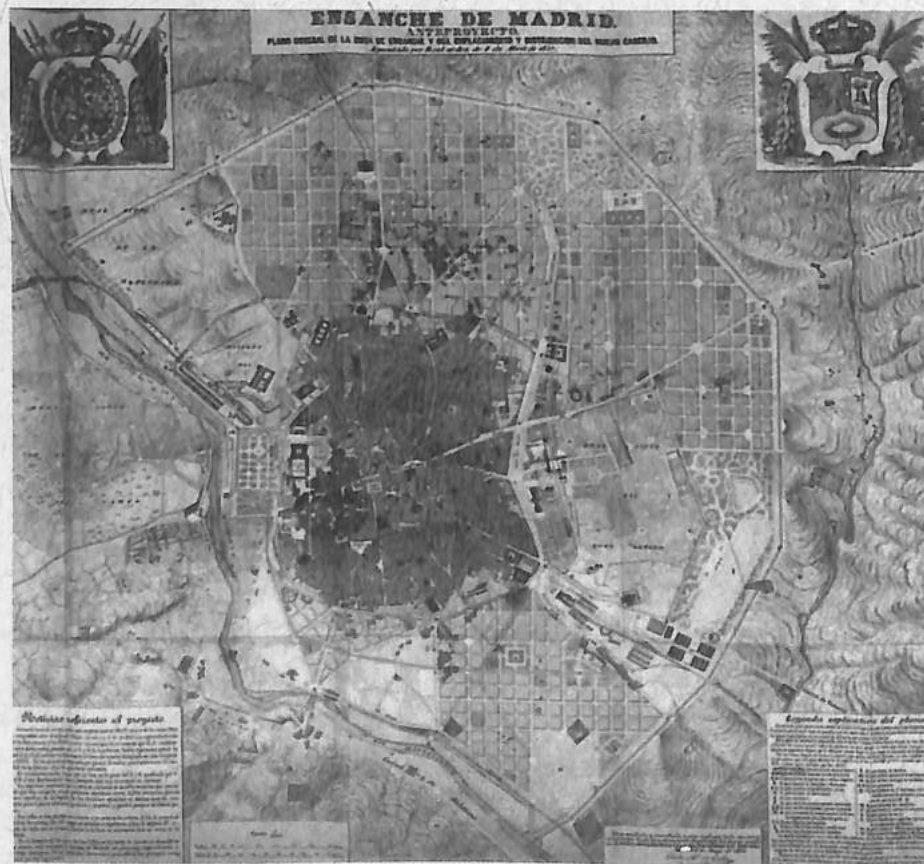
Contemporâneo do famoso *ensanche* de Cerdà para Barcelona, foi o plano de ampliação de Madri, que a monarquia encomendou ao arquiteto-engenheiro espanhol Carlos María de Castro e aprovou em 1860. Os dois planos marcam o início de um movimento, ocorrido em alguns países, no sentido de projetar a ampliação global de cidades importantes, em vez de apenas agregar-lhes expansões parciais.

Madri abrigava uma população da ordem de 270 mil habitantes e estendia-se por uma área de quase 780 ha (Ayuntamiento de Madrid, 2010). Seu traçado era bastante irregular, refletindo o modo espontâneo como foi gerado ao longo do tempo.

O *Plano Castro* (Figura 8) agregaria uns 1.500 ha a Madri, praticamente triplicando sua área. A expansão foi colada à cidade existente e apresentava esta importante qualidade: as áreas verdes constituiriam cerca de um quarto de sua superfície (Ayuntamiento de Madrid, 2010).

Castro dividiu o conjunto das quadras em três setores, separados por áreas livres, uma das quais era uma ampliação do Parque del

Figura 8: *Plano Castro*, 1860.



Fonte: Ayuntamiento de Madrid, 2010.

Retiro, situado a leste da cidade. A dois desses setores (um, maior, a norte e nordeste; e o outro, a sudeste), ele deu a configuração de uma quadricula ortogonal inspirada no *damero* espanhol, com vias unindo os pontos cardeais, mas com quadras que não eram todas idênticas.

Ele animou essa malha pontilhando-a com *ronds-points*, *circus* e praças losânicas e incorporando-lhe vias oblíquas existentes. O outro setor, bem menor, ao sul, ganhou um desenho completamente diferente: uma espécie de triângulo, composto de ruas não ortogonais e quadras triangulares e trapezoidais.

O projeto de Castro fragmentou a Madri ampliada em quatro células urbanas de três tipos de configuração, mas as células novas foram satisfatoriamente articuladas à antiga por vias que, saindo desta, prolongavam-se através delas. Assim, logrou-se obter um tecido global que, embora heterogêneo, não era desarmônico. Entretanto, Teran (1969, p. 24) criticou o plano por ver nele “una lamentable falta de imaginación”.

O plano foi implantado nas suas linhas gerais, porém, devido a pressões de vários setores, diminuiu-se a largura de vias – projetadas com 30, 20 e 15 m – e reduziu-se a superfície dos espaços verdes previstos.

Parte da expansão – a quadricula ao norte do Parque del Retiro – transformou-se no bairro de Salamanca, um dos mais sofisticados de Madri.

MILÃO

Em 1884, Milão foi objeto de um projeto de expansão, integrante do primeiro *Piano Regolatore* local, concebido pelo engenheiro Cesare Beruto. Esse tipo de plano foi instituído pelo governo italiano em 1865 e objetivava a reforma da cidade existente e sua expansão planejada. Florença foi a primeira urbe a elaborar um, já em 1865. A ela seguiram-se Roma (1873) e Milão.

O plano Beruto (Figura 9) agregava uns 1.800 ha aos cerca de 800 ha da cidade existente. Esse aumento permitiria à população local passar de 214 mil almas para 526 mil habitantes (Beruto, 1884).

Vendo vantagens no traçado radiocêntrico de Milão, Beruto manteve-o na área de expansão, dotando-a de uma ossatura formada por muitas vias radiais (ruas novas, estradas existentes e o prolongamento de artérias da cidade) e algumas vias anelares, como uma nova avenida de circunvalação.

O traçado da maior parte da expansão seria formado por diversas quadriculas não rígidas, com *ronds-points* em algumas intersecções viárias.

Figura 9: Planta do *Plano Beruto*. A expansão é a área representada em cinza e situada entre a via perimetral e o anel viário interno.



Fonte: Beruto, 1884.

Porém, ao setor noroeste, bem mais amplo que os demais, Beruto deu um desenho barroco, dominado por um *trivium* (três vias convergentes) cuja avenida central era ladeada por jardins e cujas vias externas formavam um ângulo reto, uma delas atravessando uma vasta área livre retangular e a outra levando ao cemitério da cidade. Preenchia a maior parte da área situada entre essas duas vias uma quadricula com ruas paralelas e perpendiculares à avenida central. Dois *ronds-points* barrocos faziam-se presentes no *trivium*, um no seu vértice e o outro nessa última avenida.

Inspirado no plano de Holbrecht para Berlim (1862), Beruto deu grandes dimensões à maioria das quadras, projetadas com pelo menos 200 m em cada lado e área de 4 ou mais ha. Esses amplos quarteirões apresentavam, segundo Beruto, as vantagens de reduzir a extensão da malha viária, poder acomodar grandes equipamentos urbanos e poder ser subdivididos em quadras apropriadas aos lotes residenciais normais.

Beruto escreveu que um dos objetivos maiores do seu plano era integrar a área de expansão e a cidade existente (Beruto, 1884), o que até certo ponto foi conseguido.

GRANDES EXPANSÕES PLANEJADAS DOS ANOS 1890 NO BRASIL

Todas as intervenções examinadas acima foram iniciativas do poder público – nacional ou municipal. No Brasil, essa tradição se modifica nos anos 1890, com o surgimento de algumas grandes expansões organizadas – na forma de loteamentos – pelo setor privado (proprietários de terras e companhias imobiliárias).

Loteamentos de pequeno ou médio porte já tinham sido feitos no Brasil antes dessa década. Segundo Kliass (1993, p. 35), o loteamento que deu origem ao bairro paulistano dos Campos Eliseos foi criado em 1879. Esse modo de urbanização foi importado da França, onde numerosos *lotissements* foram implantados após o meado do século XIX.

Em 1894, o Barão de Ipanema cria, no Rio de Janeiro, o loteamento Villa Ipanema, com cerca de 100 ha e situado junto a Copacabana, entre o mar e uma lagoa. Projetou o traçado do empreendimento, o engenheiro Vieira Souto (portalgeorio.rj.gov.br).

Tal traçado consistia num arruamento ortogonal composto de ruas de 20 m de largura e pouco mais de 40 quadras, na sua grande maioria com a forma de um retângulo de 200 m por pouco menos de 100 m. As ruas principais eram quase paralelas ao litoral, e a duas quadras – a maior com 2 ha – deu-se a função de praça. Havia no loteamento umas poucas quadras não retangulares.

Essa expansão gerou o bairro de Ipanema, um dos mais nobres do Rio de Janeiro.

Na mesma década, grandes expansões na forma de loteamentos surgiram na capital paulista, como revela a comparação de duas plantas da cidade, uma de 1890 e a outra de 1897 (Kliass, 1993). Na última, veem-se cinco loteamentos com mais de 100 ha, não existentes em 1890 – o maior dos quais era a Villa Gomes Cardim, com cerca de 250 ha. Com traçado em *damero* e com quadras retangulares ou quadradas, eles eram grandes fragmentos isolados, que com outros, menores e desarticulados, formavam um mosaico urbano incompreensível e ilógico.

Contudo, na mesma década, as cidades de Santos e Vitória optaram por se expandir através de planos da responsabilidade do poder público.

Em 1896, a prefeitura de Santos traçou um vasto plano de ampliação para a cidade – que foi muito criticado por Saturnino de Brito (Brito, 1944) –, composto de um arruamento ortogonal uniforme e de quadras quase quadradas e com tamanhos quase idênticos. Essa solução já era então anacrônica sob muitos aspectos, pois em 1896 se dava preferência aos traçados barrocos, e os defeitos das expansões quadriculadas já haviam sido evidenciados por Camillo

Sitte em livro consagrado. O plano não chegou a ser implantado, tendo sido substituído por outro, elaborado por Brito.

Foi esse notável engenheiro o autor do plano de expansão de Vitória, de 1896 (Figura 10).

A expansão distava uns 2 km da cidade e compreendia três áreas separadas por morros. Margeadas por um mangue, duas delas – que tinham juntas cerca de 50 ha – ganharam traçados quadriculados, um dos quais era um *damero*. A outra era uma planície com uns 270 ha (Brito, 1996), onde havia vários morros isolados. A ela, Brito deu um traçado que tinha por espinha dorsal duas avenidas convergentes com 28 m de largura – inspiradas no *trivium* barroco – que atravessavam a área, deixando entre elas três morros. A essas avenidas, ele sobrepôs duas quadriculas e uma trama irregular (a qual preenchia um espaço de forma complicada existente entre

Figura 10: Plano de expansão de Vitória (1896).



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

morros). Uma das quadriculas foi disposta na direção de uma reta que tangenciava dois morros, e a outra, no rumo da bissetriz do ângulo formado pelas duas avenidas (que cortava tal reta em ângulo agudo). Havia no projeto três *ronds-points* e várias praças.

A expansão transformou-se numa das áreas mais nobres de Vitória.

CONCLUSÕES

As grandes expansões planejadas tinham já mais de 500 anos de história quando no Brasil começaram a se difundir em fins do século XIX. Aquelas aqui tratadas foram realizadas em nove países e em três continentes, o que é um testemunho da amplitude que sua utilização tinha alcançado por volta de 1900.

Este artigo examinou 11 expansões, que se diferenciavam sob vários aspectos.

Seus tamanhos eram muito desiguais, variando entre os 1.800 ha da ampliação de Milão, proposta por Beruto, e os 40 ha da New Town, de Edimburgo. Esta e a Friedrichstadt de Berlim tinham menos de 100 ha, mas, mesmo assim, ambas eram grandes comparadas com o núcleo que ampliavam. Duas expansões tinham mais de 1.000 ha, podendo abrigar adequadamente 200 mil habitantes.

Só uma das expansões (a Villa Ipanema) tomou a forma de um loteamento privado, as demais sendo intervenções de responsabilidade da administração pública.

O traçado mais comum foi a quadricula ortogonal, usada desde o Seiscentos (em Berlim) até fins do século XIX e adotada em planos marcantes, como o de Madri.

O traçado de uso mais duradouro foi a quadricula não ortogonal, utilizada na ampliação de Praga, no Trezentos, e, mais de 500 anos depois, em Milão.

Só no Oitocentos é que traçados barrocos foram adotados em expansões aqui tratadas. O primeiro deles, o do plano de Atenas, foi também o mais bem-sucedido; mas o desenho barroco foi empregado com qualidade também nas ampliações de Milão e Vitória.

Ademais, um pequeno núcleo radiocêntrico, assemelhado aos do plano de Wren para Londres (1666), estava presente no plano de expansão de Atenas.

As diferentes medidas utilizadas para lidar com a questão da integração da expansão com a cidade existente constituíram um dos mais marcantes aspectos das intervenções aqui examinadas.

Por vezes, evitou-se essa questão interpondo entre o tecido novo e o antigo um acidente geográfico, como um lago ou uma série de morros. Foi o que aconteceu em Edimburgo e em Vitória, respectivamente. Nesses casos, os tecidos puderam, sem danos ao desenho urbano, ficar com traçados muito diferentes.

Quando a expansão foi colada à cidade existente, variados modos de integrar as duas foram empregados.

Em Montevideu, deu-se à expansão um traçado quadriculado semelhante ao do núcleo antigo e criou-se entre as duas quadriculas uma área de transição que as integrava.

Praga, Ferrara e Milão tinham traçados diferentes dos de suas expansões, mas suas ruas foram prolongadas através destas para integrar o novo e o velho.

Em Atenas, buscou-se alguma integração abrindo-se, no tecido existente, ruas que davam continuidade a vias de sua expansão.

Em Berlim, o tecido novo foi justaposto ao antigo sem a preocupação de que seus traçados se integrassem. Semelhante descaso ocorreu em São Francisco, ainda que lá os tecidos a integrar fossem duas quadriculas ortogonais.

Dependendo do seu tamanho e do seu nível de integração com a cidade existente, as expansões aqui tratadas constituíram um destes tipos de assentamento: a) um bairro (Villa Ipanema); b) uma extensão quase natural da cidade existente (Praga, Ferrara, Montevidéu, Milão); c) uma cidade nova dentro de uma urbe bipolar (Berlim, Edimburgo, São Francisco, Vitória); d) uma cidade nova dominante que praticamente engolia a antiga (Atenas, Madri).

Além das expansões aqui tratadas, três outras pouco divulgadas foram projetadas no Oitocentos para importantes capitais europeias (Hall, 1997): Copenhague (Plano *Seidelin*, 1862, não implantado), Berlim (Plano *Holbrecht*, 1862) e Roma (Plano *Viviani*, 1873, que gerou o bairro Prati).

Embora as grandes expansões planejadas só tenham começado a se difundir no Brasil nos anos 1890, duas delas aconteceram aqui antes dessa década: a de Fortaleza (1875), marcante intervenção prenunciadora de tal difusão; e a Mauritiópolis, no Recife, experiência singular ligada à colonização seiscentista holandesa.

Em regra geral, as expansões aqui estudadas foram uma etapa fundamental do processo de crescimento dos assentamentos que elas objetivavam ampliar. Quase todas geraram bairros que foram ou são destacados e muitas deram às suas cidades traços essenciais da identidade delas.

Elas e as expansões do mesmo gênero aqui não tratadas constituíram um rico campo de aplicação de modelos urbanísticos e contribuíram muito para a evolução do urbanismo.

REFERÊNCIAS

- AYUNTAMIENTO DE MADRID. Plan Castro 150 años. Madri, 2010.
BENEVOLO, L. História da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1993.
BENEVOLO, L. La città nella storia d'Europa. Roma: Laterza, 2011.

- BERUTO, C. Progetto del Piano Regolatore della Città di Milano. Milão, 1884.
BRITO, F. Le tracé sanitaire des villes. In: BRITO, F. Urbanismo - Estudos diversos. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994, p. 23-157.
BRITO, F. Projecto de um novo arrabalde - 1896. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1996.
CARMONA, L.; GÓMEZ, M. Montevideo. Proceso planificador y crecimientos. Montevideo: Publicaciones Farq, 2002.
HALL, T. Planning Europe's Capital Cities: Aspects of Nineteenth-Century Urban Development. Londres: E&FNSpon, 1997.
KALLIVRETAKIS, L. Athens in the 19th Century: From Regional Town of the Ottoman Empire to Capital of the Kingdom of Greece. Edição digital, sem data.
KLIASS, R. Parques urbanos de São Paulo. São Paulo: Pini, 1993.
KOSTOF, S. The City Shaped. Urban Patterns and Meanings through History. Londres: Thames & Hudson, 2006.
LAMAS, J. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1993.
LANGLEY, H. Historical and Statistical Review of San Francisco. San Francisco Directory. São Francisco, 1862.
MCKEAN, C. Edinburgh, an Illustrated Architectural Guide. Edimburgo: Scottish Academic Press, 1983.
REPS, J. Bird's Eye Views. Historic Lithographs of North American Cities. Nova York: Princeton Architectural Press, 1998.
SEDLÁKOVÁ, R. Prague, an Architectural Guide. Veneza: Arsenale, 1997.
TERAN, F. Ciudad y urbanización en el mundo actual. Madri: Blume, 1969.
TOULIER, C. Régularité et symétrie comme obsessions à Richelieu. In: MALVERTI, X.; PINON, P. (orgs.). La ville régulière: modèles et tracés. Paris: Picard, 1997, p. 23-33.

ALGUMAS LITERALIDADES ARTÍSTICAS NA FORMAÇÃO DA CIDADE BARROCA

Fernando Guerra¹

201

Estudos Universitários

RESUMO

A cidade barroca surgiu em decorrência das manifestações arquitetônicas do século XVII, tendo como cenário a cidade medieval. Contribuiu largamente para tal cenário o movimento da Contrarreforma com a criação da Companhia de Jesus, que imprimiu à cidade medieval os primeiros passos da arquitetura barroca, através de uma nova versão de natureza estética com novas formas e cores em seus edifícios. Essa nova natureza estética cria uma atmosfera de espaço solene e teatral, um ambiente luxuoso e dourado encontrado nas igrejas e nos palácios. Com o poder político configurado da cidade absoluta, a corte barroca passa a influenciar, em inúmeros aspectos, na formação artística da nova cidade, ressaltando, além das igrejas, o edifício do palácio como o símbolo do poder absoluto, com os seus espaços de amplidão e suntuosidade. A cidade colossal revela, portanto, um novo traçado urbano com praças abertas e ruas ou avenidas dinâmicas e irradiantes, uma atmosfera de teatralidade.

¹ Professor do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Arqueologia e Conservação do Patrimônio Histórico.

Palavras-chave: Movimento da Contrarreforma; poder absoluto; arquitetura barroca; estética luxuriante; cidade colossal.

ABSTRACT

The baroque city emerged due to the architectonic manifestations of the XVII century, having as scenario the medieval city. The Counter Reformation movement contributed a lot for this scenario with the creation of the Society of Jesus, which has brought to the medieval city the firsts steps to the baroque architecture, through the new version of the esthetics with new shapes and colors in their buildings. This new esthetic nature creates an atmosphere of space that is solemn and theatrical, a luxurious and golden space found in the churches and in the palaces. With the configured political power of the absolute city, the baroque court happens to influence, in many aspects, on the artistic formation of the new city, emphasizing, besides the churches, the palace building as the symbol of the absolute power, with spaces of vastness and magnificence. The colossal city reveals, therefore, a new urban trace with open parks and dynamics and radiant streets or avenues, a theatrical atmosphere.

Key-words: Counter Reformation Movement; Absolute Power; Baroque Architecture; Luxurious Esthetic; Colossal City.

Criada a partir das manifestações arquitetônicas do século XVII, a cidade barroca europeia foi erigida, quase sempre, em um cenário medieval dentro de muralhas, quando a religião, o comércio e a política tomaram rumos diversos. Com a ascensão daqueles senhores que controlavam os exércitos — os déspotas militares —, profundas mudanças aconteceram no seio das universidades, bem como nos poderes da Igreja; retratando, pouco a pouco, o declínio dessas instituições.

A estrutura da cidade medieval começa, então, a ser modificada: algumas muralhas são derrubadas e as ruas tortuosas e sombrias ganham novas formas (retilíneas, abertas e claras) — características que rompem a harmonia do padrão medieval com uma nova versão de natureza estética, nas suas formas e nas novas cores de suas edificações, de maneira que a desordem visual que “frequentava”

a cidade antiga vai, gradativamente, desaparecendo, e, a partir do final do século XVI, fica evidente a necessidade de uma libertação e de uma considerável transformação.

A libertação é traduzida pelas novas formas rebuscadas, livres das proporções clássicas e dos modelos comedidos da Renascença, em que Bernini e Borromini consagram a vitória do novo modismo. Contudo, essas modificações e transformações não se evidenciam apenas em mudanças de gosto ou de visão estética nas cidades, mas, sobretudo, em transformações políticas e econômicas, refletidas no seu fanatismo religioso e incomensurável estadismo. A arquitetura do urbanismo iria expressar, agora, a perfeição do rigoroso plano do traçado das ruas e dos seus desenhos geometricamente ordenados de jardins e paisagens, composições e características das cidades absolutas.

Com o advento da Reforma Protestante, ocorrida em 1521, após a excomunhão de Martinho Lutero, a Igreja procurou reconquistar a sua força e o seu prestígio através do movimento da contrarreforma e quando, em meio a profundas mudanças, questionamentos e inquietações, é criada a Companhia de Jesus, em 1540, inaugurando, assim, com a Igreja de Gesù, os primeiros passos da arquitetura barroca, constituindo-se no símbolo da Contrarreforma, pela qual tanto lutaram os jesuítas. Em meio, portanto, a todas essas agitações, florescia a cidade barroca, onde a proteção — tão frequente nas cidades medievais — daria lugar à exploração desenfreada, à expansão e à conquista. E um novo fator viria contribuir para a consolidação do Estado soberano: a mudança da economia de mercadores para uma economia monetária, aumentando, incomensuravelmente, os recursos do Estado.

A cidade italiana de Florença — que no século XV assistiu a uma das primeiras greves da História, quando um grupo de artesãos sentiu-se ofendido diante da arrogância de Brunellesch e cruzou os braços em frente à Catedral de Santa Maria del Fiore, em um dos seus últimos momentos de construção — tornou-se rica e famosa por sua especial

situação no comércio e por cunhar seus florins de ouro com peso uniforme e honesto.

Uma nova concepção espacial como lugar de mudanças, tornando-o contínuo, que definiria o desejo da Igreja de renovar-se, de atualizar-se, criou uma atmosfera de espaço solene e vistoso — um luxo dourado nas igrejas barrocas — que deveria impressionar e arrebanhar os fiéis. Assim, como o espaço deveria ser contínuo, o poder financeiro e o poder político deveriam atuar sem limites de riqueza e de expansão urbana, em uma busca em que predominava a expansão quantitativa. Notadamente, verificam-se tais intenções quando analisamos a cidade medieval mais antiga, onde as classes superiores e as inferiores conviviam em um mesmo espaço: a rua, o mercado e a catedral. Na nova concepção espacial da cidade barroca, a dissociação entre as classes superiores e inferiores assume um caráter real e urbano; para os ricos, as novas avenidas; e, para os pobres, os caminhos tortuosos e a calçada.

Com a cidade absoluta, o novo governante, por direito divino, tomou o lugar da divindade e revestiu-se das suas honras. Começam a surgir, então, inúmeros livros que trazem a estreita ligação entre o déspota e o céu, pregando a obediência às suas ordens divinas. E a corte do poder barroco, cuja responsabilidade maior da sua aristocracia consistia na prática e no respeito às boas maneiras, passou a influenciar pesadamente em inúmeros aspectos da formação e conceituação da cidade, dominando-a e concretizando, assim, a sua atividade de uma economia crescente. Interessante observação nos traz Munford, quando se refere ao tema *palácio*, significando “uma construção magnificente que poderia ser ocupada por aquele governante com poderes divinos” (Munford, 1982, p. 410), por um senhor ou por um príncipe mercador. Nesse sentido, na cidade barroca, o palácio, além de determinar amplidão, suntuosidade e poder, transforma-se, mais tarde, nos primeiros hotéis de luxo ou em estabelecimentos de negócios de arte, com jardins (dos palácios), galerias de arte, museus, academias — espalhando-se por grande parte da cidade de Roma e parques públicos. Também surge nessa época, como um equipamento de utilidade na vida urbana e de abrigo, a casa privada que, diferentemente do palácio, com um risco

de arquitetura vernacular — executada pelo povo —, era totalmente destituída de intenções estilísticas. Com a casa vieram, também, os móveis do lar, como uma reinvenção do período barroco. Mas a casa constituiu-se, na verdade, na grande revolução doméstica, adaptando novos espaços, mudando rotinas, criando intimidades, acomodando novos hábitos, descrevendo, passo a passo, a regularidade urbana barroca.

Apesar de toda a luxuriante exibição da cidade barroca — onde a luxúria era mais importante do que a função — revela-nos Munford que “a cidade medieval típica era mais salubre” (Munford, 1982, p. 418). Presume-se, na verdade, que o banho medieval começara a deixar de existir no século XVI, talvez pelo perigo de se contrair alguma doença por contato. Somente mais tarde, em pleno século XVII, é que o hábito de banhar-se é novamente introduzido em meio à população através das casas de banho, mesmo já se verificando na cidade, com o considerável aumento da população, uma diminuição no volume de água a ser consumida, em relação a 2 ou 3 séculos anteriores.

A eurtmia estética do exterior barroco, consubstanciado primeiramente nas formas da Igreja de Gesù — ressaltando a harmonia das suas curvas e contracurvas — contempla as formas dos círculos centrais ou as praças abertas ligadas por ruas ou avenidas irradiantes que vão de encontro aos centros ornamentados por monumentos ou por belos edifícios governamentais, retratando uma teatralidade formal, espaços imaginários de vivos espetáculos coloridos. Era a mentalidade barroca que conduzia e implicava uma contaminação e subordinação do modo de vida urbana.

Na cidade absoluta, o planejamento barroco concebeu, além do jardim formal e do parque urbano com um vasto conteúdo social, as suas longas e retilíneas avenidas uniformes de tráfego movimentado — a exemplo da República de Veneza com a cidade de Palmanova, no século XVI — pelos desfiles luxuosos das carruagens. Mas concebeu, sobretudo, como uma nova finalidade urbana no século XVII, a praça residencial, um grande espaço aberto (com jardins interiores)

preenchido em seus lados por moradias, desprovido de elevadas e imponentes edificações tendo, ao fundo, uma igreja. Residir em alguma dessas casas da praça — que era construída por uma nova finalidade urbana para as famílias da aristocracia e de ricos mercadores — significava uma distinção maior, de opulência e riqueza. Além de terem as praças os seus espaços abertos destinados aos desfiles das graciosas carruagens e dos cavalos dos nobres, eram utilizadas também para as cerimônias festivas, local de encontro daquelas famílias. A Praça Real, de La Concorde, construída durante o reinado de Luís XV e cenário de importantes acontecimentos históricos, ornamentada por um imponente obelisco egípcio de 22 metros e oito estátuas que simbolizavam as grandes cidades da França; e a Praça Vendôme, notável exemplo de harmonia e boa arquitetura do final do reinado de Luís XV, que ostenta ainda hoje uma imensa coluna com uma estátua de Napoleão, além dos edifícios do Ministério da Justiça e do Ritz Hotel e algumas joalherias, constituem-se em dois belos exemplos de praças residenciais barrocas. Mas, por volta da segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, um novo modismo arquitetônico vai definir o traçado das praças residenciais: os jardins centrais devem desaparecer para dar lugar a imensos espaços vazios, amplos, de ótima visibilidade e de grande finalidade social.

Esse novo modismo arquitetônico que se expande e se consolida com a economia capitalista é responsável pelo crescimento urbano da cidade e pelas incontáveis modificações impostas ao meio urbano. Além das praças — como já comentamos —, as ruas adquirem novos traçados e novas funções dentro do espaço aberto do barroco: retilíneas, extensas e onde, muitas vezes, a população mais pobre concentrava-se para promover alguns jogos e festas populares, em substituição aos parques e praças abertas.

O estilo barroco é elucidativo quando o seu espírito é revelador de uma nova época que exige uma nova forma. Em vez do lugar perfeito, oferece as diferenças tratadas exaustivamente, o ilimitado e o colossal. Convém lembrar que entre o Renascimento e o estilo barroco encontramos o que Victor Tapié chama de “zonas indeterminadas e de contaminação” — é o *Maneirismo*, termo aplicado em sentido histórico às últimas formas do Renascimento. O Maneirismo,

portanto, seria uma fase de transição entre o Renascimento e o Barroco, situado historicamente a partir de meados do século XVI, caracterizando-se pelas formas de liberdade e criações artísticas em relação ao conteúdo formal renascentista. Ou, como nos revela H. Hatzfeld (*Estudos sobre o Barroco*, 1988), “o termo *Maneirismo* será usado para designar um estilo pré-Barroco estritamente localizado em sua cronologia, coincidente com uma tardia forma de Renascimento, não realista, não impressionista, mas de aspecto ornamental surpreendente”. Ainda sobre o Maneirismo, Wilhelm Pinder (*Zur Physiognomik des Manierismus*) fez comparações acerca da pintura do Maneirismo, contrapondo certos pintores maneiristas, como Pontorno, Rosso ou Brenzino, aos mestres do Barroco: Carraei, Ticiano e Rubens. Dizia ele do estilo maneirista: “falsa imaginária; coberta uma vez de corpo; máscara em lugar de rosto; espírito apertado; elegância fantasmal”.

Em sua expressão artística, o período barroco, que se estende aproximadamente de meados do século XVI ao final do século XVIII, é uma tentativa latina de substituir o prazer renascentista por valores mais sérios e espirituais, assim como uma ruptura dos estreitos limites do humanismo antropocêntrico por meio de um transcendentalismo paradoxal que tem relação com o tempo e com o espaço. O Barroco procede, portanto, essencialmente por acúmulo, e isso acontece porque lhe é preciso criar uma cortina de formas e imagens que intercepte o mundo real.

Em muitas dessas cidades, nos mais longínquos lugares, tenta-se, de uma forma ou de outra, conservar alguns edifícios antigos, mesmo em meio a um espaço urbano “moderno”. As igrejas, os antigos sobrados, as praças e outros exemplos estão cravados nesse espaço urbano e se misturam com outros edifícios mais novos, às vezes de maneira adequada, muitas outras de maneira inaceitável. Os espaços natural e arquitetural da cidade, modificados consubstancialmente a partir do início do século XX, sofrem o fenômeno da criação dos mitos dos bairros residenciais, transformados pela velocidade de suas construções em “bairros verticais”, monótonos e enquadrados, interferindo abruptamente na paisagem da cidade e na organização visual do espaço. A cidade, que ontem possuía uma ambiência

tradicional, se depara, agora, com um novo organismo de construções modernas, onde ruas tradicionais foram alargadas e outras foram substituídas, além de ruas que nem lembramos mais. Restam alguns exemplares ou espaços isolados dessas construções de ontem que formam, ainda, um organismo vivo e unitário.

O organismo da cidade antiga, que vem sendo, ao longo dos anos, inteiramente emoldurado pelas "massas compactas dos bairros periféricos do século XIX e do princípio do século XX, forma um cenário urbano que é testemunho das relações sociais contínuas e agradáveis" (Benévolo, 1976, p. 77), daí a necessidade de um tratamento mais adequado com o objetivo de evitar a sua degradação e o interesse em sua conservação e recuperação como patrimônio social coletivo. Nesse sentido, conforme citação de Benévolo (*A cidade e o arquiteto*), na cidade medieval os caracteres físicos são examinados em estreita conexão com os caracteres econômicos, sociais e administrativos, e é onde "podemos captar o pleno significado da invenção urbana, que consiste em uma arte misteriosa, esquematizada e dispersa a partir da Renascença" (Benévolo, 1976, p. 16). A conservação, portanto, dos centros históricos dessas cidades tem como objetivo o de preservar os seus valores histórico-culturais, os seus estilos arquitetônicos e a sua ambiência natural, que sempre se encontram ameaçados em sua estrutura urbana pelos processos de decomposição, substituição e destruição de sua identidade, comuns na criação da cidade moderna. José Américo Pessanha (UFRJ), com muita lucidez, nos revela que "em nosso tempo, marcado fortemente por ideologias que exaltam um tipo de desenvolvimento e progresso predatórios, destrói-se a natureza e apagam-se os traços do passado. Com isso, por um lado, mata-se a fonte natural da vida; por outro, seca-se o manancial da consciência histórica, rouba-se do homem o apoio no passado, o referencial que o temporaliza e lhe confere plena condição humana, apenas humana" (Pessanha, 1987. *Revista do Iphan*. Nº 38, p. 18).

A Acrópole de Atenas, onde o pensamento e a poesia mais sublime encontravam a sua maior representação espacial, tem nos templos e nos monumentos do espaço interno os próprios mitos do povo grego transformados em pedra, circundada por muros altos e abertos

ao centro — o que levava Aristóteles a afirmar: "Uma cidade deve ser construída para tornar o homem ao mesmo tempo tranquilo, seguro e feliz" (Sitte, 1992, p. 14). Constata-se, pois, essa certeza de conservar os seus edifícios antigos. Na praça principal da cidade, na Ágora, existiam vários edifícios como o *tersilião* (onde se reuniam os oradores políticos), a *estoa*, o templo e o mercado, constituindo o centro cívico municipal e era o local onde o povo grego concentrava-se frequentemente para ouvir os oradores, para votar as leis e para eleger os candidatos aos cargos públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENÉVOLO, Leonardo. *Conservação da cidade antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. *A cidade e o arquiteto*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- HATZFELD, Helmut. *Estudos sobre o Barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed. brasileira, 1982.
- PESSANHA, José Américo. *Revista do Iphan*. Nº38, (UFRJ), 1987.
- SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

RESENHAS

ERMINIA MARICATO:
O IMPASSE DA POLÍTICA URBANA NO BRASIL
(Petrópolis, Vozes, 2011)

Flávio Antônio Miranda de Souza¹

213

RESENHAS – Estudos Universitários

O impasse da política urbana no Brasil é uma coleção de artigos que versa sobre a política urbana do setor habitacional no Brasil, com ênfase para os resultados recentes provenientes das lutas pela reforma urbana e seus reflexos nos movimentos sociais que deram origem aos impasses da política urbana e o futuro das cidades. Erminia Maricato reflete de forma quase assistemática sobre seu próprio papel no processo de lutas e disputas por uma construção de uma política urbana, avaliando em retrospecto os diversos caminhos percorridos por um conjunto de atores e momentos que marcaram a trajetória das tentativas de enfrentamento dos problemas da sociedade urbana brasileira em cinco artigos, apresentados em forma de capítulos.

O primeiro capítulo, *O impasse da política urbana*, reflete sobre as bases fundamentais que deram origem ao Ministério das Cidades, o contexto das mudanças por que passaram as políticas sociais, a conjuntura mundial, o setor produtivo e suas transformações e, finalmente, o ideário reformador da política urbana no início do

¹ Pesquisador da Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

século XXI, que cedeu espaço ao conformismo conservador do setor de produção habitacional das grandes empresas, e as transformações do enfoque nos movimentos sociais.

O segundo capítulo reflete de forma crítica sobre o excesso de participação e sua inexpressiva efetividade na transformação estrutural no Brasil.

No capítulo seguinte, *Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica*, a autora faz um balanço da produção acadêmica das últimas décadas sobre a cidade periférica. O capítulo reflete a diversidade de temas tratados sobre a cidade e sua complexidade, como, por exemplo, a precariedade da moradia, a evolução da política para as favelas, os movimentos sociais e o Estado. Esse capítulo, sem sombra de dúvida, retoma temas que perpassaram a produção intelectual sobre a cidade e sua crítica e ilustra os diferentes e contraditórios enfoques que nortearam as políticas tratadas nos primeiros capítulos do livro.

No quarto capítulo, Erminia Maricato exemplifica a cidade como espaço das diferenças e poder. Em *O automóvel e a cidade*, a oferta de áreas exclusivas para ricos, as grandes distâncias para serem percorridas nas cidades, o ato de fugir do barulho das cidades para áreas de privilégios desejadas por aqueles que podem pagar por refúgios fora das cidades, a sugestão do papel fundamental da indústria automobilística no modo de viver contemporâneo, o descaso das políticas de transporte público, etc. são ideias colocadas para o leitor refletir de forma a denunciar nossas próprias escolhas enquanto sociedade capitalista periférica.

Por fim, no último capítulo, *A terra e o nó*, a autora denuncia as imperfeições na aplicação dos princípios das leis que ora salvaguardam o direito irrestrito dos proprietários de terra, ora registram as tentativas de revolução na desconcentração fundiária. O principal recurso em disputa pela sociedade capitalista periférica ainda continua sendo a terra, e Erminia Maricato registra esse fenômeno de forma bastante singular e veemente, convidando o leitor para

refletir, nesse curto capítulo, sobre a base que fundamenta o impasse da política urbana no Brasil — como e por que definir formas de regular as cidades e seu território, bem como sobre a distribuição das riquezas das cidades, produzidas por todos e apropriadas por uma pequena parcela da sociedade dominante.

O livro *O impasse da política urbana no Brasil*, de Erminia Maricato, representa um uma coletânea de textos aparentemente desconexos, que não parecem formar parte de um único objeto de análise, mas que, para o leitor atento, podem traduzir as reflexões de uma das mais atuantes autoras da história da ação sobre a política urbana no Brasil. Eu recomendo fortemente a leitura do livro para estudantes que lidam com o tema urbano, assim como para profissionais da área que refletem sobre suas práticas. O livro encontra-se bastante substanciado pela experiência brasileira, sobretudo sob o olhar crítico da autora que interpreta os acontecimentos, a literatura e sua prática profissional. Entretanto, leitores de outros países que desejam refletir sobre os problemas das cidades poderiam perfeitamente utilizar seu conteúdo, caso existissem versões em outros idiomas.

FLÁVIO VILLAÇA: REFLEXÕES SOBRE AS CIDADES BRASILEIRAS (São Paulo, Studio Nobel, 2012)

Helena Lúcia Zagury Tourinho¹

Flávio Villaça é arquiteto formado pela FAU/USP, Mestre em Planejamento Urbano pelo *Georgia Institute of Technology*, Doutor em Geografia pela FLCH/USP e Pós-Doutor na Universidade da Califórnia. Trabalhou muitos anos na Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de São Paulo e foi professor nos cursos de graduação e pós-graduação da FAU/USP, onde se aposentou na condição de Professor Emérito. A atividade acadêmica, associada à de atuação no setor de planejamento urbano municipal e à sua militância política, proporcionou a Villaça um vasto conhecimento empírico e uma capacidade de reflexão teórica ímpar ou pelo menos incomum na maioria dos estudos urbanos brasileiros. Utilizando elementos conceituais do materialismo histórico, Villaça vai além das descrições de processos intraurbanos e das suas manifestações espaciais e procura chegar às explicações dos motores desses processos. Sua abordagem sobre os processos e a estrutura intraurbana das metrópoles brasileiras tem sido, indiscutivelmente, inovadora e original.

¹ Arquiteta e urbanista, Doutora em Desenvolvimento Urbano, professora e Pesquisadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Universidade da Amazônia (Unama).

que chama de “dos mais ricos” e “dos mais pobres”. Ao proceder dessa forma, chega aos mesmos modelos explicativos duais que critica; em última instância, acaba construindo um modelo de configuração espacial da segregação muito semelhante ao modelo setorial de Hoyt, da Escola de Chicago. Ressalte-se que os modelos da Escola de Chicago vêm sendo sistematicamente criticados há algumas décadas, já estando superados por análises mais recentes como as desenvolvidas por Axel Borsdorf, Jürgen Bähr, Ernst Griffin, Larry Ford e Michael Janoschka.

A terceira parte do livro trata dos centros principais de comércio e serviços das cidades. Os nove textos que a compõem foram escritos desde 2003, alguns reescritos entre 2010 e 2011. Villaça começa argumentando que, na pequena cidade, centro e não centro formam uma unidade dialética: “Um não sucede nem antecede o outro; um não existe sem o outro e ambos são criados por um mesmo e único processo” (p. 92). A partir daí, se propõe a falar do conceito, da importância do centro tradicional, destacando a relação entre centro, democracia e justiça espacial.

Por considerar que os centros tradicionais são portadores de acessibilidade máxima para o conjunto da população (ricos e pobres), entende que, para que um equipamento seja de toda a metrópole, ele deve estar localizado no centro, pois: “Tudo o que está no centro atende melhor o conjunto da cidade, e [...] só atende melhor o conjunto da cidade o que está no centro” (p. 92). Daí deriva o argumento de ser o centro a “mais justa e democrática localização para os equipamentos únicos, raros e/ou mais importantes da cidade” (p. 92). Para esse autor, o principal problema dos centros tradicionais das metrópoles brasileiras é que estes deixaram de ser os centros de acessibilidade máxima para as camadas de maior renda.

A decadência de centros tradicionais em cidades como São Paulo é explicada pelo fato de as camadas de maior renda utilizarem seu poder econômico e político para deslocar o centro em sua direção, o que fazem mediante a atração dos setores da cidade que constituem suas áreas de interesse: os investimentos públicos em sistema viário

e transporte e a implantação de equipamentos únicos e importantes de caráter metropolitano. Aqui, novamente, às elites é atribuída a responsabilidade de estruturar o espaço urbano. Os deslocamentos da área de segregação das residências, assim como dos centros dessas elites são, portanto, apontados como a causa dos problemas de degradação das áreas centrais das metrópoles brasileiras. Diante desse argumento, Villaça defende, como estratégia de exercício da justiça espacial, o resgate do papel dos centros tradicionais da cidade; a concentração nessas áreas, de centros culturais, museus e sedes dos principais órgãos públicos que atendam o conjunto da metrópole.

É indiscutível que essas posições também suscitem algumas reflexões. A começar pelo pressuposto da acessibilidade máxima do centro, o qual implica, dentre outros, desconsiderar as características do sítio e homogeneizar as condições de mobilidade das camadas mais pobres. Em metrópoles como Belém, Porto Alegre e Salvador, este pressuposto, certamente, não se aplica. Ademais, há que se considerar também o que significa o reforço da concentração de atividades nas áreas centrais tradicionais face aos crescentes problemas de acessibilidade a essas áreas, principalmente para as camadas mais pobres – expresso em “distância-tempo” e “distância-custo” cada vez maiores dos deslocamentos casa-trabalho, casa-compras, casa-estudo.

O quarto eixo trata do plano diretor e do planejamento urbano, ou seja, do que deveria nortear a ação do Estado e da sociedade em termos de ordenamento espacial e territorial urbano. As ideias expostas em *Os limites da participação popular*, de 1996, e *Dilemas do plano diretor*, de 1998, não surpreendem aqueles que estão acostumados a ler as ardorosas e veementes críticas de Villaça ao planejamento urbano brasileiro e seus planos diretores.

Nas conclusões finais, o autor retoma as ideias principais dos diversos textos, chamando a atenção para o controle do tempo, como a “força mais poderosa que atua sobre a distribuição das classes sociais, portanto da infraestrutura, dos equipamentos sociais

urbanos e da distribuição dos locais de trabalho, compras, serviços e lazer” (p. 287). Lembra que, no Brasil, nenhuma questão urbana pode ser compreendida desvinculada do estudo das desigualdades e remete à necessidade do estudo da segregação, já que esta constitui o “estratagema básico utilizado pela classe dominante para potencializar sua força na disputa pela apropriação do produto terra-localização”.

Por fim, conforme diz o próprio Villaça: “Há verdades mais importantes e há verdades menos importantes. Há verdades que escondem e há verdades que são escondidas. Há verdades úteis e há verdades inúteis”. A leitura do livro, indubitavelmente, levará o leitor a refletir sobre múltiplas verdades.

BERNARDO SECCHI E AS CIDADES NO SÉCULO XX (Cidade, Editora, Ano)

Cecília Ribeiro¹

O livro *A cidade no século vinte*, do italiano Bernardo Secchi, publicado no Brasil em 2009, revela uma riqueza conceitual e interpretativa para além do que o seu título sugere. Secchi não considerou somente uma cidade genérica pela qual percorreria as suas considerações. Ele enunciou três cidades que se circunscrevem ao debate europeu – embora, em muitos momentos, esses debates sejam estendidos ao americano –, a *cidade sem-fim*, a *cidade das utopias* e a *cidade do bem-estar*.

A *cidade sem-fim* diz respeito à concentração e dispersão de sua ocupação. Ela nem surge no início, nem termina no fim do século XX. Seu tempo é longo, como é longo e cheio de ambiguidades o seu debate. O movimento da concentração referiu-se à urbanização, à industrialização e ao tratamento da cidade como máquina, metrópole e megalópole, em inquietações advindas da transformação e controle do seu crescimento. Ao movimento de dispersão, estavam relacionadas as discussões em torno do subúrbio, dos condomínios

¹ Arquiteta urbanista, Doutora em Desenvolvimento Urbano pela UFPE. ceciliariibeiro@ig.com.br

fechados e do *sprawl*; além do reconhecimento da fragmentação do tecido urbano e a sobreposição dos projetos urbanos ao planejamento, o que já havia sido tratado em seu primeiro livro publicado no Brasil, *Primeira lição de urbanismo*. Embora façam parte dessa cidade dois movimentos distintos, o da concentração e o da dispersão, que o autor reconheceu como contraditórios, eles ocorrem em momentos paralelos, não sequentes e se referem à mesma angústia e temor de dissolução da cidade, da perda da própria medida, do “medo do infinito e do vazio” (Secchi, 2009, p. 34).

A *cidade das utopias* é a cidade do século breve, tal como também interpretou Eric Hobsbawm em *Era dos Extremos*. Embora a década de 1960 tenha representado uma inflexão nos debates da cidade sem-fim, aqui, essa década representa o fim de um momento em que a cidade seria o espaço da reconstrução de um novo homem e de uma nova sociedade. Essa cidade refere-se a “ideias, aspirações, técnicas nas quais a modernidade se identifica, se esgota e, talvez, provavelmente chega ao término” (Secchi, 2009, p.21). Assim, o urbanismo e a arquitetura foram interpretados como instrumentos de transformação da cidade e da sociedade, tal como tratou Anatole Kopp em *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*, e se centraram nas propostas da “grande geração” de arquitetos, aqueles que testemunharam a Primeira Guerra Mundial e até após a Segunda Guerra Mundial sofreram uma diáspora física e intelectual. As guerras foram marcantes para a construção do entendimento dessa cidade pela conscientização do risco e da insegurança, bem como as experiências americanas e soviéticas em planejamento, que passaram a ter um papel de reduzir, preparar e eliminar esse risco.

Junto à *cidade sem-fim* e à *cidade das utopias*, foi enunciada a *cidade do bem-estar*, da qual faziam parte do seu debate as dimensões físicas do bem-estar social e coletivo em um século longo, descontinuo e que ainda não acabou. A consubstanciação do *welfare state* no conforto da casa e no espaço de contemplação, exercício e lazer, sendo assim de responsabilidade e promoção do Estado, foi interpretada como sendo uma compensação para a urbanização e o afastamento da cidade da natureza. Nessa cidade, constam três períodos sobrepostos, que têm como ideias centrais o esgotamento e a crítica à sociedade

disciplinar, a busca pelas dimensões concretas do *welfare state* e a estetização da vida individual e coletiva.

Secchi não apresentou somente uma visão pessimista da *cidade sem-fim*, que teve o seu fim ou a sua alienação. Ele apontou pistas de discussões para a atualidade, como, por exemplo, nas considerações que fez sobre a cidade de Siena como espaço público por excelência para a retomada de aspectos pitorescos, agregadores, do belo e do encontro, que convidam ao caminho e à contemplação como sendo atividades próximas do cotidiano.

Do seu livro, destaca-se, portanto, que os sentidos dados à cidade no século XX não fecham a possibilidade de outras interpretações e construções que possam identificar rupturas e continuidades com os séculos XIX e XXI. Secchi apresenta, cita e reúne interpretações feitas por outros autores de modo a evidenciar pontos de partida distintos para a construção de suas histórias e destaca também, de modo distinto, acontecimentos como a *Ville Radieuse*, de Le Corbusier, a *Cidade-jardim*, de Ebenezer Howard, e *Brodacre City*, de Frank Lloyd Wright, de acordo com o sentido da cidade enunciada. O autor afasta a ideia de sequência, progresso e desenvolvimento nos acontecimentos em suas reflexões. O tempo para ele é múltiplo, elástico, comprimido e se distingue de acordo com o objeto que lhe diz respeito: o século XX pode ser breve, longo, descontinuo e não ter terminado ainda.

PARA CONHECER MAIS

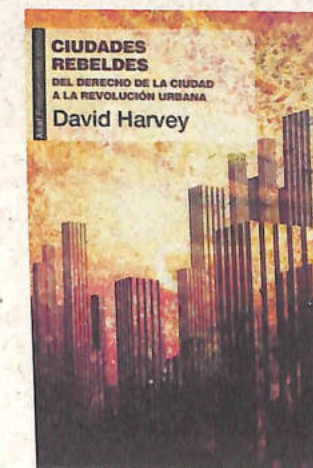
LUGARES DE PRODUÇÃO: ARQUITETURA,
PAISAGENS E PATRIMÔNIO
BORTOLUCCI, Maria Angela P.C.S.
CORREIA, Telma de Barros (Orgs)

Os trabalhos reunidos neste livro propiciam uma abordagem ampla da organização social e espacial de lugares vinculados ao mundo agrário, industrial e ferroviário, conformados, sobretudo, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Além de alargar o conhecimento e a compreensão acerca das características e da história desses lugares, estes trabalhos buscam discutir o tratamento que vem recebendo, no Brasil, um legado importante, mas seriamente ameaçado de rápida e indiscriminada destruição e mutilação.
(Fragmento do prefácio de Telma de Barros Correia)



CIUDADES REBELDES: DEL DERECHO
DE LA CIUDAD A LA REVOLUCION URBANA
HARVEY, David

Ciudades Rebeldes situa a cidade no centro da luta de classes e no entorno do capital, de Johannesburg a Bombay, de Nova York a São Paulo. Dirigindo sua atenção tanto para a Comuna de Paris como para o *Movimento Occupy Wall Street* e para os distúrbios em Londres, Harvey questiona como as cidades podem se organizar de um modo socialmente mais justo e ecologicamente mais salutar; e como podem se converter no centro da resistência anticapitalista.
(Fragmento do resumo editorial da obra)



COLETÂNEA DE LIVROS EM HOMENAGEM
À ANA CLARA TORRES RIBEIRO

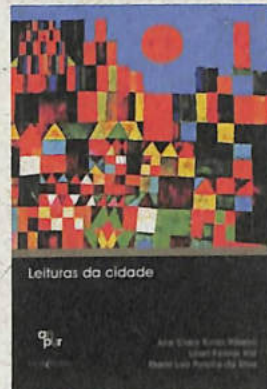
Desafios do Planejamento
RIBEIRO, Ana Clara Torres
LIMONAD, Ester
GUSMÃO, Paulo Pereira

Leituras da cidade
RIBEIRO, Ana Clara Torres
VAZ, Lilian Fessler
SILVA, Maria Lais Pereira da

Por uma sociologia do presente:
ação, técnica e espaço
RIBEIRO, Ana Clara Torres

Política governamental e ação social
no espaço
RIBEIRO, Ana Clara Torres
EGLER, Tamara Tania Cohen
SÁNCHEZ, Fernanda

É com prazer e satisfação que a diretoria
da ANPUR (2011-2013) traz a público uma
coleção de livros da gestão 2011-2013, como
uma homenagem in memoriam a gestão de
Ana Clara Torres Ribeiro, que se inicia com esta
série de volumes de trabalhos apresentados no
XIV Encontro Nacional da ANPUR.



PROFISSIONAIS, PRÁTICAS E
REPRESENTAÇÕES DA CONSTRUÇÃO DA
CIDADE E DO TERRITÓRIO

ATIQUE, Fernando; CAMPOS, Cristina de;
DANTAS, George Alexandre Ferreira (Orgs.)

Este livro oferece ao leitor alguns resultados das pesquisas e debates que perpassaram os intercâmbios teóricos e historiográficos dos grupos de pesquisa URBIS e HSTTFAU, ambos da Universidade de São Paulo. Em diversos encontros de pesquisa foram tratadas temáticas que aparecem como estruturadoras do livro: o urbanismo sanitário, a construção da cidade e do território, os planos e as obras que promoveram a modernização das principais cidades brasileiras ao longo da República, a cultura técnica que se implantou a partir das escolas de engenharia e arquitetura, os profissionais, suas ideias, seus projetos, suas referenciais teóricas e, também, as representações e as formas das cidades brasileiras no século XX.

(Texto extraído da orelha do livro)

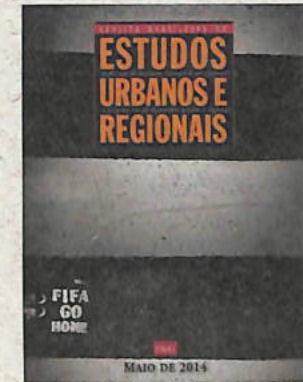


REVISTA DAS REVISTAS

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS (ANPUR)

A Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), de periodicidade semestral, é editada desde 1999 pela ANPUR – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Tem como missão publicar estudos relevantes sobre temas de planejamento e estudos urbanos e regionais e contribuir para o adensamento do debate nacional e internacional, expressando a diversidade disciplinar, temática, e conceitual deste campo de conhecimento.

(fonte: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/about/history>)



CITY & TIME



City & Time é a primeira revista internacional dedicada ao estudo e a promoção do processo de conservação / transformação de cidades. Ela reúne interesses de acadêmicos e profissionais a partir de uma ampla variedade de disciplinas, promovendo um esforço interdisciplinar para solucionar estas questões. A revista enfoca os conceitos que buscam a melhoria da qualidade de vida nas cidades usando ativamente seu patrimônio como catalisador do desenvolvimento.

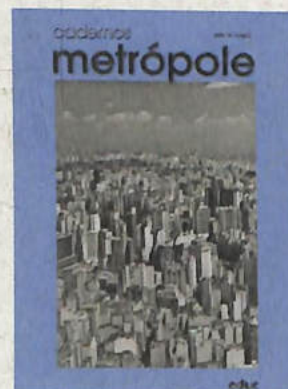
(Fonte: <http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/index.php>)



REVISTA CIDADES

A Revista Cidades é uma publicação de responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos (GEU), que avaliando a ausência de uma revista científica voltada à divulgação de pesquisas e reflexões voltadas à compreensão da problemática urbana, a partir de um olhar geográfico, propôs esta publicação em 2012. Ainda que este periódico científico, em princípio, esteja voltado à divulgação de resultados de pesquisa e de reflexão, realizados no âmbito da Geografia Urbana, é de grande importância receber a contribuição de profissionais de outras áreas que, interessados na mesma temática, possam estabelecer um diálogo qualificado para superar os limites dos campos disciplinares.

(Fonte: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/index>)



CADERNOS METRÓPOLE

A Revista Cadernos Metrópole surgiu no final dos anos 1990 como um dos principais produtos do Observatório das Metrópoles e tem como principal objetivo difundir os resultados da análise comparativa entre as metrópoles brasileiras.

O periódico contempla textos de pesquisadores e estudiosos da temática urbana, que dialogam com o debate sobre os efeitos das transformações socioespaciais no condicionamento do sistema político-institucional das cidades e os desafios colocados à adoção de modelos de gestão baseados na governança urbana.

(Fonte: <http://www.cadernosmetropole.net/>)

CITTÀ & STORIA

Uma nova revista dedicada à história urbana nasce da necessidade de criar um laboratório para análise, discussão, planejamento de novas pesquisas com uma referência privilegiada à realidade italiana e europeia, e, ao mesmo tempo, com atenção para a área do Mediterrâneo, bem como, de modo mais geral, para o contexto internacional, especialmente na perspectiva dos estudos comparativos. O fator decisivo foram as reuniões europeias e nacionais entre historiadores e historiadores econômicos, historiadores em geral e historiadores de arte, historiadores da literatura e do meio ambiente, geógrafos e arqueólogos. É um espaço que só pode ser fundado sobre abordagens comuns, metodologias, diferentes sensibilidades, principalmente multidisciplinares. Alargaram os horizontes da história urbana, ultrapassando alegremente a dicotomia entre a história da arquitetura e história da cidade medieval que tinha marcado a experiência italiana, também muito proveitosa, toda uma longa série de estudos.

(fonte: http://host.uniroma3.it/centri/croma/contenuti_menu.asp?Sezione=Città%20e%20Storia&Categoria=Presentazione)





REGIONAL STUDIES

Regional Studies é uma revista líder internacional no desenvolvimento teórico, análise empírica e debate político no campo multi e interdisciplinar de estudos regionais. A revista convida estudiosos estabelecidos e futuros para submeter trabalhos com foco em aspectos ambientais, mudanças econômicas, políticas e sociais do desenvolvimento regional (subnacional) e formulação de políticas. Regional Studies é um fórum central para debater os mais recentes resultados de pesquisas sobre o desenvolvimento regional e de políticas a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

(fonte: <http://rsa.tandfonline.com/action/aboutThisJournal?show=aimsScope&journalCode=cres20#.UdKw5vkQYZw>)

PLANNING FOR RESILIENT CITIES AND REGIONS

Local: Dublin, Irlanda

Data: 15 a 18 de julho de 2013

XV ENANPUR*

Tema: Desenvolvimento, Planejamento e Governança.

Local: Recife, Pernambuco.

Data: 20 a 24 de maio de 2013

* No encontro ocorreu a eleição da nova diretoria da ANPUR, tendo como presidente Virginia Pontual, Secretária Executiva Lúcia Leitão e Secretário Adjunto Fabiano Diniz, todos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE

III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA

Local: Manaus, Amazonas

Data: 07 a 10 de maio de 2013

SEMINÁRIO URBBA [13] – ENFOQUE NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Tema: Utopias, Eutopias e Heterotopias – de Morus à Foucault

Local: Salvador, Bahia

Data: de 06 a 08 de novembro de 2013

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA URBANA

Tema: Cidade e Habitação na América Latina 1930-1960

Local: Brasília, Distrito Federal

Data: de 25 a 30 de novembro de 2013

VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tema: Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional

Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul

Data: 04 a 06 de setembro de 2013

NORMAS EDITORIAIS

01. A revista ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS terá publicação quadrimestral, nos meses de abril, agosto e dezembro. Cada número conterá um dossiê temático que constituirá o seu tema central. O tema de cada número será previamente divulgado.

02. Os trabalhos serão no idioma Português. No caso de Estudos deverão ter resumos em português e em outra língua. A publicação dos textos recebidos pela Comissão Editorial dependerá de sua aprovação pela mesma Comissão, por parecerista integrante do Comitê Científico ou outro, quando assim o exija a natureza do artigo recebido. O conteúdo dos trabalhos aceitos para publicação é de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

03. Os originais submetidos à avaliação podem ser recusados, aprovados sem restrição ou aprovados com restrição. Em qualquer dos casos os autores serão comunicados dos pareceres.

04. Textos aprovados podem sofrer modificações de normatização, mas não de conteúdo. Neste caso, os artigos revisados poderão ser publicados sem nova aprovação dos seus autores ou autor.

05. SEÇÕES DA REVISTA:

Os textos remetidos para a Revista devem ser identificados para qual seção está destinado. As seções estão abaixo mencionadas:

a) Estudos. Podem ser de caráter literário, artístico, científico e cultural, preferencialmente dirigido para a área temática de cada número. Deverão ter no máximo 15 páginas, incluindo, quando for o caso, anexos, ilustrações, fotos, referências ou outros elementos pertinentes.

b) Ensaaios. Textos que exponham de forma mais livre a exploração de um campo do saber ou questões culturais, científicas e sociais, seja de um ponto de vista retrospectivo, seja da atualidade. Não

precisam tratar do tema do dossiê. Deverão ter no máximo 15 páginas, incluindo referências ou ilustrações.

- c) **Memória.** Reedição ou publicação de documentos institucionais ou pessoais de interesse público.
- d) **Entrevista.** Deve ter a extensão de 10 páginas. Pode ser ilustrada. De preferência a entrevista deve ter uma relação com o tema central da Revista.
- e) **Produzindo saberes.** Relatos sintéticos de pesquisas em andamento, de experiências de extensão. Uma página para relato.
- f) **Resenhas.** Devem ter a extensão máxima de 2 (duas) páginas. Terão prioridades as resenhas cujas obras tenham relação com o tema central da Revista.
- g) **Para conhecer mais.** Indicações bibliográficas ou outras que dêem aos leitores a possibilidade de ampliar seu conhecimento sobre o tema tratado no dossiê de cada número.
- h) **Notícias.** Registro de eventos que possuam interesse para a comunidade universitária e para o público em geral. Uma página para cada notícia.

06. Os originais, obedecidas às diversas especificações destas Normas podem ser remetidos para o e-mail da Revista: estudosuniversitarios@ufpe.br

07. Prazo de envio dos materiais: de 15 de janeiro para a edição de 15 de abril; de 15 de abril para a edição de 15 de agosto; de 15 de agosto para a edição de 15 de dezembro.

08. ESPECIFICAÇÕES:

- **Fonte:** *Times New Roman*; espaçamento 1,5 linhas, tamanho 12;
- **Configurações das margens:** superior 2,0 cm, inferior 2,5, esquerda 3,5, direita 2,5 cm;
- **Caixa alta** apenas para siglas (os títulos deverão ser sempre compostos de caixa alta e baixa);
- **Títulos e subtítulos** numerados conforme a ordenação;
- **Não utilizar tabulação em nenhum ponto do texto.**

09. Quanto à ESTRUTURA, o trabalho deverá ter o seguinte formato:

- a) Título do trabalho;
- b) Nome completo do(s) autor(es);
- c) Nota bibliográfica, com no máximo 50 palavras que contenha titulação, instituição e setor e endereços;
- e) Resumo do trabalho em português e uma versão em outro idioma com até 200 palavras;
- f) Palavras-chave em português e no mesmo idioma da versão resumo (até quatro);
- g) Nota de rodapé com fonte Times New Roman com tamanho 10;
- h) As referências devem constar ao final do artigo, segundo norma vigente da ABNT.

10. As ILUSTRAÇÕES (mapas, tabelas, gráficos e fotografias) devem obedecer às seguintes normas:

- a) **Imagens:** resolução mínima – 300 dpi; dimensão mínima – 5x5 cm; não devem ser inseridas no word ou em programas similares e precisam estar em jpg ou tiff.
- b) **Mapas:** devem ser digitalizados com a extensão bmp, jpg ou tiff e resolução de 300 dpi. Os cartogramas devem ser monocromáticos (tons de cinza) e com título bem definido, escala gráfica e legenda indicando com clareza as hachuras, coordenadas gráficas e orientação.
- c) **Tabelas e Gráficos:** devem vir com a indicação quanto ao programa e a versão utilizada (somente formatos compatíveis com Windows). As ilustrações devem seguir em arquivo anexo encaminhado por meio eletrônico devidamente identificado. Em casos de ilustrações que não se enquadram nas especificações acima, o autor deverá entrar em contato com a secretária da revista.
- d) O local de inclusão, no texto, tanto de mapas, fotografias, tabelas e gráficos deve ser indicado no texto com sua respectiva legenda e deve seguir em arquivo anexo em CD/DVD.

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

Formato

18 x 25 cm

HC-384773

Tipografia

Libre Sans Serif SSi

Libre Semi Serif SSi

Libre Serif SSi

Frutiger 57Cn

Papel

Miolo: reciclato 90 g/m²

Capa: triplex 250 g/m²

